

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

VOL. LXXIV

2016

ANGRA DO HEROÍSMO

BOLETIM
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA (31 de Dezembro de 2016)

SÓCIOS FUNDADORES (Todos Falecidos)

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz
- Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes
- Francisco Coelho Maduro Dias
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa
- Dr. Francisco Lourenço Valadão
- Capitão Frederico Lopes da Silva
- Gervásio Lima
- Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz
- João Carlos da Costa Moniz
- P.e Joaquim Esteves Lourenço
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
- Tenente-Coronel José Agostinho (2.º Presidente do Instituto)
- Cónego José Augusto Pereira
- Dr. Luís da Silva Ribeiro (1.º Presidente do Instituto)
- P.e Dr. Manuel Cardoso do Couto
- Dr. Manuel de Sousa Menezes
- Capitão Miguel Cristóvam de Araújo
- Dr. Ramiro Machado
- Raimundo Belo
- Dr. Teotónio Machado Pires (3.º Presidente do Instituto)

SÓCIOS EFETIVOS

- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutorado em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino – Licenciado em Direito e Advogado (**Presidente do Conselho Fiscal**).
- Dr. António Bento Fraga Barcelos – Licenciado em História.
- Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente, Mestre em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.

- Pe. Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – Doutorado em História Contemporânea e Licenciado em Estudos Portugueses, Ciências da Informação e da Documentação, Direcção de Coro, Ciências Religiosas.
- Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo – Doutorado em Ciências Agrárias – Climatologia Insular. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias – Licenciado em História (**Vogal do Conselho Fiscal**).
- Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Doutorado em Teologia. Vigário Geral da Diocese de Angra. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Substituto do Conselho Fiscal**).
- Cônsul Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt – Historiador. (**Tesoureiro do Instituto**)
- Cónego João de Brito do Carmo Meneses – Curso de Teologia. Etnólogo.
- Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - Doutorado em Direito Canónico e Mestre em Relações Internacionais. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Presidente do Instituto**)
- Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz – Licenciado em História. Genealogista. (**Presidente substituto**)
- Dr. José Armando Martins Mendes – Licenciado em História e Mestre em Relações Internacionais. Jornalista.
- Dr. José Avelino Rocha Santos – Mestre em História.
- Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha – Licenciado em História.
- Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira – Licenciado em Arquitetura.
- Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Menezes – Doutorado em Engenharia Civil e Licenciado em Engenharia do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores.
- Doutor José Guilherme Reis Leite – Doutorado em História. (**Vogal do Conselho Fiscal**).
- Eng. José Henrique dos Santos Correia Guedes – Licenciado em Engenharia Civil.
- Dr. José Olívio Mendes Rocha - Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História. (**Tesoureiro substituto**)
- Dr. Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila – Mestre em História Insular e Atlântica e Licenciado em Educação Básica.
- Luís Manuel Conde Vieira Pimentel – Genealogista.
- Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa – Doutorada em Psicologia Social.
- Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo – Licenciada em História de Arte.
- Dr.ª Maria Helena de Menezes Ormonde – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em Antropologia Cultural.
- Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro – Mestre em Museologia e Património.
- Doutor Mário Luiz da Silva Cabral – Doutor em Filosofia.
- Dr.ª Marta Dias Barcelos – Mestre em Bioética e Licenciada em Filosofia.
- Dr.ª Marta Sofia Ferreira Bretão Correia – Licenciada em Conservação e Restauro. Professora convidada do Seminário Episcopal de Angra. (**Secretária do Instituto**)
- Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino – Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em Direito. Professor da Universidade Católica Portuguesa. (**Secretário substituto**).
- Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha – Licenciado em Arquitetura.

- Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins – Doutorado em Economia. Professor da Universidade Católica Portuguesa.
- Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa – Doutorado em História. Professor convidado da Universidade dos Açores.
- Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles – Licenciado em História.
- Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste – Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra.
- Comendador Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves – Historiador.
- Dr. Vítor Medeiros Brasil – Mestre em Estudos do Património e Licenciado em História.

SÓCIOS HONORÁRIOS

- S.^a Ex.^a Rev.mo D. António de Sousa Braga - Bispo Emérito de Angra.
- Prof. Doutor António José Telo - Professor Catedrático da Academia Militar.
- Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires - Professor Catedrático Jubilado e antigo Reitor da Universidade dos Açores.
- Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes - Professor Jubilado, Historiador e Genealogista.
- Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos - Professor Catedrático Jubilado.
- Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses - Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura do XII Governo Regional dos Açores.
- Prof. Doutor Frédéric Mauro - Professor Catedrático da Universidade de Paris.
- Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão – Professor Catedrático e Presidente da Academia Portuguesa de História jubilado.
- Prof. Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz - Professor Universitário Jubilado.
- Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto Faria – Historiador e Investigador de História Militar.

SÓCIOS HONRÁRIOS INSTITUCIONAIS

- Diretor Regional da Cultura – Arq.^o Nuno Ribeiro Lopes.
- Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Dr. Luís da Silva Ribeiro, Angra do Heroísmo – Mestre Cláudia Alexandra Coelho Meneses da Costa Cardoso.
- Diretor do Museu de Angra do Heroísmo – Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno.
- Governador do Castelo de São João Baptista – Coronel de Infantaria Sebastião Joaquim Rebouta Macedo.
- Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – Prof. Doutor José Gabriel do Álamo Meneses.
- Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória – Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro.
- Reitor do Seminário Episcopal de Angra – Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre.
- Departamento da Universidade dos Açores sediado em Angra – Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Nunes Enes Dapkevicius, Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente.

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Cónego Dr. Adriano Manuel Torres Borges	Doutor George Monteiro
Doutor Alberto Vieira	Dr. Gonçalo Andrade Pinheiro Nemésio
Doutora Ana Maria Pereira Ferreira	Prof. Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor)
Doutora Arq. ^a Antonieta Reis Leite	Dr. ^a Graça Cardoso
Tenente-Coronel (FAP) António Firmino de Sousa Mendes	Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues
Monsenhor Doutor P.e António Manuel Machado Saldanha de Albuquerque	Dr. ^a Isabel Cid
Dr. ^a Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles	Dr. ^a Isabel Maria Coelho da Silva
Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro	João António Gomes Vieira
Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia	Arq. ^o João Filipe Martins Braga
Dr. Carlos Manuel Pimentel Enes	Mestre João Manuel Aranda e Silva
Dr. Carlos Melo Bento	Dr. João Maria Soares de Barcelos
Dr. Celestino Sachetti	Dr. Jorge Bruno Marques de Brito
Embaixador Dr. Daniel António Pereira	Doutor Jorge Couto
Dr. Diniz Borges	Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt
Prof. Doutor Donald Warrin	Dr. José Álvaro Afonso
Doutor Douglas Wheeler	Coronel Eng. José Carlos de Magalhães Cymbron
Dr. Eduardo Borba da Silva	Pe. José Carlos Vieira Simplício
Dr. Eduardo Godinho Rocha	Eng. ^o José Eliseu Mendes Costa
Prof. Doutor Eduíno de Jesus	José Henrique Álamo Oliveira
Ermelindo Santos Machado Ávila	Dr. José Isaac Mendes Ávila
Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos	Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto
Dr. Enf. ^o Francisco Hermínio de Meneses Branco	Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima	Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues
Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral	Doutor Arq. ^o José Manuel Fernandes
Dr. Gabriel Mendes Pavão	Dr. ^a Judite Toste Evangelho
	Dr. ^a Lélia Pereira da Silva Nunes
	Leonel Holmes

Mestre Lúcia Maria Ávila da Silveira	Prof. Doutor Onésimo Teotónio Almeida
Arq.º Luís António Guizado Durão	Dr.ª Paula Maria Soares Romão
Prof. Doutor Luís Manuel Arruda	Doutor Paulo Drumond Braga
Mestre Luís Carlos Fortuna Henriques	Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa
Dr. Luis Filipe Cota Bettencourt Moniz	Doutor Paulo Teodoro de Matos
Dr. Luís Maciel	Dr. Frei Pedro Miguel de Medeiros Cabral, OFM
Dr. Luís Manuel Machado Meneses	Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo
Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade	Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo
Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte	Dr. Philippe Garnier
Dr. Manuel Conde Bettencourt	Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros
Doutor Manuel Lobo Cabrera	Mestre Ruben Quadros Ramos
Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona	Ten-Cor. Doutor Rui Carita
Prof.ª Doutora Maria da Conceição Vilhena	Doutor Rui de Sousa Martins
Doutora Maria da Conceição Castro Ramos	Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório
Doutora Maria Augusta Lima Cruz	Dr.ª Susana Rocha
Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves	Prof. Doutor Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho
Prof.ª Doutora Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado	Dr.ª Vanda Maria de Melo Furtado Belém
Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim	Prof. Doutor Victor Hugo Forjaz
Doutor Nereu do Vale Pereira	Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo
Dr. Nestor de Sousa	Dr.ª Yolanda Corsépius

SÓCIOS SUBSCRITORES

Alexandre Alberto de Serpa Pinto Burmester	P.e Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento
Amílcar João Flores Cabral	Dr. João Fonseca Barata
Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz	Jorge de Faria e Maia de Aguiar
Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro	Jorge Gabriel Maiato Paim
Dr.ª Gertrudes Brito do Rio	P.e Jorge Manuel Mendonça Luís
Eng.º Humberto Fernando Martins Oliveira	P.e José Alves Trigueiro

José Baldaia Paim Vieira

José Liduíno Melo de Borba

Doutor José Manuel Monteiro da Silva

Dr. José Maria Raposo Lopes de Araújo

Manuel António Faria Resendes

Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo

Prof. Manuel Gregório Ataíde

Manuel Miguel Vieira e Silva

D. Maria Imaculada Belo Bettencourt Silveira
Vicetto

Dr.^a Maria Benedita Aires de Araújo

Dr.^a Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

Mário João Rodrigues

Dr. Miguel Duarte Rosa Costa

Dr.^a Paula Elsa Carvalho Moniz

Prof.^a Paulina da Encarnação Azevedo Borges

Paulo Agostinho Serpa Vieira d'Areia

Pedro Jácome de Ornelas da Câmara Paim de
Bruges

Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

**PALESTRA COMEMORATIVA
DOS 482 ANOS DA CRIAÇÃO
DA CIDADE DE ANGRA**

ANGRA E AS UTOPIAS DO MAR¹

*Luiz Fagundes Duarte**

Falar de Angra e das utopias do mar obriga a que, antes, reflectamos um pouco sobre o que é ser-se ilhéu, nos Açores, na medida em que aquilo que Angra é hoje – tal como o foi no seu à vez tormentoso e glorioso, mas também, por vezes, apagado e esquecido passado – se deve ao facto de ter sido a primeira cidade europeia projectada e construída fora da Europa, de acordo com os cânones e o pensamento estratégico do Humanismo e do Renascimento europeus – e de o ter sido numa ilha. Daí que todas as utopias com que a possamos relacionar – a de um passado com poder, e a de um presente sem poder – estarão fortemente ligadas ao facto de ser uma cidade numa ilha que fica no centro do arquipélago a que pertence.

Começemos, por isso, pela primeira dessas utopias: *a utopia das ilhas*.

* * *

Conta-se que um monge irlandês chamado Brandão que, desejando abandonar a sua terra, o seu país, os seus pais e a sua pátria, implorou insistentemente a Deus que lhe concedesse uma terra secreta e escondida, que fosse segura, deliciosa e afastada dos homens. Certa noite, enquanto dormia, ouviu a voz de um anjo que lhe ordenou: “Levanta-te, Brenainn”, era assim o seu nome em gaélico, “porque Deus concedeu-te aquilo que imploraste: a Terra Prometida” – após o que Brandão partiu em viagem, enfrentando o oceano mais poderoso e intolerável que já conhecera, até que encontrou uma formosa ilha de onde se elevavam legiões de anjos. E por lá deve ter ficado.

Esta lenda consta do *Livro de Lismore*², um manuscrito em pergaminho datável de cerca de 1480, que durante séculos esteve escondido no interior de um muro do

* Professor da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Este texto integra partes de um outro, intitulado “Mas com que palavras há-de um ilhéu escrever-se?” (DUARTE, 2016a).

² “desired to leave his land and his country, his parents and his fatherland, and he urgently besought the Lord to give him a land secret, hidden, secure, delightful, separated from men. Now after he had slept on that night, he heard the voice of the angel from heaven, who said to him, “Arise, O Brenainn,” saith he, “for God hath given thee what thou soughtest, even the Land of Promise.” ... and he goes alone to Sliab Daidche and he saw the mighty intolerable ocean on every side, and then he beheld the beautiful noble island, with trains of angels (rising) from it.” (STOKES, 1890, p. 230).

castelo de Lismore, na Irlanda; nele se reúnem textos mais antigos, de origens diversas, escritos em gaélico, que na sua maior parte relatam vidas de santos – entre os quais S. Brandão, o monge irlandês dos séculos V-VI (nasceu por volta de 486 e morreu em 577) que fez várias viagens marítimas em busca de uma certa ilha paradisíaca – ou afortunada.

Existem muitas outras narrativas das viagens de S. Brandão e da sua busca pelas *Ilhas Afortunadas*, que em grego se dizia μακάρων νήσοι – expressão que está na base da palavra *Macaronésia*³, de que temos eco em Sir Thomas More que, pela boca de Rafael Hitlodeu, afirma que a ilha de *Utopia* ficava não muito longe das ilhas dos Macaronésios⁴, umas e outra muito para além do mundo conhecido e, provavelmente, relacionáveis com os Campos Elísios da mitologia grega⁵, umas ilhas para Ocidente das montanhas do Atlas para onde, segundo Hesíodo, eram levados os heróis depois de mortos,⁶ e que para S. Brandão eram o local maravilhoso onde se podia, uma vez chegado, ficar isolado e viver feliz.

Em várias destas narrativas, e também em cartas náuticas medievais (portulanos), se refere uma ilha *Hy-Brasil*, ou também *Bracile*, que poderá derivar do gaélico *i-bres* que significava *ilha bela*, grandiosa, poderosa, etc. Porém, num portulano da autoria do cartógrafo genovês Battista Beccario⁷, encontramos uma representação dos arquipélagos atlânticos (Canárias, Madeira e Açores, estes ainda sem o Grupo Ocidental), tendo ao centro a designação *Insulle fortunate sancti brandany* (Ilhas Afortunadas de S. Brandão), e, bem no meio dos Açores, uma ilha redonda e grande com o nome *Insula de brasil* (Ilha do Brasil): a Terceira. Num outro portulano da autoria do veneziano Andrea Bianco⁸ (Bianco, 1436, f. 5), já aparece claramente o nome *y^a fortunat de sa. beati brandan* (Ilha Afortunada do Santo Beato Brandão) atribuído a uma das ilhas de um arquipélago no Atlântico Norte constituído por sete ilhas distribuídas em dois grupos: um com duas, correspondentes *grosso modo* ao Grupo Oriental dos Açores, e outro com cinco, coincidentes com o Grupo Central. Esta ilha corresponde também, muito claramente, à Terceira.

³ Termo utilizado actualmente para designar a associação político-ambiental dos arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e também de Cabo Verde.

⁴ “Hic si proponerem illis Macarensium legem, qui et ipsi non longe ac admodum absunt ab Vtopia.” (MORE, 1516, p. 95).

⁵ “Verum ego Vtopiam extra mundi cogniti fines sitam esse percunctando comperi, insulam nimirum fortunatam, Elysiis fortasse campis proximam (nam Hythlodæus nondum situm eius finibus certis tradidit, ut Morus ipse testatur).” (MORE, 1516, p. LXXXIX).

⁶ “καὶ τοὶ μὲν ναίουσιν ἀκηδέα θυμὸν ἔχοντες | ἐν μακάρων νήσοισι παρ’ Ὠκεανὸν βαθυδίνην | ὄλβιοι ἦρωες, τοῖσιν μελιηδέα καρπὸν | τρις ἔτεος θάλλοντα φέρει ζεῖδωρος ἄρουρα.” (...) “E eles, o coração sem cuidados, habitam | as ilhas dos bem-aventurados, junto ao Oceano de fundos redemoinhos, | afortunados heróis, para quem um fruto doce como o mel, | que floresce três vezes ao ano, a terra fecunda traz.” (HESÍODO, 170-173).

⁷ BECCARIO, 1426.

⁸ BIANCO, 1436, f. 5.

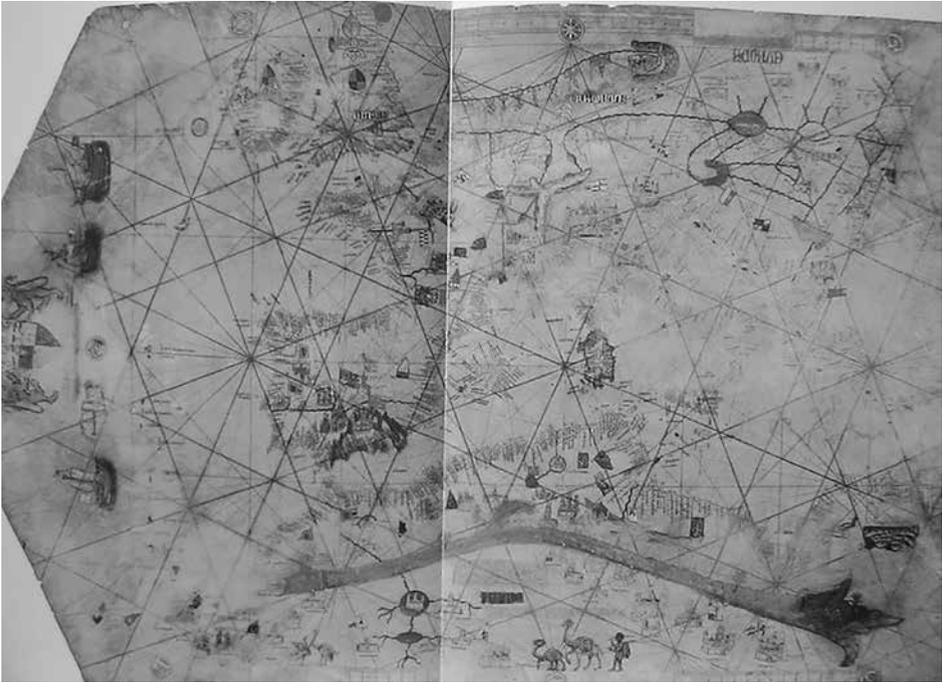


Fig. 1. Portulano de Battista Beccario (1426), onde consta uma *Insula de brasil* como parte integrante das *Insulle fortunate sancti brandany*, que poderia corresponder, *grosso modo*, à Ilha Terceira. Bayerische Staatsbibliothek, Munich.

Ou seja, as ilhas que hoje constituem os Açores foram, num certo momento da História, identificadas como as *Ilhas Afortunadas* que S. Brandão tanto demandou – e que, com a liberdade que as incertezas das lendas, das tradições, e dos documentos históricos nos permitem, nada de mau virá ao mundo se as relacionarmos com os Campos Elísios dos Gregos.

Porque a tradição cultural ocidental está povoada de ilhas afortunadas – sejam elas para descanso dos mortos ou para refrigério dos vivos.

Com efeito, Ulisses sentiu uma grande alegria quando Atena dispersou o nevoeiro que escondia Ítaca, a sua ilha; e, logo que pôs os pés em terra, beijou o solo, dirigindo-se logo de seguida para uma gruta na rocha que a deusa lhe indicara para que nela escondesse os tesouros que trazia das suas longas e atribuladas viagens.⁹ O mesmo terá

⁹ “Assim falando, a deusa dispersou o nevoeiro e a terra apareceu. I Alegrou-se de seguida o sofredor e divino Ulisses, I Regozijando-se com a sua terra; e beijou o solo dador de cereais.” (HOMERO, p. 223). “ὡς εἰ πούσα θεὰ σκέδασ’ ἠέρα, εἴσατο δὲ χθών: I γήθησέν τ’ ἄρ’ ἔπειτα πολύτλας δῖος Ὀδυσσεύς, I χαίρων ἢ γαίῃ, κύσε δὲ ζεΐδωρον ἄρουραν.” (HOMERO, XIII, 352-354).

sentido Eneias quando, acalmada a tempestade incentivada por Juno contra ele, foi dar a uma pequena ilha constituída por dois enormes rochedos que se erguiam ao céu, ameaçadores, na base dos quais permanecia, silencioso, o mar; e, ele também, logo encontrou uma gruta nas rochas, que era a morada das ninfas, dentro da qual corriam águas doces.¹⁰ E, naturalmente, rejubilaram os marinheiros do Gama quando, puxada pelas mãos de Vénus, viram de longe uma ilha fresca e bela, com uma enseada de areia curva e quieta, onde logo desembarcaram, cansados e desejosos de um refrigério merecido pelos muitos perigos e trabalhos do mar.¹¹ Em qualquer dos casos, imaginamos sempre o fascínio dos viajantes dos largos mares quando avistavam uma ilha perdida, fosse em horizontes abertos, fosse através do nevoeiro, aonde poderiam aportar, e aquela magia de ver a terra a erguer-se do fundo do mar, no ver a ilha inteira, com os seus recortes de baías, de cabos, de promontórios, a replicar-se invertida nas ondas, como nos fez lembrar o jovem Chateaubriand, algures em 1822, ao descrever a aproximação à Graciosa na sua passagem pelos Açores a caminho dos Estados Unidos – depois de ter classificado a montanha do Pico como um farol inútil durante a noite e, durante o dia, um sinal sem testemunho.¹²

Ilhas são, ao mesmo tempo, terras de passagem, lugares exóticos, pontos desconhecidos dentro dos quais, no entanto, os viajantes – não sem espanto – encontram ecos do grande mundo de onde vêm; ou como lugares únicos. Foi isso que sentiu Mark Twain em 1867 quando, depois de uma magnífica descrição da ilha das Flores, ao amanhecer, vista do navio em que viajava dos Estados Unidos para a Europa – maravilhando-se com o que designou como uma aurora boreal própria do pólo gelado numa terra de Verão –, e apesar de, ao desembarcar no Faial, ter considerado a ilha como uma terra atrasada e os seus habitantes pobres e sujos, acabou por reconhecer, admirado, que o pavimento das ruas da cidade da Horta era muito melhor dos que o das cidades americanas, incluindo a Broadway – onde eram tidos como inovadores materiais e técnicas de pavimentação que há mais de dois séculos já eram usados numa pequena ilha perdida no meio do Atlântico¹³. E, poucos anos depois, em 1895, o Capitão Joshua Slocum – o primeiro navegador

¹⁰ “De um e de outro lado há rochedos descomunais, dois penedos que se erguem ao céu em ameaça, no sopé dos quais as águas, seguras, fazem silêncio.” (VERGILIO, p. 20). “Hinc atque hinc vastæ rupes geminique minantur | in cœlum scopuli, quorum sub vertice late | æquora tuta silent.” (VERGILIO, I, 162-164).

¹¹ CAMÕES, IX : LII-LIV.

¹² «Le 6, vers les 8 heures du matin, nous eûmes connaissance de l'île du Pic; ce volcan domina longtemps des mers non naviguées: inutile phare la nuit, signal sans témoin le jour. (...) L'île entière [Graciosa] avec ses découpures de baies, de caps, de criques, de promontoires, répétait son paysage inversé dans les flots.» (CHATEAUBRIAND, 1822, p. 334).

¹³ “The island in sight was Flores. I seemed a mountain of mud standing up out of the dull mists of the sea. But as we bore down upon it the sun came out and made it a beautiful picture – a mass of green farms and meadows that swelled up to a height of fifteen hundred feet and mingled its upper outlines with the clouds. It was ribbed with sharp, steep ridges and cloven with narrow canyons, and here and there on the heights, rocky upheavals shaped themselves into mimic battlements and castles; and out of rifted clouds came broad shafts of sunlight, that painted summit, and slope and glen, with bands of fire, and left belts of somber shade between. It was the aurora borealis of the frozen pole exiled to a summer land! (...) The roads were wonder, and well they might be. Here was an island with only a handful of people in it – 25,000 – and yet such fine roads do not exist in the United States outside of Central Park. Everywhere you go, in any direction, you find either a hard, smooth, level thoroughfare, just sprinkled with black lava sand, and

solitário a dar a volta ao Mundo –, que no seu diário de viajante afirma, com todas as letras, que só quem tiver visto os Açores do convés de um navio é capaz de entender a beleza da paisagem do meio do oceano.¹⁴

Escreveu John Donne, lá pelo primeiro quartel do século XVII, que nenhum homem, inteiro em si mesmo, é uma ilha; que, antes, ele é um pedaço de continente – pelo que se, por analogia, um pedaço de terra for levado pelo mar, o conjunto ficará diminuído, também a morte de qualquer homem a todos diminuirá na medida em que tanto ele como todos os outros são parte da Humanidade.¹⁵

* * *

Passemos agora à segunda dessas utopias: *a utopia da cidade insular*.

Comemoram-se este ano o 482.º aniversário da elevação de Angra a cidade e o 500.º da publicação da *Utopia* de Thomas More. Tendo em conta que antes de ser cidade Angra já era uma povoação importante – e daí o motivo de tal honraria, como se pode ver pela Carta Régia de D. João III –, poderemos dizer que ambas – a cidade e a obra literária – são rigorosamente contemporâneas. E sendo certo que Thomas More nunca visitou a Ilha Terceira, e cronologicamente impossível que os primeiros arquitectos da cidade tenham lido a *Utopia*, quaisquer semelhanças entre uma e outra serão meras coincidência. Ou então, e utilizando a expressão cunhada a partir da frase de Hegel, *der Geist seiner Zeit* (“o espírito do seu tempo”) – uma manifestação do *Zeitgeist* – o espírito da época. E no entanto tais semelhanças existem.

Recordemos:

O já referido aventureiro português Rafael Hitlodeu, personagem principal da *Utopia* construída a partir de um velho marinheiro que ele conhecera em Antuérpia e que participara nas três primeiras viagens de Américo Vespúcio, foi, de acordo com a narrativa, a única pessoa que teria visitado a ilha de Utopia. Segundo ele, esta ilha não resultara de um acidente da Natureza, mas sim da vontade de um homem e do trabalho de muitos outros: com efeito, cerca de mil setecentos e sessenta anos antes de ele a ter visitado, o primeiro rei da ilha, Utopos – epónimo de Utopia –, mandara cortar o istmo da península de Abraxa, que acabara de conquistar, transformando-a assim numa ilha, com o objectivo de nela instaurar um reinado de justiça e de prosperidade: e assim, diz Rafael, o mar

bordered with little gutters neatly paved with small smooth pebbles, or compactly paved ones like Broadway. They talk much of the Russ pavement in New York, and call it a new invention – yet here they have been using it in this remote little isle of the sea for two hundred years! Every street in Horta is handsomely paved with the heavy Russ blocks, and the surface is neat and true as a floor – not marred by holes like Broadway.” (TWIN, 1869, caps. v-vi).

¹⁴ “Early on the morning of July 20 I saw Pico looming above the clouds on the starboard bow. Lower lands burst forth as the sun burned away the morning fog, and island after island came into view. As I approached nearer, cultivated fields appeared, “and oh, how green the corn!” Only those who have seen the Azores from the deck of a vessel realize the beauty of the mid-ocean picture.” (SLOCUM, 1900, cap. III).

¹⁵ “No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if a promontory were, as well as if a manor of thy friend’s or of thine own were: any man’s death diminishes me, because I am involved in mankind, and therefore never send to know for whom the bells tolls; it tolls for thee.” (DONNE, 1624, pp. 108-109).

cercou a terra de Utopia¹⁶, que por muito tempo se conservara como uma república ideal cujas leis teriam permanecido no tempo porque, à imagem do que afirmou Licurgo no que a Esparta dizia respeito¹⁷, as leis do rei Utopos sobreviveram ao homem que as fez.

Para o que o insulamento terá sido um factor determinante.



Fig. 2. Representação da ilha de Utopia, na primeira edição de *Utopia*, de Thomas More (1516).

Ainda de acordo com Rafael Hitlodeu, a cidade mais importante da ilha de Utopia chamava-se Amaurota. Este topónimo foi também construído por Thomas More a partir do grego e, tal como os principais topónimos e antropónimos em *Utopia*, transportava em si um sentido oculto, simbólico – e claramente irónico: enquanto *Amaurota* derivará de αμαυρός ('vago, obscuro, nublado'), através de αμαυρωσις ('algo que é obscuro', 'sujeito a nevoeiros' – talvez numa referência de Thomas More à sua Londres natal), *Utopia* vem de um jogo de palavras entre ουτοπός ('não-lugar') e ευτοπός ('lugar bom'), enquanto *Hitlodeu* terá uma etimologia obscura mas onde, seguramente, se encontra a palavra ὕφλος ('absurdo'), de onde a tradição moreana fez derivar o significado de "contador de absurdos" para esta personagem. Por outro lado, na carta a Thomas

¹⁶ "ceterum uti fertur, utique ipsa loci facies prae se fert, ea tellus olim non ambiebatur mari. sed Utopus cuius utpote uictoris nomen refert insula, nam ante id temporis Abraxa dicebatur, quique rudem atque agrestem turbam ad id quo nunc ceteros prope mortales antecellit cultus, humanitatisque perduxit, primo protinus appulsu uictoria potitus, passuum milia quindecim, qua parte tellus continenti adhaesit, excindendum curauit, ac mare circum terram duxit." (MORE, 1516, p. 118).

¹⁷ PLUTARCO, pp. 159-160.

More com que abre o seu *Elogio da Loucura*, Erasmo de Roterdão brinca com o sobrenome do seu amigo recordando-lhe que o mesmo se aproxima da palavra $\mu\omega\rho\acute{\iota}\alpha$, que em grego significava “loucura” – apesar de, confessa, ele nada ter de louco...¹⁸

Desta breve excursão etimológica temos que a *Utopia* de Thomas More contém a descrição de um lugar que apesar de bom não existe, cuja capital está envolta em nevoeiros, e que é feita – ou inventada – por um contador de absurdos cujo primeiro nome é Rafael (o mesmo do Arcanjo portador da cura divina, mas também da morte) a um homem cujo sobrenome tem a ver com Loucura – *More* – e que, pegando em velhas ideias que fora buscar à *República*, de Platão, ou à *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, e contrapondo-as à realidade histórica em que vivia, a valida e passa à escrita. Dando eco à brincadeira de Erasmo acerca do sobrenome do seu amigo More, repeguemos naquela passagem do *Elogio da Loucura* em que o autor, citando o *Eclesiastes*, afirma que o número de loucos é infinito, na medida em que abrange todos os mortais – excepto alguns que ninguém consegue encontrar...¹⁹

Mas voltemos à cidade de Amaurota, capital da ilha de Utopia, em cuja descrição física poderemos encontrar algumas semelhanças com a cidade de Angra dos incios do século XVI, naquilo que seria uma representação do já referido espírito do tempo (*Zeitgeist*).

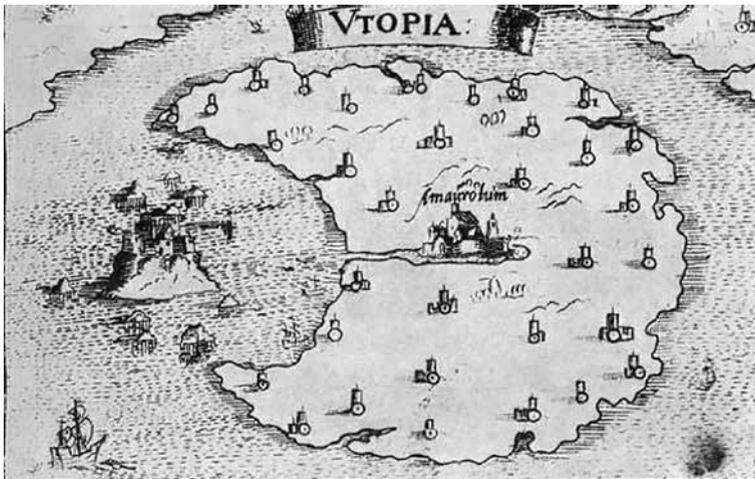


Fig. 3. Mapa ficcional da ilha de Utopia, de autor anónimo, com a cidade de Amaurota ao centro. Em <http://theopenutopia.org>.

¹⁸ “Que Pallas istuc tibi misit in mentem? inquires. Primum admonuit me Mori cognomen tibi gentile, quod tam ad Moriae uocabulum accedit quam es ipse a re alienus; es autem uel omnium suffragiis alienissimus. Deinde suspicabar hunc ingenii nostri lusum tibi precipue probatum iri, propterea quod soles huius generis iocis, hoc est nec inductis, ni fallor, nec usquequaque insulsis, impendio delectari, et omnino in communi mortalium uita Democritum quandam agere.” (ERASMO, 1511, “Erasmus Moriae Encomium”).

¹⁹ “Scripsit Ecclesiastes capite primo: Stultorum infinitus est numerus. Cum numerum praedicat infinitum, nonne mortales universos complecti videtur, praeter pauculos aliquot, quos, haud scio, an cuiquam videre contigerit?” (ERASMO, 1511, LXIII).

Amaurota ficava na encosta de um monte de inclinação suave e tinha forma quase quadrangular; começava pouco abaixo do cume do monte e prolongava-se pelo espaço de duas milhas até ao rio Anidro. A cidade possuía ainda um outro pequeno rio que nascia na própria colina em que a cidade estava construída e corria pela encosta, atravessando a cidade a meio, desaguando por fim no Anidro. As ruas, atraentes e com largura de vinte pés, eram dispostas e orientadas de modo a satisfazer as necessidades de transporte e de protecção contra o vento, e ao longo delas as casas, em cujas traseiras existiam vastos jardins, formavam duas filas contínuas. Era opinião generalizada entre os habitantes da ilha que fora o rei Utopos quem imaginara e executara o plano da cidade tal como então existia, deixando o embelezamento dela a cargo dos seus descendentes, pois sabia que para isso não chegava o tempo da vida de um homem.²⁰

Não sei se será loucura (mesmo no sentido renascentista da palavra) entrever, nesta descrição de Amaurota, aquilo que, no essencial e em termos urbanísticos, era nos finais do século XV, princípios do século XVI, e é ainda hoje, a cidade de Angra. Mas vemos, em ambos os casos, não apenas a planificação de acordo com princípios previamente definidos e que são comuns, como a própria implantação no terreno, onde também existem semelhanças, e sobretudo a adaptação do construído às condições do terreno que, por sua vez, é transformado para que a cidade se possa desenvolver de acordo com o projectado. Temos, primeiro, o Castelo de São Luís ou dos Moinhos (1474), no Outeiro a partir do qual a cidade se foi desenvolvendo em direcção à baía (equivalente ao rio Anidro de Amaurota), tendo sido, entretanto, subjugada, canalizada e dividida em dois ramais a ribeira que dele descia para a tornar operacional para a vida da cidade (1461). A parte baixa da cidade tem uma estrutura de base quase ortogonal, definida por dois eixos estruturantes – a Rua Direita e a Rua da Sé –, com ruas paralelas e perpendiculares organizadas em principais e secundárias, com larguras médias que, fazendo-se as correspondências entre unidades de medida, andariam muito próximas das de Amaurota, e cortadas por travessas que, por serem muito estreitas, fazem com que os alçados das vias pareçam completamente contínuos – tal como já acontecia em Amaurota, onde as casas das ruas formavam duas filas contínuas...

²⁰ “situm est igitur Amaurotum, in leni deiectu montis, figura fere quadrata. nam latitudo eius paulo infra col-
lis incoepa uerticem, milibus passuum duobus ad flumen Anydrum pertinet, secundum ripam aliquanto
longior. (...) habent alium praeterea fluuium, haud magnum quidem illum, sed perquam placidum, ac
iucundum. nam ex eodem scaturiens monte, in quo ciuitas collocatur, mediam illam per deuexa perfluens
Anydro miscetur. (...) plateae cum ad uecturam, tum aduersus uentos descriptae, commode aedificia neu-
tiquam sordida, quorum longa, et totum per uicum, perpetua series, aduersa domorum fronte conspicitur.
has uicorum frontes uia distinguit pedes uiginti lata. (...) nam totam hanc urbis figuram, iam inde ab initio
descriptam ab ipso Utopo ferunt. sed ornatum, ceterumque cultum, quibus unius aetatem hominis haud
suffecturam uidit, posteris adiiciendum reliquit.” (MORE, 1516).

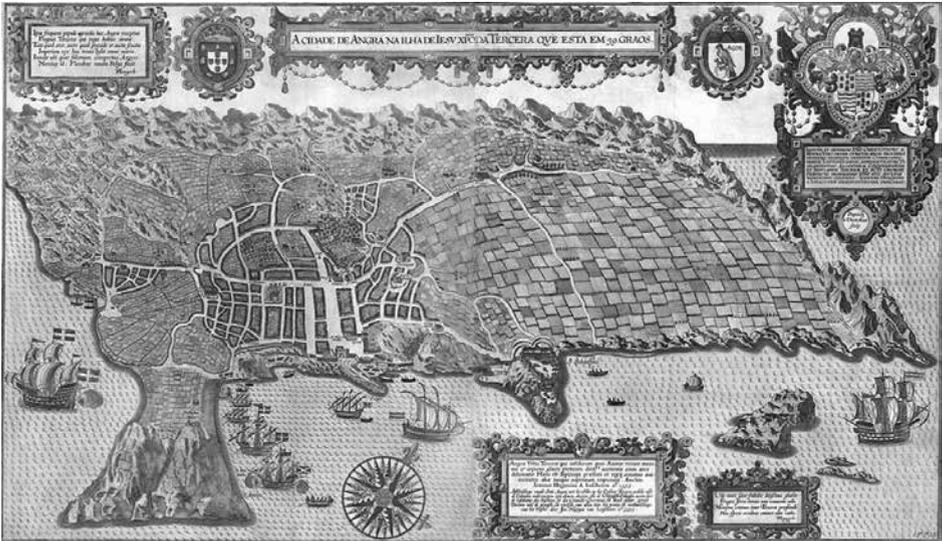


Fig. 4. Representação fidedigna da cidade de Angra por Jan Huygen van LINSCHOTEN (1595).

Temos, assim, Angra como a concretização de uma utopia, pelo menos do ponto de vista urbanístico, precisamente pelas razões por que viria a ser inscrita, cerca de meio milénio mais tarde, na lista do Património Mundial da UNESCO. E terá sido por isso – ou terá sido para isso que foi planeada e construída –, e também pela sua centralidade relativamente ao conjunto do arquipélago, que ao longo do tempo Angra assumiu, tal como a Amaurota da Utopia, o papel de cidade principal dos Açores, nela se acumulando, sucessiva ou cumulativamente, poder político, militar, fiscal, religioso e económico: foi sede da Alfândega das Ilhas (1499), da Corregedoria das Ilhas (1503), da Provedoria das Armadas (1527), da Diocese (1534), da Provedoria da Fazenda (1536), de D. António, Prior do Crato (1580), da Capitania-Geral dos Açores (1766), do Governo Nacional Provisório (1828-29), da Regência de D. Pedro IV (1830), da Capital do Reino e, ao mesmo tempo, da Província dos Açores (1832), do Quartel-General da 5.^a Divisão Militar (1868), futuro Comando Central dos Açores (1884), Comando Militar dos Açores (1901) e, finalmente, Governo Militar dos Açores (1926). Porém, entretanto, e por razões que a História explicará, a cidade entrou num período de perda de poder, que se mantém até hoje: primeiro foi a divisão da Província dos Açores em duas, de que Angra ficou capital de uma delas, a Ocidental (1833), seguindo-se a divisão dos Açores em três distritos, ficando capital do Central (1836), e a perda do Comando Militar dos Açores (1940) – para, finalmente, nos nossos dias, ser, para além da Diocese – cujo peso entretanto se alterou, a sede de duas ou três secretarias regionais (dependendo da orgânica do governo em exercício), cujo poder real está sediado em Ponta Delgada, onde, cada vez mais, e ao contrário do que previa uma outra utopia – a da Autonomia Regional (1976), que determinava a entrega do poder nos Açores aos

açorianos, e a distribuição dos seus órgãos por três cidades de três ilhas diferentes –, tudo se acumula, fazendo de Ponta Delgada a anti-utopia autonómica açoriana: uma Lisboa delegada.

* * *

E agora, a *utopia do passado*.

Na sequência de uma conversa em casa de um amigo comum, em que se falou de uma série de projectos literários meus que, como tantos outros e de outras áreas, foram ficando pelo caminho, o nosso grande António Dacosta escreveu-me uma carta, datada 6 de Maio de 1988, a incentivar-me a escrever um livro de ficção histórica, já com assunto e tudo. A certo ponto da sua carta, escrevia-me Dacosta:

Ainda bem que V. está a amadurecer a ideia do romance sobre a revolta dos Açores – não de todos, porque S. Miguel não quis aderir e a Horta ficou de fora, do lado do Governo. E foi de lá que vieram sobrevoar a Terceira as duas avionetas governamentais – Rato e Sete de Copas, como dizia no Pátio da Alfândega um tal Reis *expert* em busca.

Se V. me permite uma sugestão, o melhor a fazer por enquanto é consultar o pouco que os jornais lisboetas da época ousaram dizer sobre a revolta da ilha que nunca foi em tiranias. Quando havia falta de notícias em Lisboa, lembro-me de que se dizia: “é como na revolta dos Açores”. Já vê! Convinha de facto fazer rebentar, sair em Portugal da nossa revolta, como um vulcão. Merda – o melhor, que é às vezes o nosso pior, estava todo lá.

V. quando se meter nisso vai ver a vaga que aquilo foi – a guerreira heroica, o ridículo, o medo, aquele vento próprio da história a enlouquecer uns e outros – e, finalmente, um tom escuso lamentável. A Praia, onde estava todo o Regimento, teria varrido o céu como o M. Foi aí que se errou a jogada.

Mas isso fica para futuras conversas. Escreva!

A verdade é que eu entretanto me esqueci de escrever tal história – talvez um dia o consiga! –; mas também é verdade que, quando recebi o honroso convite para estar aqui hoje, me lembrei desta carta e desta ideia de António Dacosta – um dos poucos artistas de dimensão nacional (e aqui dou à palavra *artista* o seu valor mais vasto, englobando escritores e poetas) que adoptaram a cidade de Angra do Heroísmo como tema de algumas das suas obras. Mas ele referia-se à reconstituição de um acontecimento histórico em que Angra e a Terceira tiveram capacidade de iniciativa – que no entanto acabaria por entrar na longa lista dos vencidos da História. O que levanta um problema de fundo: como reconstituir, ou pelo menos reler, os acontecimentos – ou as utopias – do passado, separando-os daquilo que entretanto se passou e daquilo que hoje temos como resultado do processo – e que seria porventura muito diferente se os vencidos tivessem sido os vencedores. Porque a História, e nós com ela, trata de maneiras diferentes os vencidos e os vencedores.

No fragmento V das *Teses Sobre o Conceito de História*,²¹ o filósofo, sociólogo e crítico literário judeu-alemão Walter Benjamin (1892-1940) afirma que “a verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia” – sendo que “o passado só pode ser apreendido

²¹ BENJAMIN, 1940.

como imagem irre recuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento” –, para concluir que “é irre recuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado dela”. Mais adiante, no fragmento VII, o mesmo autor cita Gustave Flaubert que, referindo-se ao seu romance *Salammbô* (onde se ocupa da guerra dos Mercenários – séc. III a.C. –, que opôs a cidade de Cartago aos mercenários bárbaros que tinham sido contratados durante a primeira guerra púnica e que se revoltaram por não lhes ter sido paga a soldada prometida), confessa que poucos perceberão o quanto foi necessário ser-se triste para ressuscitar Cartago (“peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage”²²) – para concluir que este tipo de tristeza resulta do facto de os historiadores de orientação historicista criarem à partida uma “empatia com o vencedor”; para Benjamin, tal empatia “serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder”, na medida em que “aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos” – remata Walter Benjamin – “como é da praxe, são também levados no cortejo. Dá-se-lhe geralmente o nome de património cultural”.

Ah!, o Património Cultural – matéria em que a nossa cidade é reconhecidamente rica quase na proporção directa em que, à medida que o foi acumulando, foi perdendo grande parte dos poderes que a História nela concentrara. E que, gostemos ou não, nos materializa aos olhos aquela tristeza que sentimos quando tentamos reconstituir o que teria sido esta cidade nos seus momentos de glória – os seus momentos de utopia –, comparados com os dos tempos presentes, e que, *mutatis mutandi*, Fernando Pessoa, no poema com que encerra a *Mensagem*, tão bem exprimiu referindo-se ao declínio de Portugal no seu conjunto – e à urgência de recuperar o tempo perdido:

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer –
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fatuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ancia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!

²² Carta a Ernest Feydeau, de 29-30 Novembro de 1859, onde o autor escreve textualmente: «Quand on lira Salammbô, on ne pensera pas, j'espère, à l'auteur! Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour entreprendre de ressusciter Carthage! C'est là une thébaïde où le dégoût de la vie moderne m'a poussé.» A edição portuguesa da obra de Benjamin aqui citada indica, erradamente, Louise Colet como a destinatária desta carta.

Um pouco à semelhança de Thomas More, Fernando Pessoa fabricou o título *Mensagem* a partir de uma frase de Vergílio na *Eneida* – *mens agitat molem* (“é a mente que move a matéria”)²³ –, transmitindo assim a ideia de que Portugal terá que usar a inteligência para sair do actual marasmo e recuperar o seu brilho passado. O que, transpondo para a cidade de Angra actual, e para os problemas, sobretudo económicos e sociais, com que se debate e que tem que resolver, sobretudo resultantes da perda da mesma importância estratégica que lhe valeu a importância do passado, equivale a dizer que o nosso património cultural, ao invés de ser o despojo de vencido que integra o cortejo triunfal dos vencedores, terá que ser reavaliado e transformado em fonte de riqueza e em dinamismo.

Porque o nosso tempo já não é tempo para utopias. E talvez por isso mesmo valeria a pena recordar aqui, para terminarmos, algumas das palavras finais da *Utopia*, pelas quais o autor, salientando as suas divergências com Raphael Hitlodeu mas não querendo contraditá-lo, até porque já estaria cansado – não fosse ele incluí-lo no tipo de pessoas que têm receio de não parecerem suficientemente inteligentes se não encontrarem erros nas opiniões alheias –, tomou-o pela mão e levou-o a cear, dizendo que deveriam arranjar outra ocasião para discutir em conjunto os assuntos da Utopia e debatê-los em pormenor.²⁴

Saúdo por isso a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo por ter vindo a abrir um espaço de debate sobre a cidade e o seu passado, na medida em que muito há ainda que meditar em conjunto sobre se queremos que Angra do Heroísmo viva subjugada a um património-despojo – resultante dos ventos da História, que fizeram substituir a importância da centralidade geográfica e da dimensão cultural pela escala da demografia e da economia de escala – ou se, pelo contrário, deverá transformar esse mesmo património num efectivo gerador de riqueza e, portanto, de poder. Muitas cidades e sítios que por esse mundo fora ostentam classificação idêntica à de Angra provam que tal é possível.

E isso já nada terá a ver com utopias – mas, antes, com realismo. Com a cidade como palco e o mar, é claro, como cenário.

²³ “Principio cælum ac terras camposque liquentis | lucentemque globum lunæ Titaniaque astra | spiritus intus alit, totamque infusa per artus | mens agitat molem et magno se corpore miscet.” (VERGILIO, VI, 724-727).

²⁴ “tamen, quoniam defessum narrando sciebam, neque mihi satis exploratum erat, possetne ferre ut contra suam sententiam sentiretur, praesertim quod recordabar eo nomine quosdam ab illo reprehensos, quasi uerentur ne non satis putarentur sapere, nisi aliquid inuenirent in quo uellicare aliorum inuenta possent, idcirco et illorum institutione et ipsius oratione laudata, manu apprehendens intro coenatum duco; praefatus tamen aliud nobis tempus iisdem de rebus altius cogitandi atque uberius cum eo conferendi fore.” (MORE, 1516).

Referências

- BABCOCK, William H. (1922), *Legendary Islands of the Atlantic. A Study in Medieval Geography*. New York: American Geographical Society.
- BECCARIO, Battista (1426), Portulano. Bayerische Staatsbibliothek, Munich.
- BENJAMIN, Walter (1940), *O Anjo da História*. Ed. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- BIANCO, Andrea (1436), Atlas. British Library, London.
- CAMÕES, Luís de (1572), *Os Lusíadas*.
- CHATEAUBRIAND, François-René de (1822), *Mémoires d'Outre-Tombe*, I. Ed. Edmond Biré. Paris: Garnier Frères, 1904.
- DONNE, John (1624), Meditation xvii, in *Devotions upon Emergent Occasions. Together with Death's Duel*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959.
- DUARTE, Luiz Fagundes Duarte (2016a), “Mas com que palavras há-de um ilhéu escrever-se?”. Em CARNEIRO, Roberto; ALMEIDA, Onésimo Teotónio de; e MATOS, Artur Teodoro de (2016), *Condição do Ilhéu*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa (no prelo).
- DUARTE, Luiz Fagundes (2016b), *As Fogueiras do Mar. Livro Primeiro das Crônicas*. Lisboa: Abysmo (no prelo)
- DUARTE, Luiz Fagundes Duarte (2017), *Retratos Imperfeitos*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas (no prelo).
- ERASMO de Roterdão (1511), *Stultitiae Laus*. Citações em Latim: <http://www.thelatinlibrary.com/erasmus/moriae.shtml>.
- FLAUBERT, Gustave (1859), CORRESPONDANCE. ÉD. DANIELLE GIRARD ET YVAN LECLERC. ROUEN, 2003.
- HESÍODO, *Os trabalhos e os Dias*. Ed. Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta Editora, 2012.
- HOMERO, *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2003. Citação em grego: Homer, *The Odyssey*. Ed. A. T. Murray. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1919.
- LINSCHOTEN, Jan Huygen van (1595), *A cidade de Angra na Ilha de Iesv Xp̄o da Terceira que esta em 39 Graos*.

- MORE, Thomas (1516), *Utopia*. Ed. J. H. Lupton. Oxford: The Clarendon Press, 1895.
- PESSOA, Fernando (2016), *Mensagem e Poemas Publicados em Vida*. Ed. Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Edição Crítica de Fernando Pessoa, I.
- PLUTARCO, *Vidas Paralelas*. Edição consultada: Plutarque, *Vies parallèles*. Ed. François Hartog (dir.), Paris: Quarto Gallimard, 2001, 129-160.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Direcção-Geral do Património Cultural. *Angra do Heroísmo*.
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10623.
- SLOCUM, Joshua (1900), *Sailing Alone Around the World*. New York: Barnes & Noble.
- STOKES, Whitley (1890), *Anecdota Exoniensia: Lives of the Saints, from the Book of Lismore*. Oxford: Clarendon Press.
- TWAIN, Mark (1869), *The Innocents Abroad or The New Pilgrims' Progress*. Hartford: American Publishing Company.
- VERGILIO, *Eneida*. Trad. Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Tibúrcio L. Alves. Lisboa: Bertrand, 2013. Citações em Latim: P. VERGILI Maronis, *Æneidos*, <http://www.thelatinlibrary.com/index.html>.

ARTIGOS

A FILOSOFIA FRANCISCANA E O ESPÍRITO SANTO NOS AÇORES

*Nuno Ornelas Martins**

Introdução

Existem já inúmeros estudos sobre as relações entre a espiritualidade franciscana e o culto do Espírito Santo nos Açores, abordando questões históricas, culturais, etnográficas e antropológicas. Esses estudos tratam o culto do Espírito Santo nos Açores com uma abrangência muito superior àquela a ser tentada aqui. Aqui não serão procuradas as raízes históricas, culturais, etnográficas ou antropológicas do culto do Espírito Santo, mas será antes abordada uma área relativamente menos estudada, que diz respeito às relações e analogias entre as doutrinas filosóficas e teológicas elaboradas por alguns dos principais filósofos e teólogos franciscanos medievais e o culto do Espírito Santo nos Açores.

Podemos, talvez, identificar três elementos fundamentais do culto do Espírito Santo nos Açores: um uso dos bens materiais baseado na gratuidade; a ligação directa a Deus, pelo Espírito Santo; e a simplicidade, que se deverá manifestar na vivência prática. Estas três características estão sistematizadas, respectivamente, no pensamento dos franciscanos São Boaventura, Duns Escoto e Guilherme de Ockham, como será aqui argumentado. No entanto, a prática cristã do culto do Espírito Santo não pressupõe conhecimento deste pensamento filosófico subjacente ao cristianismo e ao franciscanismo. Aliás, quem pratica o culto, e mesmo aqueles que ensinam essa prática, geralmente nunca conheceram os desenvolvimentos filosóficos relacionados com esse modo de viver franciscano. Nem é necessário que conheçam. O culto do Espírito Santo nos Açores é um exemplo de como essa prática não pressupõe conhecimento desses pressupostos filosóficos. De resto, a haver uma relação entre as elaborações filosóficas dos doutores franciscanos e o culto do Espírito Santo dos Açores, essa decorrerá do facto de ambos os fenómenos serem consequência da mesma vivência espiritual, que se manifesta tanto na prática popular, como na actividade intelectual.

* Professor da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

O autor agradece os comentários ao texto dos Professores Joaquim Cerqueira Gonçalves e Mário Cabral, sem os implicar de nenhum modo nas ideias aqui expressas.

Mas, mesmo nesse caso, a elaboração filosófica ajuda-nos a perceber essa prática popular do culto do Espírito Santo, ao procurar explicar racionalmente princípios semelhantes aos que estão subjacentes a essa vivência espiritual, da qual a actividade intelectual é também uma emanção. Existem várias vias de acesso a essa vivência espiritual, entre elas a via prática, e a via especulativa, ou contemplativa. A primeira é mais abrangente que a segunda, pois o pensar faz parte da vida. Este texto foca esta segunda via, menos abrangente, da elaboração filosófica, que está por detrás do pensamento franciscano, de cariz neoplatónico, e tenta explicar como os elementos deste pensamento ajudam a compreender o culto do Espírito Santo nos Açores, sob esse ponto de vista menos estudado. Para compreender estas analogias, será necessário começar pela corrente filosófica que mais influenciou os filósofos franciscanos medievais, o neoplatonismo, não se procedendo a mais do que a um brevíssimo resumo dos aspectos fundamentais dessa corrente filosófica, e da sua influência na Igreja Católica. Mais do que isso levaria demasiado longe, face aos modestos propósitos do presente texto.

O neoplatonismo ao longo da história da filosofia

A filosofia franciscana tem como principal influência filosófica a corrente geralmente designada por neoplatonismo, que remonta às ideias de Pitágoras e Platão, subsequentemente desenvolvidas por Plotino. Esta doutrina será conciliada pelos filósofos franciscanos com a doutrina cristã, no seguimento de trabalho anterior nesse sentido, desenvolvido por Santo Agostinho. São Boaventura será o autor franciscano que, talvez, melhor espelha o espírito dessa filosofia franciscana neoplatónica no século XIII, época em que São Tomás de Aquino começa a recuperar o pensamento de Aristóteles, levando à filosofia Aristotélico-Tomista, que se torna, subsequentemente, a doutrina filosófica central na Igreja Católica.

Após a ascensão do tomismo na escolástica medieval, o franciscanismo gerará outros sistemas alternativos para além do neoplatonismo, como o escotismo (dos seguidores do franciscano João Duns Escoto, sistema que, aliás, continua muitos elementos do neoplatonismo), ou o nominalismo (associado ao franciscano Guilherme de Ockham). A ascensão do tomismo dentro da Igreja Católica, e o progressivo abandono do neoplatonismo, não impede um renovado interesse no neoplatonismo, na Renascença, levado a cabo, precisamente, pelos autores críticos da Igreja Católica, cujas observações esqueceram, muitas vezes, os contributos, para o desenvolvimento do neoplatonismo, dos pensadores católicos que vão de Santo Agostinho a São Boaventura, mas devem ser lidas no contexto renascentista em que o Aristotelismo Tomista predominava na Igreja Católica.

Após a reforma protestante, o neoplatonismo encontrará também continuidade na Universidade de Cambridge, num conjunto de autores liderados por Ralph Cudworth, designados como “Cambridge Platonists”. Continuidade, porque antes da reforma protestante, Cambridge sofria influência franciscana, tal como Oxford, que era um dos centros mais influentes do franciscanismo neoplatónico medieval. João Duns Escoto, por exemplo, esteve em Cambridge e Oxford, para além de Paris, e de Colónia, onde faleceu. O neoplatonismo foi, pois, uma presença constante na Universidade de Cambridge até

aos tempos de Bertrand Russell que, abandonando o neoplatonismo do seu mentor Alfred North Whitehead, adopta o atomismo.

No pensamento contemporâneo, Whitehead será, talvez, o último autor influente da tradição neoplatónica, no século XX, e uma breve referência ao seu trabalho ajudar-nos-á a perceber que o neoplatonismo não é uma corrente ultrapassada e arcaica, pois continua a fornecer uma interpretação válida para questões científicas actuais. De resto, Whitehead recuperara o platonismo no século XX precisamente como reacção às descobertas da ciência, que da física quântica à biologia, anunciavam que toda a realidade é um processo: os organismos vivos são processos dinâmicos onde células nascem e morrem, as células são processos de interacção molecular, as moléculas são estruturas atómicas, e os átomos, diz a física quântica, são processos de transferência de energia.

Sendo toda a realidade um processo, levanta-se a questão de como conhecer algo, se o que queremos conhecer já mudou antes de podermos compreender esse processo. Regressa-se assim ao problema de Heráclito, que Platão herdou, talvez, via Crítias: como obter conhecimento de algo em permanente mutação. A solução de Platão é que a realidade observável é uma actualização de uma forma eterna ou intemporal. Whitehead, recuperando Platão, e a ideia base do neoplatonismo, explica que aquilo que se mantém neste processo de permanente transformação é a forma (atómica, molecular, celular, orgânica, ou espiritual), e o conhecimento dirige-se a essa realidade eterna, a única inteligível.¹ Esta motivação de Whitehead, que parte da ciência moderna, é diferente da dos gregos e medievais. Mas, em ambos os casos, a *forma* ou *ideia*, é a base do conhecimento. Qualquer matéria é, dizem os cientistas, um processo estruturado de transferência de energia, isto é, uma estrutura (atómica, molecular, biológica, etc), isto é, é uma forma. Recupera-se assim a teoria das ideias, ou das formas (eidos), de Platão.

O indivíduo no franciscanismo neoplatónico

Uma razão importante pela qual a teoria das ideias de Platão foi muitas vezes rejeitada é por ter sido, ao longo da história da filosofia, interpretada de modo dualista, por exemplo pelos gnósticos, segundo os quais só a forma é verdade, sendo a matéria é falsidade. Mas quando se diz que tudo são formas, no neoplatonismo, não se pretende desprezar a matéria. O que se quer dizer é que aquilo que individualiza cada entidade é a forma, e não a matéria. Por exemplo, o que distingue duas pessoas, para Duns Escoto, é o facto de terem formas individuais diferentes (tanto forma espiritual como forma corporal, pois o corpo não é desvalorizado, e tem uma forma também). Para Escoto, a matéria é informe, potencial, e não individualiza.

Já para São Tomás de Aquino, o que distingue duas pessoas é o facto de terem matéria diferente, e a forma (ou *dínase*) é universal.² Isso acontece porque para Aristóteles,

¹ Whitehead, A.N., *Process and Reality: An Essay on Cosmology*, Macmillan, 1929.

² Tomás de Aquino, *O Ser e a Essência*, in *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1991.

que São Tomás segue, a forma é sempre uma abstracção, levando a um conceito obtido a partir do concreto e, portanto, sempre universal. Já para Platão, a *ideia* é anterior ao sensível, hipótese que admite a possibilidade de uma forma individual, como Escoto sugere, baseando-se na noção de forma de Platão. A tradição platónico-escotista e a tradição aristotélico-tomista invertem, pois, a explicação da individuação: a primeira explica a individuação pela forma, a segunda pela matéria. Ou seja, a diferença é que na matéria enformada de São Tomás é a matéria que individualiza, e em Escoto há forma corporal e forma espiritual, e ambas individualizam.³ Isto permite a Escoto dizer que cada pessoa contém uma forma interna distintiva, sendo que Deus pode comunicar com cada pessoa única de um modo directo através dessa forma individual. Como dizia Santo Agostinho, que muito influenciou o pensamento franciscano, Deus habita no homem interior.⁴ Esta concepção ajuda-nos a perceber a ligação directa a Deus pressuposta no culto do Espírito Santo, como será aqui explicado em maior pormenor.

São Tomás também pode dizer que cada pessoa é única, mas devido à matéria que a individualiza, porque não tem forma individual, como em Escoto. Logo, Deus não comunicaria livremente com o interior de cada indivíduo, pois a matéria que Deus cria torna-se algo exterior. Claro que o que une São Tomás a São Boaventura e Duns Escoto é mais do que aquilo que os separa, tal como o que une Platão a Aristóteles é mais do que aquilo que os separa. Tanto Platão como Aristóteles reconhecem o papel da forma, contra o atomismo de Demócrito, que é o verdadeiro opositor do neoplatonismo, como Russell percebeu. As diferenças que percebemos entre autores escolásticos como São Tomás, São Boaventura e Duns Escoto por vezes relacionam-se com os vários sentidos em que usamos a palavra matéria. Há algo a que chamamos por vezes matéria que é, para Escoto, forma corporal, sem prejuízo de que, a um certo nível, cheguemos finalmente à matéria informe (para Escoto só essa é designada de matéria). O neoplatonismo verdadeiro nunca desprezou a matéria. Já Plotino avisava os gnósticos que a matéria era tão boa quanto podia ser.

S. Boaventura escreve, no parágrafo 14 do capítulo I do Itinerário que “materia est plena formis secundum rationes seminales”, o que está traduzido como “a matéria está cheia de princípios entitativos, em virtude das razões seminais”.⁵ Esta passagem, de que a matéria está cheia de formas, levanta a questão de qual a relação entre a matéria e a forma. Se a matéria está “cheia” de formas, pode-se levantar a questão de saber se restará espaço para algo mais. A matéria acabaria por ser forma, por estar cheia de formas. Para perceber esta questão, poderemos distinguir pelo menos 4 maneiras de relacionar matéria e forma:

- A) Só existe matéria (Materialismo)
- B) Matéria e forma existem separadamente (Dualismo)
- C) Matéria e forma existem inseparadamente (Hilomorfismo)
- D) Só existem formas (Monismo)

³ Conforme explicado em Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Humanismo Medieval, I: A Natureza do Indivíduo em João Duns Escoto, II: Franciscanismo e Cultura*, Braga, Ed. Franciscana, 1971.

⁴ Agostinho, *O Mestre*, in *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1991.

⁵ São Boaventura, *Itinerário da Mente para Deus*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2009 (com uma leitura introdutória de Manuela Brito Martins).

Quanto ao materialismo, tem em Demócrito o autor mais coerente. Demócrito acreditava que, em última análise, chegamos a átomos indivisíveis que interagem no vazio. Isto é a essência do materialismo. Implica que, em última análise, chegamos a algo que não tem forma, o átomo. Para o dualismo, perspectiva que é muitas vezes atribuída a Platão, matéria e forma existem separadamente, levando à interpretação gnóstica do neoplatonismo, e aos problemas tratados por Descartes, Espinosa e Leibniz, na tentativa de compreender a relação entre matéria e forma. De facto, muitos dos termos gregos são interpretados na modernidade de modo diferente, levando a problemas na compreensão de saber se Platão seria ou não realmente um dualista. A posição neoplatónica aponta no sentido negativo.

Apesar da influência da modernidade, quando se diz matéria, geralmente usa-se o termo em sentido aristotélico, que adopta a perspectiva hilomórfica, de que forma e matéria existem inseparavelmente. Para Aristóteles, tal como para São Tomás de Aquino, matéria significa matéria informe, à qual uma causa eficiente dá forma ao longo do tempo. Mas para S. Boaventura, como para Santo Agostinho, a matéria contém já “razões seminais” conferidas na própria Criação. De resto, a palavra matéria é usada frequentemente como sinónimo de Criação. Nesse sentido, é tautológico dizer que a matéria existe, se aceitarmos a Criação. Mas mesmo se isso for o caso, o que a filosofia platónica procura são as formas inteligíveis, as “razões seminais”. E em última análise, “matéria” poderia ser apenas um termo para aquilo (seja o que for) que é enformado. Mas essa matéria tem por sua vez uma forma, e assim sucessivamente, até se chegar à forma final. Mesmo as partículas mais pequenas da Física são constituídas por formas (campos de forças, etc), como Whitehead explica ao recuperar o neoplatonismo. Nesse sentido, de facto é verdade que a matéria está cheia de formas, como explica São Boaventura. Esta parece ser a posição neoplatónica assumida pelo menos de Plotino a Friedrich Hegel, se quisermos incluir o Hegelianismo como continuação do neoplatonismo, dada a primazia da noção de *forma* ou *ideia*⁶, e recuperada posteriormente por Whitehead, antes de Russell conduzir a filosofia analítica anglo-saxónica de volta ao atomismo, levando ao relativo abandono do Hegelianismo no mundo anglo-saxónico.

O Monismo Hegeliano levanta muitas vezes a questão de saber se o indivíduo se perde no Todo. Hegel tenta resolver este problema argumentando que cada forma mantém-se, estando em relação com o Todo, sem se perder, e assim o problema não existe. Talvez Escoto tenha explicado isto melhor, com a conjugação da doutrina da univocidade do Ser com a doutrina da Distinção Formal. Aliás, matéria pode ser visto como apenas um termo para designar algo quando queremos abstrair da forma. Faz parte daquilo que Ludwig Wittgenstein designa como “jogo de linguagem”.⁷

O problema fundamental do neoplatonismo, quando desenvolvido por certos autores, é o necessitarismo (por vezes chamado de necessitarismo greco-árabe). Os católicos (especialmente franciscanos) desenvolveram o neoplatonismo de outro modo, em que

⁶ G.W.F. Hegel, *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome, vol.1*, Lisboa, Edições 70, 1988.

⁷ Ludwig Wittgenstein, *Tratado Lógico-Filosófico/Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

existe vontade e liberdade (e Duns Escoto foi mesmo acusado de voluntarismo). Enquanto para Avicena e os árabes, tudo procede do Uno necessariamente, e ao Uno retorna num esquema necessitarista (em que o indivíduo se perde), em Escoto, sendo cada indivíduo único (dotado de vontade e forma própria), este não se perde na infinidade de formas possíveis. Isto significa que, para Escoto, Deus pode agir e comunicar directamente com cada indivíduo. Deus pode, quer, e faz. Esta comunicação directa com cada pessoa única, pelo seu “homem interior”, e forma individual, estará presente no culto do Espírito Santo, como será argumentado. O pensamento de Escoto traz aquela que é, talvez, a explicação mais clara desta doutrina, que já se encontrava em Santo Agostinho, para quem o ser humano é um todo dotado de vontade, que encontra a verdade no seu interior.

No seu *Tratado do Primeiro Princípio*, Duns Escoto explica que Deus, sendo um Ser onipotente, quando age necessariamente age com toda a Sua potência.⁸ Isso significa que se Deus tivesse criado o mundo por emanção necessária, teria criado um mundo perfeito. Mas, para Escoto, o mundo não é perfeito, restando saber se pelo menos seria, como pensava Leibniz, o melhor dos mundos possíveis.⁹ Isto significa que, segundo Escoto, quando Deus criou o mundo, não agiu com toda a Sua potência, como seria o caso se o mundo fosse uma emanção necessária. Portanto, o mundo foi criado contingentemente por Deus, que não agiu com toda a Sua potência, podendo-se também pensar que foram deixados muitos aspectos para serem melhorados pelo ser humano. Esta questão, relacionada com a melhoria do mundo, pode ser articulada com a filosofia da história de São Boaventura, tendo articulações importantes com o culto do Espírito Santo, como será argumentado.

O Escotismo como desenvolvimento do neoplatonismo

Escoto desenvolverá a noção de Ser, atingindo um pensamento trinitário baseado na univocidade do Ser, tal como Plotino tinha já atingido no seu neoplatonismo, ao contrário dos dualistas gnósticos. Assim, nada no Ser Uno poderia ser desprezado, como para os dualistas gnósticos, porque tudo é parte de Deus, e sua criação (para Escoto) ou emanção (para Plotino). Quando os gregos trataram a questão do Ser, confrontaram-se com a questão metafísica do Uno e do Múltiplo. A modernidade abandonou a metafísica. Mas a ideia de que o real não se reduz ao existente (ao que é percebido) e ao subjectivo, havendo lugar para uma outra categoria (para além do percebido e do mental) é fundamental para compreender o pensamento escotista. A ontologia coloca-se em termos de quais as condições (transcendentais) de possibilidade para a inteligibilidade do real (que Immanuel Kant posteriormente limitou às condições subjectivas para a experiência possível).¹⁰ Essas condições têm de permitir explicar o seguinte:

⁸ Duns Escoto, *J. Tratado do Primeiro Princípio*, Lisboa, Edições 70, 1998.

⁹ G.W. Leibniz, *Discurso de Metafísica*, Lisboa, Edições 70, 1995.

¹⁰ Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p.175 (B 169, A 130). Uma discussão da relação desta perspectiva Kantiana com o cristianismo encontra-se em Nuno Ornelas Martins, “A Ética Kantiana e o Espírito do Cristianismo”, *Humanística e Teologia*, 30 (1), pp. 149-201.

- (a) a nossa capacidade de compreender o mundo pressupõe uma ontologia relacional, senão teríamos apenas átomos interagindo caoticamente, se não houvesse alguma unidade entre as partes – o mundo atomista de átomos e vazio de Demócrito, que já Platão e Aristóteles rejeitavam. A inteligibilidade pressupõe alguma unidade, na qual tudo está interrelacionado. Esta é a univocidade do Ser pressuposta por Escoto. Daqui, podemos concluir que tudo está relacionado: o Uno no Múltiplo.
- (b) mas a nossa capacidade de compreender o mundo pressupõe também algum tipo de distinção dentro do Uno, senão não haveria conhecimento, dado que um Uno sem algum tipo de distinção não seria inteligível. Isto leva Escoto à sua noção de distinção formal, que não pode ser apenas uma distinção física (senão voltaríamos aos átomos interagindo caoticamente) nem apenas uma distinção mental, porque a origem da distinção tem de estar na realidade, não apenas na mente que meramente a representa, possivelmente transformando-a também (a origem tem de ser ontológica): o Múltiplo no Uno.

Em resumo, o Ser tem de ser unívoco em algum sentido, porque toda a realidade está em relação. A questão é como será possível distinguir partes do Ser, não apenas conceptualmente, porque as distinções têm de ser reais, mas sem que isso fragmente o Ser de modo atomista, como em Demócrito. A distinção formal do Escotismo é a noção adequada para perceber essa relação entre Uno e Múltiplo.

A distinção formal assegura o indivíduo e a racionalidade que se perderia no Ser unívoco. Aliás, seguindo as noções de Ser unívoco e a distinção formal, as ideias platónicas podem ser vistas numa perspectiva não-dualista. Seguindo Escoto, podemos ver as ideias platónicas como parte integrante da realidade, mas sem que se transformem em conceito abstracto aristotélico, que se obtém por generalização do concreto. Sendo assim, todo o mundo seria feito de formas, como Platão diz no *Timeu*, mas essas formas ou ideias estão na realidade, e não fora dela – tal como Deus habita no homem interior, permitindo a ligação directa a Deus presente no culto do Espírito Santo nos Açores, como veremos.

Dentro das infinitas formas possíveis constitutivas de Deus, todas em relação no Ser unívoco, algumas tornam-se existentes (finitas), e aqui entra a contingência, e a vontade (ou a Graça) de Deus. Não temos necessitarismo da Natureza, mas Graça e contingência. Não estaremos demasiado próximos do voluntarismo aqui, pois se o que “pode ser”, isto é, as “possibilidades”, são infinitas, há ainda racionalidade nessa possibilidade, num contexto em que tudo está em relação, onde a distinção formal assegura a existência de indivíduos livres dotados de vontade.

Contingência, sociedade e história

A noção de relação elaborada acima leva à noção fundamental de Trindade, e a como esta pode ser um modelo de uma concepção relacional para a sociedade. De resto, o tópico do Espírito Santo é inseparável do tópico da Trindade. A gratuidade, e a caridade, típicas do culto do Espírito Santo, são vistos geralmente em relação, precisamente, à Terceira Pessoa da Trindade.

Parece apelativo estabelecer a Terceira Pessoa como a Relação entre a Primeira e Segunda Pessoa. Esse facto ajuda-nos a ver a gratuidade e caridade praticada no culto do Espírito Santo como uma participação na relação Trinitária. Por outro lado, a Terceira Pessoa não pode ser apenas uma relação. A solução de Ricardo de São Vítor é que a Primeira Pessoa tem amor gratuito para com o Filho, o Filho tem amor devido ao Pai (face ao amor gratuito do Pai) e amor gratuito para o Espírito Santo, que tem amor devido a Ambos, sendo este último que a criatura imita. A ideia da necessidade de uma Terceira Pessoa para que o amor comum (de Pai e Filho) se propague, interpretando Ricardo de São Vítor, parece fornecer uma analogia para essa concepção relacional da sociedade.

Por outro lado, ficamos com dificuldades em situar a analogia de Santo Agostinho neste esquema, pois as Três Pessoas terão de ter Memória, Inteligência e Vontade, que segundo Santo Agostinho são a analogia do Pai, Filho e Espírito Santo no homem (que São Boaventura também adopta). Uma possível reconciliação é ver cada Pessoa da Trindade também como o análogo de cada uma destas faculdades, sendo Deus-Pai o Ser permanente (como a memória), Deus-Filho a fonte de todas as Possibilidades (e da Razão), e a Terceira Pessoa a Vontade contingente.

A Primeira Pessoa é a fonte do Ser (Escoto refere-se à célebre metafísica do Êxodo, onde Deus anuncia que é aquele que é). A racionalidade (o Logos, que é a Segunda Pessoa da Trindade) existe na possibilidade, sendo que, no entanto, tudo é criado infinitamente e contingentemente, isto é, pela Terceira Pessoa. A racionalidade que daqui advém seria uma perspectiva necessitarista, se não fosse a noção de infinito, e a contingência que ocorre no acto voluntário pelo qual o existente assume uma das infinitas possibilidades do Ser. A distinção infinito/finito em Escoto substitui a distinção essência/existência em São Tomás. Assim, cada criatura é única, e criada contingentemente, pela vontade divina (que está em ligação directa a Deus, como pressuposto no culto do Espírito Santo). Daqui poderia advir a acusação de voluntarismo, devido à contingência, mas a noção de possibilidade (embora de infinitos individuais) permite a racionalidade. E podemos assumir que tanto o indivíduo, como a relação, são ambos reais, mas ontologicamente distintos. No caso da relação social, existe tanto a relação, como o indivíduo (criado contingentemente), em que ambos se influenciam e constituem mutuamente.

O conceito de infinito parece resolver o problema, porque traz a noção de contingência, mas sem abandonar a racionalidade do Ser, que existe nas infinitas possibilidades das quais apenas algumas se “concretizam” de um modo contingente. Isto implica o abandono de uma noção muito rígida, ou necessitarista, da lei natural, que já existia nos gregos, em favor de uma perspectiva histórica do cristianismo, que existia já em Santo Agostinho. Esta concepção, e a noção de contingência permite trazer a História, característica

da tradição judaico-cristã, por oposição ao Eterno Retorno Grego. De facto, veremos que o culto do Espírito Santo nos Açores pode ser interpretado como a representação do culminar de uma época Histórica, pressupondo que o Eterno Retorno, ou a Lei Natural, não é inexorável. Não que não existam factos naturais, mas será uma natureza situada na historicidade. A natureza é um Bem que se pode transformar, e não apenas um Mal de um modo gnóstico ou maniqueísta, da qual nos teremos de libertar (ou redimir), se bem que o Evangelho de São João, escrito já com mais influência da filosofia neoplatónica, por vezes sugira isso (“Vós não sois deste mundo”).

O Franciscanismo e o Espírito Santo nos Açores

Para compreender a ligação directa a Deus, pressuposta na concepção platónico-escotista, é útil questionar se Platão manteve sempre a mesma teoria das ideias desde o *Fédon* até ao fim da vida. Henry Jackson, um dos últimos autores ligados ao Platonismo em Cambridge, argumenta que no *Fédon* temos uma teoria das ideias em que há participação (na forma ou ideia), mas no *Teeteto*, e certamente no *Parménides*, há uma evolução no sentido de uma teoria das ideias em que há analogia (com a forma ou ideia), mas não participação (na forma ou ideia). O argumento do terceiro homem faz Henry Jackson pensar que há no *Parménides* uma auto-crítica da teoria das ideias do *Fédon*, e uma mudança da participação para a analogia.

Este assunto é central para o neoplatonismo cristão. Os autores cristãos dividem-se quanto a se o facto de sermos imagem de Deus é uma analogia ou participação, com a ortodoxia cristã a tender para a analogia. O trabalho do principal autor cristão do neoplatonismo, o franciscano São Boaventura, pode ajudar a perceber esta questão, e as suas implicações para a ligação directa a Deus, bem como para a concepção histórica do cristianismo. Nos degraus do seu *Itinerarium*, São Boaventura divide os seis primeiros degraus assim:

Deus pelos vestígios
Deus nos vestígios
Deus pela imagem
Deus na imagem
Deus pela luz
Deus na luz

Há uma progressão da Natureza (vestígio) até Deus (luz). A distinção “pelo” vestígio, imagem ou luz e “no” vestígio, imagem ou luz pode ajudar a compreender a diferença entre analogia (ver Deus “pelo” vestígio, imagem ou luz) ou participação (Deus estar “no” vestígio, imagem ou luz, que participa n’Ele). E a distinção ajuda a perceber o debate analogia vs participação.

Em S. Boaventura, no capítulo I do *Itinerário*, e no Comentário aos seis dias da Criação, há também uma processão neoplatónica, mas situada na História. São Boaven-

tura procede a uma divisão da História em três etapas (que Joseph Ratzinger explica no seu doutoramento sobre a Teologia da História de S. Boaventura)¹¹:

Lei da Natureza
Lei da Escritura
Lei da Graça

A influência de Joaquim de Fiore parece estar presente nesta visão da história, cujas analogias com o culto do Espírito Santo nos Açores são conhecidas. Esta ideia aponta para a melhoria da Criação através da acção humana, guiada por Deus. De facto, se Leibniz argumenta que Deus criou o melhor dos mundos possíveis, Duns Escoto enfatiza que o mundo foi criado contingentemente, não necessariamente.

Estamos já em condições de sistematizar duas ideias fundamentais de São Boaventura e Duns Escoto que contêm relações interessantes com o culto do Espírito Santo nos Açores:

- A “Lei da Graça”, ou da gratuidade, subjacente ao culto do Espírito Santo, é certamente análoga à Teologia da História de S. Boaventura. Temos em São Boaventura uma sistematização dessa Teologia da História em termos de uma vivência franciscana, que procura uma transformação do mundo. Ou pelo menos, tanto a Teologia da História de São Boaventura como o culto do Espírito Santo são manifestações dessa mesma concepção da História.
- A ligação directa a Deus presente no culto do Espírito Santo está elaborada pela ideia escotista (presente na época entre os franciscanos) de que Deus comunica directamente e contingentemente, porque está dentro das suas possibilidades (Deus pode, quer e faz). Foi também com este argumento que Escoto trouxe para a doutrina da Igreja o dogma da Imaculada Conceição (Deus pode, quis e fez). A doutrina escotista é uma sistematização dessa vivência espiritual que foi trazida para as ilhas, e fornece uma visão racional da mesma.

Assim, quanto à relação entre estas doutrinas bonaventurianas e escotistas com o culto do Espírito Santo nos Açores, podemos vê-las como uma sistematização filosófica de uma vivência espiritual franciscana. Não se pretende aqui estabelecer, nem também excluir, qualquer relação de causalidade entre esta especulação filosófica e o culto do Espírito Santo nos Açores, outrossim apontar a existência de uma relação de concomitância, isto é, tanto esta especulação filosófica como o culto do Espírito Santo nos Açores são ambos uma manifestação da mesma vivência franciscana, a primeira uma manifestação teórica, a segunda uma manifestação prática. Podemos ver as duas características

¹¹ Joseph Ratzinger, *A teologia da história de São Boaventura*. Tradução de Manuela Brito Martins. Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2010.

distintivas do culto do Espírito Santo (Lei ou Tempo da Graça, e a ligação directa a Deus) como algo que Boaventura e Escoto nos ajudam a compreender.

Existe uma terceira característica do culto do Espírito Santo, que é a simplicidade da prática (é uma criança que é coroada nesse culto, como símbolo dessa simplicidade). A simplicidade é uma regra epistemológica presente no franciscanismo de Guilherme de Ockham, que prefere também a prática à teoria. É esta terceira característica que leva a que se tenha perdido consciência das dimensões filosóficas e teológicas desta vivência franciscana, ao privilegiar a prática desligada da actividade intelectual. Para melhor compreender estas ligações, será naturalmente necessário complementar esta análise de analogias filosóficas e teológicas com estudos históricos, culturais, etnográficos e antropológicos do culto do Espírito Santo nos Açores. Estes últimos existem já em número significativo, procurando-se aqui focar apenas os aspectos menos estudados, relacionados com a filosofia e teologia franciscana discutida acima.

Notas conclusivas

As interpretações habituais do culto do Espírito Santo nos Açores relevam a sua ligação ao paganismo e ao joaquimismo. Mas o paganismo está ligado a muitas práticas cristãs para além do culto do Espírito Santo, pois aquando da evangelização, as sociedades interpretaram naturalmente e inevitavelmente a mensagem cristã em termos das suas categorias mentais pagãs, sendo que os próprios evangelizadores entenderam mais conveniente integrar essas práticas na religiosidade cristã do que suprimi-las. Este processo foi particularmente acentuado quando a evangelização, iniciada em meios urbanos pelos Apóstolos, se começou a expandir a meios rurais.¹² Da cultura agrária nas ilhas resulta também uma acentuação de certos ritos típicos de sociedades agrárias, ligados ao paganismo. Mas isso significa que aspectos pagãos não são a marca distintiva do culto do Espírito Santo nos Açores, quer porque coexistem com outras vivências cristãs, quer porque sem o culto do Espírito Santo, esses ritos que são apontados como prova da influência do paganismo existiriam de qualquer modo, especialmente numa sociedade agrária. Logo não pode ser isso a diferença específica que o culto do Espírito Santo traz.

A tese de que o Joaquimismo é o traço distintivo do culto do Espírito Santo vai por vezes ao extremo oposto, vai da Natureza à Graça. Abandona-se o Eterno Retorno e a Natureza vista do modo pagão, trazendo História, mas a ideia de que se abandona a Natureza é ir longe demais. A Natureza manifesta-se ainda no culto do Espírito Santo, como não pode deixar de ser numa sociedade agrária. Mas a adaptação que São Boaventura faz da Teologia da História Joaquimita permite uma interpretação diferente. A ideia de São Boaventura, onde Natureza, Lei e Graça coexistem, sem que nenhuma das três (que são analogia da Trindade) se perca, é a mais adequada para compreender o fenómeno do culto do Espírito Santo: existe a Natureza (presente sempre numa sociedade agrária); a

¹² Conforme explicado por José Mattoso, *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*, Mem Martins: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009.

Lei (e a obediência à Igreja de Cristo, logo não é heresia); e a Graça (o Dom, a economia do dar). A interpretação pagã fica na Natureza, e a interpretação Joaquitana abandona a Natureza. Mas têm de coexistir as três (Natureza, Lei e Graça). Isto do ponto de vista da interpretação teológica do culto.

Não é demais repetir que com este texto não se procurou argumentar que na prática do culto do Espírito Santo nos Açores existe uma consciência racional desta filosofia franciscana. A prática em causa, e a sua transmissão, não pressupõe esse conhecimento. Há três características fundamentais do Espírito Santo: a evocação de uma época histórica em que as relações humanas se baseiam na gratuidade no uso dos bens materiais, a ligação directa a Deus, e a simplicidade da prática. Os três argumentos fundamentais deste texto, que procuram encontrar na filosofia franciscana analogias com essas características do culto do Espírito Santo nos Açores, são os seguintes: a gratuidade, ou lei da Graça, é uma ideia que se consolida no franciscanismo pela Teologia da História de São Boaventura; a ligação directa a Deus, sem a necessidade de uma processão necessária do Uno, é uma ideia que surge no franciscanismo pela noção de contingência de Duns Escoto; e a simplicidade é uma regra epistemológica presente no franciscanismo de Guilherme de Ockham, que prefere a prática à teoria.

O terceiro ponto, que apela ao retorno à simplicidade de Francisco de Assis, explica porque a consciência dos dois primeiros pontos foi perdida, ou nunca foi procurada, nesta prática franciscana que é o culto do Espírito Santo nos Açores. É também importante lembrar que não se procurou aqui estabelecer uma relação histórica de causalidade entre a filosofia franciscana medieval e o culto do Espírito Santo nos Açores. Procurou-se antes encontrar na filosofia franciscana medieval uma racionalização que ajude a interpretar o culto do Espírito Santo nos Açores, dadas as analogias entre esta prática popular e aquela actividade intelectual, ambas emanações da mesma vivência espiritual, também desenvolvida pelos franciscanos.

Nota bibliográfica:

AGOSTINHO, *O Mestre*, in *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1991.

BOAVENTURA, *Itinerário da Mente para Deus*, Porto, Centro de Estudos Franciscanos, 2009 (com uma leitura introdutória de Manuela Brito Martins).

DUNS ESCOTO, J. *Tratado do Primeiro Princípio*, Lisboa, Edições 70, 1998.

GONÇALVES, J.C., *Humanismo Medieval, I: A Natureza do Indivíduo em João Duns Escoto, II: Franciscanismo e Cultura*, Braga, Ed. Franciscana, 1971.

HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome, vol. I*, Lisboa, Edições 70, 1988.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LEIBNIZ, G.W., *Discurso de Metafísica*, Lisboa, Edições 70, 1995.

MARTINS, N.O., “A Ética Kantiana e o Espírito do Cristianismo”, *Humanística e Teologia*, 30 (1), pp. 149-201.

MATTOSO, J., *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, Mem Martins: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009.

RATZINGER, J., *A teologia da história de São Boaventura*. Tradução de Manuela Brito Martins. Porto, Centro de estudos Franciscanos, 2010.

TOMÁS DE AQUINO, *O Ser e a Essência*, in *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1991.

WHITEHEAD, A.N., *Process and Reality. An Essay on Cosmology*, Macmillan, 1929.

WITTGENSTEIN, L., *Tratado Lógico-Filosófico/Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

ARTE SACRA CONTEMPORÂNEA

*Mário T Cabral¹,
Casa das Tramoias,
Quaresma-Tempo Pascal AD2016*

Introdução

Embora haja muitos exemplos excelentes, a arte sacra contemporânea é, com frequência, medíocre. Talvez tenha sido sempre assim, em todos os tempos históricos, e falte, apenas, à nossa época, a depuração que os séculos já exerceram sobre as demais. Esta segunda hipótese não exclui a necessária reflexão teórica que, aliás, foi sendo feita ao longo da história da Igreja, em especial em momentos críticos, como foi o caso da guerra dos ícones (séc. VIII) e, também, aquando do surgimento da estética naturalista do Renascimento.

A novidade radical do Cristianismo obriga a uma permanente atenção contra a inércia cultural, em todas as frentes, a estética incluída. Esta reflexão convém muito à Arte, no sentido em que a arte sacra pode ser defendida como a quinta-essência do trabalho do artista; mas, neste artigo, o interesse predominante está centrado na religião, especificamente a religião católica. Neste caso, a designação “arte sacra contemporânea” é para ser entendida no duplo sentido de: por um lado, a arte sacra que é feita no século XX-XXI; e, por outro lado – muito mais amplo –, a arte sacra nova, ou atualizada, em todo e qualquer tempo histórico.

O tom de fundo é teológico-filosófico embora, a partir da segunda metade, se concretize, com exemplos, os princípios teóricos explanados, na senda de uma espécie de manifesto, sentido como indispensável, quer às encomendas da Igreja, quer ao trabalho do artista que for, em simultâneo, crente. Não são levadas em linha de conta as outras religiões, cujos dogmas obrigam a outra conceção de arte sacra, e mesmo de Arte. Mesmo as religiões monoteístas são abordadas apenas enquanto concordam com o Cristianismo, que é a única religião que aqui importa, por mais que não seja porque informou grande parte da nossa cultura.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Escritor e pintor.

Arte Sacra

A falta de qualidade das obras de arte sacra atuais está relacionada com princípios teóricos basilares à ortodoxia da Santa Madre Igreja, que foram reformulados na modernidade e que urge rever agora, neste tempo já chamado pós-secular, em que se tornaram evidentes, em diversos campos, as nefastas consequências práticas do estremecimento daqueles princípios.

Tudo começa com a própria definição de *arte sacra*, que exige um compromisso da arte com o religião, num tempo em que, progressivamente, a arte se veio a autonomizar de todas as supostas subserviências, até atingir o estatuto da “arte pela arte”; se esta condição é verdadeira, é um outro problema, tratado só indiretamente neste artigo. Certo é que o Iluminismo veio, pouco a pouco, a desmerecer o estatuto epistemológico do discurso religioso, ora pelos sucessos técnicos das ciências da natureza (às quais a Filosofia se juntou, depois do divórcio com a Metafísica), com implicações práticas na vida moderna; ora pelo trabalho das ciências humanas, de cariz positivista, que muito influenciaram a própria teologia; ora pelas mudanças sociopolíticas no xadrez das sociedades ocidentais (a vitória da burguesia). Por estas e muitas mais razões, assistiu-se a uma secularização da nossa cultura, até ao ponto atual, em que o Ocidente já não é a terra da Cristandade, para não dizer que se tornou ateu.

O afastamento paulatino da religião da praça pública permitiu que a ânsia humana pelo sagrado fosse ocupada pela Arte, já desde o Romantismo. Esta substituição, que é sintomática de um parentesco que merece estudo, não deve ser, no entanto, tolerada, pois a Arte não é sagrada, em si, a não ser que parta do pressuposto da existência de Deus, o que não é aquilo que ela pretende, hoje em dia, pelo menos na visão geral. Entregue a si própria, nada garante que a Arte atinja o cume do sagrado, mesmo numa sociedade religiosa, como foi a Cristandade; nem é fundamental que isto aconteça: por exemplo, um retrato pode ser uma obra-prima, sem que reflita seja o que for de religioso. Deve-se sublinhar, talvez agora mais do que nunca, o pendor técnico da Arte: é um “saber fazer” humano específico, vinculado a materiais particulares e com regras pragmáticas; é uma atividade humana no meio de outras, que pode não entrar em diálogo com a Transcendência. Há idolatria sempre que uma obra de arte, ou um artista, é respeitada como se estivesse num patamar sobre-humano. Toda a idolatria é falsa e injusta.

Na arte sacra, o polo dominante deve ser, sem qualquer equívoco, a religião, e nunca uma corrente estética, seja ela qual for. É admissível que, do ponto de vista da Arte, este negócio não interesse; os conflitos entre a Religião e a Arte são tão antigos quanto as obras-primas derivadas do feliz encontro de ambas. O que importa sublinhar é que, do ponto de vista deste artigo, a Religião — entendida, repita-se, especificamente, a religião católica — não pode vacilar nos seus pilares ortodoxos, se quiser melhorar a qualidade dos produtos indispensáveis ao culto; e, por tabela, salvar a própria Arte da decadência em que está atolada, por certo por se ter autonomizado dum lastro cultural com sabor religioso. Uma leitura indireta mas de alcance muito elevado é o *In the Light of Christ: Writings in the Western Tradition* de Lucy Beckett, (San Francisco: Ignatius Press, 2006).

A arte sacra pressupõe o diálogo com a Transcendência, diálogo este que precisa de uma base teológica segura, para ser eficaz. A arte sacra não quer, primeiro, ser arte, mas,

sim, sacra. Serve um propósito — o único propósito, diga-se, de passagem, que a Arte, enquanto conhecimento, deve servir, sem rebaixamento, dada a suprema abrangência da sua manifestação². A arte sacra tem uma função. A beleza provém deste empenho de louvor, à imagem da pele que reveste o funcionamento essencial de um corpo; é uma consequência e não um fim em si mesma, é o efeito gracioso do diálogo com Deus; é um gosto amoroso de agradecer e, nos casos geniais, uma oração³.

Para além disso, a arte sacra visa o culto e este não é uma relação do homem consigo mesmo. Muitas peças de arte tratam temas religiosos sem serem arte sacra, a exemplo o *David*, de Miguel Ângelo. Interessa muito distinguir arte de inspiração cristã de arte sacra. Os museus estão repletos de arte que dialoga com a Bíblia e a Tradição, e muitas dessas obras até chegam a ser heréticas. Algumas obras-primas de inspiração cristã não convocam a oração (veja-se o caso da Santa Teresa de Ávila, de Bernini). Qualquer artista goza de plena liberdade para criar uma obra de inspiração cristã, o que não significa que venha a surgir uma obra de arte sacra.

É precisa uma convicta determinação da Igreja para fazer frente à modernidade, em especial à definição kantiana de arte, e decidir optar, corajosamente, por novas vias. Muitas das características que a arte moderna e contemporânea veio a exigir para si não são compatíveis com o culto católico. A partir de Kant, o Belo deixou de ser análogo do Bem e do Justo, como tinha sido durante o ideal clássico de *kalokagathia* («kalos kai agathos»). O *desinteresse estético* (o Belo não é necessariamente útil, nem conveniente, nem bom, nem prazeroso) foi musculando o Romantismo na rebeldia contra as instituições políticas, sociais e religiosas, num processo que veio a condenar a Arte ao papel de espírito de contradição, desconstrutivismo que a tem levado, inclusive, a uma prática autofágica nada favorável.

Por outro lado, a religião católica foi afrontada, desde a mais tenra modernidade até agora, deixando-se intimidar pelo discurso de fundo positivista, que ia aparecendo como mais bem justificado do que a própria ortodoxia. No geral, procurou-se retirar o fundamento factual e histórico do Cristianismo, numa leitura excessivamente simbólica da Bíblia e da Tradição que, a limite, pôs em cheque a Transcendência e a Encarnação. Depois, foi a vez do conceptualismo, do abstracionismo e do expressionismo abstrato, tudo correntes opostas ao Cristianismo. Ainda se reconhecem certos embaraços práticos provenientes de algumas interpretações do Vaticano II, que vão neste sentido, embora, atualmente, nem a Filosofia nem a Teologia troquem o rigor da ortodoxia radical pelas propostas modernas, muitas delas desacreditadas ao ponto de, para muitos, vivermos numa época pós-secular. Em termos puramente analíticos, não falta exatidão epistemo-

² Sugere-se a leitura de Aidan NICHOLS, O.P., *Redeeming Beauty: Soundings in Sacral Aesthetics* (2007), “Ashgate Studies in Theology, Imagination and the Arts”. England/USA: Ashgate — veja-se, a este propósito, p.48: «And if religion needs art, art likewise needs religion. When the great narratives that religion provides begin to disappear, art is in imminent danger of trivialisation. The contemporary religion-substitute, infinite consumption, would turn art into entertainment».

³ Desde logo se levanta um problema seriíssimo: se é possível a um artista ateu criar uma obra de arte sacra. Sobre este e todos os demais assuntos tratados neste artigo, ler o livro notável de Jacques MARITAIN, *Art and Scholasticism with Other Essays* (2007), Minneapolis: Filiquarian Publishing, LLC. Nichols também refere este imbrólio.

lógica ao discurso ortodoxo e, por conseguinte, a Santa Madre Igreja não tem que temer exigir estatuto de cidadania.

Uma Igreja enfraquecida no combate modernista foi permitindo a mediocridade da arte sacra contemporânea em todas as disciplinas, pondo-se, muitas vezes, em alto risco. Veja-se o caso de muitos templos, cuja arquitetura baralha a assembleia de Deus com a assembleia legislativa, pela incapacidade no trabalho da Transcendência – como se não houvesse real Transcendência no culto, mas apenas comunidade humana; onde o católico não reconhece a Tradição, onde é quase impossível rezar, devido à incompetência no tratamento da luz, onde é difícil imaginar o sacrifício eucarístico, onde os altares rareiam e muitas vezes nem existem. O depuramento das igrejas de Tadao Ando é deveras tentador, mas é preciso tomar muito cuidado com a sua beleza, pois reflete melhor o nihilismo zen do que a explosão vital cristã — são itinerários ascéticos diametralmente opostos.

As questões estéticas não são menores, dentro do plano da Salvação, porque nós somos seres corporais e a nossa relação com Deus passa pela sensibilidade (*aisthesis*); que a arte secular se veicule exclusivamente ao Belo (o que nem é verdade, que a categoria do Belo foi posta em questão na contemporaneidade), até se pode admitir, mas a estética nunca poderá ser, para a religião católica, um vestir-se à moda, mesmo tendo ela obrigações de vanguarda. Uma das vias do itinerário da pessoa humana até Deus é, precisamente, a *via pulchritudinis*. A arte sacra não é um adorno extrínseco à fé e ao culto; como tal, a Santa Madre Igreja tem o dever de cuidar deste desiderato, o que, aliás, foi expresso pelo Papa emérito Bento XVI⁴. Também no campo estético, a fé cristã tem a obrigação de ensinar, não sendo, com certeza, por acaso, que a arte ocidental foi evoluindo, ao longo dos séculos, ao contrário da tendência cristalizante das outras culturas. Mesmo quando pensam estar a fazer frente à ortodoxia – e mesmo quando a provocam, efetivamente – os artistas ocidentais, na sua ânsia de novidade, respondem a uma espécie de gene cristão, que tem configurado a cultura ocidental, até agora. Esclarecer o debate, com doutrina segura, pode vir a tornar-se um remédio para a situação contemporânea, como foi noutras épocas, mas talvez com maior propriedade na nossa, que ameaça decadência.

Alguns exemplos concretos de Arte Sacra Contemporânea

O estudo de alguns exemplos ajudará, com certeza, a esclarecer este assunto. Convmém que sejam abrangentes, quer na diversidade das disciplinas, quer na especificidade das funções, inclusive aquelas que, à partida, não são consideradas com estatuto artístico nobre.

Na Páscoa deste ano, uma igreja foi enfeitada, com exuberância, com flores artificiais. À distância, o altar-mor não revelava o embuste e, por isso, quase se podia ouvir a justificação das zeladoras: «Ninguém nota e a Primavera tarda». Parecendo que não, este caso levanta questões assaz importantes: para Deus, deve guardar-se o melhor, como

⁴ O capítulo 5 de Aidan NICHOLS, O.P., *Op. Cit.*, “Benedict XVI on Holy Images”, pp.89-101, trata deste interesse do Papa emérito.

é fácil de compreender para quem sabe Quem é Deus, mesmo que n'Ele não acredite – para além de que o Antigo Testamento é recorrente na chamada de atenção para a qualidade das oferendas. O hipotético «Ninguém nota» embaraça, na medida em que coloca, em primeiro lugar, o olho humano, e não o divino. Esquecendo a questão moral e ficando apenas com a estética, pressupor o destinatário divino obriga à excelência do resultado, seja ele qual for.

Na mesma igreja, à frente da mesa do altar, os enfeites florais consistiam de várias cestas, sendo que, na principal, se encontrava, no meio da “vegetação”, uma pata rodeada de muitos ovos. Aliás, havia ovos em todos os jarrões centrais. Num ápice, a Páscoa da Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo foi convertida num ritual pagão de eterno retorno. Não houve perversidade no agir das zeladoras, antes ignorância – a mesma ignorância que leva algumas catequistas a confundir a ressurreição da carne com a reencarnação, que aprendem em programas televisivos de entretenimento. Ocorrências simples, como estas, revelam o estado do Cristianismo e devem ser corrigidas com veemência. Acresce que as cestas tinham um encanto de revista de decoração, talvez tenham sido copiadas de uma delas, que as apresentaria, talvez, no vão de uma lareira, ou distribuídas por um salão burguês de muito bom estilo. Mas aquilo que fica bem numa sala não é transponível para uma igreja.

Às vezes, as alfaias e os paramentos apontam para o mesmo desleixo, em surdina: há panos que fazem uma casula parecer um avental, para não falar do gosto dos motivos bordados; há galhetas que parecem galleteiros e há ambões que parecem caixões, prefabricados com a preguiça das máquinas (por exemplo: os quatro animais do Apocalipse, que simbolizam os Evangelistas, estilizados com singeleza confrangedora, sem o amor da mão individual que esculpe). É de lembrar, aqui, o cuidado com que é feita, e descrita, a Arca da Aliança.

Perpassa por tudo isto, também, um princípio económico inconfessável, quando a Igreja sempre apostou em gastar com Deus aquilo que fosse necessário, sem atender à perversidade do discurso pseudo-interessado com os pobres. Desta vez, a fala justificativa está ao mais alto nível: é Nosso Senhor Quem o declara, quando repreendem o gasto do perfume com que Madalena Lhe lavou os pés. A arte sacra nunca poderá ser uma *arte povera*; e nenhum discurso socializante colhe, neste campo.

Um dos exemplos mais pungentes é o das ilustrações dos catecismos, quase sempre num traço minimal, a tender ora para o estilizado do logótipo, ora para o registo BD, numa graçola absolutamente inconveniente — não que o povo de Deus não saiba rir ou não possa, antes porque estas ilustrações não parecem acreditar naquilo que representam, tão próximas que estão dos livros infantis dos contos de fadas. É certo que são crianças que andam na catequese, mas a fé católica não é um faz-de-conta. Não pode, de qualquer modo, ser insinuado que se trata de coisa infantil que, ao crescer, a Humanidade desacredita, como no Pai Natal. Mais grave, ainda: este estilo toma conta de muitos lecionários. Não se nota este “infantilismo” na arte secular do mesmo estilo (ex: Palolo, Julião Sarmento).

Por certo ainda mais grave é o que acontece no campo literário, onde os poemas de muitos cânticos e orações são explicitamente moralistas, sem praticamente nenhum tem-

pero soteriológico, como se a vida eterna fosse para interpretar simbolicamente. Acerca da música, que com frequência os acompanha, já repreendeu Bento XVI, tão apostado na *via pulchritudinis*, como já foi dito. Um exemplo: há a conhecida “oração de S. Francisco”, que até integra a *Liturgia das Horas*, e que é quase ofensivo ser atribuída ao *Povorello*, cujo carisma não pode ser mais penitente, quando a dita oração não pode ser mais delicadoce na moralidade ao estilo contemporâneo. É muito fácil de reconhecer o pendor moral e político do texto religioso contemporâneo, que é uma injustificada asunção de culpa.

Não vale a pena perder muito tempo com a estatuária, por ser tão evidentemente lastimável, haja em vista as Nossa Senhora de Fátima – a não ser para voltar a referir como a produção em série se desmascara nas feições anónimas dos santos, aos quais não é possível rezar.

Os exemplos positivos interessam como modelos, a diversos níveis. Gaudí é de tal modo genial que até se está a trabalhar no sentido de o elevar aos altares. Não só é um fervoroso crente como, a partir daí, espicaçou os pressupostos da arquitetura moderna quase até ao escândalo. Um génio não tem de ser um santo, mas nada impede que seja, e há muitos motivos que levam à compreensão desta espécie de metamorfose, como fica patente naquela confissão do velho Miguel Ângelo, sobre o facto de a contemplação de Cristo na Cruz invalidar qualquer tentativa da arte no sentido dum maior gozo. Ou seja: a religião católica é central no processo criativo de Gaudí e Gaudí é incontornável na arquitetura contemporânea. A sua obra é um manifesto e uma evangelização, tanto mais quanto vai contra a maré. Os princípios teóricos de Le Corbusier e comparsas são públicos: o racionalismo, o progresso tecnológico, a economia, a visão do homem marcada pela revolução comunista. Quando se pensa em modernismo imagina-se, *grosso modo*, edifícios de linhas retas e simples, sem ornamentos, repetidos arranha-céus impessoais de betão e vidro. Nada mais oposto ao estilo de Gaudí, onde a custo se encontra uma reta, onde as curvas são espirais, e não círculos perfeitos; onde o ornamento se impõe com interesse individual em todo o lugar (ex: as varandas). Troca a fria abstração geométrica pelo estudo da Natureza. Segundo ele, aqueles que procuram as leis da Natureza para as introduzir nas suas obras colaboram com Deus Pai Criador. Uma pessoa fica arrasada com a exuberância deste homem: os edifícios parecem construções de formigas, os túneis como que respiram, as escadas não correm, voam... e cor e luz por toda a parte, desde a cerâmica aos vitrais. Não é que a Vila Savoye não seja bela – e, de certa forma, comparada com ela, todo o Gaudí parece um bárbaro. Porém, não há como não ver a Vida nas suas obras. E se as suas obras são a Vida, não há como não ver a Morte na elegante palidez do estereótipo moderno. Gaudí é sangue, Gaudí é nervo, Gaudí é Espanha, Gaudí é sul. Ele próprio fazia a distinção entre o Mediterrâneo e o Norte, bem vistas as coisas, entre católicos e protestantes: nós somos realistas, ligados ao concreto; eles idealistas, atormentados por fantasmas.

A obra de Chagall é exemplo irrepreensível para falar da pintura contemporânea – e da arte do nosso tempo, em geral – sem se pôr a jeito da risota cínica daqueles que defendem o velho rei nudista, não permitindo, no seu fanatismo, correções indispensáveis, em crise evidente. Isto porque o traço de Chagall permanece inequivocamente moderno,

tendo sido, desde logo, considerado pelos seus pares e por todos os especialistas como originalíssimo e genial. Sobressai de imediato a liberdade. Não é fácil um artista ser livre, ao contrário do que se possa dizer; nem se deve acreditar logo nos artistas que afirmam querer ser livres e procurar o novo. Há um lugar comum ambivalente: por um lado, procurando libertar-se do passado, para ser original, como é sua obrigação, o artista cai na escravatura aos preconceitos do seu tempo, principalmente se estes estão consignados nos manifestos da moda; por outro lado, o artista pode virar as costas à obrigação da vanguarda, que é essencial a toda a Arte, imitando o já feito, em pastiche. Ora, Chagall não se submete a princípios tão fatais à Arte no séc. XX como o conceptualismo e a abstração – sem, contudo, ruminar o naturalismo, que pôs o freio nos artistas, a partir do Renascimento. Parece ser desta dupla liberdade que emana a poesia e a graça das suas telas: como se fosse coisa de criança, como se não fosse coisa culta... ou, pura e simplesmente, como se não fosse coisa humana, no que consiste, em abono da verdade, a graça. Poucos artistas têm graça. Outro que a tem é Fra Angelico, que poderia ser irmão gêmeo de Chagall. Por exemplo, o seu “Jesus escarnecido” mostra uma cabeça sem corpo a cuspir em Nosso Senhor, assim como várias mãos aéreas, incógnitas como luvas, O esbofeteiam – isto em pleno séc. XV! Uma pessoa olha para aquilo e pensa estar no séc. XX! Outro que tem graça é Mozart, pelo que não admira que Chagall o apreciasse tanto. Para além de não ter medo da vitalidade da cor, há uma outra coragem ainda maior do que esta: Chagall não se envergonha da sua cultura, isto é, não se põe a desconstruir o seu quadro de referências, que é vício, e mesmo doença, deveras atual e generalizada. Não é só alegria e vida que há nas suas telas, mas sobretudo carinho e amor pelo mundo judaico, no qual se quis sempre ver integrado. Com efeito, não é possível ser um génio fora de um contexto cultural. A Grande Arte é uma variação permanente sobre aquilo que vimos fazer antes de nós. Não é possível ser “contra” e ser “génio”; a genialidade avança em espiral. Ser “original” é “ir à origem”. Mesmo os desconstrutivistas têm de destruir alguma coisa já feita... até que não haja mais nada para destruir... Numa entrevista do fim da vida, perguntaram-lhe se estava satisfeito e quais as suas crenças. A resposta foi mais ou menos esta: «Sim, estou satisfeito. Acredito primeiro em Deus, depois no povo judeu, na sua continuidade, na pintura e na música de Mozart. A única coisa que desejo é fazer livremente aquilo que quiser. O meu trabalho é a minha satisfação. Quanto ao resto, tudo continuará. Haverá outros Chagall. Sempre haverá artistas atraídos pela luz, pela música e pela poesia.»

Alguns princípios teóricos fundamentais da Arte Sacra

Quais são os pressupostos da fé católica que se tornam incontornáveis aquando duma encomenda artística? Sejam apontados poucos, mas incontornáveis e seminais.

Logo à cabeça, as primeiras páginas do *Génesis*. As religiões do Livro são criacionistas e chamam a Deus Criador (o mundo não é criado por um demiurgo, como em Platão, como se houvesse vergonha na matéria e existência, em geral). Partem da crença fundamental de que há um Deus transcendente que cria o mundo a partir do nada. Esta

crença tem justificação racional, que não interessa para o assunto em questão, e muito menos para a fé, que exige para si própria a justificação. O que é determinante, do ponto de vista filosófico e teológico, é não faltar esta coluna angular dentro do quadro de referências monoteísta. Ele acarreta consequências importantíssimas para a Arte, em geral, que se vê justificada, *ab initio*: o movimento criador coloca coisas na existência, indivíduos particulares de matéria e forma; é uma projeção, quer dizer, um movimento na direção do futuro e, como é permanente, obriga à novidade constante.

De certo modo, a Arte está mais justificada do que a Ciência, dentro do quadro de referências monoteísta, no sentido em que a Filosofia e a Ciência são movimentos reflexivos, na busca da *archê* — reativos, por assim dizer; vão ao contrário da orientação que Deus dá ao mundo. A Arte pactua com o mistério da existência, enquanto que a Filosofia e a Ciência investigam, viradas para trás. Reside, aqui, a grande semelhança fundamental entre a Arte e as religiões monoteístas, que fazem com que a primeira procure ocupar o lugar ausente da segunda, em tempo de ateísmo. Porém, a arte sacra não poderá ser desconstrutivista, nem ao estilo do abstracionismo abstrato, nem pender para o sublime, na definição kantiana, antes para o belo⁵, como figura individual determinada, com presença forte do desenho. Não significa que tenha de possuir caráter naturalista que, como é sabido, representou um grande perigo em outros tempos (o naturalismo helénico e renascentista põe em risco a Transcendência e o jogo das probabilidades criativas do próprio Deus).

Desde o *Antigo Testamento* que a Bíblia insiste na necessidade de “cantar um cântico novo”, ou seja, no dever absoluto de refrescar permanentemente a oferta do homem a Deus. O próprio Criador mantém-se inventivo no ato permanente de criar e manter a existência. É um convite explícito à vanguarda artística. Há a tentação contemporânea de supor que as soluções estéticas do passado são excelentes e a elas se deve voltar em tempo de penúria. Não se pode cair nesta tentação, mais do que inestética, imoral. Vem à memória a parábola dos talentos e aquele dos servos que enterrou o seu dinheiro, com medo de arriscar o lucro. As soluções estéticas excelentes do passado foram-no porque se obrigaram à vanguarda. Pode haver uma tendência natural para a repetição de modelos, uma espécie de entropia criativa, que as religiões monoteístas não podem tolerar. Esta obrigação é um espinho na carne do artista crente, que é convocado à invenção do futuro excelente, à imagem do Criador. Não se pode contentar com “apenas isto”. A crença na transcendência, no aberto, no universo infinito, no melhor dos mundos possíveis, nada

⁵ Aconselha-se vivamente, sobre este assunto, a leitura de *The Beauty of the Infinite: the Aesthetics of Christian Truth* (2003), de David Bentley Hart, Grans Rapids, Michigan / Cambridge, U.K.: William B. Eerdmans Publishing Company. Logo a partir do título se começa a esclarecer os conceitos de Belo e de Sublime: em Kant, o infinito é um dos exemplos de sublime, que é sempre aterrador na sua grandeza e de-formidade. O céu estrelado sobre nós não é um exemplo de Belo. Ora, Bentley Hart argumenta a favor da beleza dos seres em número infinito, dito de maneira mais clara: do infinito composto de indivíduos perfeitos na sua espécie; tudo é belo no universo infinito. Sem querer, Kant autorizou a identificação do sublime com o dis-forme e, logo a seguir, com a violência do des-membrado — veja-se o gosto do Romantismo pelo fragmento e pela ruína e, já no nosso tempo, com o expressionismo abstrato, as ondas de cor que expulsam qualquer tentativa do desenho (forma individual concreta), triunfo da matéria panteísta, que parece gritar o fragmento de Anaximandro: «Hão de pagar na devida altura, pelo atrevimento de terem vindo à existência».

tem a ver com a conceção do mundo fechado, imanentismo trágico que não convida, da mesma forma estimulante, a criatividade. É tão comum pensar-se o contrário da religião católica, em geral, que nunca será de mais insistir neste ponto. É que o kitsch ronda perto de muita arte sacra precisamente derivado a este equívoco. Não vale pensar que a solução está numa linguagem reacionária, que tem sido um dos erros da Igreja, ao tentar driblar o reconhecido desajuste entre os princípios teóricos da arte contemporânea e o Credo. «Cantai ao Senhor um cântico novo», propõe o salmo 96, com toda a propriedade, pois o Criador está permanentemente a criar, Ele próprio, coisas novas e não está certo servir o Senhor com uma espécie de comida requentada, por melhor que tenha sido o banquete de ontem. A arte sacra tem a obrigação essencial de ser de vanguarda, desde que não se entenda por tal o discurso provocatório adolescente de muitas delas. É neste ponto, aliás, que a arte sacra se poderá tornar na arte por excelência, locomotiva de todas as outras manifestações artísticas, como costumava ser, antigamente. Numa hierarquia dos conhecimentos que é preciso visitar, na qual a religião está no vértice da pirâmide ascensional, na medida em que responde ao homem integral, a arte sacra é a suprema manifestação artística.

A Encarnação é a pedra angular do Cristianismo. Desafia todas as nossas capacidades racionais, pelo que foi desde sempre uma tentação filosófica e teológica interpretar os factos históricos que justificam o Cristianismo à luz do que é possível à razão humana entender. Ora, se é um facto que os cristãos não têm uma inclinação natural para o mistério, facto é que a sua crença se fundamenta em Mistérios. O Cristianismo não é uma ideia, uma abstracção, uma filosofia, uma parábola. É uma história do outro mundo e Nosso Senhor Jesus Cristo é muito claro na explicação da Sua vinda: veio buscar-nos para a vida eterna. O Cristianismo não é um racionalismo, não é um realismo. O romance realista e o conceptualismo põem em causa a Transcendência e a soteriologia. A fé cristã sai empobrecidíssima quando aceita reduzir-se a uma visão socializante, como quando, em algumas vias-sacras (para voltar, de passagem, aos exemplos concretos), em vez de ser o Salvador a cair e a ser humilhado, é este ou aquele excluído da sociedade em questão. Ninguém ensina um católico nos deveres da caridade; mas ninguém pode esconder os factos históricos atrás de hermenêuticas que se excedem no simbolismo. Este pano de fundo é muito exigente em épocas iluministas, como a nossa, mas o artista cristão será medíocre se não acreditar que tudo isto é real, e não metafórico.

Por último, um pressuposto deveras subtil, no que refere o trabalho da arte sacra. A fé cristã baseia-se numa relação multímoda: com Deus, na complexidade da Santíssima Trindade, com a Igreja Triunfante, Penitente e Militante, com a Tradição, com o futuro... Quer dizer, o artista crente não está sozinho, não cria a sós nem pode tomar a atitude romântica do génio isolado; pressupõe a Graça, se se quiser, a inspiração. Poderá um artista ateu criar uma obra de arte sacra? Já foi dito que não é fácil responder a esta questão. Dar-se-á por isso quando uma obra sacra não é crente? Aqui é mais fácil de responder, mesmo que o artista seja crente. Voltando aos exemplos, a poesia mística torna-se modelo de referência: Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz são considerados dos maiores representantes do século de ouro espanhol e cumes da beatitude, a ponto de terem subido aos altares.

Para um manifesto de Arte Sacra Contemporânea

Quais são as características artísticas contemporâneas que são intoleráveis ao Credo? Ou, dito de um modo afirmativo: quais são as características que fazem de uma obra de arte sacra uma obra-prima? Sejam enumeradas, ao estilo dos manifestos, em favor da clareza:

1. PACTO COM O MISTÉRIO — A Arte é, por essência, *poiesis*, isto é, visa criar e pôr na existência novos artefactos, de acordo com a lógica do mundo e da vida (*mimesis*). O trabalho artístico é um pacto, não uma revolta (*archê*). A arte sacra cristã leva este princípio ao clímax.
 - i. A arte sacra não pode ser desconstrutivista (se é que a Arte o pode ser, *tout court*).
 - ii. A arte sacra não pode tender para o sublime kantiano (expressionismo abstrato), antes para o belo (presença forte do desenho e da figura individual).
2. VANGUARDA — A Cristandade é uma caravana em direção ao Reino de Deus, que está à frente, no futuro. Por conseguinte, a arte sacra tem a obrigação de ser de vanguarda. O artista cristão tem o dever de puxar as orelhas à Arte. O artista cristão jamais poderá dizer: «Já tudo foi feito»; mas, antes, declarar: «Muito ainda está por fazer».
3. VERDADE — A arte sacra tem o dever da historicidade, o que não significa a obrigação de ser realista. Os factos históricos basilares da fé não podem ser tidos por simbólicos e interpretados com critérios lógico-dedutivos. Um crente não tem dúvidas acerca do que seja a Verdade, como Pilatos: «Eu sou o caminho, a verdade e a vida».
 - i. A arte sacra não é realista.
 - ii. A arte sacra não é conceptualista nem abstrata.
 - iii. A arte sacra não pode ser um “faz de conta”.
4. SOTERIOLOGIA — A fé cristã respeita à salvação da alma e não pode contentar-se com este mundo, onde “sempre haverá pobres”. Nem a religião cristã, nem a arte sacra, em particular, poderá exagerar no pendor político e social.
 - i. A arte sacra não pode ser *engagée*.
 - ii. A arte sacra não pode ser moralista.
5. GRAÇA — A arte sacra é sempre um diálogo; o artista nunca está a sós. Nos melhores casos, a obra de arte sacra é uma oração.
 - i. A arte sacra não pode ser imoral.

Conclusão

Quem encomenda uma obra de arte deve estar seguríssimo na Doutrina e não vacilar diante dos critérios da moda, sejam eles quais forem e apresentem-se com as justifica-

ções que entenderem. Nenhum pressuposto apenas humano é suficientemente forte para fazer tremer, ao de leve que seja, os dogmas da fé. Em último caso, pode não haver encontro entre a Arte e a Religião; pensando na salvação da alma, é melhor que, nestes casos, a ortodoxia não claudique.

Quem avalia deve estar, mais do que seguríssimo na Doutrina, também muito bem informado sobre a arte contemporânea em geral. Não é fácil. Mas nunca faltou, à Igreja, gente de alta cultura e artistas de primeira água, mesmo em tempo de penúria. Mesmo assim, continua a não ser tarefa fácil, o que está relacionado com a essência mesma do trabalho artístico, que não é matemático nem técnico, mas fluído. Em Arte, talvez mais do que nos outros assuntos, a letra não deve matar o espírito da letra.

Bibliografia

HART, David Bentley, *The Beauty of the Infinite: The Aesthetics of Christian Truth*, Grans Rapids (2003), Michigan / Cambridge, U.K.: William B. Eerdmans Publishing Company.

BECKETT, Lucy, *In teh Light of Christ: Writings in the Western Tradition* (2006) San Francisco: Ignatius Press.

MARITAIN, Jacques, *Art and Scholasticism* (2007), Minneapolis: Filiquarian Publishing, LLC.

NICHOLS, Aidan, O.P., *Redeeming Beauty: Soundings in Sacral Aesthetics* (2007), “Ashgate Studies in Theology, Imagination and the Arts”, England / USA: Ashgate.

A INDÚSTRIA DO TABACO NA ILHA TERCEIRA: ENTRE A CONCORRÊNCIA E A EXIGUIDADE DO MERCADO

*Leandro Ávila**

Desde o descobrimento do arquipélago dos Açores que se ensaiaram diversas culturas com vista à sua exploração económica, com maior ou menor sucesso e abrangência, cujo impacto foi desenhando a história económica deste arquipélago. Na verdade, ao longo dos séculos de ocupação humana destas ilhas, assistiu-se ao surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de culturas e indústrias, cujas repercussões se fizeram sentir a nível social, político, económico e até cultural, nos diferentes períodos da história insular açoriana.

Situados na confluência das rotas marítimas comerciais, os Açores receberam influências no seu desenvolvimento económico, ora potenciando os seus recursos naturais ora adequando outros às correntes económicas e de mercado, ao longo das diferentes épocas.

Neste sentido, é no cenário açoriano que se vai assistido a um domínio, por vezes com contornos tendencialmente hegemónicos no arquipélago, de certas culturas com vista à satisfação de diferentes mercados europeus. Há, contudo, a realçar também as culturas e indústrias de carácter mais restrito, cujo papel não deve ser descurado na historiografia económica do arquipélago açoriano. Não se deve, por isso, subjugar as indústrias e culturas economicamente menos expressivas em prol de outras, cujo alcance teve uma projecção dominante e de relevante destaque no panorama económico.

É, pois, neste âmbito que se pretende considerar, em traços gerais, a cultura e a indústria tabaqueira nos Açores que, não sendo dominante em termos económicos no arquipélago açoriano, deixou a sua marca na economia insular, observando particularmente o caso terceirense.

Deste modo, assentar-se-á a atenção na especificidade do percurso da indústria do tabaco na ilha Terceira, abordando o seu surgimento e a sua necessidade de afirmação no mercado açoriano, no final da década de oitenta do século XIX e na década de trinta

* Mestre em História Insular e Atlântica.

do século seguinte. Procurar-se-á, por esta via, compreender dois períodos que, embora não contíguos temporalmente, apresentam semelhanças no que concerne à digladição por um espaço no mercado do tabaco. O percurso da indústria do tabaco na ilha Terceira, no domínio dos estudos historiográficos, tem sido pouco focado¹. Como tal, pretende-se relançar a questão da necessidade de atender a este aspeto, procurando que o presente artigo constitua um contributo para realçar essa necessidade e que, sob um prisma mais aprofundado e sistemático, possa contribuir com alguns dados para se enveredar por um estudo mais completo sobre a indústria tabaqueira terceirense.

Pretende-se aferir as dificuldades de afirmação pela qual passou a cultura e indústria tabaqueira na ilha Terceira, tendo por cenário realidade nacional e as medidas que foram levadas a cabo pelo poder político central no domínio do tabaco.

Primeiramente, considera-se pertinente fazer uma sintética incursão pelo aparecimento do tabaco no contexto civilizacional e nas rotas transatlânticas do Império Português, cerceando esta análise na implantação desta planta nas ilhas açorianas, com especial enfoque para a ilha Terceira. Desta forma, procurar-se-á referenciar a importância económica desta cultura e indústria no meio terceirense, num processo de afirmação e de luta pela manutenção do seu lugar no plano comercial e nas diversas ações levadas a cabo para a sua sustentabilidade.

No intuito de concretizar o propósito desta análise, a incursão por fontes impressas foi uma realidade, nomeadamente alguns opúsculos sobre o tabaco nos Açores, publicados nos finais do século XIX, coadjuvados pela imprensa local, cujo contributo assumiu-se de particular importância para a compreensão do fenómeno que se pretende escrutinar.

A par destas considerações, refira-se que a planta do tabaco, pertencente à família das solanáceas (*solanaceae*) e ao género *Nicotiana*, é uma herbácea anual ou bianual, cujo cultivo cinge-se habitualmente a duas espécies: *nicotiana rústica* (tabaco selvagem) e *nicotiana tabacum* (planta hortícola). A família das solanáceas é originária da América do Sul, de um período anterior à formação do Oceano Atlântico (aproximadamente de há 150 milhões de anos). No entanto, o género *Nicotiana* deverá ter-se diferenciado já depois da formação do Oceano Atlântico, mas ainda antes da separação da Austrália relativamente à América do Sul, abundando, de modo natural, nestas duas regiões do planeta².

O homem terá tido o primeiro contato com a planta do tabaco num período situado há cerca de 18 000 anos, aquando do começo da ocupação humana do continente americano, decorrente da travessia do estreito de Bering, a partir da Ásia. Porém, o cultivo do tabaco surgiria muito mais tarde, entre 5000 e 3000 a. C., na região dos Andes, entre o Peru e o Equador. A generalização da prática do cultivo do tabaco, já se havia estendido a todo o continente americano num período anterior à chegada dos primeiros europeus àquelas paragens³.

¹ Paulo Silveira e Sousa no seu artigo “As atividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo 1852-1910. Um mundo de possibilidades escassas”, in Revista *Arquipélago – História*, 2ª série, IV, nº 2, 2000, pp. 127-186, evidencia a falta de estudos mais aprofundados sobre esta temática no contexto terceirense.

² Cf. Paulo Rosa, Fernando Correia, Nuno Farinha, *Tabaco. Uma planta de outro mundo*, Mirandela, João Azevedo Editor, 2003, pp 25-27.

³ Cf. Iain Gateley, *La Diva Nicotina. Historia del tabaco*, Barcelona Vergara, 2003, p. 13.

Com a ocupação do arquipélago açoriano, e potenciada a sua posição no Atlântico Norte, este passa a ser considerado nas viagens de retorno do Novo Mundo. É, pois, a partir daí, que se constata o estabelecimento de mercadores nos principais portos marítimos das ilhas que, à custa desta escala, foram enriquecendo e dinamizando a economia local. João Marinho dos Santos, aponta alguns exemplos de comerciantes que estavam ao serviço de outros negociantes, estabelecidos em praças europeias, e que transacionavam mercadorias provenientes das possessões portuguesas e do comércio com outros pontos do globo, cuja passagem pelos Açores, nomeadamente pelo porto de Angra, era uma prática⁴.

Neste contexto, afluíram aos principais portos açorianos as mercadorias vindas de *além-mar*, proporcionando à população local o acesso a determinados produtos transacionados, mesmo que, por vezes, através do contrabando. Uma vez que o tabaco surgiu no continente americano, não será descabido pensar-se que a sua comercialização nos Açores terá tido origem no desempenho dessa função de entreposto comercial, cuja geografia posicionava o arquipélago na rota de regresso das naus à metrópole portuguesa.

Ainda no que se refere à introdução da planta na Europa, o século XVI é apontado como o período onde essa entrada para o velho continente se deu. No entanto, aferir a trajetória e a monitorização da introdução do tabaco neste continente, afigura-se como uma tarefa complexa, uma vez que são apontados diferentes protagonistas de diversas proveniências, onde se destacam espanhóis, ingleses e portugueses⁵.

O facto é que com a chegada de Colombo às Américas se dá-se efetiva constatação da existência de uma planta que é cultivada e consumida pelos indígenas. Não deixam de ser curiosas as descrições deste hábito entre os nativos americanos, as quais ilustram bem o impacto que causou junto dos europeus. Todavia, pouco se sabe sobre a forma como os europeus tiveram as primeiras experiências com o ato de fumar e as suas reações relativamente ao consumo⁶.

A par destas considerações, contata-se que Francisco Ferreira Drummond dá conta do monopólio da Coroa no comércio de tabaco na ilha Terceira em 1644, ao afirmar «*Arrematou-se o estanco de tabaco destas ilhas, no espaço de 6 anos, por sessenta e dois mil cruzados; e foi o primeiro estaqueiro desta ilha Filippe d'Aldana, que arrematou o estanco desta ilha em separado por 200\$000rs*»⁷.

Ainda no século XVII, a moeda de troca dos negreiros era o tabaco. Como tal, assiste-se a um aumento de produção de tabaco de *terceira* no Brasil, por forma a potenciar o tráfico negreiro: «*era mais vantajoso produzir tabaco de ínfima qualidade, cujo bene-*

⁴ Cf. João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, Maia, Serafim Silva-Artes Gráficas, Maia, 1989, pp. 380-381; ver também Tanya Pollart, "The Pleasures and Perils of smoking in Early Modern England" in *A Global History of Smoking*, Lodon, Reaktion Books Ltd, 2004, pp. 38-45

⁵ Cf. Gabriel d'Almeida faz alusão à introdução da planta de tabaco na Europa, apontando os franceses e ingleses como sendo os primeiros a manusearem esta planta, apontando inclusivamente algumas datas, Cf. Gabriel d'Almeida *Rápida memória sobre o tabaco*, Ponta Delgada, Typ. De Manoel Correia Botelho, 1883.

⁶ Cf. Tanya Pollart, *Ob. Cit.*, p. 38.

⁷ Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, vol. II, Reimpressão Fac-Similada da edição de 1856, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 87.

*ficiamento era menos dispendioso. Estes excedentes passavam a ser exportados pelos negreiros soteropolitanos para a Costa da Minas*⁸.

O tabaco, no contexto imperial, desempenhou um papel importante na economia escravagista brasileira, impulsionada pela necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas explorações agrícolas daquela parte do império colonial português. No entanto, no contexto açoriano, o tabaco adquiriu outras funções e o seu comércio atingia dimensões bem mais modestas.

Paralelamente a esta visão mais transatlântica, para o estudo em apreço será conveniente considerar a introdução efetiva desta planta nas ilhas açorianas e a sua manufatura através de processos industriais.

Neste contexto, verifica-se que a introdução da cultura do tabaco ocorreu em São Miguel por volta do ano de 1825, onde «*o Desembargador, Vicente José Ferreira Cardoso fez nesta ilha vários ensaios com respeito à sua cultura*»⁹. Curiosamente, a figura de Vicente José Ferreira está ligada ao jacobinismo e aos deportados da “Amazonas”, tendo aportado primeiramente à ilha Terceira e, depois, se estabelecido em São Miguel. Das várias experiências realizadas com a planta do tabaco, surgiu a introdução da cultura desta planta em solo açoriano para fins industriais¹⁰.

No concerne à ilha Terceira, Luís Meirelles Castro, em 1834, advogava que esta ilha possuía condições bastante favoráveis à produção de tabaco, não sendo dispendioso o seu cultivo¹¹. Em 1839, a ilha Terceira começou a ter conhecimento mais de perto com a planta do tabaco, no contexto das várias experiências que iam sendo realizadas¹².

Com efeito, a Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 já permitia o cultivo de tabaco em solo açoriano, assim como a possibilidade de exportação e manufatura. Contudo, em 1845 a produção ainda não potenciava tal possibilidade¹³.

Pelos relatos das experiências realizadas, constata-se a facilidade desta planta em adaptar-se aos solos açorianos e a sua abundante produtividade, dando a conhecer aos agricultores a possibilidade de enveredarem por um negócio que se acreditava ser lucrativo e rentável, em substituição da cultura cerealífera, cujas previsões apontavam para o seu declínio. Em São Miguel, a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense levou

⁸ Gustavo Aioli Lopes, “Caminho e descaminhos do tabaco na economia colonial”, in *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 5, n.º 15 out/nov., 2004, p. 10.

⁹ Gabriel d’ Almeida, *Ob. Cit.*, p. 5.

¹⁰ Cf. Frederico Lopes Júnior, *A Cultura do tabaco nos Açores*, Angra do Heroísmo, Tipografia Editora Andrade, 1937, pp. 4-5. Sobre todo o processo de introdução da planta do tabaco na ilha micaelense e a correspondência trocada entre o desembargador Vicente José Ferreira e diversas individualidades da esfera política e comercial veja-se *Considerações sobre o proveito da Cultura do Tabaco em São Miguel – Acompanhada de vários documentos relativos ao mesmo assumpto, mandados publicar pela Sociedade Promotora d’Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, 1848.

¹¹ Cf. *Memória sobre as ilhas dos Açores e principalmente sobre a Terceira, considerando a educação da mocidade, a agricultura, o comércio, a administração da fazenda pública e o governo municipal*, citado por Fátima Sequeira Dias, *Fábrica de Tabaco Micaelense*, Ponta Delgada, Edição da Fábrica de Tabaco Micaelense, 1995, p. 19.

¹² Cf. Fátima Sequeira Dias, “A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios” in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Meneses, José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores. Do Povoamento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p.42.

¹³ Cf. *O Angrense*, n.º 487, Angra do Heroísmo, 1846, fevereiro, 5.

a cabo uma forte divulgação das propriedades do tabaco com o intuito de cativar os produtores e consumidores. Assistiu-se, assim, ao aparecimento de várias publicações de carácter informativo sobre a cultura do tabaco¹⁴.

A publicitação e a divulgação de informações sobre o tabaco parece ter sido também uma preocupação no caso terceirense. Aliás a imprensa neste aspeto teve um contributo muito importante, crendo-se que esta divulgação deveria assumir um papel não só de apelo na iniciação ao cultivo da planta, mas também de informação de carácter mais técnico e científico:

«O Angrense no nº 1312 discorre no seu artigo aconselhando a cultura de tabaco nesta ilha. A ideia não é nova: todavia convém reproduzi-la uma e muitas vezes, chamando a atenção dos nossos agricultores para o que se tem escrito, com proficiência teórica e informação prática, nas memórias e opúsculos publicados sobre o assunto»¹⁵.

As experiências levadas a cabo por João Marcelino, na ilha Terceira, com a contratação de um mestre espanhol, e a disseminação por vários agricultores da forma de cultivo da planta do tabaco, levaram à abertura da “Fábrica Nicotiana Angrense”, como a primeira unidade fabril da indústria tabaqueira terceirense¹⁶. Outras fábricas como a “Angrense”, “União Terceirense”, foram surgindo a partir dos anos 70 do século XIX, embora com pouco tempo de laboração¹⁷. Destacam-se outras unidades fabris como *A Flor d’Angra* e *Âncora*.

Só com a Lei de 13 de maio de 1864 é que se assistiu ao fim do monopólio dos contratadores de tabaco, sendo «concedida a livre cultura do tabaco nos quatro distritos dos Açores e Madeira». Pese embora a supressão deste monopólio, constata-se que esta liberalização foi feita à custa de um imposto resultante do comércio do tabaco para o exterior da região, comprometendo seriamente a concorrência com os tabacos manufacturados no continente português e do estrangeiro.

Perante tal situação, foram várias as vozes que se insurgiram contra esta prerrogativa asfixiante do comércio do tabaco açoriano. Veja-se, por exemplo, uma reacção no jornal *A Persuasão* de 4 de abril de 1877, que para além de se manifestar contra este cenário, apresentou a proposta da Junta Geral de Ponta Delgada, apontando para «os direitos cobrados nas alfândegas do continente sobre os tabacos em folha dos Açores e Madeira para ali exportados sejam feitos em 100 reis por Kilo aos direitos que pagar a folha de tabaco estrangeiro». A denúncia da situação, considerada injusta para as ilhas dos Açores e Madeira, vai sendo apontada ao longo de vários anos, tendo em conta o constrangimento do mercado açoriano para absorver a crescente produção tabaqueira nas ilhas.

¹⁴ Sobre a cultura do tabaco em São Miguel veja-se Fátima Sequeira Dias, (1995) *Ob. Cit.*, ver também *Idem*, “Uma Abordagem à estratégia comercial da F.T.M. durante a gerência de José Bensaúde (1866-1922)”, in *Revista Arquipélago – História*, 2ª série, Ponta Delgada, 1997, pp. 281-312.

¹⁵ *O Heroísmo*, nº 68, Angra do Heroísmo, 1865, março, 10.

¹⁶ Cf. Carlos Enes, *Album Terceirense*, vol III, Angra do Heroísmo, Blu Edições, 2012, p. 13.

¹⁷ Cf. Frederico Lopes Júnior, *Ob. Cit.*, p. 6

Verificam-se, assim, entraves ao escoamento do tabaco açoriano, uma vez que se regista uma assinalável produção e desenvolvimento experimentado pela indústria tabaqueira, apesar de, no caso da ilha Terceira, o tabaco ser absorvido pelas fábricas existentes e o excedente exportado para São Miguel:

«A cultura do tabaco nos últimos anos tem começado a ter mais desenvolvimento não só pelo empregado nas duas fábricas desta ilha, mas pelo que é exportado para a Ilha de São Miguel, exportação que este ano não foi inferior a 26000 Kilos, o que representa um importante ramo da nossa agricultura já difícil de suprimir sem graves prejuízos»¹⁸.

Num artigo jornalístico, em reação às dificuldades por que experimentavam os tabacos nos Açores, são referidos dados que ilustram o peso da produção tabaqueira na ilha Terceira, onde consta que a Fábrica *Flor d'Angra* tinha inscritos 60 cultivadores, cujas vendas a esta unidade fabril eram superiores a 100 Kg cada um, perfazendo um total aproximado de 15 000Kg de tabaco. A *Fábrica Angrense de Tabacos*, por sua vez, possuía 150 cultivadores agregados que forneciam no mínimo, cada um, 20 Kg, e cerca de outros 300 que forneciam quantidades inferiores. Destaca, ainda, que os cultivadores da freguesia do Cabo da Praia abasteciam a fábrica no valor de 90 contos¹⁹.

Pelo quadro que se tem vindo a traçar, constata-se que a cultura do tabaco no panorama económico terceirense assume progressivamente uma presença assinalável que não pode ser secundarizada.

Partindo desta realidade, e no espectro arquipelágico, a indústria de tabaco açoriana vai tentando afirmar-se, mantendo o seu desenvolvimento ascendente, apesar do contexto difícil, uma vez que os mercados nacionais estavam vedados pelas condições de concorrência e de preço. A forçada autossubsistência do comércio tabaqueiro açoriano fora imposta por preceitos legislativos que pretendiam afastar os tabacos açorianos dos mercados do continente português.

Contudo, em 1885, com a publicação da Lei de 22 de julho, foi aliviado o imposto sobre os tabacos açorianos, uma vez que o mesmo só recaía sobre a matéria-prima. Esta situação aligeirou a sobrecarga de impostos que os tabacos insulares pagavam nas alfândegas do continente português.

Mais tarde, a Lei de 18 de agosto de 1887, preconizou a expropriação das fábricas tabaqueiras sediadas em território continental em favor do Estado, deixando de fora as restantes unidades fabris situadas nas ilhas adjacentes e nos territórios ultramarinos. Contudo, este diploma veio colocar por terra a medida tomada dois anos antes, no capítulo dos impostos sobre os tabacos insulares. Assim, qualquer produto de natureza tabaqueira que chegasse a alfândegas continentais pagaria uma taxa como se de estrangeiros se tratasse, o mesmo acontecendo nas alfândegas das ilhas adjacentes, em que os tabacos continentais seriam taxados como os estrangeiros. Na prática, com estas disposições legais, o tabaco açoriano ficou circunscrito ao mercado insular, o que provocou reações

¹⁸ *O Imparcial*, nº 329, Angra do Heroísmo, 1890, maio, 17.

¹⁹ Cf. *Idem*, nº 266, Angra do Heroísmo, 1889, janeiro, 26.

de vários os quadrantes, com fortes críticas a estas medidas: «*Concederam-nos a livre cultura [do tabaco], mas fecharam-nos os portos da mãe pátria à importação do que produzíssemos, classificando-nos de colónia estrangeira para o efetivo de cobrança de direitos aduaneiros*»²⁰.

Face a esta legislação, e com fortes suspeitas que haveria contornos à lei por parte do tabaco manufacturado no continente português – tabaco da *regie*, como era designado – encontra-se grande mobilização da imprensa terceirense da época com uma forte contestação e protesto. Assim, o tabaco da *regie* era colocado no mercado açoriano por preços inferiores, o que foi entendido como um forte ataque aos tabacos açorianos com uma concorrência, que, no entender de alguns, prefigurava o contrabando. Mesmo com a Lei de 22 de maio de 1888, que preconizava a aquisição de cinco por cento dos tabacos produzidos nas ilhas adjacentes e nas províncias ultramarinas por parte do Estado, os ânimos não se acalmaram.

Com os dispositivos legais a espartilharem cada vez mais o escoamento do tabaco açoriano, as unidades fabris terceirenses levaram a cabo redobrados esforços para conseguirem afirmar-se no mercado.

Com o estabelecimento no Faial de uma agência da *regie* as vozes críticas foram-se avolumando cada vez com mais veemência. Refira-se que no distrito da Horta a implantação da indústria tabaqueira e do cultivo do tabaco não teve grande ênfase, apesar de existirem alguns cultivadores desta planta e de ter surgido uma fábrica de tabacos, que laborou por pouco anos (encerrou nos anos oitenta do século XIX): «*A indústria do tabaco também não se enraizou neste distrito [Horta]; no inquérito de 1881 diz-se que vai fechar a única fábrica existente, depois de terminada a manipulação do resto da folha de tabaco que tinha em depósito; era seu proprietário M.M. de Terra Brum*»²¹.

A ação desta agência em território açoriano não era de forma alguma consensual, uma vez que desencadeou grandes discussões e troca de acusações sobre a transação de tabacos oriundos do continente português nas condições estabelecidas pela lei em vigor. Pelo escrupuloso cumprimento da lei, os preços destes tabacos não constituiriam grande ameaça em termos concorrência, uma vez que seriam muito mais onerosos, pelo imposto cobrado nas alfândegas açorianas. No entanto, aparecem indícios da existência de fugas a este procedimento, resultando na transação de tabacos da *regie* por preços inferiores aos açorianos: «*Estando em vigor a lei que manda cobrar nas alfândegas dos Açores os direitos dos tabacos estipulados na pauta, seja qual for a procedência de Portugal ou do estrangeiro, e tendo a régie pago na Horta os direitos referidos como é que o seu agente pode vender uns tabacos por 25 por cento menos, e outros pela metade dos direitos que pagou?!?!*»²².

Com este cenário, e na reduzida dimensão do mercado açoriano, tornou-se muito polémica a introdução de tabacos oriundos de outras paragens exteriores aos Açores a um preço inferior, inviabilizando qualquer concorrência face à carga fiscal que, por sua

²⁰ *A Evolução*, nº 45, Angra do Heroísmo, 1887, outubro, 8.

²¹ Cf. Inquérito Industrial de 1881, vol III, Lisboa, I.N., 1881, citado por Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX – Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, edições Cosmos, 1991, p. 80.

²² *A Evolução*, nº 100, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 27.

vez, o tabaco açoriano tinha em alfândegas exteriores ao arquipélago. Não é, pois, de estranhar que este facto suscitasse no meio terceirense, por intermédio da imprensa local, uma certa unanimidade nos ecos de protesto e de indignação, sendo transversal a várias fações políticas:

«Embora *A Evolução* milite num partido que tem por adversários todos os seus colegas da imprensa desta ilha, apreciando hoje a nobreza de sentimentos dos seus ilustres redatores, revelados nesta hora de atribulação para todos nós, não podemos deixar abrandar as nossas acusações de culpabilidade que toca a cada um, fraternizando e entrando na fileira dos combatentes contra o inimigo tirano, cobarde e traiçoeiro que invade a nossa amada terra – a nossa querida pátria»²³.

O apelo à luta e à reivindicação dos direitos consignados na lei e dos interesses da indústria tabaqueira açoriana, no caso em apreço da ilha Terceira, inflamou vários discursos apaixonados e muito incisivos, apelando à mobilização de todos: «*Chamamos a atenção de todos os habitantes desta ilha para esta gigantesca luta em que nos debatemos e que todos – todos terão de intervir como homens dignos de sacrifícios, desgostos e incómodos por que passam os promotores da sua felicidade. Preparem-se – Está de facto constituída A JUNTA DE RESISTÊNCIA*»²⁴.

Às posições defendidas não foi alheio o peso económico que a cultura e indústria do tabaco iam adquirindo na ilha Terceira. Saliente-se o impacto considerável em termos e empregabilidade que as fábricas da ilha Terceira e da ilha de São Miguel tinham na época dos primórdios da indústria açoriana, coadjuvado com alguma tecnologia que ia aparecendo na manufatura do tabaco²⁵. Não é, pois, de estranhar que as suspeitas de contrabando ilegal num mercado tão exíguo como o açoriano não tenha levado a reacções dos vários quadrantes políticos, sociais e económicos.

É neste contexto que surgiu um acontecimento que majorou ainda mais estas reacções, cujos ecos chegaram até à imprensa da metrópole lisboeta e ao parlamento. Em causa estava a apreensão na alfândega de Angra do Heroísmo de volumes de tabaco provenientes da agência faialense da *regie*, cujas embalagens levantaram suspeitas quanto ao cumprimento dos trâmites legais à data em vigor. Essas suspeitas recaíram sobre os tabacos que foram remetidos pelo agente do Faial o deputado progressista Miguel António da Silva, oriundos do continente português. Verificava-se, com efeito, que esses tabacos destinavam-se a ser comercializados por preços inferiores aos praticados no arquipélago, uma vez que não vinham selados nem cintados, desviando-se das condições de circulação estabelecidas nos preceitos legais. Com esta notícia vinda a público, os defensores da economia tabaqueira açoriana, em geral, e terceirense, em particular, desferiram diversas acusações e argumentos contra a agência da *regie*, sediada no Faial, ocupando com regularidade grande parte das folhas dos principais periódicos terceirenses. Com este epi-

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Sobre o processo de industrialização do tabaco na ilha Terceira e de outras culturas veja-se Paulo Silveira e Sousa, *Ob. Cit.*, pp. 127-186.

sódio, a imprensa procurou demonstrar que houve transgressão e contornos à legalidade fiscal «*com o descaminho de direito e talvez com contrabando. Nunca se viu, repetimos, maior descaramento na administração pública*»²⁶.

Na verdade o episódio de apreensão de tabacos da *regie* teve grande impacto no meio terceirense, galvanizando muitas vozes de protesto e de contestação. A análise da imprensa da época evidencia muito bem esse mal-estar e o enfoque dado à notícia da apreensão de tabacos e aos procedimentos que daí advieram.

A contestação política associada a estas reacções não se fez esperar, despoletando debates na imprensa dos órgãos oficiais dos partidos da oposição ao governo, com destaque para o periódico *A Terceira*, o qual é muito incisivo e determinado nas suas críticas, reparos e observações. Outros também se incorporaram nesta vaga de contestação como é o caso da *Gazeta de Notícias* e *O Imparcial*. Nos vários artigos publicados, pelos diversos ériódicos observa-se uma direcionalidade nas acusações que assume conotações com o contrabando de tabaco nos Açores, sob protecção do próprio poder político vigente. Verifica-se também que no próprio *Angrense* – órgão do partido progressista na ilha Terceira – apesar das ligações ao partido do governo, aparecem nas suas colunas opiniões condenando esta situação.

Convém, contudo, aprofundar os factos que envolveram a apreensão dos tabacos na alfândega angrense, no sentido de se perceber o verdadeiro alcance que este acontecimento tomou. Assim, pela análise das várias notícias que saíram nos jornais terceirenses, constata-se que no dia três de novembro de 1888 foi efetuada a apreensão de dois caixotes que continham tabaco, cujo remetente havia sido o deputado Miguel António Silveira²⁷. Verificou-se, segundo o que se pôde constatar, que grande parte desse tabaco encontrava-se embalado sem as condições previstas no artº nº 43º do Regulamento dos Tabacos de 22 de dezembro de 1864, o qual postulava que o trânsito do tabaco proveniente do continente português só poderia efetuar-se mediante a existência de rótulos das respetivas fábricas e, para o tabaco estrangeiro que entrasse no mercado nacional, deveria observar-se a presença das estampilhas fiscais das alfândegas por onde tivesse passado. Acresce ainda o facto da Lei de 18 de agosto de 1887, estabelecer que os tabacos produzidos no continente português seriam, nas ilhas, equiparados ao estrangeiro, pagando, por isso, os mesmos direitos e obrigações nas alfândegas das ilhas.

O semanário *A Terceira* justifica a acusação de “deputado contrabandista” a Miguel António Silveira, por ter mandado os dois caixotes no valor de 100 mil réis sem estarem acondicionados, conforme a lei. Nas páginas deste periódico, a natureza e autoria do ato é adjetivada de criminosa:

«Acaba de dar-se na alfândega d’esta cidade [Angra do Heroísmo] um facto altamente escandaloso, segundo publicamente se diz. É nada menos do que um contrabando feito por um deputado da nação, o sr Miguel António, que é progressista, e representa o distrito da Horta (...) Hoje mais bem informados deste

²⁶ *Gazeta de Notícias*, nº 108, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 21.

²⁷ Administrador da agência da *regie* nos Açores, estabelecida na ilha do Faial.

facto criminoso, vamos expô-lo ao público, ao sr. ministro da fazenda e aos srs. Administradores da régie para que eles conheçam muito bem, que aquele deputado é o maior contrabandista dos Açores, e indigno de exercer o lugar de fiscal e administrador dos tabacos»²⁸.

A exaltação de ânimos foi tão avultada que se descortinam, inclusivamente algumas, ideias e discursos tendencialmente separatistas e independentistas dos Açores em relação ao resto do país. Nesta conjuntura, surgiu o alerta às autoridades, face a uma situação que acabava por se tornar um pretexto para denunciar toda uma situação de pressão sobre a indústria tabaqueira açoriana, em geral, e terceirense em particular:

«Por isso, por estes e por outros análogos procedimentos é que vão adquirindo vulto as ideias separatistas, e é o próprio governo, este nefasto governo de arranjos que mais do que tudo, e mais do que ninguém, auxilia, e justifica até, a terrível propaganda que vai encontrando eco no coração do povo. Cautela, senhores do governo cautela»²⁹.

No mesmo sentido, outras vozes vão ecoando com mais determinação e precisão, surgindo vários artigos que tentam demonstrar o que se considerava ser uma grave injustiça, falta de interesse e de respeito pela defesa dos interesses açorianos: «*Assim unidos, podemos dizer a Portugal – Honra e respeita os teus filhos ou proclamemos a nossa independência*»³⁰.

Com efeito, estas acusações fundamentavam-se na falta de proteção aos cultivadores e manufatureiros de tabaco como se verificou no continente português, aquando da aplicação da Lei de 22 de maio de 1888 que preconizou a expropriação pelo governo das fábricas do continente português, assegurando indemnizações aos seus proprietários. Por esta via, ficaram acautelados pelo governo os interesses dos proprietários de fábricas de tabaco e produtores, assegurando-se uma transição equilibrada para o regime da *regie*. As unidades fabris das ilhas adjacentes e do ultramar ficaram de fora desta medida, comprometendo-se o Estado a consumir cinco por cento dos tabacos aí produzidos. Não é de estranhar, pois, que o sentimento que se espelha nos muitos artigos sobre esta matéria fosse o de total abandono dos Açores e o de tratamento desigual, coadjuvado por um acérrimo ataque ao mercado tabaqueiro açoriano.

Pela análise do auto de apreensão dos tabacos oriundos do Faial, publicado na íntegra pelo *A Terceira* de nove de fevereiro de 1889, constata-se que o volume apreendido rondava os 71,252 Kg, cujo custo se cifrava, como já foi anteriormente referido, em 100 mil réis. O quadro abaixo explicita as condições em que o tabaco vinha embalado e as respetivas quantidades, distribuídas por cada tipo de produto manufaturado.

²⁸ *O Angrense*, suplemento do n.º 1541, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 19.

²⁹ *A Terceira*, n.º 1542, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 24.

³⁰ *A Evolução*, n.º 100, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 27.

Quadro 1

Quantidade	Tipo de tabaco	Obrigações aduaneiras
6 pacotes	Cigarros “Almirante	Tabaco embalado e selado de acordo com os preceitos legais
6 pacotes	Cigarro “Havanos”	
84 pacotes	Tabaco picado “Forte Americano”	
162 pacotes	Tabaco picado forte	Tabaco sem comprovativos de obediência aos preceitos legais
496 pacotes	Tabaco picado	
4 pacotes	Tabaco picado forte americano	
1 caixa	Charutos “Trabucos”	
1 caixa	Charutos “La Fantasia”	
1 caixa	Charutos	
106 lascas	Tabaco em talhada	
1 cubo	Tabaco em talhada	

Fonte: *A Terceira*, n.º 1553, Angra do Heroísmo, 1889, fevereiro, 9.

Pode-se, assim, aferir que a quantidade de tabaco que não respeitava as condições é assinalável, passível de acarretar efeitos negativos na comercialização do tabaco na ilha Terceira.

Por isso, não é de estranhar que os delatores desta situação alertassem e tentassem comprovar, de várias formas, que a sucessão de transações nas ilhas de tabaco nestas condições poderia pôr em causa todo o investimento até então realizado na área da cultura e manufatura do tabaco. O incentivo, com o contributo da própria imprensa, feito inicialmente à adesão a esta cultura não deixou de ser referenciado:

«Ninguém se esqueceu ainda de que, há poucos anos, toda a imprensa local pediu para se estabelecer, nesta ilha uma fábrica que promovesse o desenvolvimento desta indústria, e até chegou a lembrar que se subsidiasse essa fábrica, isto porque a crise monetária (...) era agravada em grande parte pela saída de numérico, que correspondia ao tabaco importado para nosso consumo da ilha de São Miguel e de Lisboa»³¹.

Convém sublinhar que este impulso à cultura do tabaco surgiu como meio de resposta a uma situação de crise na agricultura açoriana da segunda metade do século XIX, tendo-se adaptado bem ao solo açoriano e revelando-se, em pouco tempo, rentável, como já foi referido:

«Atacada rudemente a agricultura açoriana nas suas principais e mais rendosas produções. Ensaiou animosamente, novas culturas, que pudessem substituir aquelas que a fatalidade condenara, e desses ensaios um dos que mais lisonjeiros resultados apresentou, aos incansáveis trabalhadores dos campos, foi a cultura do tabaco, que passou logo de mera tentativa, a exercer-se em larga escala»³².

³¹ *O Imparcial*, n.º 259, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 8.

³² *A Terceira*, n.º 1542, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 24

A propagação da notícia do acontecimento na Alfandega de Angra do Heroísmo extravasou as barreiras açorianas, tendo alguns jornais da metrópole disponibilizado alguma atenção a este assunto. De entre os periódicos em cujas colunas apareceram referências ao episódio da apreensão do tabaco, refira-se o *Diário Popular*, *Correio da Manhã*, *Portugal*, *Madeira e Açores*, *Gazeta de Portugal*, *Debates*, *Jornal da Noite* e o *Século* que, segundo sublinha o periódico terceirense *O Imparcial*, expressaram o seu apoio à causa terceirense no domínio do sucedido³³.

Em termos de conjuntura económica da ilha Terceira, convém referir que por esta altura, para além da indústria tabaqueira, também se encontravam ameaçadas outrass indústrias, nomeadamente a indústria do álcool e a do sabão: «*As indústrias dos tabacos e do álcool enfrentam esses problemas, lutando para garantir a sua viabilidade económica. Os resultados obtidos ficam aquém das expectativas dos açorianos, mas não totalmente negativos*»³⁴.

Num cenário de ameaça à cultura do tabaco na ilha Terceira nos finais do século XIX, a mobilização dos lavradores e proprietários não se fez esperar, tendo sido tomada a iniciativa de enviar uma missiva ao rei sobre a ameaça que pairava sobre a indústria do tabaco. Assim, foi remetido um documento que expunha os anseios e preocupações que os proprietários e lavradores tinham face à concorrência dos tabacos da *regie* nos Açores. Nesta representação, aludem ao impacto positivo da cultura tabaqueira, contribuindo de forma vantajosa para a economia da ilha, dada a sua boa produtividade e rentabilidade:

«Senhor! Nestas terras, a par das culturas já importantes do milho e da batata-doce, começava a desenvolver-se, e ia já em florescência, a cultura do tabaco, que ainda mesmo trabalhosa como é, todavia compensa e remunera o árduo labor do amanho dos campos. Permitida livremente, nestas terras açorianas por leis sábias e justas esta rendosa cultura, bem depressa, e como consequência do incremento que em breve tempo atingiu, montaram-se fábricas que manipularam e forneceram ao consumo, o tabaco aqui produzido»³⁵.

No documento em causa, é defendida a influência, mesmo que indireta, que o desenvolvimento e incremento da indústria tabaqueira teve na redução dos movimentos migratórios³⁶.

De facto, um dos cenários apontados como consequência da crise do tabaco era de descalabro económico tanto para manufactureiros do tabaco como para os cultivadores, proprietários e suas famílias cujo desfecho poderia aumentar o fenómeno da emigração:

«Os nossos fabricantes de tabaco suspenderão as compras da folha que a ilha produz. Os cultivadores voltam às suas freguesias amaldiçoando governos, reis e legisladores, chorando o seu prejuízo e o pão de seus filhos. Os lavradores terão de

³³ Cf. *O Imparcial*, n.º 260, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 15.

³⁴ Maria Isabel João, *Ob. Cit.*, p. 100.

³⁵ *A Terceira*, n.º 1547, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 29.

³⁶ Cf. *Ibidem*.

entregar as terras, os que fazem de renda e de foro, e endividados e corridos como uns malfeitores, expatriar-se-ão»³⁷.

A dimensão da cultura do tabaco na ilha Terceira é demonstrada na imprensa, nomeadamente através do volume de tabaco produzido e ao facto de ainda exportar para São Miguel: «*Se atendermos ainda ao tabaco em folha que é exportado anualmente para a ilha de São Miguel que em 1887 se elevou a mais de 20 mil Kilos, e ao que é consumido diretamente pelo cultivador de tabaco, veremos que a cultura de tabaco naquele ano não foi inferior a 40 mil Kilos*»³⁸.

O repto ao soberano português, acaba por ser sintetizado na ideia de que simplesmente se fizesse cumprir a lei da comercialização dos tabacos nos Açores:

«que simplesmente mira ao exato e fiel cumprimento da lei, tal como ela é, por forma que fiquem os nossos tabacos livres, os nossos mercados da funesta concorrência dos tabacos da régie, assim como estes, no continente, não têm que temer a concorrência daqueles. Só assim se fará justiça, só assim se tratarão com igualdade estes povos»³⁹.

Em observância ao enfoque dado pela imprensa nesta altura, poder-se-á afirmar que este manifesto enviado ao rei é a súpula do debate que se instalara na sociedade terceirense. Por outras palavras, o repto que era lançado prendia-se com o simples facto de se cumprir a Lei de 18 de agosto de 1887, deixando o tabaco açoriano de estar sob a ameaça constante da concorrência dos tabacos da *regie*.

Efetivamente, o excedente de produção para a dimensão do mercado local era uma realidade. Com a freguesia do Cabo da Praia a destacar-se na produção de tabaco, verificou-se dificuldades de escoamento, como aconteceu em 1889, onde a produção foi tão abundante nessa localidade que as fábricas da ilha Terceira por si só não conseguiam absorver a produção. Perante esta realidade, os produtores desta localidade chegaram a equacionar a possibilidade de vender o remanescente à agência de *regie*, sob pena de haver prejuízos para os produtores por falta de escoamento: «*Há naquela freguesia [Cabo da Praia] uma grande produção de tabaco, a última colheita é tão avultada que as fábricas que existem nesta ilha não podem consumi-lo. Desejam pois os possuidores de tabaco vendê-lo à régie. Não se efetuando esta venda sofreria aquela povoação grave prejuízo, e teria de restringir-se de futuro a cultura do tabaco*»⁴⁰.

A exiguidade do espaço económico açoriano e a concorrência dos tabacos oriundos do exterior do arquipélago dos Açores era um cenário cada vez mais emergente, sendo

³⁷ *A Evolução*, n.º 97, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 7.

³⁸ *O Imparcial*, n.º 259, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 8. No que se refere ao operariado envolvido na manufatura do tabaco nas duas unidades fabris da ilha, é apontado o valor de encargos com este pessoal num valor superior a 50 contos de réis «(...) *quantia que, atenta a nossa melindrosa situação económica, é importante*». Cf. *Ibidem*.

³⁹ *A Terceira*, n.º 1547, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 29.

⁴⁰ *O Angrense*, n.º 2321, Angra do Heroísmo, 1889, outubro, 20.

demonstrado, inclusivamente a comparação de preços entre o tabaco proveniente do fora do arquipélago e o produzido nestas ilhas⁴¹. Esta intromissão era entendida como um ataque cerrado às indústrias insulares, envolto em traços de ilegitimidade: «A invasão dos mercados açorianos pelos tabacos da régie não é só uma arbitrariedade, isto é, um facto que a lei não autoriza; é mais do que isso é uma violência, uma espoliação, uma prepotência, um despotismo feroz, brutal, imprudente, cínico. (...) foi um verdadeiro roubo feito às indústrias e ao comércio insulanos»⁴².

A forte adjetivação para caracterizar a concorrência dos tabacos da *regie* era uma constante nos artigos dos jornais consultados, evidenciando um sentimento de revolta e de indignação geral, num contexto económico, como já se referiu, particularmente difícil.

Não é, pois, de estranhar que os acontecimentos de 3 de novembro de 1888 na alfândega de Angra do Heroísmo tenham sido o mote para denunciar as vicissitudes por que passava a indústria tabaqueira açoriana. A majoração deste acontecimento acontece nas colunas de vários jornais terceirenses com uma regularidade muito acentuada, o que denota o impacto que as notícias tinham junto dos leitores e o seguimento que estavam a ser alvo, sendo aguardado um desfecho que trouxesse clarificação e, conseqüentemente, uma solução favorável para a situação da indústria tabaqueira.

Em face destes acontecimentos, a imprensa da Horta, na voz dos periódicos *Atlântico* e *Açoriano*, reagiu aos procedimentos adotados em Angra. Os termos utilizados por estes jornais, principalmente pelo *Atlântico*, provocaram diversas reações de espanto e revolta contra as argumentações utilizadas. Os jornais terceirenses foram unânimes em classificar as afirmações e expressões daquele jornal como ofensivas e escandalosas, ocupando-se vários artigos, ao longo de diversas publicações, deste facto.

O próprio *Angrense* não poupou críticas àquele jornal faialense, o qual havia classificado o procedimento da alfândega de Angra «de ilegalíssimo e filho ou de uma crassa ignorância ou precipitação imperdoável»⁴³. Já o periódico *Gazeta de Notícias*, aludiu à defesa afincada do deputado e administrador da *regie* nos Açores pelo *Atlântico*, considerando as acusações perpetradas de excessivas e desajustadas:

«Passando, porém, os limites da boa discussão dirige aquele jornal [Atlântico] algumas frases pouco cometidas ao verificador da alfândega desta cidade, sr. José Augusto da Silva Sampaio, um dos empregados mais hábeis que ali temos e cuja probidade, como funcionário público, é de todos reconhecida. Defender uma causa insultando os que em serviço da nação cumprem os seus deveres, é sistema progressista que não serve cá para a ilha a não ser aos correligionários do Atlântico»⁴⁴.

A *Terceira*, pela voz dos regeneradores da ilha, também não deixou de reagir à atitude da imprensa faialense, mobilizando uma linguagem muito contestatária e crítica,

⁴¹ Cf. *O Imparcial*, n.º 259, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 8.

⁴² *A Terceira*, n.º 1542, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 24.

⁴³ Suplemento ao n.º 2272 do *Angrense*, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 26.

⁴⁴ Cf. *Gazeta de Notícias*, n.º 108, Angra do Heroísmo, 1888, novembro, 21.

que menosprezava os argumentos utilizados em defesa do deputado Miguel António Silveira:

«Nem ao potentasito insignificante do sr. Manuel António, nem aos miseráveis a quem paga para rabiscarem, massudamente, em sua defesa, ligamos importância bastante para os olharmos, ou atendermos, em si, como coisas independentes merecedores de apreciação e de crítica. (...) Espungida esta massuda estopada do oco palavreado, que nada diz, e que apenas revela o tristíssimo estado de decadência a que chegou esta nobre instituição da imprensa [jornal Atlântico] pouco fica, se é que alguma coisa fica de aproveitável à questão»⁴⁵.

Na defesa das atitudes adotadas em Angra, digladiaram-se argumentos que implicaram a esfera política. Pela análise da imprensa e dos argumentos, verifica-se que esta questão tornou-se politizada, sendo manipulada pelas facções políticas a seu favor.

Apresentadas as evidências que conduziram ao apuramento dos factos ocorridos na alfândega angrése, foram mobilizadas as disposições vigentes na época, nomeadamente o disposto no art.º nº 224 do decreto de 29 de dezembro de 1887⁴⁶, coadjuvado pela Lei de 22 de maio de 1888 que, na sua base 10 mantém todas as disposições legais sobre os procedimentos a adotar no caso do contrabando do tabaco. Por esta postura, oficialmente a transação oriunda do tabaco da Horta e respetiva apreensão em Angra do Heroísmo configurou-se como ato de contrabando.

Pela análise do procedimento alfandegário, datado de 6 de novembro de 1888, o diretor da Alfândega de Angra João Pereira Forjaz Pacheco de Mello deu como provada a tentativa de contrabando, imputando a Manoel Severino Soares de Avellar (destinatário dos tabacos provenientes da Horta), o pagamento de coima no valor de um conto, seiscentos e sessenta e dois mil e oitenta e cinco reis⁴⁷.

Curiosamente, o Tribunal do Contencioso Fiscal de Angra do Heroísmo, cujo presidente era o próprio diretor da alfândega João Mello, exarou um veredito que contradiz em tudo a decisão por ele tomada enquanto diretor da alfândega angrése. Deste modo, no acórdão datado de 15 de janeiro de 1889, é julgado «*insubsistente a apreensão por não poder imputar-se responsabilidade ao apresentante a despacho dos tabacos apreendidos Manoel Severino Soares de Avellar, nem do delito de descaminho de direitos que não se prova existir nem da transgressão de regulamentos fiscais por não poder juridicamente ser por ela responsável*». Como tal, o destinatário do tabaco na ilha Terceira foi absolvido da multa a que havia sido condenado, tendo-se sido orde-

⁴⁵ A *Terceira*, nº 1543, Angra do Heroísmo, 1888, dezembro, 1. O jornal *O Imparcial*, nº 259, de 8 de dezembro de 1888, na reação aos argumentos faialenses, expressos nos jornais, opta por excluir, *à priori* a refutação dos argumentos apresentados no Atlântico, por considerar impossível toda a discussão, fruto da linguagem utilizada, e centra-se no periódico *Açoriano*, reconhecendo a sensatez de argumentação que utilizou, para contrapor com os seus fundamentos.

⁴⁶ Este artigo refere que a circulação de tabaco está sujeita aos ditames consagrados no regulamento de 22 de dezembro de 1864, que no seu nº 5 do art.º 75º impõe a fiscalização da venda de tabaco por forma a identificar-se o tipo de produtos que estão em circulação e os que não pagavam os direitos, garantindo a devida observação da estampilhagem e cintagem.

⁴⁷ Cf. A *Terceira*, nº 1553, Angra do Heroísmo, 1889, fevereiro, 9.

nado que lhe fossem entregues os tabacos que estavam de acordo com as condições de circulação requeridas por lei⁴⁸.

Nesta mudança de atitude de um mesmo sujeito que ocupa simultaneamente dois cargos que superentendem as instâncias onde o processo decorreu, vislumbra-se pressões políticas. Saliente-se o cunho político-partidário em que a figura do deputado faialense Miguel António Silveira estava envolvida. Acresce ainda a circular redigida, por esta altura, pelo Ministro da Fazenda Mariano de Carvalho às alfândegas açorianas, onde dispensava os selos e estampilhas aos tabacos da *regie*⁴⁹. Esta evidência contribuiu para que a atitude do ministro tenha sido segundo o denunciado pela imprensa um instrumento «*com um fim bem conhecido de auxiliar o contrabando, dirigido – segundo é notório – pelo deputado Miguel António*»⁵⁰.

Perante o desenlace gerado, o jornal *A Terceira* publicou na íntegra os documentos oficiais acima referenciados, onde reagiu com muita indignação e adjetivou este ato de “assombroso escândalo”, incidindo na incoerência do desfecho deste caso: «*a moralidade, a honra e a dignidade ficaram a escorrer sangue, e as feridas que lhes abriram são tamanhas que jamais poderão cicatrizar*»⁵¹.

Os clamores e anseios dos produtores e manufatureiros do tabaco parecem ter surtido pouco efeito, pois, passado quase um ano após a polémica em torno da apreensão do tabaco na alfândega angrense, continuaram os receios que o tabaco açoriano entrasse em colapso: «*aí estão os campos cultivados de tabaco e o lavrador, que dali há-de pagar a alimentação, a renda, o imposto, não sabe a quem há-de vender, não tem quem lhe compre. As fábricas prejudicadas pela concorrência desleal e traiçoeira da régie, sem saber o dia de amanhã, não querem comprar tabaco, e procedem corretamente*»⁵².

A indústria tabaqueira terceirense trilhou, de facto, um grande e sinuoso percurso que, apesar de constrangimentos vários, apresentou uma produção crescente nos finais do século XIX «*Calcula-se que nos anos 90 [do século XIX] a produção anual de tabaco terceirense rondaria os 80 mil quilos, dos quais apenas 20 mil se destinavam às ditas fábricas [Flor d’Angra e Angrense] porquanto 30 mil eram vendidos às fábricas de São Miguel e os restantes eram manipulados e consumidos diretamente pelo povo*»⁵³.

O que se nota é que a cultura e a indústria do tabaco terceirense debateu-se com uma constante concorrência que conduziu a uma permanente luta pela sua afirmação no mercado insular açoriano. Com efeito, verifica-se que o tabaco na ilha Terceira desde o seu início foi acompanhado por dois fatores indissociáveis: a concorrência (ora com os tabacos nacionais ora com os de São Miguel) e a reduzida dimensão do mercado insular açoriano.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Cf. *Gazeta de Notícias*, nº 119, Angra do Heroísmo, 1889, fevereiro, 6.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *A Terceira*, nº 1553, Angra do Heroísmo, 1889, fevereiro, 9.

⁵² *O Imparcial*, nº 298, Angra do Heroísmo, 1889, setembro, 28.

⁵³ Cf. Fátima Sequeira Dias (2008), *Ob. Cit.*, p.43. No relatório da Junta Geral de 1 de Abril de 1889, é realçada a preocupação dos efeitos do tabaco da régie no mercado açoriano. Cf. Boletim da Junta Geral, Angra do Heroísmo, nº 45, Angra do Heroísmo, 1889, maio, 29.

A questão dos tabacos (expressão recorrente na imprensa) foi-se prolongado através das primeiras décadas do século XX, o que proporcionou o aparecimento de interessantes debates na imprensa que são, conseqüentemente, sintomáticos da importância e do peso económico desta cultura nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Ao nível nacional, a questão do tabaco passou por diferentes estratégias que visavam garantir rentabilidade para os cofres do Estado. Com a firmação do Contrato do Tabaco, no início do século XX, a Companhia dos Tabacos foi sobrevivendo num contexto económico difícil e numa encruzilhada de jogos de interesse entre o Estado e os contratadores do tabaco. A atenção particular aos rendimentos advindos da indústria tabaqueira para a economia nacional não foi despropositada, uma vez que nos alvares do século XX, ainda era considerada como «(...) *um dos principais fatores de melhoria da nossa situação económico-financeira*»⁵⁴.

Todo este percurso de afirmação da cultura tabaqueira em território açoriano, demarcando sobretudo a paisagem económica das ilhas Terceira e São Miguel, passou por várias vicissitudes que não se restringem ao término do século XIX.

Assim sendo, a década de trinta do século XX, viria a revelar-se um período conturbado para a indústria tabaqueira terceirense, testando, uma vez mais, a capacidade de sobrevivência desta indústria no contexto regional e nacional.

Na primeira metade do século XX, a Fábrica de Tabaco Micaelense levou a cabo várias estratégias, a fim de garantir a sua sobrevivência e hegemonia no espaço insular, uma vez que a exportação de tabaco dos Açores encontrava-se amplamente comprometida com os impostos alfandegários no continente português, como já foi referido.

Na verdade, continuava a verificar-se entraves alfandegários do continente português relativamente à entrada de tabaco açoriano, perdurando a indignação, muitas vezes expressa na imprensa local, uma vez que evidenciavam a desigualdade que estas medidas implicavam:

«Para tanto bastava que o tabaco açoreano pudesse dar entrada no continente em igualdade de circunstâncias com a entrada do tabaco continental nos Açores. (...) Nada mais justo, nada mais razoável que o nosso tabaco ser permitida a entrada no resto do país livre de pesadíssimos direitos alfandegários que, para o tabaco açoreano, constituem uma verdadeira barreira proibitiva»⁵⁵.

Esta realidade era enunciada como causa para a crise da indústria de tabaco na ilha Terceira. Na verdade, esta barreira à exportação do tabaco açoriano para o continente português veio fomentar uma concorrência interna entre as ilhas produtoras de tabaco. Tal como nas décadas finais do século XIX, a produção local continuava a exceder o consumo interno, havendo, por isso, muitas dificuldades no escoamento do produto. Na edição de 22 de Março de 1931, o jornal *A Pátria* publica um artigo intitulado “*Grito de alarme! As nossas fábricas estão ameaçadas de encerrarem as suas portas!!*”, onde é evidenciada a difícil situação em fazer com que o tabaco ter-

⁵⁴ *O Angrense*, n.º 3045, Angra do Heroísmo, 1906, janeiro, 20.

⁵⁵ *A Pátria*, n.º 84, Angra do Heroísmo 1930, julho, 27.

ceirense fosse exportado para outros mercados fora da ilha, prevendo-se, por isso, um quase inevitável colapso.

A política de impostos sobre a venda de tabaco açoriano no continente português condicionou a situação económica insular. Consequentemente, «*como resultado desta política, gerou-se uma concorrência desenfreada entre as fábricas insulares lutando pela sua sobrevivência num mercado muito limitado*»⁵⁶.

Como tal, as consequências não se fizeram esperar e a concorrência entre a indústria tabaqueira de São Miguel e da Terceira tornou-se uma realidade bem visível, através de várias campanhas lançadas na imprensa local.

Assim, as várias estratégias de concorrência que a maior fábrica de tabaco de São Miguel encetou tiveram como alvo principal a indústria tabaqueira terçoirense. Fátima Sequeira Dias demonstra a existência de vários depositários na ilha Terceira que forneciam informações sigilosas, através de códigos, sobre a aquisição do tabaco de melhor qualidade⁵⁷.

Por volta do final da década de vinte, início da de trinta, a indústria tabaqueira da ilha Terceira também concorria pela conquista de um espaço no mercado açoriano com as torcidas de tabaco que eram consumidas maioritariamente pela população rural⁵⁸.

Com um mercado insular tão limitado em termos de dimensão, a concorrência da maior produtora de tabaco micalense foi encetada com vigor, levando a indústria tabaqueira da ilha Terceira a atravessar grandes dificuldades, no contexto da crise económica da década de 30. Verifica-se que nesta época houve ameaça aos interesses açorianos, uma vez que o governo central criou condições para a unificação da economia metropolitana e das várias colónias. Nesta altura, assistiu-se a várias medidas legislativas que ora facilitavam ora restringiam a expansão de alguns produtos açorianos no mercado do continente⁵⁹.

Na imprensa local começaram a aparecer alguns sintomas desse mal-estar da economia açoriana, com naturais reflexos para o contexto económico terçoirense:

«Hoje, indústrias de valor, podemos apenas citar a dos curtumes, a dos tabacos e a da moagem. (...) A indústria do tabaco, que poderia e deveria ser um dos mais importantes fatores de riqueza industrial e agrícola da nossa ilha, vem lutando, de há muito, com uma crise que ameaçou fazê-la soçobrar. E, até hoje, ninguém conseguiu remover a causa da asfixia desta importante indústria nossa»⁶⁰.

De facto, ao longo do ano de 1930, aparecem sucessivos artigos sobre a indústria do tabaco da ilha Terceira, dando conta da dificuldade em escoar o produto das fábricas,

⁵⁶ Carlos Enes, *A economia Açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, edições Salamanca, 1994., p. 144. Este investigador aborda o cenário de concorrência no mercado insular açoriano na década de trinta, demonstrando a concorrência entre as fábricas insulares, nomeadamente entre as unidades fabris da Madeira, São Miguel e Terceira.

⁵⁷ Cf. Fátima Sequeira Dias (1995), *Ob. Cit.*, pp. 39-41.

⁵⁸ Cf. *Ibidem*, p. 42.

⁵⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 14—16.

⁶⁰ *A Pátria*, n.º 127, Angra do Heroísmo, 1931, fevereiro, 15.

face ao pouco consumo a nível local, na medida em que a produção estava vocacionada praticamente para o autoconsumo dada a conjuntura nacional⁶¹.

Face a este panorama, houve preocupação em fazer com que a indústria de tabaco não cessasse na Terceira, pois havia o receio de que o preço do tabaco aumentasse uma vez que este produto viria de S. Miguel a preços que seguiriam uma lógica de afirmação hegemónica no mercado:

«pois arruinadas, encerradas as nossas fábricas de tabaco, facilmente se compreende que o tabaco de fora subirá consideravelmente de preço, porque ninguém há que deva ignorar que o tabaco de São Miguel e da Madeira atualmente se vende aqui com uma diferença considerável de preço para menos, do que o que se vende no lugar de origem. E esta diferença é feita só para a concorrência e, uma vez desaparecida, também a melhoria de preço desaparecerá e em seu lugar surgirá uma subida enorme»⁶².

Com efeito, nesta altura verificou-se que os produtos micalenses, entre os quais o tabaco, circulavam pelas ilhas açorianas. De facto, José Bensaúde (sócio-gerente da Fábrica de Tabaco Micaelense) teve em atenção as vendas de tabaco na ilha Terceira e na Madeira «*pela sua importância e pelo poder de compra da respectiva população. Acrescente-se ainda o interesse pela compra de folha de tabaco, cultivado na ilha Terceira. A maior parte da correspondência comercial registada diz respeito aos interesses económicos da empresa nessas ilhas*»⁶³.

Perante a concorrência micalense, na imprensa terceirense nota-se um grande esforço para fomentar o consumo de tabaco produzido na ilha Terceira. Um dos indicadores desse esforço, para além de sucessivos artigos de opinião em prol da indústria tabaqueira, consistiu na publicidade ao consumo de tabaco da terceirense, a qual ocupava um lugar de destaque nos jornais. Em alguns anúncios publicitários constata-se um apelo ao consumo de cigarros da ilha, em detrimento dos importados, tentando menosprezar a estratégias de aliciamento à compra do tabaco importado: «*Se experimentardes os cigarros da Fábrica da Tabaco Âncora depois não quereis outros. Não há melhores. Brevemente bônus de consumo. Não vos deixeis iludir com lotarias e prémios habilmente planeados. Fumai só da Âncora*»⁶⁴.

Neste domínio, o periódico *A Pátria*, declara-se o único defensor da «questão dos tabacos», acusando outro órgão da imprensa local – *A União* – de secundarizar este assunto e de este fazer publicidade de novas marcas da Fábrica de Tabacos Micaelense e do tabaco da Madeira, prejudicando, assim, a indústria terceirense.⁶⁵

⁶¹ Carlos Enes afirma que a produção industrial desta altura nas ilhas «(...) dirige-se, sobretudo, para o mercado interno de cada ilha, sendo poucos os produtos que circulam a nível do arquipélago, ou que são exportados. Esta produção local sofre, por seu turno, a concorrência de produtos importados semelhantes, em muitos casos de melhor qualidade e mais baixo preço.» Cf. Carlos Enes, *Ob. Cit.*, p. 121.

⁶² *A Pátria*, nº 78, Angra do Heroísmo, 1930, junho, 12.

⁶³ Fátima Sequeira Dias (1995), *Ob. Cit.*, p. 63.

⁶⁴ *A União*, nº 10 610, Angra do Heroísmo, 1930, maio, 8.

⁶⁵ Cf. *A Pátria*, nº 271, Angra do Heroísmo, 1933, julho, 27. De facto, uma análise atenta deste periódico neste período demonstra um grande ênfase dado à questão dos tabacos, bem como à dimensão dos anúncios publicitários que chegam a ocupar uma página inteira de muitos dos seus números.

Com efeito, no jornal *A União*, nesta época, nota-se a presença de publicidade dos tabacos de São Miguel e da Madeira, embora o destaque aos tabacos da ilha Terceira não tenha sido descurado. Para além disso, através da análise deste periódico verifica-se não existir a abundância de artigos dedicados à defesa da indústria do tabaco na ilha Terceira comparativamente com outros periódicos locais.

Paralelamente a esta campanha de marketing, surgem vários artigos na imprensa local que exortam o *Amor Patriótico* pela terra, a fim de evitar uma quebra maior no consumo que levasse à falência das unidades fabris do tabaco na ilha Terceira e consequente aumento do desemprego. Nesta vertente, houve um apelo aos fumadores para intensificarem a sua preferência pelo tabaco terceirense:

«É' pois preciso, absolutamente necessário que todos, pobres, remediados e ricos, auxiliemos com vontade, com carinho as nossas indústrias que são fontes de receita nossa e muito nossas, e esse auxílio que representa um verdadeiro e imperioso dever moral, está em darmos absoluta preferência aos produtos da indústria local»⁶⁶.

Neste ímpeto para salvar a indústria tabaqueira na ilha Terceira, continuava presente o receio de se ver repetido o cenário de encerramento das indústrias do álcool, a fábrica do tabaco e a do sabão nesta ilha, como já antes se verificara.

O que se observa é que no início da década de 30, as duas fábricas de tabaco não laboravam todos os dias da semana, implicando que os funcionários não fossem remunerados a tempo inteiro. Esta situação pode ser explicada pelo volume de importação de tabaco para a ilha Terceira: cerca de dois mil contos de tabaco micaelense⁶⁷.

Neste âmbito, pode-se encontrar na imprensa terceirense um grande e fervoroso apelo ao aumento do consumo de tabaco da ilha. Além disso, é apontada a crise do tabaco das fábricas da ilha Terceira como resultante da

«enorme concorrência das fábricas congéneres de São Miguel e da Madeira que vem abarrotando o nosso mercado com os seus produtos que são vendidos por preços muito inferiores aos por que se vendem na origem, para assim poderem, não só competir com os nossos produtos mas ainda muitas vezes suplanta-los, nos preços, que não nas qualidades»⁶⁸.

Perante este cenário, a indústria tabaqueira encetou uma campanha para fomentar o consumo e que consistiu em oferecer brindes. Um exemplo desses brindes eram os cheques que vinham em alguns maços de tabaco: «*Mil cheques de 25\$00 insulanos cada um acabam de ser distribuídos pelos macinhos de cigarros “Açores” e “Artistas”*»⁶⁹. Outro exemplo consistia na coleção de fotografias de vários pontos da ilha Terceira, envolvendo as suas paisagens e tradições.

⁶⁶ *A Pátria*, nº 78, Angra do Heroísmo, 1930, junho, 12.

⁶⁷ Cf. *A Pátria*, nº 74, Angra do Heroísmo, 1930, maio, 29.

⁶⁸ *A Pátria*, nº 68, Angra do Heroísmo, 1930, abril, 20.

⁶⁹ *Idem*, nº 70, Angra do Heroísmo, 1930, maio, 15.

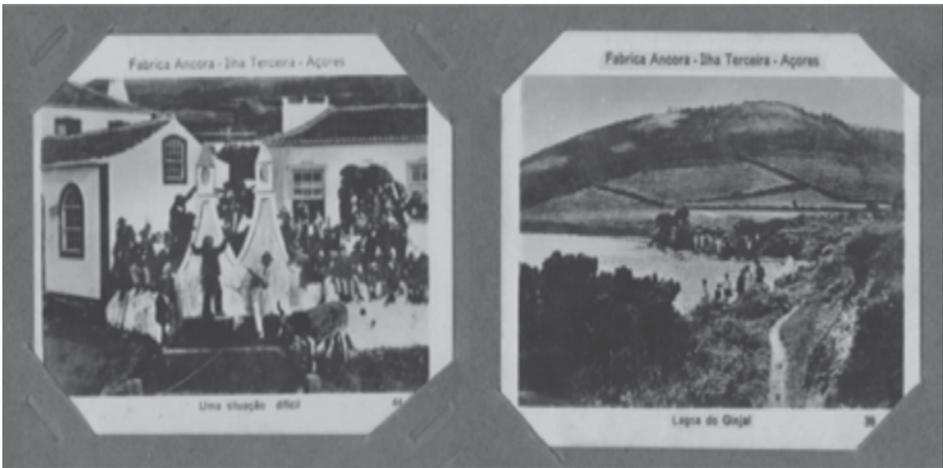


Fig. 1 – Fotografias extraídas de “Álbum dos brindes da Fábricas de Tabaco Açoreanas”

Todas estas estratégias parecem, segundo a imprensa na altura, ter resultado em algum alento, registando-se um ligeiro progresso que necessitaria de um continuado esforço:

«Devido à nossa porfiada campanha em favor de uma causa tão justa, e devido, sobretudo a acertada forma como as respectivas empresas das duas importantes fábricas de tabacos vêm há tempos fazendo a propaganda dos seus respectivos produtos não se poupando sacrifícios de nenhuma espécie, parece que a nossa indústria tabaqueira entrou novamente em fase de progresso»⁷⁰.

Mas este crescimento não seria significativo, uma vez que os tabacos de São Miguel e da Madeira também enveredaram por este mesmo tipo de campanha, notando-se na imprensa local uma acérrima concorrência e disputada pelo controlo do mercado terceirense.

Em alguma imprensa local, na primeira metade da década de 30, sobressai um espírito “bairrista” assumido em relação à defesa das indústrias da ilha Terceira, onde se inclui com destaque a indústria do tabaco. Subjacente a esta campanha, encontramos por várias vezes a exaltação à qualidade do tabaco terceirense, classificando de superior comparativamente ao importado.

A publicação do Decreto nº 22710 de 21 de Junho de 1933, surge como meio de proteger as pequenas indústrias, evitando a sua falência, como foi o caso da Fábrica da Tabaco «Flor d’Angra» que se via confrontada com a concorrência do tabaco vindo de

⁷⁰ *Idem*, nº 84, Angra do Heroísmo, 1930, julho, 27.

São Miguel e da Madeira. Uma das medidas assentava no direito delegado às câmaras municipais de lançarem impostos sobre o tabaco que não fosse oriundo da ilha Terceira⁷¹.

Apesar destas medidas legislativas que pretendiam conter a concorrência, o jornal *A Pátria* dá a indicação do lançamento de novas marcas pela Fábrica de Tabaco Micaelense que, com os seus preços baixos e através de uma hábil campanha publicitária, contornaram a lei de proteção às pequenas indústrias e conseguiram continuar a vender tabaco no mercado terceirense: «Ao anúncio destas novas marcas, deu o diário «A União», incompreensivelmente larga publicidade e reclame! (...) Isto é sofismar claramente uma lei de proteção à Indústria terceirense e é para este facto que chamamos a atenção da autoridade superior do distrito e das Câmaras de Angra e Praia»⁷².

Perante este cenário, a Fábrica de Tabaco *Âncora* da ilha Terceira, que iniciou a sua laboração em 1923, acabou por se adquirida em 193 pela Empresa Madeirense de Tabacos, num contexto de uma acérrima concorrência entre as unidades fabris insulares. Desta forma denotou-se

«a procura de imediata integração da ilha Terceira na área de aprovisionamento de folha de tabaco necessária ao funcionamento da Fábrica de Tabaco Micaelense, para captar novas áreas de consumo, alargando assim, a área de distribuição dos produtos da F. T. M. nas ilhas»⁷³.

A indústria do tabaco na ilha Terceira no seu aparecimento e desenvolvimento teve sempre no seu enalce dois fatores: a concorrência e a reduzida dimensão do mercado como se tem vindo a evidenciar.

A política de centralização e controle preconizado nos primeiros tempos do Estado Novo não contemplou os interesses económicos insulares, restringindo o excedente de produção a um mercado interno diminuto e sem capacidade para assimilar a produção que se estava a gerar. Logo a possibilidade de expansão desta indústria ficou seriamente comprometida.

A concorrência foi o caminho possível para a conquista do mercado insular. Assim, as fábricas de tabaco da ilha Terceira, de pequenas dimensões, acabaram por sucumbir face a um interesse industrial que se revelou mais forte e com maior poder competitivo.

Num universo nacional economicamente difícil, a indústria dos tabacos na ilha Terceira procurou afirmar-se, tendo no seu enalce constrangimentos de vária ordem onde a legislação “agonizante” e as estratégias de mercado também desempenharam um papel considerável. Pela dimensão do mercado açoriano, a expansão da indústria tabaqueira terceirense esteve comprometida, vendo-se confrontada com dificuldades várias, as quais ditaram um percurso “sinuoso”.

A incursão pelo percurso da indústria do tabaco na ilha Terceira mostrou a capacidade de resiliência desta indústria nesta ilha, garantindo o seu espaço no espectro económico açoriano, através de um afincado processo de afirmação e de resistência, cujo último suspiro findou com “A Flor d’Angra”, fundada em 1877, e que terminou a sua laboração na década de oitenta do século XX.

⁷¹ Cf. Carlos Enes, *Ob. Cit.*, p. 145.

⁷² *A Pátria*, nº 272, Angra do Heroísmo, 1933, julho, 30.

⁷³ Fátima Sequeira Dias (1995), *Ob. Cit.*, p. 79.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Impressas

a) Jornais

Angrense (O), Angra do Heroísmo, 1846, 1888, 1889, 1906.
Boletim da Junta Geral, Angra do Heroísmo, 1889.
Evolução (A), Angra do Heroísmo, 1887, 1888.
Gazeta de Notícias, Angra do Heroísmo, 1888, 1889.
Heroísmo (O), Angra do Heroísmo, 1865.
Imparcial (O), Angra do Heroísmo, 1888, 1889, 1890.
Terceira (A), Angra do Heroísmo, 1888, 1889.
Pátria (A), Angra do Heroísmo, 1930, 1931, 1933.
Persuasão (A), Ponta Delgada, 1877
União (A), Angra do Heroísmo, 1930.

b) Outras Fontes Impressas

ALMEIDA, Gabriel d', *Rápida memória sobre o tabaco*, Ponta Delgada, Typ. De Manoel Coreia Botelho, 1883.

Considerações sobre o proveito da Cultura do Tabaco em São Miguel – Acompanhada de vários documentos relativos ao mesmo assumpto, mandados publicar pela Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, 1848.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, vol. II, Reimpressão Fac-Similada da Edição de 1856, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

JÚNIOR, Frederico Lopes Júnior, *A Cultura do tabaco nos Açores*, Angra do Heroísmo, Tipografia editora Andrade, 1937.

2. Estudos

DIAS, Fátima Sequeira, *Fábrica de Tabaco Micaelense*, Ponta Delgada, Edição da Fábrica de Tabaco Micaelense, 1995.

DIAS, Fátima Sequeira, "Uma Abordagem à estratégia comercial da F.T.M. durante a gerência de José Bensaúde (1866-1922)", in *Revista Arquipélago – História*, 2ª série, Ponta Delgada, 1997, pp. 281-312.

- DIAS, Fátima Sequeira, “A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios” in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Meneses, José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores. Do Povoamento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 33-66.
- ENES, Carlos, *Álbum Terceirense*, vol III, Angra do Heroísmo, Blu Edições, 2012.
- ENES, Carlos, *A economia Açoriana entre as duas guerras mundiais*, 1994, Lisboa, edições Salamanca.
- GATLEY, Iain, *La Diva Nicotina. Historia del tabaco*, Barcelona Vergara, 2003.
- JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX – Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- LOPES, Gustavo Aioli, “Caminho e descaminhos do tabaco na economia colonial”, in *Mne-me – Revista de Humanidades*, v. 5, nº 15 out/nov., 2004, pp. 1-16.
- POLLART, Tanyat, “The Pleasures and Perils of smoking in Early Modern England” in *A Global History of Smoking*, London, Reaktion Books Ltd, 2004, pp. 38-45.
- ROSA, Paulo; CORREIRA, Fernando; FARINHA, Nuno, *Tabaco. Uma planta de outro mundo*, Mirandela, João Azevedo Editor, 2003.
- SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, Maia, Serafim Silva-Artes Gráficas, 1989.
- SOUSA, Paulo Silveira e, “As actividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo 1852-1910. Um mundo de possibilidades escassas”, in *Revista Arquipélago – História*, 2ª série, IV, nº 2, 2000, pp. 127-186.

PESTES – QUANDO A MORTE ESPREITA...

*Lúcia Silveira**

Quando a morte espreita...

Ao longo dos primeiros quatro séculos de povoamento da ilha Terceira diversos acontecimentos marcaram a vida da população. Uns bons, felizmente, que costumavam ser assinalados por festas e manifestações de alegria, e outros, muitos, que deixaram marcas de angústia e medo na memória dos terceirenses. Os reflexos de ambos chegaram aos nossos dias, como demonstram os muitos festejos tradicionais que animam a Terceira – começando no Carnaval, têm uma pequena paragem no período da Quaresma e, depois do Espírito Santo, continuam até meados de outubro. Em memória dos eventos dolorosos, quase sempre relacionados com a sismicidade da ilha, celebram-se anualmente cerimónias religiosas (missas e procissões) em diferentes localidades, as quais também costumam congregam grande afluência popular.

O objetivo destas linhas é trazer ao presente alguns dos factos causadores de dor e sofrimento que, ao longo de um período de quatrocentos anos – do início do povoamento até ao final do século XIX –, apoquentaram a vida dos terceirenses. Refiro-me às pestes e epidemias, doenças muito temidas pelo rasto de mortes que deixavam na sua passagem e que, tanto quanto foi possível apurar, não deixaram vestígios nas manifestações culturais tradicionais, mas cujo temor permanece no imaginário popular, sobretudo entre as gerações mais idosas.

Para esse fim socorro-me dos testemunhos de diversos autores do período mencionado, a começar por Frutuoso, que viveu muito perto do início do povoamento e conheceu alguns dos primeiros moradores da Terceira, cujas memórias recolheu, e depois seguindo uma linha cronológica de autores que, ao longo do arco temporal em apreço, registaram os acontecimentos marcantes do quotidiano terceirense, até terminar com as obras de Andrade e Drummond, cujos depoimentos descrevem as vivências do povo desta ilha no século XIX, de quem eles foram contemporâneos.

Relativamente às condições de vida que a Terceira oferecia aos seus habitantes, todos os autores são unânimes no enaltecimento das diversas circunstâncias que, no seu conjunto,

* Mestre em Educação Ambiental.

preenchiam aquilo que consideravam ser as condições ideais para a promoção da saúde. Da excelência das águas à pureza dos ares, da amenidade do clima à fertilidade da terra e à abundância dos mares, inúmeras são as referências a estas conjunturas propícias ao bem-estar, as quais se traduziam em boa saúde e longevidade na ilha Terceira e nos Açores em geral.

Frutuoso (1963), na década de 80 da centúria de Quinhentos, exalta a excelência do clima açoriano, caracterizado pela ausência de frio ou calor em excesso, e descreve a ilha Terceira como uma “...terra muito temperada, como são todas estas ilhas dos Açores, de bons, saudosos e frescos ares, onde vivem sãos, ordinariamente, até oitenta e cem anos, e há muitos calvos e velhos...” (idem, p. 55).

Também Montalverne (1962), que escreveu as suas “Crônicas” no final do século XVII, elogia “os ares tão bons” desta ilha, tão saudáveis que protegiam os terceirenses de “quartãs ou maleitas” e mesmo aqueles que as traziam “de Portugal, chegando a ela, logo lhe cessam” (idem, p. 9). Na opinião do eclesiástico, esta amenidade do clima seduz os viajantes, que na ilha se deixam ficar porque “no verão não molesta a calma, nem é demasiado no inverno o frio” (idem, p. 9).

Igualmente Cordeiro (1981), no início do século XVIII, enaltece a qualidade do clima terceirense que, por ser muito sadio, permitia a criação de “mantimentos tam digeríveis, que nella vivem os homes temperados mais do que em outras Ilhas”, e informa que conhecia pessoalmente “muytos fidalgos de oytenta, noventa, & cem annos” (idem, p. 305).

Para redigir os “Anais da Ilha Terceira”, Drummond pesquisou as obras de autores antigos, documentos particulares, registos paroquiais, camarários e outros, tendo recolhido pareceres idênticos ao dele próprio relativamente às boas condições climáticas desta ilha. Em diversas ocasiões alude à boa saúde e longevidade dos terceirenses, que considera extraordinária, destacando, todavia, que os moradores da vila de S. Sebastião viviam vidas mais longas do que os residentes de qualquer outro lugar da ilha. Atribuía esse facto à “...liberdade dos ares; dos vegetaes de que este povo se nutre, ou das cristalinas agoas que nesta villa se bebem...” (1981a, pp. 118-119).

Em relação à qualidade das águas da Terceira, Andrade (1891), que escreveu a sua “Topographia” nos anos de 1829-1830, refere “...a grande quantidade de suas fontes nativas, e a frescura e abundancia de suas aguas deliciosas...” (idem, p. 22). Menciona também a invejável saúde e longevidade dos terceirenses da sua época, dizendo:

“Debaixo das tão doces influencias de um clima suave, e salutar os Terceirenses ordinariamente são de um temperamento vigoroso, forte e saudável. No paiz não se conhecem algumas enfermidades endémicas, que sejam proprias do clima. Os defluxos, a que estão sujeitos os habitantes com a mudança das estações, principalmente na entrada do inverno, são incommodos tão ligeiros, que raras vezes degeneram em catharraes, e em molestias inflamatórias. Em todos os lugares da ilha se encontram velhos robustos de setenta a oitenta annos, sustentando ainda os trabalhos e as fadigas dos campos, e não são raros os exemplos de longa vida de mais de um seculo de idade.” (1891, pp. 53-54).

Todavia, e apesar desta natureza generosa e acolhedora, os nossos ancestrais viveram momentos de susto e aflição provocados por doenças que surgiam do nada, para

atacar de forma implacável as suas desventuradas vítimas, e desapareciam também misteriosamente, deixando atrás de si um rasto de morte e sofrimento.

A primeira epidemia grave poderá ter sido potenciada por vários fatores, fortuitos e sem aparente ligação entre si, mas que, no seu conjunto e proximidade cronológica, contribuíram para aumentar a suscetibilidade da população à doença. Nesse sentido, Santos (1989) lembra o período inicial de “*abundância bíblica*” vivido na ilha Terceira, nos primeiros tempos do povoamento, ao qual se seguiu uma progressiva perda da fertilidade, devida ao empobrecimento do solo por uso excessivo e por falta da implementação de medidas que promovessem a sua recuperação.

Ao problema da redução das colheitas juntou-se o inevitável aumento do preço do trigo e das carnes, circunstâncias agravadas pela subida das rendas das propriedades, impulsionada pelo incremento do custo dos cereais. A conjugação destes fatores acabou por se traduzir em situações de escassez, que se agudizaram nas duas últimas décadas de Quinhentos.

Paralelamente a este crescer das dificuldades juntaram-se as cada vez mais frequentes incursões de piratas (ou corsários) que, geralmente, terminavam também com a perda de géneros alimentícios ou a destruição destes. Pela mesma época, os episódicos conflitos com os castelhanos descambaram para uma guerra aberta, em resultado da aclamação de D. António como rei de Portugal, feita pelos apoiantes terceirenses, após ter sido proclamado rei em Lisboa e em Santarém. A partir daí começaram a chegar à ilha numerosos militares, incluindo soldados franceses e ingleses, em apoio à causa de D. António, que também se abasteciam de alimentos no mercado local e contribuía, assim, para o inflacionamento dos preços. Para piorar a situação, os castelhanos desembarcados durante alguns ataques conseguiram, por diversas vezes, deitar fogo aos cereais ainda na espiga ou queimar o que já estava armazenado.

Deste modo, a concertação dos diversos fatores apontados, aos quais se juntou também a desvalorização dos salários, esteve na origem de um período difícil que levou o Estado a intervir na taxação do trigo e obrigou as instituições de assistência a tomar algumas medidas perante a situação de carência verificada (Santos, 1989).

Ao contexto da escassez da produção agrícola, que já estava a dificultar em muito a vida dos cidadãos, juntou-se a obrigatoriedade de alimentar os soldados, com a inevitável carência de géneros, condição complicada pelos excessivos estragos que estes causavam nas culturas. Esta situação foi ainda agravada pelo excessivo número de animais abatidos durante os anos de luta contra os castelhanos, quer por ações de guerra e de guerrilha como para alimento das tropas, os quais fizeram grande falta na ilha, tanto para os trabalhos agrícolas como para a alimentação dos residentes.

A carestia e a fome resultantes da conjugação destes fatores amplificaram os efeitos das doenças habituais, que se tornaram mais amiudadas e mortíferas, enquanto as epidemias, que dantes eram raras, começaram a ser mais frequentes e a atingir mais pesadamente a população. E, em 1587, finalmente voltou a peste, designada popularmente por “*bicha que pica*”, doença considerada desde sempre uma “*calamidade castigadora dos males sociais*”, e que não se manifestava nas ilhas desde a primeira deflagração, nos anos de 1523-1531 (Santos, 1989, p. 129).

Seria impensável supor que uma doença deste tipo pudesse não aterrorizar os nossos antepassados! Uma moléstia misteriosa e mortal, que chegava de forma insidiosa para se abater subitamente sobre as populações, cujo advento inesperado só se tornava conhecido quando caíam as primeiras vítimas, e com uma taxa de sobrevivência tão baixa tinha, inevitavelmente, de provocar um temor supersticioso. Além do perigo mortal, a peste carregava consigo uma carga psicológica pesada uma vez que, tal como acontecia em relação aos sismos, terremotos ou tempestades particularmente violentas, a doença era considerada um castigo divino aos pecadores.

Neste sentido, o próprio Frutuoso (2005), que era um homem bem informado, inteligente, culto, com uma formação académica rara no seu tempo, possuidor de uma mente arguta e capaz de ver além da superstição e da credence, mesmo assim acreditava que a epidemia de peste que ocorreu em S. Miguel em 1523, no ano seguinte ao terramoto que provocou a destruição de Vila Franca, “*comeu algum resíduo dos pecadores que ficaram do dito tremor e subversão...*” (idem, p. 298).

Nestas situações de crise, como o perigo de contágio era bem real, urgia implementar medidas drásticas para conter a doença e controlar o pavor das populações. Assim, segundo Santos (1989), os governantes procuravam evitar, tanto quanto possível, a propagação da doença através de diversas providências, nomeadamente o isolamento da ilha, através do encerramento dos portos; a “*evacuação dos lugares atingidos, considerando-os «impedidos» e nomeando um «guarda-mor»*”; a mudança dos moradores para lugares isolados; a retirada das telhas às casas, por causa dos “*maus ares*”; e, algumas vezes, até mesmo o incêndio das habitações cujos moradores tinham sido atingidos (Santos, 1989, p. 126).

Após o fim da crise era de esperar que os terceirenses tivessem oportunidade de se recompor dos efeitos da calamidade. Todavia, de acordo com este autor, não foi o que aconteceu. Ao ano da peste seguiu-se, em 1588, uma fome alarmante, situação que infelizmente se repetiu nos últimos anos da centúria, nomeadamente em 1596 e 1598. E durante todos estes anos, após o fim da guerra e a consequente instalação dos castelhanos na ilha, os ataques continuados por parte das marinhas francesa e inglesa produziam grandes danos quer nas culturas quer no ânimo dos terceirenses, e só se tornaram mais esporádicos após o falecimento de D. António em 1595 (idem).

Assim, com a saúde da população terceirense depauperada pela escassez de alimentos, novo surto de peste atingiu a Terceira no ano de 1599, uma epidemia que Chagas (1989) considera o maior castigo experimentado na ilha depois do povoamento, o qual “*se teue por mandado de Deus como o polme de Villa Franca do Campo*” (idem, p. 275).

Essa praga foi referida de forma idêntica por Montalverne (1962), que a descreve como o “*mais rigoroso castigo que padeceu esta ilha, depois de povoada*” (idem, p. 106). A epidemia, que o sacerdote designa por “*peste geral*”, começou “*pela Páscoa do ano de 1599 e durou mais de um ano, e chegaram a estar feridas dela mais de mil pessoas*” em simultâneo (idem, p. 106). De acordo com o religioso, as vítimas da doença amontoavam-se no hospital construído fora dos muros da cidade, onde “*...chegariam a seiscentas pessoas*”, e foram enterrados no campo adjacente, “*às carradas*”, enquanto aqueles “*que se retiravam acima da cidade, em umas quintas, achavam alívio e por isso ainda hoje Posto Santo chamam todos a este lugar*” (idem, p. 106).

Maldonado (1989) também destaca a violência da epidemia, que atingiu o auge no verão, nomeadamente nos meses de julho, agosto e setembro. Informa que foram tantas as pessoas atingidas pelo mal que foi necessário construir uma casa de saúde para acolher os doentes, fora da cidade, “*na Sainte do Portão de São Bento extramuros*”, numa herdade pertencente ao Sargento-mor Gaspar de Freitas da Costa, que ali “*erigio a hermidade de São Roque no lugar e Citio em que hoje existe o Conuento da Capucha d Angra fundado no anno de 1643*” (idem, p. 398). Todavia, no segundo volume da sua obra, o eclesiástico (1990) especifica que a “*Recolleta da Capucha de Santo António*” recebeu esse sítio como doação do capitão Roque de Figueiredo, local onde já existia a ermida acima indicada, erigida no “*anno do Mal*” de 1599.

Ainda em relação às amarguras experimentadas pelos terceirenses no referido ano da peste, Maldonado (1990) indica que as dificuldades não se ficaram pelas consequências da moléstia. Às aflições derivadas da doença juntou-se a falta de víveres porque, logo que “*constou nas mais Ilhas a notícia do contagio (...) em todas se prohibio*” a entrada de embarcação “*que d Angra sahisse*”, medida que se traduziu na falta do “*prouimento que dellas*” a cidade costumava receber (idem, pp. 398-399). E, para piorar a situação, “*ouue tempos que os mesmos moradores das freguezias e lugares da Ilha se afastauão de uir a Angra*”, chegando ao ponto de prepararem “*defenças euitando as entradas dos que erão da Cidade*”, contribuindo também para o aumento das “*fomes, mizerias, e Calamidades que castigos semelhantes tem consigo.*” (Idem, p. 399).

Estes acontecimentos são descritos com muito detalhe no primeiro volume da obra do sacerdote (1989), onde consta que, quando finalmente a epidemia acabou e “*se levantou bandeira de Saúde (...)* tomou a cidade de Angra o Martir São Sebastião por Padroeiro”, fazendo promessa de “*todos os annos lhe fazer o Senado sua festa*”, a qual nesse ano constou de “*hua solemne procissão que foi da See aCompanhada do Cabbido Clero, e Rellegiões com o corpo da Camara a hua Jgreja que hoie he Mosteiro das Capuchas*” (idem, p. 398).

Relativamente à possível origem do surto de peste, o clérigo (1989) concluiu que não “*se occasionou este mal da Corrupção dos Ares,*” uma vez que “*em algus lugares da Ilha se não expremontou, nem padeseo*” com ele, como aconteceu “*no Posto Santo, donde lhe ficou o nome, nem outrosi na Agoalua*”, lugar onde também “*não morreo pessoa algua que delle se conhecesse ser tocado*” (idem, p. 398). Refere ainda que a ausência de contágio “*se attribuiu à grande frescura das agoas de hu e outro lugar por serem banhados em todo com ribeiras correntes em todo o anno*” (idem, p. 398), uma opinião admirável, para a época, sobre as virtudes da água potável e os seus benefícios para a saúde pública.

Todavia, o citado autor expressou ainda outra opinião sobre a origem da doença. Neste sentido, Maldonado (1990), no segundo volume da “*Fénix Angrense*”, admite a possibilidade desta violenta epidemia ter sido um castigo divino, destinado a punir uma má decisão humana. Ou seja, o sacerdote menciona que a causa da doença podia estar relacionada com um projeto, depois não concretizado, que previa a mudança de uma imagem do lugar onde estava para outra capela.

Para esclarecer o seu ponto de vista, o sacerdote refere a grande fé dos angrenses numa “*Sagrada imagem*” que nunca deixou de lhes valer em horas de aflição, embora,

infelizmente, não a identifique nem à igreja onde se encontrava. Diz apenas que no ano de 1595 os “*irmãos da Caza*” (possivelmente, da Casa da Misericórdia) tomaram a decisão, que ficou registada nos livros do Tombo, de transferir essa imagem (que poderia ser a do Senhor Santo Cristo) para uma capela, mudança que acabou por não ser efetuada. Segundo o clérigo (1990), esse incumprimento seria a “*cauza de sobreuir no anno de 1599, o tremendissimo castigo que hoie se diz do mal no contagio pestencial*”, o qual vitimou “*sete mil e tantas pessoas entre maiores e menores*”, desde o dia 22 de abril de 1599 até ao dia 20 de janeiro do ano de 1600 (Maldonado, 1990, pp. 706-707).

Ao encerrar a sua análise do final da centúria de Quinhentos, o citado autor (1989) conclui que a ilha Terceira padecia “*no decurso de menos de vinte annos os tres mizerandos castigos*” que as populações mais temiam – a “*guerra cruenta, e sanguinoza dos annos de oitenta e hu the oitenta e tres*”; a fome do ano de 1593, “*em que se chorou a penuria das colheitas, por cauza da qual perecerão muitos*”; e, finalmente, “*a peste em que se rematou o seculo*”, a qual não fez “*excepção de nenhu deste ou aquelle ser pera que assim consideracem que erão suas culpas tão graues que merecião não menos que os tres castigos da Peste, fome, e guerra que successiuamente exprementarão.*” (Idem, p. 399).

Em relação a este surto, Drummond (1981a) refere que a doença começou em Angra com “*ardentissimos symptomas, de que procediam em poucas horas mostras d’antrazes ou carbunculos*” (idem, p. 396), nome que designava a doença que ficou conhecida por peste bubónica. A partir daí o mal alastrou com rapidez, cobrando numerosas vítimas, e sem se conhecer forma de o conter. Todavia, o autor constatou que muitas das pessoas contagiadas no final do surto sobreviveram à doença, sorte que atribuiu ao tratamento, pois “*se lhes applicou o remedio de serem sarjados*”. Atendendo à sua eficácia, considera lamentável não ser sido usado desde o início pois, “*a ter-se dado por este prompto remedio, não haveria o estrago que se experimentou: desta forma, ainda que tarde, escaparam muitas pessoas, que foram as ultimas em que deu o mal.*” (Idem, p. 396).

Na vila de S. Sebastião, face à dimensão que a doença estava a tomar, juntaram-se na Câmara algumas entidades religiosas e laicas para discutir as medidas a tomar com vista a evitar o alastramento do contágio. Foi decidido, a exemplo de Angra, impedir a entrada de pessoas na vila e, para isso, determinaram a colocação de guardas nos caminhos de acesso à localidade. Deliberaram ainda tomar “*por advogado da villa o martir S. Sebastião, orago da egreja*”, e lançar um imposto camarário extraordinário sobre os moradores mais abastados da localidade, durante o período de duração do contágio, para possibilitar o socorro aos mais pobres, uma vez que a Misericórdia de S. Sebastião estava com rendimentos “*mui diminutos*” (Drummond, 1981a, p. 398).

De acordo com este autor, os primeiros casos da epidemia na vila da Praia foram registados em 19 de Maio desse ano de 1599. Devido ao alastrar da doença, também ali foi necessário construir uma “*casa de saúde*” onde, pelos finais de Agosto, já as vítimas mortais eram muitas. O investigador incluiu na sua obra uma cópia do Livro dos Óbitos da matriz da Praia, classificada como “*Documento X*”, segundo o qual teriam morrido de peste setecentas pessoas nessa vila, entre maio de 1599 e maio de 1601, e a doença continuava a fazer vítimas (Drummond, 1981a, p. 708).

Perante o avolumar do número de doentes, no dia 6 de junho de 1599 juntaram-se na igreja da Misericórdia da Praia, por motivo de interdição da igreja Matriz, os representantes da “*nobreza, clero e povo, para escolherem um Santo que fosse advogado da villa*” (idem, p. 397) Os nomes de 13 santos foram colocados numa urna, de onde um “*menino vestido de frade*” extraiu o bilhete “*que continha o nome do martir S. Sebastião, a cuja ermida foram logo em procissão jurar o anniversario daquelle dia, que era o da Santissima Trindade*”, voto que foi cumprido até meados do século XIX (idem, p. 397).

O cronista terceirense refere ainda que este surto provocou nos doentes sintomas muito diferentes “*daquele que nos annos antecedentes grassou em Portugal, por que se começava e acabava a vida a espirrar muito*” (idem, p. 396). Este autor calcula que as vítimas da peste, em toda a ilha, passaram de sete mil, sendo os corpos sepultados “*nas egrejas, adros e cemiterios, e até em alguns cerrados, que nem por isso ficaram privilegiados, nem devolutos aos conselhos, antes se ficaram lavrando e cultivando como d’antes.*” (Idem, p. 399).

Ao concluir as informações sobre a epidemia de peste, Drummond (1981a) refere que a Câmara de Angra, no ano de 1610, conseguiu aprovação “*para fintar em 60\$ rs. os herdeiros das pessoas que faleceram da peste no anno de 1599*” e, com esse dinheiro, “*fazer uma igreja a S. Roque, para que o campo e sepultura de tantos cadaveres ficasse mais respeitoso*” (idem, p. 422). Acrescenta ainda que a esse lugar vinham em romaria pessoas de toda a ilha, “*sufragar as almas dos defuntos*”, pelo que se considerou pertinente construir também casas para os romeiros. Com esses propósitos, “*logo se juntou grande copia de dinheiro, e se abriram os alicerces da obra*” mas, porque era grande o empreendimento e a administração não ia bem, depressa se dissipou o dinheiro arrecadado e não foi possível cumprir o intento (idem, p. 422).

Mais tarde, um abastado mercador da cidade, de nome Paulo d’Oliveira, que tinha sido um dos depositários dos fundos destinados à obra, quiçá “*doendo-se da sua consciência*”, edificou uma pequena ermida que, mais tarde, “*passou a ser cabeça do convento dos recoletos, com o título de S.to António, e hoje é um dos excelentes templos frequentados com muita devoção dos povos da cidade, em razão de se venerar nelle a santa imagem de Nossa Senhora do Livramento...*” (Drummond, 1981a, pp. 422-423).

Em relação ao mesmo surto de peste, Gil (1979) menciona que a doença, depois chamada a “*peste pequena*”, já lavrava no continente em 1598, antes de ter “*deflagrado com violência na cidade de Angra donde se propagou ao resto da ilha.*” (idem, p. 23). Esta autora acredita que se tratava do “*tifo exantemático, em linguagem popular, o «tabardilho»*”, que por onde ia passando deixava “*sulcos de sofrimento e de luto*” (idem, p. 23). A autora acrescenta ainda que o medo do contágio era tal que, quando um tabelião foi chamado à saída da Praia para lavar o testamento de um casal atingido pelo mal, estes ditaram-no “*pela janela para a rua*” e, não lhes sendo possível assiná-lo «*por estarem impedidos*», rogaram a uma testemunha que assinasse por eles (1979, p. 23).

De acordo com Drummond (1981a), a partir do final de 1601 não se registaram novos casos de peste, pelo que se presume que a epidemia finalmente se extinguiu. Também abrandou o sofrimento do povo da ilha, decorrente da falta de alimentos e da opressão

que sobre ele se fazia sentir pela presença dos militares, porque os destacamentos de soldados castelhanos deixaram de atuar fora da cidade. Contribuindo também para a melhoria da situação, por meados desse ano, “*El-rei mandou buscar a maior parte do presidio que guarnecia a Terceira*”, ficando a sua defesa ao cuidado das tropas portuguesas “*das companhias d’ordenanças*” (idem, p. 406).

No entanto, a população não deixava de temer o regresso da peste. Por esse motivo, o assunto foi discutido na Câmara da Praia, nas reuniões de 19 de abril e depois em 2 de agosto de 1603, e foi aprovada pela edilidade praiense a implementação de algumas medidas profiláticas bastante rigorosas, nomeadamente que:

“*todo o barqueiro que trouxesse fardos de fazenda de bordo dos navios ancorados ao porto daquela villa, os abrisse e ventilasse primeiro no areyal, segundo lhe fosse determinado pelos officaes de saúde; e que depois os conduzisse à alfandega, com pena de 50 cruzados e um anno de degredo.*” (Drummond, 1981a, p. 414).

No ano de 1647, que Maldonado (1990) diz ter ficado conhecido como o ano da fome e dos terramotos, os terceirenses voltaram a viver tempos difíceis, agora devido a uma grande escassez de alimentos provocada pelos “*desconcertos dos outros*”.

Os problemas de escassez continuaram a apoquentar a população e, por alturas de março de 1649, já haviam morrido “*muitas pessoas, à fome*” (Gil, 1979). Refere esta autora que, em 23 de abril de 1649, o ânimo dos terceirenses é abalado por novo susto: chegaram notícias de um surto de peste em “*Castela e no Algarve*” e do aparecimento de casos da doença noutros sítios onde os terceirenses faziam comércio.

Segundo um documento da época citado por Gil (1979), foram promovidas diversas medidas para proteger os moradores da ilha, das quais se destaca a decisão de pôr “*«em degredo as fazendas que estauão na alfandega que erão uimdas do dito lugar»*”, depois de previamente expostas ao vento norte para que “*«arejasem»*” e assim se “*«perderem os Reseios das ditas (...) uirem empestadas»*” (idem, p. 24). Eram então colocadas em sítio construído à “*«custa de seus donos»*”, e guardadas por homens de confiança “*«de dia e de noute encoanto estiuesem em degredo»*” (idem, p. 24). Refere a autora que, para além destas precauções, também a entrada de pessoas estranhas exigia a tomada dos maiores cuidados, chegando mesmo a não ser permitida a “*comunicação directa com terra*” aos passageiros dos barcos recém-chegados (idem, p. 24).

Felizmente que as cautelas tomadas no ano de 1649 foram bem-sucedidas e, por uma vez, os terceirenses foram poupados aos horrores da moléstia. Porém, menos de 10 anos depois desse sobressalto, nova adversidade atingiu a ilha. Foi em 1656, que ficou conhecido como o “*Anno das bechigas*”, quando a doença atacou todas as pessoas de “*quinze annos abaixo*” (Maldonado, 1990, p. 352).

Este “*pestifero mal*” começou durante o mês de março e, pelo princípio de maio, “*la-borou com tal excesso que se temeo contagio*” (idem). Devido à ferocidade da moléstia os doentes apresentavam, logo de início, sintomas e “*mexclas de tabardilhos*”, sendo as crianças de “*tres annos pera baixo*” as mais afectadas, e “*não ouue caza em toda a Ilha (que este mal comprehendeo em geral) onde não morressem duas e tres crianças*”, mor-

tandade que levou muitas pessoas a chamarem ao ano de 1656 o “*Anno Saturno*” (idem, p. 352). O clérigo considerava esta designação muito apropriada, até pelo facto de o primeiro dia do ano ter sido num sábado, “*dia em que este planeta reina*” (idem, p. 352).

Para combater a doença, informa o sacerdote, “*ordenarão os Republicos por parecer dos Medicos que todos os moradores de Angra fossem obrigados a mandar vir dos matos os louros que pudessem, e que estes se queimassem nas ruas publicas da Cidade*” (idem, p. 352), de modo a que os fumos odoríferos purificassem o ar. Verifica-se aqui, de novo, o reconhecimento das virtudes terapêuticas desta espécie do nosso património natural por parte das entidades ligadas à saúde, e a aposta da governação nas medidas profiláticas determinadas.

Relativamente às consequências da doença, o mesmo autor conclui que alguns dos sobreviventes foram atingidos com tanta força que só “*milagrosamente escaparão*”. Porém, “*ficarão com sinais tão notaueis que quazi chegarão a desformidade ficando muitos destes cegos, tolhidos, e aleijados.*” (Maldonado, 1990, p. 352).

Drummond (1981b) também menciona a ocorrência da doença, naquele ano de 1656, referindo as numerosas vítimas entre a camada mais jovem da população. Aliás, refere que foram raras as crianças com menos de 3 anos que lograram resistir à moléstia e que, mesmo entre as mais crescidas, mas menores de 15 anos, a sobrevivência foi igualmente baixa. Em relação às medidas profiláticas implementadas, o citado autor confirma que, por indicação dos médicos, “*se queimaram louros, e hervas medicinaes, e deram outras providencias, que removesses os ares infeccionados.*” (Idem, p. 130).

Depois deste período de doença os terceirenses viveram, aparentemente, várias dezenas de anos sem sofrer surtos epidémicos graves. Esta conclusão fundamenta-se no facto de os cronistas, normalmente atentos aos casos que iam acontecendo, não terem registado a passagem de epidemias pela ilha num espaço, relativamente longo, de oitenta anos. Mesmo que a vida das populações tenha sido dificultada por outro género de ameaças, por exemplo, pobreza, escassez de géneros alimentícios, carestias, guerras, ataques de piratas e corsários, tempestades e invasões do mar, sismos, terramotos ou erupções vulcânicas, parece que, pelo menos em termos de saúde, os terceirenses viveram uns anos de acalmia em relação às inquietações e medos provocados pela peste ou outras epidemias, talvez menos temidas mas também letais.

Contudo, Rodrigues (2003) conta-nos que o povo micalense não teve a mesma sorte. Neste sentido, o citado autor refere que 1729 e 1730 foram “*anos críticos*” para S. Miguel, sobretudo em Vila Franca do Campo, devido a um surto epidémico que não identifica, mas que, pelas consequências, teve graves proporções. De acordo com o historiador, as vítimas foram tantas que o procurador do concelho solicitou a nomeação de coveiros para fazerem os enterros, pois o número de mortos era tão elevado “*que teriam ficado por sepultar se não tivesse sido a caridade cristã*” (idem, p. 216). Para fazer frente ao perigo, as autoridades camarárias decidiram mandar buscar louros aos matos “*para se queimarem nas praças e ruas*” e trataram de “*organizar procissões para rogar a Deus que acabasse com o castigo que atingia as populações*” (2003, p. 216).

Vemos aqui, novamente, o entendimento da doença como um castigo divino, resultante da ira de Deus, e a crença no poder da penitência e da oração para aplacar a fúria

dos céus. No entanto, destaca-se também a posição das autoridades que, confiando na misericórdia celestial, não deixavam de promover as diligências consideradas eficazes nesta situação – no caso, a defumação dos espaços públicos para os purificar.

As medidas tomadas parece terem resultado mas, ainda assim, afigura-se estranho que a ilha Terceira tenha conseguido escapar incólume ao contágio, sobretudo tendo em conta a habitual circulação de bens entre as duas ilhas.

Em relação ao ano de 1736, Drummond (1981b) manifesta espanto por ter descoberto, através do “*movimento mortuario, exarado no livro respectivo da igreja mariz da villa da Praia*”, que nesta localidade começou “*uma grande mortandade, procedida de molestias que ali grassaram desde 29 de janeiro*”, tendo aparentemente terminado o número anormal de óbitos no princípio de julho (idem, p. 249). O autor lamenta que dos assentos não conste nenhum indício que permita “*conhecer de que género era a molestia e epidemia, e somente se declarou serem*” os falecidos “*peçoas maiores de 25 annos*”, recordando ainda que “*dos parvulos não havia costume fazer-se assento regular, nem achamos declaração alguma delles*” (idem, p. 250). Daqui se depreende que apenas foram registados os óbitos dos adultos por não ser habitual, nesse tempo, averbar sempre os falecimentos de crianças. Ao concluir, o autor considera “*espantosa (...) a epidemia nesta parochia, e muito mais notavel, por não acharmos em outra alguma similhante, nem mesmo aproximado estrago*”, embora na freguesia das Lajes também se tenham verificado “*algumas mortes extraordinarias, porem não foram em numero consideravel.*” (Idem, p. 250).

O cronista terceirense também alude a “*uma especie de epidemia febril*” que, no ano de 1741, alastrou “*na villa de S. Sebastião*”, onde provocou “*grande mortandade, da qual foram victimas as peçoas de pouca idade*”, tendo o governador da cidade mandado a esta localidade “*alguns facultativos, e soccorros pecuniarios*” (idem, p. 253). Aparentemente as medidas tomadas para neutralizar a doença foram eficazes, pois o autor apenas indica que, em resultado desses auxílios, foi possível “*em breve tempo desaparecer o mal*” (Drummond, 1981b, p. 253).

Segundo este investigador, dois anos depois, em 1743, a vila de S. Sebastião foi de novo atingida por uma epidemia que “*foi matando grande parte de seus moradores*”, perante a indiferença “*da governança da vila*” (idem, p. 254). Essa estranha atitude esteve na origem de uma disposição da Câmara de Angra, dirigida aos “*officiaes da milícia*” aquartelados em S. Sebastião e no Porto Judeu, ordenando-lhes que prestassem socorro à população (idem, p. 254).

Os responsáveis por esse decreto, assinado em 4 de outubro, declaram “*ser notorio em esta cidade, que (...) se padecem doenças em essa villa, de que tem morrido grande parte dos moradores della, indicando sua porfia serem epidémicas*”, com origem em “*alguma corrupção do ar, que infecciona a livre respiração, de que depende a conversação da natureza humana*” (Drummond, 1981b, p. 254). Perante tal situação, e face à inatividade dos “*guardas mores da saúde*” da localidade, que nada faziam “*para evitar este damno, em grave prejuízo de seus habitadores, e ainda de todos os desta ilha*”, as autoridades angrenses consideraram imprescindível tomar algumas providências (idem, p. 254).

De acordo com o documento, esta aparente ingerência nos assuntos relativos ao município de S. Sebastião baseava-se na crença de que Deus “*encarregou (...) a todas a obrigação de recorrer ás causas segundas*” (idem, p. 254). Então, para dar cumprimento a este venerável encargo, as autoridades ordenavam à milícia para se dirigir aos matos, “*o mais prompto que lhes for possível*”, levando “*de fachina todos os carros dessa jurisdição*”, para trazer à localidade “*louros, rosmaninhos, murtas, e alecrins*” (idem, p. 254). O ofício instruía ainda as milícias para queimar as ditas plantas “*pelas ruas dessa villa, em que se padecerem mais doenças, na maior quantidade que lhes for possível*” (Drummond, 1981b, p. 254), de modo a espalhar por toda a parte fumos purificantes em abundância.

O documento continha ainda outras disposições relativas a medidas que urgia implementar, nomeadamente ordens no sentido de os elementos das milícias instruírem os moradores da vila para que “*dentro de suas casas façam fumos das referidas hervas*”, uma profilaxia que deveria ser mantida “*até cessarem as doenças, com a repetição, que for possível*” (idem, p. 254). O mesmo diploma também ordenava aos moradores que trouxessem gado para as ruas e que afastassem delas os porcos (idem, p. 254).

Finalmente, o documento terminava com a indicação de possíveis penalizações, a aplicar “*com a mais severa justiça*”, a quem não cumprisse as ordens do decreto e com instruções para que esta disposição fosse registada nos livros da Câmara de S. Sebastião, “*para que a todo o tempo conste*” (Drummond, 1981b, p. 255).

O autor termina a notícia sobre a epidemia dizendo desconhecer a eficácia destas medidas e se, de facto, a moléstia desapareceu. Todavia, parece evidente que as autoridades de Angra acreditavam que os procedimentos de profilaxia recomendados podiam acabar com a doença: apostaram na qualidade terapêutica de várias espécies nativas e arriscaram uma eventual desavença com a Câmara de S. Sebastião para os implementar, em prol de um bem superior, no caso a saúde dos residentes da vila.

Medidas preventivas foram também determinadas no ano de 1746, em 21 de setembro, quando a Câmara de Angra enviou para a da Praia uma comunicação, dirigida ao “*guarda mor da saúde (...) e também (...) ao cirurgião*” dessa vila, informando que o governador da ilha de S. Jorge “*mandara dizer*” que havia um surto de peste no Faial e que a doença já tinha alastrado para o Pico. A edilidade praiense, de imediato, tomou as necessárias providências, “*prohibindo que nos portos da villa e sua jurisdição entrasse embarcação alguma daquelas ilhas.*” (Drummond, 1981b, p.256). Embora o autor declare nada mais ter conseguido apurar sobre a epidemia, parece correto deduzir-se que a doença não terá chegado à Terceira pois, caso contrário, os cronistas da época teriam registado o facto. Deste modo, poder-se-á concluir com algumas certezas que as medidas profiláticas tomadas pela Câmara da Praia, e seguramente também pela de Angra, uma vez que foi a primeira a ter conhecimento do perigo, foram bem-sucedidas no esforço de evitar a entrada da moléstia na ilha.

No ano de 1754, em princípios de março, começou “*um contagio de febres violentas, e defluxões tão pestilentas, que dellas faleceram muitas pessoas, principalmente na villa da Praia*” (Drummond, 1981b, pp. 261-262). De acordo com o autor, foram logo implementadas “*as mais energicas providencias para evitar o progresso do mal*”, as

quais parecem ter sido eficazes para travar a doença rapidamente uma vez que os livros mortuários de diversas paróquias, consultados pelo autor, não revelam um aumento significativo de óbitos nos meses seguintes (idem).

O cronista terceirense refere que o ano seguinte, de 1755, tristemente famoso devido ao terramoto de Lisboa, cujos efeitos também se fizeram sentir fortemente na ilha Terceira, “*foi bastante calamitoso por contagio de graves molestias, nas pessoas de pouca idade*”, em diversas paróquias da ilha (1981b, p. 266). Na vila de S. Sebastião, foram tantas as vítimas de menor idade que os enterros de crianças eram quase diários e, no dia 3 de agosto, “*acha-se o termo de 4 meninos, dos quaes o maior tinha 5 annos*” (idem, p. 266). Quanto à doença que vitimou tantas crianças, o autor diz que, para sua admiração, o vigário da freguesia, que era pessoa muito instruída e de natureza curiosa, não deixou qualquer informação que permitisse a sua identificação.

No terceiro volume da sua obra, o cronista (1981c) regista a existência de grave inquietação em Angra, no ano de 1771, “*por causa de uma molestia continua de tísica e escrófulas, que já se tinha por contagiosa*”, que grassava no regimento aquartelado na cidade (idem, p.32). Perante a continuidade do problema, foi decidido “*enviar para o reino parte dos soldados, a ver se com os ares patrios obtinham saúde*”, tendo sido paga a cada um a quantia de 4\$100rs. pelo despedimento (idem, p. 32).

Em relação ao ano de 1793, Drummond (1981c) elogia o empenho do capitão general Diniz Gregório de Mello na introdução de diversas medidas, as quais reverteram na melhoria das condições de vida da população. Segundo o autor, o governante era pesado no castigo aos prevaricadores mas, simultaneamente, muito condoído dos mais desfavorecidos, nomeadamente das crianças expostas, órfãos, viúvas e dos desvalidos em geral. Preocupou-se com a saúde e o bem-estar do povo, promoveu a educação dos jovens e introduziu melhoramentos na agricultura, “*desenvolvendo muitas experiencias, com que augmentou nos meios da cultura das terras, novas sementes, gados do curral e do serviço*” (Drummond, 1981c, p. 76). Paralelamente a estas iniciativas, o general promulgou diversas posturas de proteção aos cereais, plantios, vinhas e hortas, e foi ainda graças à sua preocupação com a produção alimentar que começou na Terceira o cultivo da então chamada “*batata inglesa*”, que se tornou vital na alimentação do povo (idem).

Para além destas medidas que em muito beneficiaram o sustento da população, diz o citado autor que o governante foi muito “*solicito no reparo das fortificações, das estradas, e caminhos que o tempo e as estações invernosas destruíam*”, e empenhou-se no calcetamento da cidade, ladrilhando-a a expensas dos moradores e de dinheiros públicos (idem, p. 76). Segundo o cronista, tomou idênticas providências nas vilas da Praia e de S. Sebastião, também à custa dos habitantes e do erário público, uma decisão que foi particularmente benéfica em S. Sebastião que, “*sendo antes disto um continuado lago, pelo nenhum declive que tinha, ficou em perfeito estado de se transitar sem dificuldade, com sumidouros e logar para o esgotamento das aguas, em proveito da saúde publica*” (1981c, p. 77).

Refere o cronista terceirense que, nos primeiros dias de fevereiro de 1794, teve início “*uma gravissima molestia contagiosa de febres esscarlatinas, que durou na ilha, e em todas as outras onde passou, por espaço de dous annos, com mais ou menos violencia,*

matando grande numero de seus habitantes.” (1981c, p. 82). A doença propagou-se nesta ilha a partir de S. Sebastião, através de um residente dessa vila que a trouxe de Lisboa e a transmitiu a pessoa de sua família, a qual faleceu no dia 9 do mês acima referido, enquanto o portador da doença, que teve febre durante alguns dias, se recuperou da moléstia.

Na opinião de Drummond (1981c), foi a pronta intervenção do governo nesta vila que impediu a doença de atingir maiores proporções, pois foram tomadas de imediato “*acertadas medidas (...) afim de obstar ao progresso do mal*” – esse socorro incluiu o envio de dois “*facultativos da medicina*” para S. Sebastião, o fornecimento de “*sustento*” aos pobres, por parte de um particular que não poupou “*quantas despesas se offereciam a fazer*”, e a colaboração dos hospitais e casas da Misericórdia da ilha (idem, pp. 82-83). Para esta vila, onde “*o contagio porfiava mais, sem deixar pessoa que não enfermasse*”, as autoridades enviaram ainda “*muitos socorros da primeira necessidade, e uma botica volante*”, que ficou a cargo do provedor da Misericórdia, “*o qual mui bem desempenhou a nobre tarefa confiada ao seu reconhecido zelo*” (idem, p.83). O cronista elogia ainda a dedicação de várias pessoas que muito se sacrificaram a cuidar dos enfermos, sobretudo junto dos “*mais pobres e miseráveis*”, com ilimitada caridade, uma das quais acabou por “*falecer no meio do contagio, entre os seus patrícios e na flor da idade*” (Drummond, 1981c, p. 83).

Contudo, e apesar de no mês de setembro desse ano de 1794 os casos de doença na vila de S. Sebastião começarem a diminuir, a moléstia persistia a fazer vítimas em toda as localidades, e ainda durante o ano de 1795 continuava “*o contagio das febres em toda a ilha mantando muita gente de todos os sexos e edades.*” (Idem, p. 86).

Segundo o citado autor, um dos “*logares que mais soffreu foi o da Ribeirinha, que então era o povo mais miserável da ilha*”, situação que levou a Câmara de Angra a providenciar assistência à população “*com medico, botica e tractamento aos pobres enfermos*”, por entender “*que a molestia porfiava mais com eles por falta de meios de se curar, o que succedia com as pessoas indigentes.*” (1981c, p. 86). Todavia, o cronista informa que a doença continuou a cobrar vítimas em toda a ilha ao longo do ano até que, finalmente, os registos dos óbitos baixaram para números normais e se considerou o surto terminado.

No entanto, o final da centúria de Setecentos ia trazer novidades de grande importância em relação a algumas doenças contagiosas, nomeadamente as chamadas bexigas, que ao longo dos séculos provocaram uma verdadeira mortandade: em 1796 surgiu a primeira vacina contra a varíola. Foi criada por um cientista inglês, Edward Jenner que, depois de ter observado feridas nas tetas das vacas, idênticas às provocadas pela varíola em humanos, constatou que as pessoas que faziam a ordenha ficavam infetadas pela doença, ainda que de uma versão mais suave, a qual as deixava depois imunes ao vírus humano.

A boa notícia espalhou-se com celeridade noutros países, chegando a Portugal e aos Açores, onde os governantes decidiram promover a vacinação contra aquela moléstia. Neste sentido, Rodrigues (2003) menciona que, após um «*excesso de mortandade*» que teve lugar no início do último decénio do século XVIII, provocado por um surto de bexigas em Ponta Delgada, as autoridades determinaram a inoculação da população não contagiada em S. Miguel (idem, p. 217).

Em complemento desta notícia refira-se que, no ano de 1799, o príncipe regente recomendou aos “*governadores dos domínios ultramarinos*”, nos quais se integravam as ilhas açorianas, que introduzissem nas suas jurisdições “*a innoculação das bexigas, porque a experiencia mostrava ser este o unico preservativo contra aquelle flagello devastador.*” (Drummond, 1981c, p. 132). Contudo, este autor estranha a ausência de notícias respeitantes às medidas tomadas na sequência desta recomendação, datada de 9 de julho de 1799, e menciona que o príncipe regente, também “*admirado deste lastimoso silencio*”, de novo ordenou, em 24 de dezembro do mesmo ano, a execução das ordens dadas.

O cronista inseriu uma cópia desse ofício, na página 41 do anexo “Documentos”, do terceiro volume da sua obra, identificada como Documento – KK, na qual consta que, desconhecendo o príncipe

“quaes sejam os efeitos que devem ter resultado de uma tão saudavel providencia, ordena novamente (...) que (...) por mão dos medicos, e das casas de expostos, (...) com exemplo e a persuasão procure fazer adoptar a pratica da innoculação; e dê conta dos progressos que se fizerem neste importante objecto.”
(Drummond, 1981c).

A despeito de ter ocorrido um novo surto de peste em S. Miguel no início do século XIX, em 1804, parece que a doença não atingiu a Terceira. As informações encontradas apenas indicam que as localidades mais atingidas pelo mal foram Porto Formoso e S. Brás, mas não esclarecem sobre a eventual gravidade da situação. Contudo, a moléstia assumiu proporções suficientes para que fossem tomadas medidas profiláticas, uma vez que a “*câmara mandou que se queimasse louro durante quatro ou cinco noites seguidas, como forma de purificar o ar.*” (Rodrigues, 2003, p. 217). Poderá depreender-se, pela ausência de notícias em relação à ilha Terceira, que as diligências preventivas implementadas conseguiram bloquear o avanço do mal que, assim, terá ficado circunscrito a S. Miguel.

Em relação a episódios de doença no ano de 1805, Drummond (1981c) limita-se a dizer que na ilha Terceira ocorreram “*muitas moléstias febris que assolaram algumas povoações*” (idem, p. 154). Porém, como não refere falecimentos acima dos números considerados normais nem descreve a implementação de medidas profiláticas, pode inferir-se que as febres não tiveram resultados de maior gravidade.

No que diz respeito aos efeitos da ordem régia emitida em 1799, relativa à necessidade de vacinar a população não atingida pela varíola, podemos especular que a mesma não foi prontamente cumprida pelas autoridades terceirenses ou, talvez, que as diligências intentadas nesse sentido não tenham sido bem recebidas pela população, uma vez que, de novo, se abateu sobre esta ilha outro surto dessa doença.

Efetivamente, no ano de 1806, o “*contágio das bexigas*” lavrava nos Açores “*com seus mortíferos efeitos*”, enquanto “*o governo oppunha todos os meios ao seu alcance*” para evitar a disseminação do mal (Drummond, 1981c, p. 171). Diz este autor que, perante a violência da doença, a governação da ilha, apoiada em “*requerimentos de muitas pessoas*”, fez chegar “*à secretaria de estado, em 20 de maio, uma representação*”, expondo os motivos por que “*sem perda de tempo se lhe devia enviar um cirurgião*” que,

nestas ilhas, “*introduzisse a vaccina, tão bem aceita pelas nações cultas da Europa.*” (Idem, p. 171).

Segundo o historiador, o pedido foi “*tomado na devida consideração*” e, no reino, foram efetuadas diligências para responder ao pedido. Entretanto, na ilha Terceira, prontamente o capitão general emitiu recomendações aos provedores das Misericórdias e hospitais da ilha para que, de imediato, “*guardassem a maior cautela na entrada dos enfermos, e dava outras providencias para socorrer a humanidade opprimida debaixo deste terrivel flagello.*” (Drummond, 1981c, p. 171). Na sequência da acima mencionada petição, no dia 5 de outubro saiu de Lisboa uma embarcação, trazendo a bordo o cirurgião Stanislau José Coelho, “*com o rico presente da vaccina, e dous meninos da classe dos expostos*”, os quais “*se deviam vaccinar durante a viagem*” para que a “*materia da vaccina chegasse*” à Terceira “*em estado de produzir o necessario effeito*” (idem, p. 171).

Com os socorros, o capitão general recebeu também um documento régio a informar que a despesa com a passagem e sustento do cirurgião, das duas crianças e de um serviçal “*já vinha paga da corte*”, que os demais custos, incluindo os honorários mensais do médico, deveriam ser pagos “*à custa das camaras, e moradores abastados*”, e que deveria ser prestado ao Dr. Coelho todo o auxílio necessário para o exercício da função a que vinha destinado. O ofício também instruía o governo de Angra no sentido de providenciar o pagamento das despesas inerentes às viagens de vacinação do médico às outras ilhas, e de lhe facilitar o regresso a Lisboa após concluir a sua “*comissão*”, com passagem igualmente a expensas da Câmara (idem).

De acordo com o cronista terceirense, juntamente com o acima referido documento, foram também enviados de Lisboa “*alguns impressos sobre a utilidade da vacina*”, com indicação de serem divulgados nas ilhas “*para instrução de seus habitantes, e facilitar o uso deste preservativo das bexigas.*” (Idem, p. 71).

De salientar ainda a louvável preocupação da corte com o destino dos dois meninos expostos vindos com o médico, indicando o ofício régio que poderiam permanecer em Angra, caso as autoridades ficassem responsáveis pela sua educação e por lhes arranjar depois “*um modo de vida em que sejam uteis a si e ao estado*” porque, de outro modo, deveriam “*voltar com o cirurgião*” quando este regressasse ao reino, “*para se restituirem à S.ta Casa da Misericórdia donde foram tirados*” (Drummond, 1981c, p. 71).

Quanto ao processo de vacinação, o investigador terceirense informa que em Angra se tratou “*com a maior diligencia e cuidado de fazer os primeiros ensaios da innoculação (...) para se transmitir às outras povoações, o que effectivamente parece cumprido até o dia 13 de fevereiro*” do ano seguinte, de 1807, como consta do acórdão da Câmara da cidade, onde as autarquias da Praia e de S. Sebastião estão “*contempladas (...) para ajudarem ao pagamento*” das despesas (idem, pp. 174-175).

Drummond aplaude esta campanha de vacinação, que considera uma decisão muito acertada, lembrando que idêntica diligência na Alemanha “*foi objecto de legislação com penas pecuniarias, e de prisão áquelles chefes de familia, que dentro em certo numero de annos não apresentassem seus filhos vacinados*”, e que na Dinamarca “*a vaccina forma parte da habilitação para qualquer estado ou emprego.*” (Idem, p. 179). Contudo, de início houve oposição a esta “*vaccina tão proveitosa nas criticas circunstancias*” em que a

ilha se encontrava, manifestada “*pelo desprezo que mostraram (...) muitas pessoas, por falta de experiência*” (idem, p. 175). Finalmente, para impulsionar a vacinação em toda a ilha, o capitão general enviou um ofício à Câmara da Praia, em 20 de maio de 1807, a descrever “*o maravilhoso effeito da vaccina – effiacissimo remedio para afugentar o flagello das bexigas, que desde o seculo 16 perseguia a humanidade.*” (Idem, p. 172).

No entanto, pode ter sido difícil para a população acreditar nos benefícios desta iniciativa porque, durante esse período, ocorreram muitas “*moléstias precedidas de um defluxo quasi epidemico*”, tão graves que se considerou pertinente cancelar as “*necessarias demonstrações de alegria pelo nascimento*” de um bebé real, festejos a ser realizados “*mais adiante, quando os povos se achassem livres deste incommodo.*” (Idem, p. 175).

Ainda em relação a 1807, Drummond (1981c) refere que, neste ano, foi implementada uma ordem do general que, sem dúvida, também muito contribuiu para a salubridade de Angra e dos seus residentes, a qual proibia que “*divagassem pela cidade porcos e animaes immundos, que a infeccionavam*”, por considerar tal facto “*um abuso vergonhoso de tolerar-se em uma colonia tão civilizada como esta*” (idem, p. 181). Esta “*prudente medida*” foi divulgada por editais, a avisar que a proibição seria efetiva “*desde o primeiro dia de quaresma em diante*”, e foi nomeado um “*zelador*”, que parece ter sido excessivamente eficaz nas suas funções, para fiscalizar o cumprimento da ordem (idem, p. 181).

A campanha de vacinação continuou a decorrer no ano de 1808 mas, de acordo com o citado autor, a persistência simultânea de “*outras moléstias ao tempo em que os meninos eram vacinados*” provocou “*nelles uma grande mortandade*”, contribuindo para “*espalhar a fama de que esse remedio se convertia em veneno*” (Drummond, 1981c, p. 187). Assustadas, algumas pessoas apresentaram queixas ao general e outras pediram para ficarem isentas da obrigação de apresentar os seus filhos à vacinação. Esse pedido foi recusado pelas autoridades competentes que, por despacho de 31 de maio, atribuíram aos encarregados da inoculação a tarefa de informar os cidadãos sobre os benefícios da vacina, de modo a erradicar “*opiniões erradas, e nocivas ao bem comum*” (idem, p. 185).

Contudo, e apesar das medidas profiláticas promovidas pelo governo da ilha, com destaque para a vacinação dos residentes, em 1811 as bexigas voltaram a assolar a Terceira. Neste sentido, o citado político e historiador (1981c) comenta que apesar de noutros anos “*o contagio das bexigas*” atacar os “*habitantes destas ilhas terrivelmente*” nunca, “*em nenhum delles, mais soffreram do que neste*”. (Idem, p. 222).

Acrescenta ainda o cronista que “*poucos foram os meninos que não morressem dellas, e mesmo dos adultos nenhum escapou que as não tivesse, falecendo uma grande parte, assim como muitas pessoas de maior idade, e acima de 40 annos*” (idem, p. 222), facto que revela a extrema virulência da doença. Drummond informa ainda que, ao consultar os registos da igreja de S. Sebastião, descobriu que em menos de dois meses, de 21 de agosto a 17 de outubro, faleceram dezanove crianças e um homem de 32 anos, “*todos deste flagello, apesar do grande cuidado que se empregara na vaccina.*” (Idem, p. 222).

Entretanto, no decurso da epidemia, verificou-se que as pessoas naturais das Flores, residentes na Terceira, pareciam mais suscetíveis à maleita do que aqueles que tinham nascido e vivido sempre nesta ilha. Para surpresa do investigador terceirense, a doença atingia-os com desmedida intensidade, quer fossem adultos ou crianças, e “*foram tantos*

os que deste contagio ficaram assignalados, aleijados, defeituosos e cegos, que nunca semelhante ruína jámais se vira.” (Drummond, 1981c, p. 222).

O cronista refere ainda que logo no ano seguinte, em 1812, a vila de S. Sebastião sofreu “*febres contagiosas*” de grande “*violência*”, motivo que levou o provedor da casa da Misericórdia dessa localidade a pedir ajuda à cidade, visto haver “*poucos meios de se curarem os doentes*” (1981c, p. 224). Perante a situação, a Câmara de Angra colocou ao serviço dos habitantes da vila “*e seu districto (...) uma botica volante*” e um cirurgião, “*o qual visitava os enfermos de dias a dias, conforme a necessidade o exigia*” (idem, p. 224).

Este socorro custou à “*real fazenda algumas sommas nesta ocasião*”, e não apenas nesta localidade pois, “*em toda a ilha, onde andava o contagio (...) fazia gravíssimos estragos*”, uma situação que o citado autor acreditava ter sido agravada pela repetição de novo “*flagello das bexigas que haviam annos grassava na ilha.*” (Drummond, 1981c, p. 224).

Quatro anos depois, em 1816, o investigador assinala a ocorrência de “*muitas doenças, que se diziam febres contagiosas, procedidas de alguns navios chegados a esta ilha com gente enferma de peste que grassava nos reinos estrangeiros*” (1981c, p. 265). Todavia, para felicidade dos terceirenses, não provocaram “*tanto estrago como era de esperar*” e “*se tem experimentado*”, boa sorte que Drummond atribui à benignidade do clima (idem, p. 265). O historiador informa ainda que, por causa desses surtos de doença, o general solicitou ao governador do castelo de S. João Batista que mandasse colocar vigilância nos pontos habituais, para evitar desembarques de surpresa na ilha.

Nos anos que se seguiram, aparentemente, a Terceira não foi fustigada por surtos epidémicos. Todavia, nos anos da década de 20 desse século, os terceirenses viviam tempos difíceis em resultado dos desentendimentos políticos entre os seguidores do infante D. Miguel e os apoiantes de D. Pedro.

A presença constante de milícias, com a consequente obrigação de lhes fornecer mantimentos, as discórdias geradas pelos conflitos entre os líderes militares e as autoridades civis, bem como a instabilidade geral resultante dos sobressaltos de uma guerra civil ativa, com navios armados que, esporadicamente, ameaçavam a ilha, não era uma situação propícia ao bem-estar social.

Com a aproximação do final do decénio os conflitos intensificaram-se até que, em 11 de agosto de 1829, teve lugar uma batalha, na baía da vila Praia, que foi decisiva para o resultado da guerra – as forças miguelistas tentaram um desembarque no litoral leste da ilha, acabando por ser derrotadas pelos apoiantes de D. Pedro, um acontecimento que abriu caminho à vitória liberal que depois se verificou.

Depois desta batalha, arduamente ganha pelas hostes constitucionais, D. Pedro chega a esta ilha em março de 1832, após um périplo por várias cortes europeias em busca de apoio para a sua causa. Veio para a Terceira com o propósito de organizar a ofensiva contra os apoiantes de D. Miguel que, entretanto, se fizera proclamar rei de Portugal, e recuperar a coroa para a sua filha (como de facto conseguiu em 1834).

Foi então, durante o braseiro emocional deste período conturbado, e ainda em 1832, que a Terceira foi atacada por novo “*contagio de febres*”. Na Europa ficaram conhecidas por “*colera morbus*”, uma “*terrível moléstia*” que nesta ilha, felizmente, não causou males tão graves como noutros países, fosse “*por não se desenvolver com egual força,*

ou pela salubridade dos ares” (Drummond, 1981d, p. 317). Apesar do elevado número de contagiados por esta doença “em todas as povoações”, o número de óbitos foi muito inferior ao das pessoas infetadas, uma prova da menor virulência do contágio na Terceira relativamente à que foi manifestada noutros lugares. O cronista (1981d) conclui a sua análise deste surto com a constatação de que, contrariamente ao habitual, as vítimas destas febres foram sobretudo as “*peessoas de meia idade*” mas, ainda assim, era de opinião que a doença não chegou a provocar grandes receios “e até não mereceu o nome que lhe deram” (idem, p. 317).

Possivelmente a rápida decisão tomada por D. Pedro IV, na qualidade de regente do reino, pode ter contribuído muito para evitar a propagação da doença nos Açores. De facto, logo que se declarou a epidemia, tomou providências no sentido de interromper as comunicações com “*as nações, e com as pessoas infectadas*” e tratou de mandar construir cemitérios, através de uma portaria emitida a 2 de junho do referido ano, “*fazendo cessar o antiquíssimo costume de sepultar os cadáveres nas igrejas*”, uma “*abusiva pratica prejudicial á saúde publica e á decencia dos templos.*” (Drummond, 1981d, p. 317).

Porém, a implementação desta ordem transformou-se numa luta “*que durou por muito tempo*” porque esta medida, por muito acertada e higiénica que fosse, não contou com a simpatia da população, por contrariar a tradição e os costumes. De facto, as Câmaras Municipais, a quem fora atribuída a responsabilidade de fazer cumprir aquela decisão, “*acharam na maior parte das juntas de parochia summa difficuldade, horrorisando-se da só palavra – cemitérios*”, de tal forma que optaram por construí-los “*por ora, nos adros e logares mais proximos ás igrejas*” (idem, p. 317).

Apesar da tentativa de fazer cumprir a lei sem, simultaneamente, alterar muito os ânimos, não foi possível proceder à sua implementação de forma pacífica porque a população tinha “*repugnância*” de enterrar os seus mortos fora das igrejas. De acordo com o citado autor, as únicas localidades onde, por esse tempo, já existiam cemitérios eram as freguesias de S. Pedro (em Angra) e a dos Biscoitos, os quais tinham sido criados “*pelos annos de 1750*”, quando a sua construção tinha sido inevitável “*por occasião de certo contágio*”, ocorrido na sequência de um período de peste (idem, p. 318).

Em Santa Bárbara, até essa data, não existia cemitério e, tal como nas outras povoações terceirenses até 1832, os defuntos eram enterrados na igreja. Porém, a exemplo do que aconteceu em S. Pedro e nos Biscoitos, também na referida freguesia tinham ocorrido algumas exceções durante períodos de epidemias. Segundo Andrade (1891), nestas ocasiões a “*maior mortandade*” exigia outras medidas, sendo então os corpos enterrados no adro por falta de espaço no interior do edifício (idem, p. 354). No entanto, como foi “*.. n’aquele anno prohibido o enterramento nas igrejas, converteu-se o antigo jardim, que ficava contiguo ao adro pelo lado do sul da igreja*” de Santa Bárbara, “*em novo cemitério, que começou a servir em 15 d’Outubro do dito anno de 1822...*” (idem, pp. 384-385), uma situação de compromisso que, nesta localidade, facilitou a implementação da lei.

Todavia, a despeito da resistência popular e de ter sido necessária grande “*constancia do governo, insistindo na execução*” destas ordens, a firmeza manifestada pelas autoridades nesta matéria acabou, anos depois, por se revelar proveitosa e, “*porque o*

tempo tudo gasta, já hoje se tem mui acertada semelhante disposição, e uma das mais uteis á saúde publica.” (Drummond, 1981d, p. 318).

Apesar destas palavras otimistas do investigador, em algumas localidades não houve muita presteza no cumprimento da lei. Por exemplo, o anotador da obra de Andrade (1891) refere que, no dia 26 de maio de 1879, foi feita a bênção ao novo cemitério do Raminho, após a criação da paróquia desta freguesia nesse mesmo ano, mais de quarenta anos após a promulgação da lei. Também menciona que a construção de um cemitério na Feteira teve início no ano de 1882 e, embora “*já servindo para os enterramentos*”, ainda não estava concluído em 1891, à data da publicação da obra, enquanto na freguesia das Doze Ribeiras, o cemitério foi construído pela Junta de Freguesia em 1886 (idem, p. 178).

Mas, voltando à questão das pestes e epidemias, a partir do surto de febres assinalado por Drummond (1981d) no ano de 1832, nota-se a ausência de registos de outras crises. O anotador da segunda edição da obra de Andrade (1891), que introduziu numerosos esclarecimentos e atualizações aos dados coligidos por Andrade, também não faz qualquer referência a doenças. Daqui se depreende que, caso tivesse ocorrido na ilha uma epidemia grave, de proporções alarmantes, certamente que este sacerdote não teria deixado de a referir.

Assim, considera-se lícito concluir que os terceirenses viveram livres de pestes, e nesta designação inclui-se todo o tipo de doenças contagiosas potencialmente mortais, como as descritas anteriormente em relação a outras centúrias, até ao final do século XIX ou, pelo menos, até ao início do último decénio desse século. Talvez que, de alguma forma, essa ausência de doenças contagiosas se deva à conjugação de diversos fatores, nomeadamente, a melhoria da qualidade das águas de consumo doméstico, a proibição dos enterramentos dentro das igrejas e a implementação de outras leis promotoras da salubridade pública.

Efetivamente, a centúria de oitocentos testemunhou um grande esforço dos governantes na captação de águas e na construção de chafarizes, bem como na aprovação ou renovação de posturas punitivas a quem, de propósito ou por descuido, sujasse ou contaminasse as águas de abastecimento público. Esse investimento implicava despesas avultadas e, assim, não foi por acaso que, bem no início do século XIX, na reunião de 22 de Junho do ano de 1803, a Câmara da cidade aprovou uma “*propina*”, com um valor considerado “*prudente*”, a aplicar aos utentes da água canalizada, para fazer face aos elevados gastos que esse serviço custava ao município (Andrade, 1981).

Segundo o artigo da Wikipédia intitulado “*Francisco Ferreira Drummond*”, este cronista e político, enquanto Presidente da autarquia da vila de S. Sebastião, fomentou um empreendimento que, no seu tempo, foi considerado a maior obra hidráulica da ilha Terceira e uma das maiores dos Açores, com o qual assegurou a captação de água potável da nascente do Cabrito e a sua canalização para a localidade.

De acordo com as atualizações efetuadas pelo anotador da obra de Andrade (1891), e em relação a uma época mais próxima do final do século, para além dos mananciais que estavam em exploração desde há muitos anos, em 30 de junho de 1886 estavam a ser utilizadas no concelho de Angra treze novas nascentes que, através dos serviços das

Obras Públicas, forneciam água a trinta e cinco chafarizes, um reservatório, vinte e um bebedouros de gado e dezassete lavadouros públicos, benefícios distribuídos por dez freguesias.

Para além destas fontes, entre os anos de 1886 e 1890, as Obras Públicas iniciaram a exploração de mais duas nascentes para o concelho de Angra: a do Vimieiro, na freguesia dos Biscoitos, e a da Chamuscada, na freguesia dos Altares (Andrade, 1891). Segundo o sacerdote, estas novas captações associadas aos melhoramentos introduzidos no sistema de coleta das águas da Fonte da Telha, situada no Posto Santo, permitiram abastecer mais doze novos chafarizes e, como o caudal era abundante, estavam ainda outros quatro em fase de construção. Existia também, na mesma data, um projeto para a construção de cinco novos chafarizes que iriam distribuir a água captada da nascente das Cales, na freguesia dos Altares (idem).

A estes recursos juntaram-se mais oito fontes para abastecimento da cidade e de outras freguesias do concelho de Angra, controladas pela Câmara de Angra, as quais forneciam água potável a 790 chafarizes, uns instalados em espaços públicos ou pertencentes ao município e outros em casas particulares (Andrade, 1891).

Quanto ao município da Praia, e ainda de acordo com o eclesiástico, por volta do ano de 1886, existiam no concelho dezasseis nascentes a cargo das Obras Públicas, as quais abasteciam trinta e cinco chafarizes, duas dezenas de bebedouros públicos e numerosos lavadouros, também públicos, construídos em sete freguesias. Na época que estava a ser preparada a segunda edição da “*Topographia*” (1891), existia já um projeto, ainda por iniciar, que contemplava a criação de mais cinco chafarizes.

Para terminar a questão do abastecimento de água potável à população neste período, Andrade (1891) alude às nascentes de maré que se encontravam em algumas povoações mais próximas do mar – nas imediações do porto dos Biscoitos, na Vila Nova e no Porto Judeu –, as quais eram acessíveis na baixa-mar.

Certamente que estas condições ofereciam melhor qualidade de vida à população em geral e, provavelmente, refletiram-se na sua saúde por contribuírem, em muito, para a redução das epidemias. No entanto, com o passar do tempo, a problemática da higiene urbana agudizou-se pois, a despeito das medidas sanitárias aprovadas e implementadas ao longo dos séculos, os detritos orgânicos começavam a transformar-se num problema difícil de resolver.

O costume de criar os suínos nas ruas, que muitas vezes decorria da necessidade, tornou-se uma situação embaraçosa para a autarquia de Angra. Na verdade, a deambulação destes animais pelos espaços urbanos já tinha sido alvo de diversas proibições, aquando da promulgação de novas posturas ou revisão das anteriores, mas sempre com escasso êxito. Devido ao fracasso das medidas da reforma de 1788, o Dr. José Joaquim Dantas Bacellar Barbosa, provedor dos resíduos, em Novembro de 1807, emitiu ordens “*restrictas*” proibindo a circulação de “*porcos e animaes imundos*” pelas ruas, uma situação que considerava vergonhosa para a cidade (Drummond, 1981c, p. 181). Porém, é legítimo supor que os seus esforços tiveram poucos resultados porque, por mais de uma vez depois destas medidas, outras foram tomadas com o mesmo objetivo, e sempre infrutíferas, a despeito das multas aplicadas aos proprietários dos animais.

Contudo, o persistente costume de manter os suínos e as aves soltos pelas ruas começava a incomodar seriamente as autoridades, apesar da sua preocupação com as necessidades das famílias mais carenciadas que, frequentemente, não possuíam espaço adequado para colocar os animais que, na verdade, eram vitais para a sua sobrevivência. A situação dava origem a críticas azedas vindas de estranhos que visitavam a Terceira, apreciações incômodas que, muito especialmente, vexavam o orgulho dos autarcas numa época em que as entidades ligadas à saúde começavam a estabelecer uma relação estreita entre a higiene e a saúde pública.

Por meados do século XIX, e perante a constância do problema, já o Delegado de Saúde de Angra avisava as autoridades camarárias sobre o perigo colocado pelo aumento dos resíduos domésticos (Merelim, 1984). Aliás, defendia que a prevenção de epidemias exigia a implementação de regras de saneamento na cidade, medidas que considerava muito necessárias sobretudo por se tratar de uma cidade marítima, onde, afirmava ele, a sanidade pública era alvo de poucos cuidados (idem). Contudo, e em defesa das autoridades locais da época, diga-se que o problema era muito comum pois, como explica Ribeiro (1951), a *“falta de aceio nas ruas e lugares públicos era mal de que enfermavam todas as cidades e vilas de Portugal, inclusive Lisboa, ainda em fins do século XVIII e começo do XIX”* (idem, p. 142).

Todavia, com o passar do tempo e a insistência das autoridades, as autarquias acabaram por fazer cumprir a obrigação de manter os suínos em áreas vedadas, fora dos espaços urbanos, uma medida que, em 1865, se aplicou também às aves domésticas. Relativamente aos lixos domésticos, a edilidade angrense contratou funcionários, pelo menos a partir de 1844, para procederem à remoção dos resíduos sólidos citadinos, em carros de bois, uma medida considerada pioneira nos Açores, e que tinha por objetivo melhorar a estética e a salubridade da cidade (Merelim, 1984).

Para além destas disposições, com origem no Conselho de Saúde Pública do Reino, surgiram novas medidas legais destinadas a manter a higiene, sobretudo em determinados espaços: nomeadamente, a interdição aos padeiros de criarem suínos nas padarias e nas zonas de armazenar o pão; a expulsão das atividades de curtumes e pelames para fora da cidade; e a proibição, aos cidadãos, de atirar para a rua águas sujas, animais mortos e vísceras de peixe (Merelim, 1984).

No entanto, as entidades oficiais conheciam, desde há muito, os perigos derivados da acumulação de detritos e da falta de higiene. Na verdade, já Maldonado (1997) apresenta uma lista de posturas camarárias que impunham normas relativas à eliminação de perecíveis e lixos, por facilitarem a eclosão de doenças, nomeadamente as associadas aos ratos, medidas essas que o sacerdote considerava *“antigas”*.

Ribeiro (1954) também lembra que na Reforma de 1788 foram definidas regras de higiene para os sítios onde eram manuseados alimentos. Por exemplo, destaca a preocupação com os perigos resultantes do potencial epidémico dos ratos nas áreas de moagem, evidenciada pela imposição de o moinho estar sempre *“muito limpo e varrido de qualquer immundisse”*, e por obrigar o moleiro a ter *“pelo menos hum gato no moinho, que seja bom cassador (...) e huma ratoeira sempre armada”* (Ribeiro, 1954, pp. 215-216). Este autor refere ainda o cuidado com o asseio dos espaços onde era comerciada a carne,

materializado na postura que obrigava os talhantes a terem “*sempre bem varrido e limpo de qualquer immundice o açougue, tanto pelo sollo como pelo tecto e paredes, e assim também o lugar da ballança do matadouro*” (idem, p. 220). Esta medida, tal como as referidas antes, patenteiam o empenho das autoridades na proteção da saúde pública.

Todavia, apesar da crescente melhoria das condições de vida dos terceirenses, progresso que eventualmente se terá refletido de forma positiva na saúde da população em geral, uma outra enfermidade assombrava os cidadãos praticamente desde o início do povoamento – a lepra ou “*mal de S. Lázaro*”, hoje também conhecida por doença de Hansen ou hanseníase (em homenagem ao cientista que isolou o bacilo).

Não se trata de uma epidemia, embora também fosse contagiosa, mas era uma moléstia tão temida que a sua nefasta reputação chegou aos nossos dias. Na verdade, encontram-se poucas referências a este mal nas obras dos autores consultados, e quando o mencionam é de forma muito breve e raramente para falar dos doentes, ou dos sofrimentos que estes experimentavam. Quase sempre as alusões a este tema limitam-se a transmitir alguma informação relativa às instalações que abrigavam os pacientes, aos recursos disponíveis para os seus cuidados e sobrevivência ou às instituições que suportavam esse encargo.

A ausência de notícias detalhadas sobre uma doença tão grave e prolongada no tempo reveste-se de alguma estranheza, sobretudo porque o fantasma do temor com que era encarada chegou aos nossos dias através da memória popular. Efetivamente, no início do século passado, em algumas povoações do norte das ilhas Terceira e S. Jorge, era muito comum tentar aquietar as crianças turbulentas, mormente as que tinham tendência para não «ouvir» as repreensões dos adultos, ameaçando-as com “*o velho da lepra*” (ou da “*lerpa*”), que as viria buscar se não se comportassem devidamente.

Na verdade, o aviso era muito explícito e assustador porque incluía uma invocação ao medo mais profundo – o de perder a vida. Contavam os mais velhos, nos anos sessenta do século XX, que na sua infância se dizia que havia doentes de lepra a viver na serra, nas fajãs ou noutros sítios bem isolados, os quais vinham rondar os povoados em busca de uma criança sozinha ou fugida. A intenção do leproso era raptá-la para a sacrificar, de modo a poder banhar-se no seu sangue, porque “*o sangue do inocente curava a lepra*”.

De acordo com Miguel Soares da Silva, numa entrevista ao jornal “Açoriano Oriental”, a 8 de agosto de 2010, aquando da apresentação do seu livro, intitulado “*A propósito d’os Lázaros de Água d’Alto*”, essa crença também existia em S. Miguel porque, conta o autor da obra, na sua infância:

“*era habitual as nossas mães usarem imensos termos que lembravam esses tempos. Avisavam-nos para não ir para determinados lugares, e metiam-nos medo, com o carro da lepra, ou velho da lepra, ou simplesmente o velho, que recolhia as crianças e levava-as para não sei onde*”.

Açoriano Oriental, in <http://www.scmvfc.pt/index.php/news/news/read/8>

É de supor que uma ameaça tão aterradora tenha, de facto, protegido as crianças irrequietas de muitos sopapos, passe a expressão com as devidas desculpas!... Mas parece pouco credível que um rapto, e o conseqüente sacrifício, possam alguma vez ter de

facto acontecido. Contudo, podemos especular sobre a possibilidade de uma eventual associação desta doença, referida na Bíblia com detalhes sobre as vivências dos leprosos, nomeadamente o seu afastamento do convívio com as outras pessoas por serem considerados “*impuros*”, com a remição obtida através do sangue de Cristo. De facto, numa sociedade com a religiosidade tão enraizada como na nossa, não seria difícil associar a doença com um castigo e o perdão dos pecados com a cura da moléstia. E, nos tempos a que nos referimos, as únicas pessoas consideradas «inocentes» eram as crianças de tenra idade, no máximo até aos seis ou sete anos, cujo sangue «puro» podia significar a redenção para os infetados com esta enfermidade.

Na atualidade, em alguns sítios das ilhas de S. Jorge e da Terceira, ainda se houve dizer que uma criança com muitas borbulhas, «espinhas» ou qualquer outro tipo de erupção cutânea, resultantes de varicela, sarampo ou qualquer doença infantil que provoque o aparecimento deste género de marcas, “*está gafa delas*” (ou “*gafa*”, se for em relação a uma menina).

Como vemos, o espectro da lepra ainda era temido em algumas ilhas por meados do século XX. A persistência desse medo em algumas comunidades demonstra a profundidade da marca que a enfermidade deixou no imaginário e na cultura açoriana.

Este parecer é partilhado por Nóvoa (2010), que atribui o receio desta moléstia nos nossos dias à “*bagagem*” que a doença carregou ao longo do tempo. A historiadora, especializada em história medieval, admite que no interior dessa representação social se encontra “*um conjunto de significados ou sinónimos atribuídos à doença mas também certas noções erguidas em torno da sua história ou do que se julgou ter sido a sua história*” (idem, p. 23). E conclui a sua opinião com uma pergunta: “*que outra enfermidade que não a lepra poderia concorrer com a peste pelo título de «enfermidade medieval por excelência»?*” (Idem, p. 23).

Assim, e apesar da assaz estranha ausência de notícias detalhadas sobre uma doença tão grave, nomeadamente uma enfermidade com uma carga psicológica suficientemente grande para, conforme vimos, o seu temor chegar aos nossos dias, não subsistem dúvidas de que, ao longo do arco temporal a que nos referimos, existiram na Terceira muitos enfermos desta moléstia e que a doença terá persistido nesta ilha até à viragem para o século XX.

Para além do medo associado ao sofrimento resultante da doença, ao seu poder deformante, ao facto de não ter cura (que só foi descoberta por meados do século XX) e ao estigma de pecado que os preconceitos da época pudessem deixar recair sobre os portadores de lepra, a moléstia era igualmente temida por implicar o confinamento obrigatório do doente, o seu irrevogável afastamento das pessoas saudáveis até ao fim da vida. Efetivamente, logo que a doença era identificada, os desafortunados “*lázaros*” eram de imediato separados das suas famílias, quando as tinham, e enviados para as leprosas, ou gafarias, onde viviam em reclusão até ao fim dos seus dias. A segregação dos doentes era uma prática compulsiva e corrente desde tempos muito antigos, como forma de conter o contágio da enfermidade, que foi uma das doenças infecciosas mais mortais e mutiladoras de todos os tempos.

Nas fontes consultadas não foi possível descobrir como apareceram na Terceira os primeiros casos de lepra, mas alguns autores recentes acreditam que a doença terá sido

trazida do exterior por viajantes, oriundos do sul do continente português, da Índia, da África ou da Ásia. No entanto, a referência aos hospitais existentes para o cuidado destes enfermos, feita por Frutuoso (1963) na década de 80 da centúria de Quinhentos, indica que a sua construção respondeu a uma necessidade que se fazia sentir num período ainda muito próximo do início do povoamento. Essas instituições, que existiam nas duas localidades portuárias de uma ilha de pequenas dimensões, subsistiam com donativos de entidades privadas e também públicas, o que revela a sua necessidade e importância social.

Por exemplo, Frutuoso (1963), na sua descrição de Angra, faz referência às numerosas ermidas, “*muito bem fundadas e ornadas*” existentes na localidade, entre as quais realça a “*ermida de São Lázaro, com hospital pera os mesmos lázaros*” (idem, p. 28), construída em lugar próximo do atual Largo de S. Bento, e que faz parte dos templos mais antigos de Angra. Todavia, o hospital para os doentes de hanseníase não era o único do burgo: o mesmo autor menciona a existência de uma “*fermosa casa da Misericórdia*”, situada em Angra, junto da porta do mar, na rua Direita, a qual dispunha de um “*hospital anexo e sua renda, assi de el-rei como de outras pessoas...*” (idem, p. 27). A instituição possuía proventos significativos, como se pode concluir pela descrição do sacerdote:

“cento e trinta moios de trigo e oitenta mil reis, que deu el-rei em dinheiro, com dízimo de frangos que monta catorze mil reis, e cento e trinta ou quarenta mil reis de foros de vinhas e casas, e dez moios de trigo que lhe tem dotado frei António Varejão” (Frutuoso, 1963, pp. 27-28).

O cronista quinhentista conclui a informação relativa a esta instituição elogiando a sua função social, dizendo que a mesma constituía “*grande e proveitoso refúgio de muitos enfermos e pobres da terra e de muitos mais que pelo mar vêm de fora, de muitas partes...*” (idem, pp. 27-28), uma indicação clara de que à ilha Terceira chegavam muitos doentes, vindos do exterior, e que talvez fossem em número superior ao dos residentes, carenciados ou doentes, que apelavam à proteção da Misericórdia.

Segundo Maldonado (1997), a “*Caza da Misericórdia d’Angra*” foi fundada a 15 de março de 1492, por João Vaz Corte Real, “*na hermda do Santo Spirito, de que a rua que hoje existe tomou o nome*”, na presença de várias personagens de relevo da sociedade terceirense (idem, p. 146). De imediato foram-lhe atribuídos donativos para o seu funcionamento e, quando D. João II tomou conhecimento da sua existência, logo a “*Constituiu em hospital da sua propteção real, concedendo lhe os priuilegios, e prerrogativas do hospital de Lisboa.*” (Idem, p. 147). O sacerdote ainda acrescenta que esses benefícios reais foram posteriormente confirmados pelo rei D. Manuel, a 03 de agosto de 1508, que lhe atribuiu um dote de “*dez mil reis por anno pagos da sua real fazenda. Alem dos muitos priuileios que esta Santa Caza tem por Bullas e Aluarás reais*” (idem, p. 147).

No entanto, Drummond (1981a) acredita que a instituição criada pelo diploma de 15 de março de 1492 foi o hospital da Misericórdia, cuja fundação, numa fase muito inicial do povoamento de Angra, considera ser anterior à da própria Casa da Misericórdia. O político afirma que a Casa, enquanto instituição, foi criada por alvará de D. Manuel I,

assinado a 13 de agosto de 1508, documento em que lhe era concedida a irmandade dos 13 irmãos, estatuto pelo qual passou a administrar-se. No entanto, admite que a Casa da Misericórdia deve o seu início, que ocorreu em data não indicada, a uma irmandade do Espírito Santo que, todos os anos, em dia de Pentecostes, dava um bodo para os pobres à porta da ermida desta invocação (Drummond, 1981a, p.90).

O mesmo autor fornece ainda uma notícia que constitui uma pista preciosa para avaliar a grande importância das instituições de beneficência na sociedade quinhentista da ilha Terceira. Efetivamente, em relação a 1516, Drummond (1981a) afirma que “*Concedeu El-rei, em 20 de Dezembro deste anno, às Misericórdias do reino os estatutos dos 13 irmãos, pelos quaes se governaram as da villa da Praia, Villa Nova, e villa de S. Sebastião nesta ilha*” (idem, p. 94). Com esta notícia, relativa à administração das Misericórdias do reino, pode-se constatar que naquela data, no início do século dezasseis, já existiam na ilha Terceira quatro instituições da Misericórdia a acudir às necessidades da população, e construídas em locais estrategicamente bem escolhidos.

De facto, as localidades onde se situavam as Casas demonstram a preocupação dos governantes em dotar os maiores centros populacionais com os meios considerados adequados. Assim, temos a Misericórdia de Angra, situada junto das portas do mar, onde atracavam as embarcações vindas do reino, das Américas, da África e da Índia; a da Praia, local onde inicialmente se estabeleceram os capitães dos donatários, e cuja baía facilitava o movimento marítimo, foi edificada em sítio próximo do areal; a de S. Sebastião, foi fundada num povoado que funcionou como um polo de desenvolvimento no período inicial do povoamento; e a da Vila Nova, foi estabelecida num local que se encontrava em franco crescimento e, na época, fazia parte da freguesia da Aqualva. Aliás, esta povoação foi descrita por Frutuoso (1963) como um sítio tão importante que o capitão do donatário a pretendeu elevar a vila, projeto que foi rejeitado pelos moradores, e a freguesia, mais tarde, acabou por se dividir em duas – a Aqualva e a Vila Nova, onde, na atualidade, ainda existe a rua da Misericórdia.

Mas, voltando ao início do decénio de 80 da centúria de Quinhentos, Frutuoso (1963) descreve a “*nobre e sumptuosa*” Praia, que nesse tempo já era vila, elogia os edifícios, as muralhas de proteção e enumera as suas igrejas e mosteiros mais importantes. Entre estes, refere a presença de “*um hospital de Lázaros, com muita renda*” (idem, p. 16), situado na zona conhecida atualmente por Figueiras do Paim, edificado junto a uma ermida também da invocação de S. Lázaro, o qual proporcionava abrigo e subsistência aos enfermos daquela doença (idem).

Autores de época posterior a Frutuoso, como Maldonado (1997), que redigiu a sua “*Fénix Angrense*” no final do século XVI/início do XVIII, e Cordeiro (1981), cuja “*História Insulana*” também foi escrita no princípio do século XVIII, incluíram nas suas obras breves referências às gafarias ou hospitais de lázaros, tanto em relação a Angra como à Praia, indicando a persistência de doentes deste mal que ali recebiam assistência. Com referência ao hospital da ermida de S. Lázaro, em Angra, Maldonado (1997) menciona que o mesmo estava transformado “*..em caza das molheres tocadas daquele tão peximo mal*” (idem, p. 207). Porém, acrescenta o sacerdote, a instituição era carente de meios suficientes para a manutenção das doentes, sendo a “*Caza da Praja*” a fornecer

o necessário para o sustento das enfermas em troca das “*rendas applicadas a esta Caza dos Lazaros d Angra*” (idem, p. 208).

No que diz respeito à “*Caza da Misericordia d Angra*” e ao seu hospital, Maldonado (1997) afirma que, no seu tempo, as duas instituições tinham os rendimentos separados e que os proventos recebidos constavam de livros diferentes.

Neste sentido, o sacerdote refere que a Casa da Misericórdia de Angra recebia “*sesenta e coatro moios de trigo renda anual, e outrosi cento e corenta mil reis de Foros impostos em cazas, e outras propriedades*”, para além de outros benefícios e privilégios (1997, p. 149). No que diz respeito aos rendimentos do Hospital da Santa Casa, o clérigo indica que constavam da “*renda anual de trigo nouenta e oito moios e de Foros que lhe pagão a dinheiro impostos em propriedades e cazas*” no valor de “*setenta mil reis*”, proventos acrescidos com “*oitenta mil reis de Tença na Feitoria da Alfandega d Angra*”, aos quais se juntava ainda “*o dizimo dos frangos da Capitania que se remata comumente todos os annos em vinte mil reis*”, e uma soma de mais “*dez mil reis de esmola nas rendas do Donatario.*” (Idem, p. 149).

Era com estas rendas e tenças que a instituição assegurava a sobrevivência dos doentes e os ordenados dos

“Infermeiros, Medico, Surgião, e Medecinas em que se faz hũa largissima despesa, pelos muitos infermos e infermas que em todo o decurso do anno se admitem ao dito hospital não só da Capitania d Angra, mas tambem com os frosteiros que vem de fora, assim das partes d America, como das Ilhas de Baixo que continuamente em todos os mezes do anno estão vindo...” (Maldonado, 1997, p. 149).

Todavia, chegando ao século XIX, parece que se começam a verificar algumas mudanças, nomeadamente na preocupação com o bom funcionamento das instituições de apoio aos doentes e desvalidos. Por exemplo, em referência ao ano de 1809, Drummond (1981c) diz-nos que o cargo de mordomo do hospital dos “*lázaros*” em Angra tinha desaparecido bem antes desta data. Porém, na Praia entendia-se que essa função, noutros tempos desempenhada por “*um cidadão abastado e zeloso*”, nomeado pelo provedor dos resíduos, fazia falta. Então, no referido ano de 1809, “*achando-se já decaído este costume*”, juntaram-se vinte cidadãos, “*dos mais distinctos e qualificados da villa*”, os quais se ofereceram para desempenhar gratuitamente essa tarefa, cada um no seu ano (idem, p. 188), evitando assim a extinção do cargo e os consequentes prejuízos para os mais carenciados.

No entanto, por meados do século XIX, aquela instituição praiense era administrada pela “*junta da parochia*” e as suas instalações continuavam a funcionar como hospital, uma vez que Drummond nos diz que “*nas respectivas casas ao sainte da villa habitam os enfermos.*” (Idem, p. 188). Todavia, deviam enfrentar algumas dificuldades com a sua manutenção porque o autor acrescenta que os rendimentos do hospital nunca “*excederam de sete moios de trigo, e pequenos foros a dinheiro*” (idem, p. 188), informações que permitem concluir que os hospitais das Misericórdias tinham, de facto, grande necessidade de apoios económicos para poderem acudir a quem neles procurava acolhimento.

Embora os doentes de lepra, por muito numerosos que alguma vez tenham sido na Terceira, nunca tenham configurado uma situação de epidemia, a verdade é que essa

doença foi muito temida pela generalidade da população. A desfiguração que causava, o isolamento dos infelizes contagiados, a desagregação familiar imposta nas situações em que tal se considerava necessário, etc., são elementos que contribuíram para construir uma imagem extremamente assustadora deste mal.

Por outro lado, e apesar da eventual redução do número de casos no decurso dos séculos, a doença nunca se extinguiu totalmente porque foram sempre surgindo novos casos, que continuavam a alimentar os receios da população. Aliás, e embora não se pretenda abordar aqui questões de saúde pública relativas ao século XX, mesmo agora, nos nossos dias, ainda surgem em Portugal uma média de seis a dez casos de lepra em cada ano.

Atualmente, de acordo com uma notícia publicada a 01 de fevereiro de 2010, com o título “*Dez casos de lepra é a média de Portugal nos últimos anos*”, uma especialista do Hospital Curry Cabral declarou que os casos recentes detetados no nosso país não tiveram origem em Portugal mas em pessoas oriundas da África ou do Brasil, sendo, na opinião da médica, uma “*consequência das migrações*”. Acrescenta ainda que, normalmente, já não são necessários internamentos, sendo os doentes tratados “*em ambulatório*”, um grande progresso em relação às décadas de 40 e 50 do século XX, quando os doentes eram “*sujeitos a internamento compulsivo e isolamento*”.

Conforme o artigo “*Portugal regista seis novos casos de lepra por ano*”, publicado no Jornal de Notícias, edição de 26 de janeiro de 2013, para assinalar os 60 anos do «Dia Mundial dos Leprosos», esta doença considera-se controlada ou erradicada em Portugal uma vez que, de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde, são registados anualmente menos de um novo caso por cada 10 mil habitantes. Contudo, a chamada doença de Hansen, que tem origem num bacilo que ataca os nervos e a pele, é de facto transmissível e pode estar em incubação durante 20 anos até se manifestar. Na atualidade, esta doença pode ser facilmente curada, desde que a sua descoberta ocorra numa fase inicial, e os medicamentos são baratos: a modesta quantia de 25,00 euros pode devolver a saúde a um doente.

De acordo com a efeméride “*Dia Mundial dos leprosos*”, publicada pela «Calendarr Portugal» em janeiro de 2016, para assinalar o «Dia dos Leprosos», as condições propícias à eclosão desta doença incluem a falta de água potável e de higiene, a desnutrição e outros males associados à pobreza. A informação está em concordância com o endereço do Centro de Controle de Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, na internet, onde consta que “*a água potável é mais eficaz na prevenção de doenças infecciosas do que as vacinas.*” (in Moritz, 2012).

Felizmente que a água potável de boa qualidade contém esse potencial, que em muito pode ter contribuído para a redução das epidemias na ilha Terceira porque, na época a que nos reportamos, os recursos para debelar um surto epidémico eram bastante escassos, e piores eram ainda em períodos mais recuados. Nessas circunstâncias, quando surgiam os “contágios”, nem o tradicional conforto da religião era aconselhável, uma vez que a proximidade das pessoas nas igrejas ou nas procissões poderia traduzir-se no aumento do número dos infetados...

Assim, como vimos, o combate à peste ou a outras doenças contagiosas passava, sobretudo, pelo isolamento dos doentes e das áreas afetadas, pelo encerramento dos por-

tos e pela queima de determinadas espécies vegetais com propriedades consideradas purificadoras. Todavia, para bem dos terceirenses, a ilha era bastante rica em plantas medicinais e em águas com capacidades terapêuticas, recursos que os habitantes usavam em benefício da sua saúde.

Em relação aos produtos da terra com reconhecida ação curativa, Frutuoso descreve o uso dado pelos primeiros povoadores ao “*alecrim, rosmaninho, erva ussa, ou timo, queiró, poejos, cubres e muitas flores de árvores diversas, muito género de ervas, de que usam os boticários*”, registando ainda outras para fins cosméticos, das quais se faziam “*águas cheirosas, manjeriões, trevo, rosas, cravos...*” (1963, pp. 54-55).

De acordo com o cronista, algumas doenças, como a chamada «*fogo*», eram tratadas com medicamentos manufaturados com a água destilada de certas plantas. Os cubres, muito abundantes perto da Aqualva, eram utilizados como “*erva medicinal pera muitas enfermidades*” (idem, p. 57). Neste sentido, o sacerdote refere que um castelhano, “*grande herbolário e físico*”, que passou pela Terceira vindo das “*Índias de Castela*”, atribuíra muita importância a esta planta – mandou destilar as flores e, com essa água, curou muitas pessoas. Inclusivamente, terá levado consigo vasos desse líquido, pensando com isso obter muito lucro.

O mesmo castelhano também mostrou grande interesse por outra planta aqui existente, descrita como “*a mais fina salsaparrilha*”, que considerava melhor que a das «*Índias de Castela*». Contudo, sempre se elidiu a uma cabal identificação da mesma, embora alguns naturais da ilha pensassem que este misterioso espécime fosse a mesma que denominavam “*de hera*”, por a notarem parecida com aquela planta, e por já ser costume “*usarem dela nestas ilhas em diversas enfermidades*” (Frutuoso, 1963, p. 58).

De acordo com Santos (1989), nos anos em que havia abundância de bagas de loureiro, que não eram comestíveis, os povoadores usavam-nas para fabricar um óleo a que chamavam “*azeite*” que, além do uso corrente para a iluminação, também tinha utilidade como medicamento. Este autor afirma que as plantas com propriedades curativas permitiram o desenvolvimento de uma “*botica naturalista*” de certa importância, baseada em espécies como “*o alecrim, o poejo, a cubres ou a hera*” (idem, p. 256), que eram abundantes na ilha Terceira.

Frutuoso (1963) também menciona que o Juncal, povoação situada nos arredores da Praia, deve este nome à imensa quantidade de junco que crescia no seu solo plano e abundantíssimo em água, mas não especifica qual o uso dado a essa planta. Todavia, em relação a essa espécie, Drummond (1981b) refere que, no ano de 1665, a junça era exportada ao custo de 100 rs. o moio, uma cultura que considerava antiga, pois tinha encontrado registos de 1571, na Câmara de S. Sebastião, relativos a uma “*postura contra as pessoas que a apanhassem sem licença de seus donos*” (idem, pp. 148-149).

Ainda em relação ao Juncal, Cordeiro (1981) afirma que o junco, ou «*junça*», como também lhe chamavam, quando verde, era usado para alimentar os animais, sobretudo os porcos, cuja carne “*creada com junça*” se tornava “*menos nociva*”, podendo ser consumida “*em todo o anno (...) sem fazer mal*” (idem, p. 303). Porém, depois de “*colhida, & ave-lada*”, a dita junça tornava-se um “*regalo para a gente, & della, moída em farinha, com açúcar, & agua de flor se fazem caldos peytoraes, & preciosos.*” (Cordeiro, 1981, p. 303).

Andrade (1891) também faz referência a “*vários medicamentos naturaes da ilha*” que tinham “*muito credito*” e ampla utilização no início do século XVIII. Destaca especialmente dois: o “*almagre (...) fino*”, extraído de uma “*pequena furna*” situada “*acima dos moinhos d’Aqualva*”, o qual era tão eficaz “*que deitando com elle emplastros nas bestas, as curava perfeitamente, como se fosse bolo arménico*”, e os cubres, planta que o sacerdote descreve como sendo uma “*herva mui medicinal para muitas enfermidades, e especialmente para quaesquer queimaduras.*” (Idem, p. 62).

A semente do linho, a linhaça, foi outra espécie que teve largo uso na farmácia naturalista. De tal forma, que os governantes consideraram necessário definir áreas para o seu cultivo nas posturas municipais de Angra, em 1788, onde ficou estabelecido que os lavradores eram obrigados a semear esta planta numa área proporcional às dimensões do terreno que cultivavam, desde que os solos tivessem “*capacidade para a dita cultura*”. Além disso, ficou também proibido dar outro uso à linhaça para além da confeção de “*remedios e composiçoens*” (Ribeiro, 1954, p. 202) e as sementeiras.

Em relação ao património vegetal no início do século XIX, Andrade (1891) refere que grande parte do “*certão da ilha*” estava coberta de matagais, onde se destacavam “*a faia, o cedro, o loureiro, a urze, o tamujo, a rapa, a rumania, o azevinho, o sanguinho, o pao-branco, o folhado, e outras madeiras indígenas.*” (Idem, p. 13). Como vimos antes, quase todas estas espécies eram usadas em épocas de peste ou epidemias graves para queimar nas ruas, nas praças, em frente às portas e janelas das casas mais atingidas pela doença, com o intuito de purificar o ar e afastar os miasmas da doença. No entanto, a “*rumania*”, hoje mais conhecida por “*uva da serra*”, ainda era usada em localidades do norte da ilha de S. Jorge, nos anos sessenta do século XX, como medicação para dores abdominais e problemas do trato digestivo.

O referido sacerdote (1891) também menciona as plantas que era costume utilizar para combater as doenças mais comuns, as quais nasciam “*pelos campos espontaneamente*” e em abundância, pois o doente “*a cada passo*” encontrava a “*alfavaca, a mace-lla, o sabugueiro, a centaura-menor, o almeirão, a labaça, a grama, a malva, a violeta, e outras inumeráveis.*” (Idem, p. 62). No entanto, em relação à tradicional utilização dessas ervas, o anotador da obra de Andrade, bem próximo do final do século, comenta que “*Todos estes remedios estão hoje em desuso.*” (Idem, p. 63).

Neste sentido, a junça, que foi tão usada no início da centúria de Setecentos para combater gripes e constipações, na primeira metade do século XIX servia apenas para alimento dos porcos (Drummond, 1990), tendo a população deixado de a utilizar para confeccionar a calda peitoral que era muito eficaz e saborosa. O mesmo autor também indica as espécies que compunham os “*matos bravos*” existentes no interior da ilha, dos quais destaca o rosmaninho, arbusto mais conhecido hoje pelo nome de alecrim, e acrescenta que o azevinho estava a escassear nessas comunidades vegetais.

Efetivamente, com a aproximação do final do século XIX, a farmácia natural, que proporcionava formas baratas, fáceis e, como diríamos hoje, ecológicas, de resolver diversos problemas de saúde, foi perdendo terreno perante os progressos da medicina, a crescente credibilidade dos médicos e o advento dos medicamentos sintéticos, cujos efeitos, no alívio dos sintomas de doença, se produziam de forma mais rápida.

No entanto, apesar da queda do seu uso, e até mesmo do eventual menosprezo com que algumas camadas da população passaram a encará-la, na verdade a terapêutica tradicional não desapareceu totalmente pois, a despeito do afastamento e até mesmo do eventual descrédito a que foram progressivamente votados os ingredientes da antiga ciência, esta não morreu totalmente. Parte desse ancestral conhecimento subsistiu na memória popular até aos nossos dias, como muitas pessoas nascidas no século XX ainda podem testemunhar. E alguns certamente tiveram oportunidade de observar parentes ou conhecidos seus a preparar chás e remédios caseiros para cuidar de familiares doentes ou, até mesmo, de animais domésticos.

Talvez alguns, como eu, possam atualmente já não ser capazes de identificar, no terreno ou em fotografia, a maioria das plantas cujos nomes conhecemos de “ouvido”, mas provavelmente ainda conseguem lembrar a serventia que as mesmas tinham para os nossos avós (e mesmo para os nossos pais). E, muitas vezes, ao esmagar com os dedos uma erva aromática, o cheiro traz à memória situações, imagens, informações entretanto esquecidas...

Como não pretendo explorar aqui as diversificadas opções da medicina popular, vou referir apenas algumas utilizações terapêuticas que ainda tinham, por meados do século XX, as espécies mencionadas por Andrade (1891) e Drummond (1990). A maior parte destas informações foram adquiridas durante a minha juventude, junto de mulheres da minha família, e as restantes, obtidas já na idade adulta, através de pessoas que também foram referência na minha vida. Todavia, todas tinham em comum o facto de ainda utilizarem os seus conhecimentos e a sua experiência do uso das ervas medicinais para tratar alguns problemas de saúde.

Assim, e começando pela primeira espécie da listagem de Andrade (1891), o sumo das folhas da alfavaca, hoje talvez mais conhecida por manjerição, permitia tratar problemas pulmonares, como constipações e bronquites, perturbações digestivas e combater doenças dos olhos. De acordo com a tradição, o consumo do chá desta planta era recomendado às mães que amamentavam, de modo a garantir uma produção abundante de leite materno e assegurar uma boa alimentação ao bebé.

A macela, largamente conhecida e muito usada em S. Jorge ainda nos nossos dias, onde popularmente se designa por «marcela», tem diversas aplicações na medicina popular, mas talvez o seu uso mais comum seja para aliviar distúrbios estomacais, dores de dentes, doenças de pele e dos olhos. O vapor do chá tem fama de acalmar crises de asma e de curar as insónias.

O sabugueiro é outra espécie que tinha vasta utilização, destacando-se a eficácia do chá (feito com a flor) no tratamento de gripes ou constipações, controle da tosse, combate a estados febris, cicatrização de feridas e abscessos, e curar problemas urinários e reumáticos.

A centáurea-menor, ou fel-da-terra, assim chamada devido ao seu sabor muito amargo, tinha uma larga utilização nas terapias de doenças de pele, tais como eczema e úlceras, distúrbios de estômago, fastio e dores de barriga, febres, cansaço e indisposições do fígado.

O almeirão, com capacidade de melhorar o funcionamento de quase todos os órgãos do sistema digestivo, era muito usado para tratamento de perturbações do estômago,

fígado e vesícula biliar, baço e intestinos. Também era usado em casos de inflamação do abdómen e problemas renais.

A labação, hoje vista como uma planta daninha, era considerada um excelente remédio para tratar o «sangue fraco» (anemia), doenças do fígado e problemas da pele, como a eczema, as «espinhas» (acne) e inflamações do aparelho respiratório.

A grama, erva atualmente quase desconhecida, teve largo uso na medicina popular. O chá feito com as raízes, só desta planta ou em conjugação com linhaça e cavalinha, tinha aplicação nas terapêuticas de doenças do aparelho urinário, do fígado e do estômago. Servia também para acalmar febres altas e resolver problemas dos rins e da bexiga.

A malva teve uma grande importância na farmácia natural, de tal forma que as suas propriedades de desinfetante ainda têm utilização atualmente, em determinadas situações. Por exemplo, ainda hoje muitas pessoas utilizam as folhas para fazer infusões para lavar os olhos inflamados ou, esmagadas, como compressas para colocar sobre as pálpebras. O chá serve para combater problemas da boca e infeções urinárias (neste caso, usa-se também para lavagens externas). A infusão pode ser ingerida para desintoxicar os órgãos internos. Além destes usos, noutros tempos, servia ainda para aliviar dores de estômago, prevenir crises de bronquite e tosse, e funcionava como expectorante em situações gripais.

As folhas e as flores da violeta, hoje vista apenas como planta decorativa, eram muito usadas para tratar diversos males: combater problemas respiratórios, como a asma, a bronquite e a tosse, dores de garganta e de cabeça, irritações de pele, azia, etc. Cataplasmas de violetas eram colocadas sobre feridas para ajudar a cicatrização e evitar infeções.

Não desejo alongar o que pretendo que seja apenas uma exposição curta sobre os benefícios das espécies referidas por Andrade (1891) e Drummond (1990). Mas, como o historiador e político natural de S. Sebastião (1990) refere o alecrim e o azevinho, entendi que fazia sentido acrescentar algumas informações relativas a estas espécies que, em períodos de peste ou epidemias, tinham larga utilização no combate aos miasmas da doença.

O alecrim ainda continua a ser uma planta muito apreciada na Terceira e em freguesias do norte de S. Jorge. Nesta última, nos anos sessenta do século XX, o alecrim era considerado como uma planta quase «sagrada», zelosamente cuidada pelos seus ciosos proprietários. Costumavam permitir a colheita de alguns ramos, com muita parcimónia, e apenas para usos restritos, normalmente para queimar no quarto de doentes ou para utilizar em cerimónias religiosas. Nessa época, a planta era ainda tão apreciada em S. Jorge que se dizia, com frequência, que até a fragrância das folhas esmagadas “*dava saúde*”!

Efetivamente, por meados do século XX ainda se recordava os benefícios do alecrim para fins diversificados, nomeadamente a sua aptidão para acalmar as dores do estômago e azias, devido à sua capacidade de melhorar a digestão; limpar o fígado e a vesícula; produzir efeitos soporíferos, devido às suas propriedades calmantes; beneficiar o sistema respiratório através do alívio de tosses, bronquites, sintomas gripais e de constipação; e no combate à febre, incluindo a febre tifoide. Atualmente, ainda tem uso diversificado na medicina popular, com destaque para o chá, que se toma durante nove dias para fazer a desintoxicação dos órgãos internos, e o óleo, obtido através do esmagamento das folhas,

de forma a libertar o perfume que atua no combate à depressão. Serve ainda de excelente condimento para diversos pratos.

O azevinho, hoje quase desaparecido da paisagem terceirense, era usado no tratamento de perturbações do fígado, febres, dores reumáticas e problemas do estômago e intestino, tendo a reputação de possuir grande efeito analgésico.

Muitas outras espécies, umas endêmicas e outras introduzidas, foram utilizadas pelos povoadores para fins terapêuticos. Por exemplo, a salva (ou sálvia), com as suas propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas, foi muito útil no tratamento de doenças respiratórias, ou o modesto agrião, que crescia espontaneamente junto das ribeiras, e que, sendo um poderoso expectorante e descongestionante, também muito contribuiu para curar gripes e constipações e amenizar o sofrimento provocado pela asma e a bronquite.

Assim, e falando exclusivamente das espécies referidas por Andrade (1891), verifica-se que a queda da sua credibilidade medicinal e, por consequência, também da sua utilização, referida pelo anotador da obra do sacerdote, não fez cessar completamente o seu uso, pelo menos em algumas comunidades. Como vimos, as suas propriedades terapêuticas continuaram até aos nossos dias a responder às necessidades de muitas pessoas, ainda que a sua utilização se tenha reduzido às doenças consideradas menos ameaçadoras e que, por isso, não exigiam, pelo menos de início, o recurso a meios mais «musculados» que, neste caso, seriam o médico e os medicamentos de farmácia.

Para além destas plantas, e de muitas outras que não foram nomeadas nem referidas as suas utilizações, uma vez que não se pretendia aqui analisar a farmácia natural, os terceirenses também dispunham de outro valiosíssimo recurso para a promoção da saúde – as águas medicinais.

Neste sentido, Andrade (1891) menciona a existência de uma cavidade no monte Brasil, junto do antigo forte de S. Diogo, situado na ponta do Zimbreiro, “*de cuja abobada natural está continuamente gotejando uma especie de chuva d’agua doce e cristalina...*”, a qual possuía reconhecidas qualidades no tratamento e cura de “*muitas molestias cutaneas*” (idem, pp. 100-101).

O sacerdote também refere que, no início do século XIX, se descobriu na freguesia das Quatro Ribeiras, perto do mar, uma nascente “*onde nas grandes baixas-mares se descobre uma poça de d’agua ferrea*”, achado que “*produziu uma commoção geral em toda a ilha*” porque a população acreditou que as águas possuíam “*a virtude de curar todo o genero de molestias.*” (Idem, p. 264). Assim, durante vários anos, “*concorreram a esta nova piscina inumeraveis enfermos para usarem dos banhos daquella poça*”, até que as dificuldades de aceder à nascente, associadas com “*o desengano da experiencia*”, fizeram com que, aos poucos, a população deixasse de procurar a dita água, “*reconhecendo que não tinha a virtude, que se lhe attribuirá*” inicialmente (Andrade, 1891, p. 264).

As propriedades curativas destas águas também foram referidas por Drummond (1981c), o qual descreve que, no ano de 1803, foi descoberta nas Quatro Ribeiras “*uma pequena veia de aguas minerais, com virtude para as moléstias cutaneas*”, que aflorava na base de uma rocha junto ao mar, defronte da igreja da freguesia, “*onde está o ilhéu do Frade*” (idem, p. 140). A crença nas propriedades curativas da água, que saía tépida, levava as pessoas à nascente, “*apesar de ser a descida perigosa, e o logar d’onde*

se extrahiam mui acanhado”, para encher garrafas que levavam “*para longe às mais remotas povoações (...), (como hoje se leva a da Serreta) para dellas se usar e fazerem curativos.*” (Idem, p. 140).

Contudo, refere o político que, para desgosto do povo, as propriedades curativas das águas (a que chamavam “*sanctas*”) nunca foram reconhecidas pelo governo de então, uma vez que as “*experiencias feitas, pelos inteligentes da arte não corresponderam à expectativa.*” (Idem, p. 140). Apesar do parecer científico, a população da ilha esperava que o governo mandasse “*acautelar um tão precioso manancial*”, o que não aconteceu, e durante as tempestades de um rigoroso inverno ficou obstruída “*com enormes penedos a salutifera nascente, de tal sorte que muito apenas hoje se pode indicar onde existio.*” (Idem, p. 140).

Todavia, apesar do testemunho de Andrade (1891) relativamente ao desinteresse popular no poder curativo desta água, e ao de Drummond (1981) sobre a obstrução do local, nos anos 60 do século XX esta fonte ainda era procurada por algumas pessoas, nomeadamente para tratar problemas digestivos ou do estômago (Godinho, L. J., comunicação pessoal, 1985). No entanto, o acesso a essa água, que o povo denominava de “*água santa*” ou “*água azeda*”, era muito difícil devido a pedras que, por ação de sismos ou das ondas, foram gradualmente entulhando o local e, depois do terramoto de 1980, ainda ficou mais problemático chegar até à nascente (idem).

Drummond (1981c) também alude a uma fonte de água mineral na Serreta que, por meados do século XIX, era muito procurada pela população devido às suas virtudes terapêuticas. Aliás, o historiador afirma que essa água era levada para diversos locais da ilha, tal como tinha acontecido antes com a “*água santa*” das Quatro Ribeiras. Pode-se ainda acrescentar que, de acordo com informação obtida através do endereço da Junta de Freguesia da Serreta, na Internet, existem nesta freguesia diversas nascentes de água mineral. As propriedades medicinais de uma delas, descoberta em 1855, foram muito divulgadas na época devido ao interesse do Doutor José Augusto Nogueira Sampaio, pessoa que nesse tempo era muito conhecida e respeitada na Terceira. Os estudos efetuados, por ele e outros especialistas, concluíram que essas águas eram ácidas carbónicas.

Independentemente do maior ou menor uso que os terceirenses tenham dado às águas minerais, e mesmo das suas eventuais propriedades terapêuticas, o facto é que o nosso pequeno mundo de então estava a mudar. As notícias de grandes realizações tecnológicas e científicas começavam a circular, despertando a admiração e o respeito: a construção da Torre Eiffel, da ponte D. Luís, do Palácio de Cristal, as descobertas de Edward Jenner, de Pasteur, do casal Curie, etc., só para referir algumas, granjearam imenso respeito para os cientistas e a ciência. Engenheiros, arquitetos, grandes investigadores na área da física, da química e da medicina estavam, literalmente, a dar nova forma aos pensamentos e, por consequência, à forma de ver o mundo.

Os avanços da ciência, cuja fama ia chegando às populações, começaram a gerar uma enorme credibilidade para as inovações no campo da medicina, e noutras áreas, disputando a atenção e a confiança dos terceirenses. Assim, também a figura do médico, cuja credibilidade estava em crescimento, ganhou estatuto e prestígio em relação aos praticantes da medicina tradicional, ofuscando a fama e o respeito atribuído aos curandeiros,

homens e mulheres que conheciam os segredos das plantas e os seus contributos para o bem-estar dos cidadãos.

Deste modo chegamos ao fim do século XIX, com os terceirenses confiantes num mundo cheio de promessas. Haveria perto de setenta anos que, graças a diversos fatores como, por exemplo, as campanhas de vacinação e maior rigor na implementação de medidas de higiene, a ilha não era flagelada por surtos de peste e epidemias ou, pelo menos, não tinham ocorrido crises da dimensão das registadas noutros tempos.

A vida dos habitantes, na sua generalidade, também continuava a melhorar: estradas cortavam a ilha em vários sentidos, ligando as povoações, umas recentes e outras melhoradas com a macadamização; as águas, fossem provenientes de novas nascentes ou fruto de melhorias da captação nas que já vinham a ser exploradas, chegavam a todas as localidades, com boa qualidade e abundância, graças à conclusão de uma rede pública de chafarizes; as guerras, que sangravam as forças vivas da sociedade pelo sacrifício de gerações de jovens saudáveis e fortes, que faziam muita falta no amanhã da terra, tinham, aparentemente, terminado; e a agricultura fornecia emprego a uma larga fatia da população e produzia alimentos suficientes para as necessidades dos habitantes.

Aparentemente, as pragas que ciclicamente tinham assolado a ilha pareciam ter terminado, por efeitos da implementação de políticas governamentais acertadas que resultaram em melhorias nas condições de vida das populações. Para trás ficavam a escassez de alimentos que, ao longo do período abordado, esteve na origem de tantas mortes; as epidemias, que chegavam de surpresa e alastravam rapidamente entre a população, cobrando centenas, e até mesmo milhares de vítimas; e as guerras, frequentes durante séculos, quer resultassem de opções políticas dos terceirenses ou das condições específicas desta ilha que, durante um período, se tornou alvo da cobiça de piratas e corsários devido à passagem e ao armazenamento de grandes riquezas que aqui vinham parar, provenientes das colónias na América e no Oriente.

Deste modo, as temidas «pragas» de outros tempos transformaram-se, aos poucos, num fantasma distante, lembrado apenas por algumas pessoas mais idosas. Um exemplo revelador desse temor materializa-se no costume, ainda existente em S. Jorge e na Terceira pelos anos sessenta do século XX, de oferecer um pai-nosso, no final da meditação do terço, para “*Deus nos livrar da fome, da peste e da guerra*”. Todavia, esse receio não é compartilhado pelas faixas etárias mais jovens, nascidas numa época de abundância e segurança, onde as necessidades básicas de habitação, medicamentos, vestuário, alimentos e educação estão, de uma forma geral, asseguradas a todos.

Assim, para concluir esta reflexão sobre as calamidades que flagelaram a vida dos terceirenses, ao longo de um arco temporal que vai do povoamento ao final do século XIX, coloco uma questão que espero ter oportunidade de responder noutra oportunidade: as temidas «pragas» tornaram-se efetivamente um espectro distante, destinado a desaparecer com o tempo, ou o fantasma voltou a materializar-se novamente no século seguinte?

Referências Bibliográficas

- Andrade, (P.^{de}) J. E. (1891). *Topographia ou descrição phisica, politica, civil, ecclesiastica, e historica da Ilha Terceira dos Açores* (2^a ed.). Angra do Heroísmo: Livraria Religiosa.
- Cordeiro, (P.^{de}) António (1981). *História insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura [Reimpressão fac-similada da Edição de 1717].
- Drummond, F. (1981a). *Anais da ilha Terceira*, (vol. 1). Porto: Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores [Reimpressão fac-similada da 1^a Edição de 1850].
- Drummond, F. (1981b). *Anais da ilha Terceira*, (vol. 2). Porto: Secretaria Regional de Educação e Cultura [Reimpressão fac-similada da 1^a Edição de 1850].
- Drummond, F. (1981c). *Anais da ilha Terceira*, (vol. 3). Porto: Secretaria Regional de Educação e Cultura [Reimpressão fac-similada da 1^a Edição de 1859].
- Drummond, F. (1981d). *Anais da ilha Terceira*, (vol. 4). Porto: Secretaria Regional de Educação e Cultura [Reimpressão fac-similada da 1^a Edição de 1864].
- Drummond, F. (1990). *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história das nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da ilha Terceira*, (vol. 1). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Frutuoso, G. (1963). *Livro sexto das saudades da terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Frutuoso, G. (2005). *Saudades da terra – Livro IV*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Gil, M. (1979). *O Arquipélago dos Açores no século XVII: aspectos sócio-económicos (1575-1675)*. Castelo Branco: Edição da Autora.
- Maldonado, (P.^{de}) M. L. (1989). *Fenix Angrense*, (vol. 1). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Maldonado, (P.^{de}) M. (1990). *Fenix Angrense* (vol. 2). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Maldonado, (P.^{de}) M. (1997). *Fenix Angrense* (vol. 3). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

- Merelim, P. (1984). *Memória histórica da edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, (3ª ed.). Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- Montalverne, (Fr.) A. (1962). *Crónicas da província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores* (vol. 3). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Moritz, A. (2016). *A incrível limpeza do Fígado e da vesícula*. Queluz: Marcador Editora.-
- Nóvoa, R. L. S. da (2010). *A Casa de S. Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (Sécs. XIV-XV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Ribeiro, L. S. (1951). Reforma das posturas do concelho de Angra em 1655. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, 9, 121-182.
- Ribeiro, L. S. (1954). Posturas da Câmara Municipal de Angra de 1788. *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, 12, 188-252.
- Rodrigues, J. D. (2003). *São Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, vol. 1. Ponta.
- Santos, J. (1989). *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, Vol. 1. Ponta Delgada: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Francisco Ferreira Drummond

Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Ferreira_Drummond

Data de consulta: 05 de junho de 2016

Os lazaretos eram locais para toda a eternidade de onde nunca se regressava (agosto de 2010). Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.

Disponível em:

<http://www.scmvfc.pt/index.php/news/news/read/8>

Data de consulta: 26 de maio de 2016

Portugal regista seis novos casos de lepra por ano

Disponível em:

<http://www.jn.pt/sociedade/saude/interior/portugal-regista-seis-novos-casos-de-lepra-por-ano-3017022.html>

Data de consulta: 25 de maio de 2016

Dez casos de lepra é a média de Portugal nos últimos anos

Disponível em:

<http://www.dn.pt/ciencia/saude/interior/dez-casos-de-lepra-e-a-media-de-portugal-nos-ultimos-anos-1483694.html>

Data de consulta: 12 de junho de 2016

Dia Mundial dos leprosos, in Calendarr Portugal

Disponível em:

<http://www.calendarr.com/portugal/dia-mundial-dos-leprosos/>

Data de consulta: 25 de maio de 2016

MARCAS DE OURIVES DE ANGRA DO HEROÍSMO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII

*Gonçalo de Vasconcelos e Sousa**

Introdução

Os estudos de ourivesaria em Portugal podem comportar uma diversidade de perspectivas e de abordagens, que vão desde a análise material dos objectos e dos respectivos usos até aos intervenientes na sua execução. Nesse sentido, o estudo da respectiva autoria constitui um dos elementos relevantes para a compreensão de cada exemplar, facto que não se encontra facilitado, para diversos dos centros produtores, pela ausência de estudos dos registos camarários¹ ou das suas confrarias e, ainda, pelo desaparecimento das chapas de cobre onde eram registadas.

Com vista ao progressivo conhecimento destas punções, vamos fornecer um primeiro subsídio, de um conjunto de estudos que se seguirão, para o conhecimento dos ourives estabelecidos em Angra do Heroísmo na primeira metade de Setecentos, centrando-se o presente na divulgação do registo de marcas, efectuado na primeira década da centúria. A apresentação das informações, tanto profissionais como pessoais², será acompanhada pela publicação das imagens das marcas e sua referência, encontrando-se no espólio camarário angrése incorporado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

* Professor Catedrático da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa; director do CIONP – Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal (CITAR/EA-UCP); investigador permanente do CITAR (EA-UCP). À Dr.^a Fátima Simão, da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, deixamos o nosso agradecimento.

¹ Manuel Gonçalves Vidal efectuou este levantamento em alguns arquivos, mas o método de registo utilizado não foi sempre o mais adequado, levando a desvios na representação das marcas. Contudo, representa um trabalho extraordinário, que deve ser valorizado. Vd. VIDAL, Manuel Gonçalves – *Marcas de contrastes e ourives portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1958.

² Chamamos a atenção para o facto de que a publicação dos assentos dos filhos dos ourives não espelha uma busca sistemática, devendo alertar para a possível existência de uma prole mais alargada.

1. As marcas e os seus ourives

Numa primeira análise, percebemos que a ourivesaria dever-se-á ter revestido de alguma importância na realidade terceirense da primeira metade de Setecentos, facto vindo ainda de Seiscentos, mas tal foi diminuindo à medida que nos aproximamos da primeira metade da centúria. A saída para o Brasil de ourives como Manuel Teixeira (provavelmente em 1728)³ e Agostinho Lopes de Azevedo (1738)⁴ pode constituir um forte indício dessa situação.

A partir da implementação do Regimento dos Ourives do Ouro e Prata⁵, datado dos finais de Seiscentos, os diversos centros produtores vão nomeando os respectivos ensaiadores; por exemplo, o Senado da Câmara do Porto nomeia o ensaiador da prata, Manuel do Couto de Azevedo⁶, e o ensaiador do ouro, António Gonçalves⁷, ambos no ano de 1694.

Em Angra, o fenómeno acontecerá alguns anos mais tarde, já no início de Setecentos, de acordo com os elementos de que dispomos neste momento. Em 29 de Julho de 1704, **Salvador Cardoso Fonseca**, indicado como contraste, ensaiador e afilador, regista duas marcas: um “T”, para puncionar os pesos da cidade (fig. 1)⁸; e um “P”, encimado por elemento floral (fig. 2), para marcar as peças de ouro e as de prata (fig. 3)⁹.

Dez dias antes, a 19 de Julho de 1704, a vereação camarária de Angra havia tomado a seguinte decisão: “E lo[go] na dita vereação foi chamado a Salvador Cardozo Fonseca contraste e ensayador do ouro o officio de ourives do ouro e prata, ao qual lhe encarregarão fosse afilador geral da jurisdição desta cidade debaxo do juramento dos santos evangelhos que lhe deu o juiz ordinario (...)”¹⁰.

É possível que este ourives tivesse origem lisboeta, pois foi aí, nas freguesias de S. Julião, S. Nicolau e S. Cristóvão, que correram os banhos para o seu casamento, celebrado na Sé de Angra em 15 de Outubro de 1704, poucos meses, portanto, após o registo da marca. A noiva era Isabel Cordeiro Furtado, natural da cidade de Ponta Delgada¹¹. O filho de ambos,

³ De 28 de Junho deste ano data uma procuração cujo motivo reside na ida para o Brasil. Vd. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, *Tabeliães*, Tabelaão Pedro Borges de Melo, Sec. II, Sub. A, Divisão 4.ª, L.º 9, f. 55-56.

⁴ Sobre este ourives preparamos um trabalho referente à sua vida em Angra e em Mariana, nas Minas Gerais, Brasil. Vd. Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e – Da Ilha Terceira para as Minas Gerais: Trajectos de um ourives do ouro setecentista (em preparação).

⁵ Aliás, os regimentos encontram-se transcritos no Registo Geral camarário da municipalidade angrense. Vd. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 55-58 (para o officio de ensaiador dos ourives do ouro) e 60-62v. (para o officio de ensaiador dos ourives da prata).

⁶ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives e lavrantes de prata do Porto: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005, pp. 44-45.

⁷ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e de Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2012, vol. 1, pp. 739-740.

⁸ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.

⁹ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.

¹⁰ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, *Vereações*, cota: B-A/001/VI0007, f. 220.

¹¹ A noiva era filha de Francisco Cordeiro e de Maria Cabral. Salvador Cardoso Fonseca era filho de Inácio Dias e de sua mulher, Maria de Freitas. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 9-C., f. 48v.

Francisco, sendo fregueses da Sé, nasceu em 1 de Dezembro de 1705 e foi baptizado pelo cura Matias Cardoso Machado em 8 desse mês¹². Provavelmente em consequência deste parto, a mulher morreu em 3 de Janeiro de 1706 na dita freguesia da cidade¹³.

Ainda no mesmo ano, a 9 de Dezembro, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, Angra, Salvador Cardoso Fonseca consorciou-se segunda vez com Tomásia Maria do Espírito Santo, filha de Manuel Rodrigues Linhares e de sua mulher, Teresa Gomes, já defuntos à data, fregueses da Sé e todos naturais da cidade¹⁴. Salvador Cardoso Fonseca viria a morrer na freguesia da Sé, com cerca de 70 anos, em 28 de Fevereiro de 1740¹⁵.

Acompanhando o assento das punções do ensaiador, uma série de ourives¹⁶ regista as suas marcas na edilidade local¹⁷. O primeiro é **Manuel Dinis Caldeira**, em 29 de Julho de 1704; este oficial de ourives possui duas marcas, a usar nas peças de ouro e prata: dois “C”, semelhantes, mas de tamanho diferente (fig. 4)¹⁸. Viria a morrer repentinamente, em 26 de Janeiro de 1713, na freguesia da Sé (Angra), com cerca de 40 anos, sendo casado com Úrsula da Trindade, e o seu corpo foi sepultado na igreja dos religiosos de São Francisco de Angra do Heroísmo¹⁹.

Segue-se-lhe **Bernardo Lavra**, no mesmo dia 29 de Julho de 1704. Este oficial de ourives registou as punções a usar nas peças de ouro e prata: dois “B” (figs. 5 e 6)²⁰. Bernardo de Lavra era francês, filho de João de Lavra e de sua mulher, Isabel de Thomas, naturais da cidade de Levinhan, fregueses da freguesia de de S. Félix, arcebispado de Narbonne, na região de Languedoc, França, Casou na Sé de Angra, em 24 de Setembro de 1690, com Felícia dos Anjos, filha de Diogo de Viveiros, já defunto à data, e de sua mulher, Isabel Maldonado (?), fregueses da Sé e aí baptizada²¹. Viria a morrer, com 40 anos, na dita freguesia da cidade açoriana, em 9 de Julho de 1711, deixando viúva a

¹² Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 173v. Foi padrinho Vicente Serrão de Castro, morador em Angra.

¹³ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 8-Ób., f. 31. Recebeu os divinos sacramentos, não fez testamento e foi sepultada na igreja de São Francisco da Sé.

¹⁴ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia de Nossa Senhora Conceição (Angra do Heroísmo), L.º 6-C., f. 182v.

¹⁵ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 9-Ób., f. 79v. Recebeu os sacramentos, o seu corpo foi acompanhado pelo pároco à sepultura, na igreja dos religiosos de São Francisco. Fez testamento, que aprovou no tabelião Pedro Borges [de Melo], deixando o legado de duas missas rezadas a Nossa Senhora do Socorro.

¹⁶ Uma informação genérica sobre o registo das marcas havia sido já dada por Luís da Silva Ribeiro. Devido a deficiente leitura paleográfica, o nome de vários dos ourives encontra-se errado. Vd. RIBEIRO, Luís da Silva – *Obras: II – História*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira; Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983, p. 381; referenciado por FONSECA, Rita Sofia Carlos da – *A ourivesaria da prata em Lisboa no período rococó (1750-1777): os mestres e as obras*. [S. l.: s. n.], 2016. Tese de Doutoramento em Estudos do Património apresentada à Escola das Artes da UCP. Vol. 1, pp. 157-158.

¹⁷ Todas as marcas são registadas a carvão, com os contornos da punção definidos a negro.

¹⁸ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.

¹⁹ Não recebeu qualquer sacramento e não fez testamento. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 8-Ób., f. 111.

²⁰ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.

²¹ Serviram como testemunhas João Angele, francês, e D. Francisca. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 8-C., f. 75v.

referida Felícia dos Anjos; fez testamento e foi sepultado na igreja de S. Francisco de Angra²².

Um outro oficial de ourives, **Pedro Machado**²³, e novamente em 29 de Julho de 1704, registou a marca a usar nas peças de ouro e prata, um “P”²⁴ (fig. 7). No mesmo dia, novo oficial de ourives, **José de Sousa**, inscreve no livro camarário a marca a usar nas peças de ouro e prata, um “A” com uma estrela em baixo²⁵ (fig. 8).

Os dois oficiais de ourives seguintes são os últimos a registar as marcas a usar nas peças de ouro e prata, no dia 29 de Julho de 1704: **Luís da Costa** e **Luís da Rocha**. A punção de Luís da Costa é um “S” (fig. 9)²⁶, e a de Luís da Rocha, uma marca formada por quatro pontos (fig. 10).

Luís da Costa era casado com Maria de Santo Inácio, fregueses da Sé de Angra, registando-se, pelo menos, três filhos deste consórcio, todos baptizados na referida Sé: Josefa, nascida 9 de Novembro de 1705 e baptizada aos 15 dias desse mês pelo cura Inácio de Almeida, sendo padrinho o Padre Francisco Machado Pina²⁷; Francisco, nascido a 3 de Junho de 1707 e baptizado pelo cura Matias Cardoso Machado aos 13 desse mês, sendo padrinho Gaspar Sieuve, filho de António Sieuve, morador na mesma freguesia²⁸; e José, nascido a 14 de Fevereiro de 1709 e baptizado pelo cura Brás Cardoso Ferraz aos 19 dias do dito mês, sendo padrinho Doutor Guilherme de Sá Salazar e madrinha Dona Maria Caetana, sua filha²⁹.

Luís da Costa viria a morrer longo tempo (com cerca de 80 anos), já viúvo de Maria de Santo Inácio, na freguesia da Sé, Angra, em 27 de Dezembro de 1755, sendo o seu corpo sepultado na Sé³⁰.

Quanto a Luís Rocha, foi casado duas vezes: a primeira, com Bárbara de Guadalupe, e a segunda, com Isabel da Ressurreição. Do primeiro casamento temos registo de pelo menos dois filhos: Isabel, nascida a 1 de Novembro de 1706, e baptizada na Sé pelo cura Matias Cardoso Machado em 7 desse mês, sendo padrinho Amaro Correia da Gama, casado e freguês da Sé³¹; e João, que viu a luz do dia em 25 de Março de 1708, sendo baptizado em casa por ser *fraquinho* pelo padre Inácio Almeida, em 5 de Abril desse ano,

²² Aprovou o testamento no tabelião Silvestre Coelho, ficando sua mulher por testamenteira. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 8-Ób., f. 96.

²³ Um Pedro Machado, que não sabemos se era o ourives ou um homónimo, morreu na freguesia da Sé, Angra, a 21 de Abril de 1735, com todos os sacramentos, sendo casado com Maria Moniz. O corpo foi acompanhado à sepultura pelo seu reverendo pároco, estando sepultado na Sé; não fez testamento. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 9-Ób., f. 34.

²⁴ Regista duas marcas, uma encontra-se borratada. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.

²⁵ Regista apenas uma marca. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A 005-VI0005, f. 59.

²⁶ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59.

²⁷ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 171v.

²⁸ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 222v.

²⁹ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 268v.

³⁰ Morreu com todos os sacramentos necessários, fez testamento, que aprovou no tabelião António Dias Fróis, deixou a terça à sua alma e o seu corpo foi sepultado na Sé, sepultura n.º 13, na primeira fiada junto à porta principal. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 10-Ób., f. 50.

³¹ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 199.

e ele lhe fez os exorcismos em 28 [não se indica o mês] de 1708. Assistiu ao acto o Rdo. Padre Capelão da Sé, Brás Dias da Rosa, e Mónica Pereira, mulher de Frutuoso Pires, freguês do Apóstolo São Pedro, na cidade de Angra³².

De Isabel da Ressurreição, teve pelo menos seis filhos, todos baptizados na Sé: Luís, nascido a 4 de Abril de 1716 e baptizado no dia 8 desse mês pelo cura da Sé, António Vieira da Fonseca³³; Inácio, nascido em 9 de Agosto de 1717 e baptizado em 15 do mesmo mês, pelo cura da Sé António Vieira da Fonseca³⁴; Ana, que nasceu a 7 de Outubro de 1718, tendo sido baptizada a 14 desse mês³⁵; Mariana, nascida a 14 de Janeiro de 1720 e baptizada a 20 desse mês, pelo cura da Sé António Vieira da Fonseca³⁶; Maria, que nasceu em 8 de Junho de 1727 e foi baptizada pelo cura dela, António Pais Ortiz, em 16 do dito mês³⁷; e Gertrudes, que nasceu em 15 de Julho de 1729, e foi baptizada por António Vieira da Fonseca, em 24 do dito mês *subconditione*, em casa, por necessidade³⁸.

Luís da Rocha viria a morrer pouco tempo após o nascimento da última filha, na freguesia da Sé, a 9 de Agosto de 1729, deixando viúva Isabel da Ressurreição. Recebeu apenas os sacramentos da Penitência e da Extrema-Unção *subconditione*, por ter tido repentinamente um acidente, com que ficou *destituto*, não fez testamento, e o seu corpo sepultado na Sé de Angra³⁹.

No dia seguinte, 30 de Julho de 1704, é a vez de mais quatro ourives registarem na edilidade local as suas punções a usar nas peças de ouro e de prata. O primeiro, **Manuel Carneiro de Lima**⁴⁰, oficial de ourives, inscreveu duas marcas iguais, formadas pelas iniciais “MCL”, mas de tamanhos diferentes (figs. 11 a 13, esta última visível no frontal de prata da Sé de Angra)⁴¹. O segundo, **Manuel Carneiro Furtado**, apresentado como ourives do ouro, possui uma marca com as iniciais “CF”⁴² (figs. 14

³² Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 15-B., f. 247.

³³ Foi padrinho Simão Gonçalves Pereira, casado, freguês da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 16-B., f. 185v.

³⁴ Foi padrinho Inácio de Távora Mereis, viúvo, freguês da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 16-B., f. 217v.

³⁵ Foi padrinho António Caetano da Gama, solteiro, filho de Amaro Correia, e madrinha Ana Maria de Santa Rosa, solteira, filha de João Gonçalves, marceneiro, todos fregueses da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 16-B., f. 262.

³⁶ Foram padrinhos o Rdo. Padre André Luís de Azevedo, e Águeda Teresa de Azevedo, mulher de Manuel Furtado de Mendonça, fregueses da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 17-B., f. 4.

³⁷ Foi padrinho o Padre Luís da Costa (Vasconcelos), freguês da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 17-B., f. 223v.

³⁸ Foi padrinho António Coelho de Aguiar, filho de Pedro Coelho, e madrinha Gertrudes Xavier, filha de Agostinho Lopes de Azevedo, ourives, fregueses da Sé. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 17-B., f. 279v.

³⁹ Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 8-Ób., f. 283.

⁴⁰ Foram fornecidas diversas informações biográficas sobre Manuel Carneiro de Lima por Valdemar Mota na sua obra referente ao frontal de prata da Sé de Angra. Vd. MOTA, Valdemar – *A presença de São Salvador no frontal de prata lavrada do séc. XVIII da Sé de Angra*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1991. Voltaremos a este ourives quando publicarmos o trabalho, que se encontra em preparação, intitulado “Duas gerações de ourives em Angra no século XVIII”.

⁴¹ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59.

⁴² Regista apenas uma marca. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59.

e 15, esta última presente na custódia de prata da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória). Manuel Carneiro Furtado morreu na freguesia da Sé, onde era freguês, a 26 de Janeiro de 1747, com todos os sacramentos, sendo já viúvo de Maria do Amparo. Tinha 70 anos, pouco mais ou menos, encontrando-se sepultado na igreja de São Francisco de Angra⁴³.

O terceiro, **António da Cunha**, oficial de ourives, registou duas marcas formadas por um “A, se bem que uma pareça inutilizada (fig. 16)⁴⁴. O quarto, **Domingos de Sousa**, indicado como ourives do ouro, regista como punção um “D” (vd. fig. 17)⁴⁵. Existe, na vereação de Angra de 3 de Outubro de 1699, a notícia de que havia falecido António Dias⁴⁶, oficial de ourives, afilador dos pesos miúdos de marcos, bem como juiz do ofício dos ourives e “avaliador das obras de prata, e ouro, e pedras”, tendo a vereação eleito a Domingos de Sousa – pensamos dever ser o mesmo –, que prometeu pelos Santos Evangelhos e assinou⁴⁷.

Já em 27 de Janeiro de 1706 foi a vez do oficial de ourives da prata **Bento de Sousa Machado**⁴⁸ registar a sua punção para usar nos exemplares de ouro e prata, formada por um desenho em forma de coração (fig. 18)⁴⁹. Nesse mesmo ano, a 6 de Março, **Agostinho Lopes de Azevedo**, oficial de ourives, assenta a sua punção, um “E”, para usar nas peças de ouro e prata⁵⁰ (fig. 19).

Um último assento, nestes mesmos fólios do registo geral da municipalidade angrése, é o da marca de **Manuel de Lima da Costa**, oficial de ourives, que regista, em 14 de Dezembro de 1718, um “M”, punção a usar nos objectos de ouro e prata⁵¹ (fig. 20).

⁴³ Não fez testamento. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia do Salvador da Sé (Angra do Heroísmo), L.º 9-Ób., f. 158.

⁴⁴ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.

⁴⁵ Regista apenas uma marca. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.

⁴⁶ António Dias, ourives, morreu na freguesia da Conceição, Angra do Heroísmo, em 3 de Outubro de 1699, com 66 anos, sendo casado com Maria de Melo e ambos moradores na Rua do Pisão até ao Galo. Recebeu os sacramentos e não fez testamento, tendo sido sepultado na igreja de São Francisco da cidade de Angra. Vd. BPARAH, *Paroquiais*, Freguesia da Conceição (Angra do Heroísmo), L.º 3-Ób., f. 128v.

⁴⁷ Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, *Vereações*, cota: B-A-001-VI0007, f. 33.

⁴⁸ Ou, com menor probabilidade, Macedo, ao invés de Machado. Possui a abreviatura “M.do”, distinta da usada no apelido Machado, de Pedro Machado, ourives referenciado *supra*, mas importa referenciar que o escrivão do registo também é diferente.

⁴⁹ Regista apenas uma marca. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.

⁵⁰ Regista apenas uma marca. Vd. BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.

⁵¹ Há duas marcas, mas uma parece ter sido batida de forma deficiente. Apenas esta marca, de todas as referenciadas, é feita a branco.

Notas Finais

A possibilidade de publicação e divulgação das marcas dos ourives de Angra, no início do século XVIII, permite o conhecimento autoral que se possa obter de peças de ouro e de prata executadas neste centro produtor, tanto de natureza civil como religiosa. Deixaremos para próximos trabalhos notícias mais aprofundadas sobre diversos destes artífices e algumas das suas obras, quando a investigação permitir formar um corpo mais sólido e alargado relativo às suas obras e aos percursos das vidas respectivas.

Existem referências a mais ourives e a elementos dos respectivos percursos, não apenas circunscritos ao universo da ourivesaria, mas, também, de actividades de serviço público. No entanto, parece-nos importante que este artigo seja desde logo publicado, constituindo o arranque de um projecto de divulgação de informações sobre um centro produtor que até hoje se encontra pouco conhecido da historiografia da ourivesaria em Portugal.

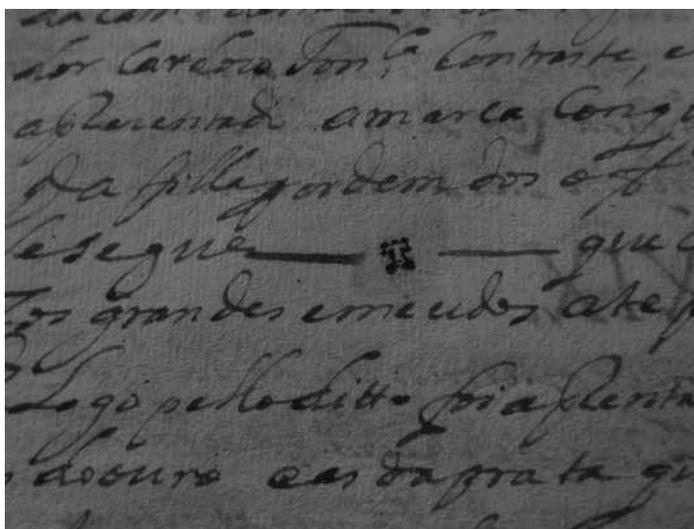


Fig. 1 – Marca de Salvador Cardoso Fonseca, ensaiador de Angra, para puncionar pesos, registada em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A- 005-VI0005, f. 58v.)

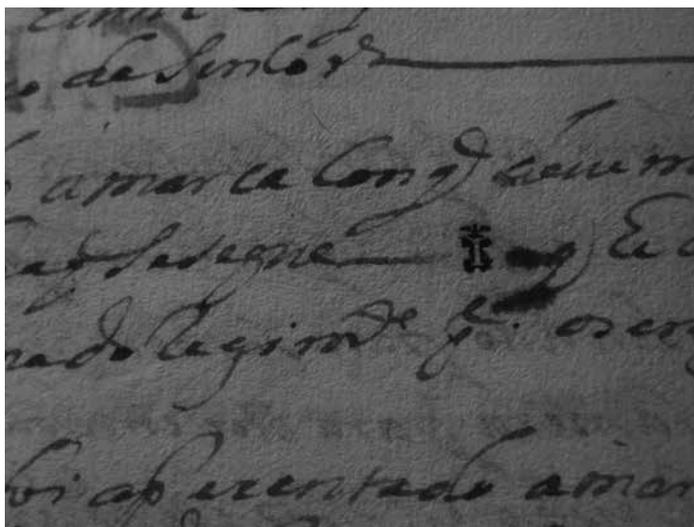


Fig. 2 – Marca do ensaiador de Angra Salvador Cardoso Fonseca, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.)



Fig. 3 – Marca do ensaiador Salvador Cardoso Fonseca na custódia de prata da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória, 1.º quartel do séc. XVIII.

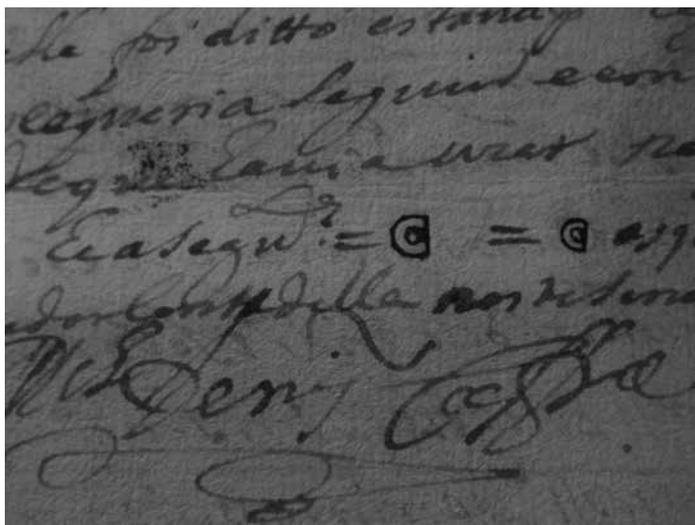
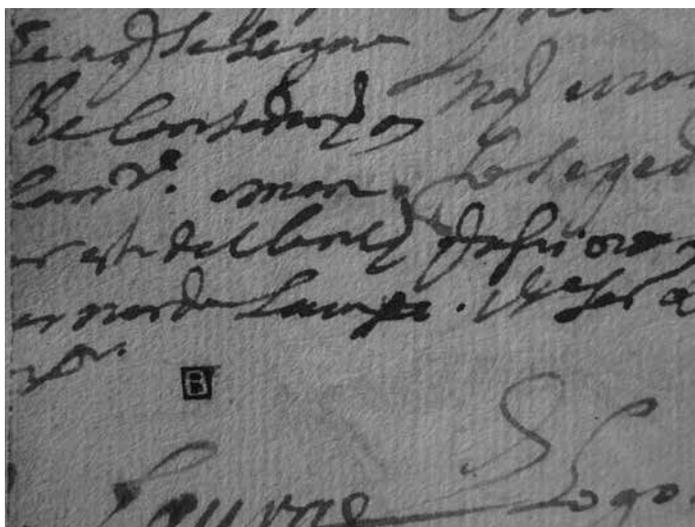
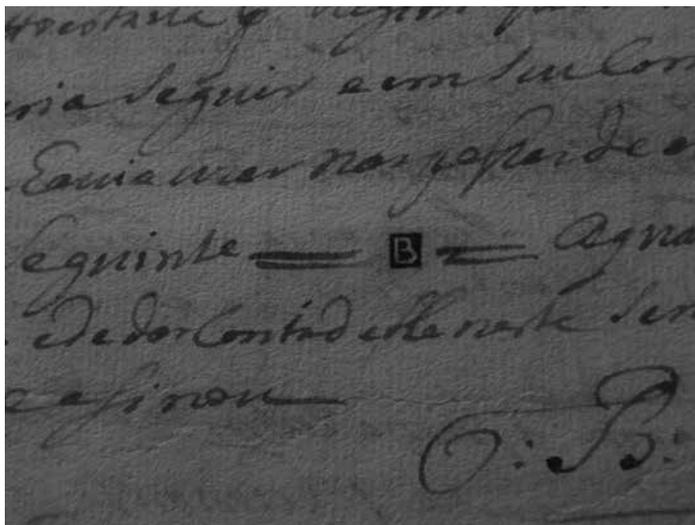


Fig. 4 – Marcas do oficial de ourives Manuel Dinis Caldeira, para puncionar peças de ouro e prata, registadas em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.)



Figs. 5 e 6 – Marcas do oficial de ourives Bernardo Lavra, para puncionar peças de ouro e prata, registadas em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.)

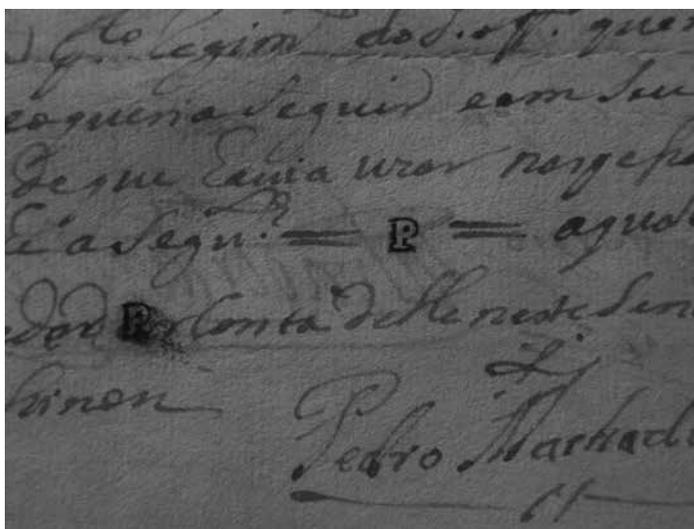


Fig. 7 – Marcas do oficial de ourives Pedro Machado, para puncionar peças de ouro e prata, registadas em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cota: C-A-005-VI0005, f. 58v.)

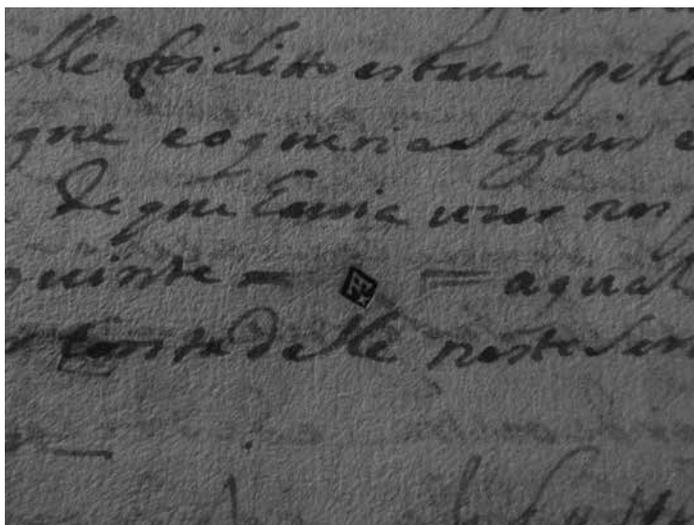


Fig. 8 – Marca do oficial de ourives José de Sousa, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cota: C-A- 005-VI0005, f. 59)

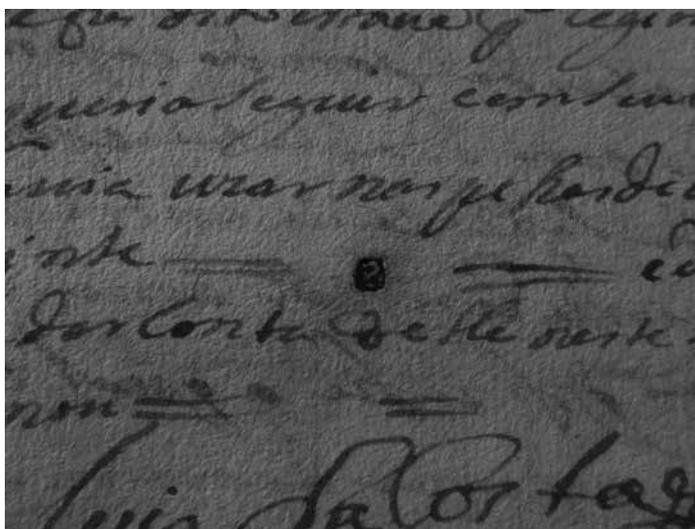


Fig. 9 – Marca do oficial de ourives Luís da Costa, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A- 005-VI0005, f. 59)

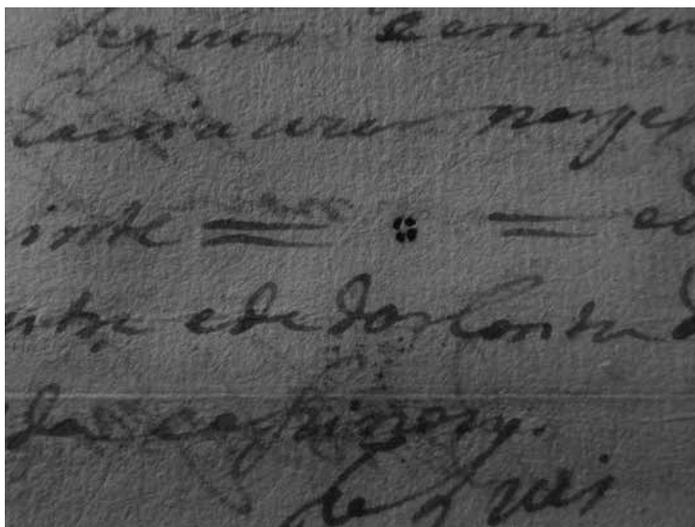
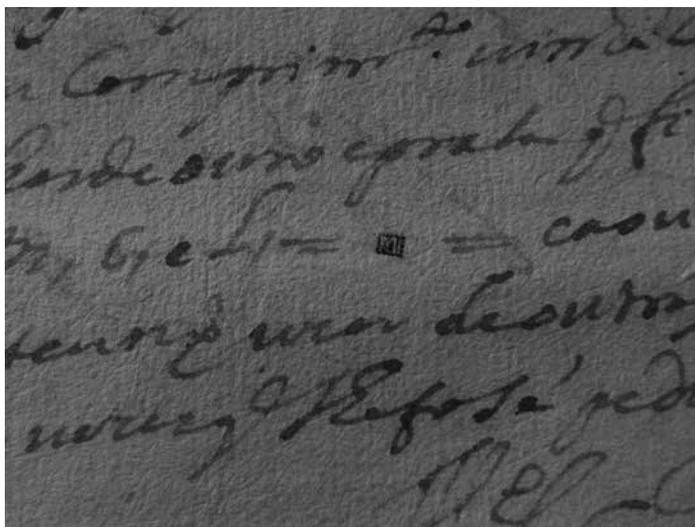
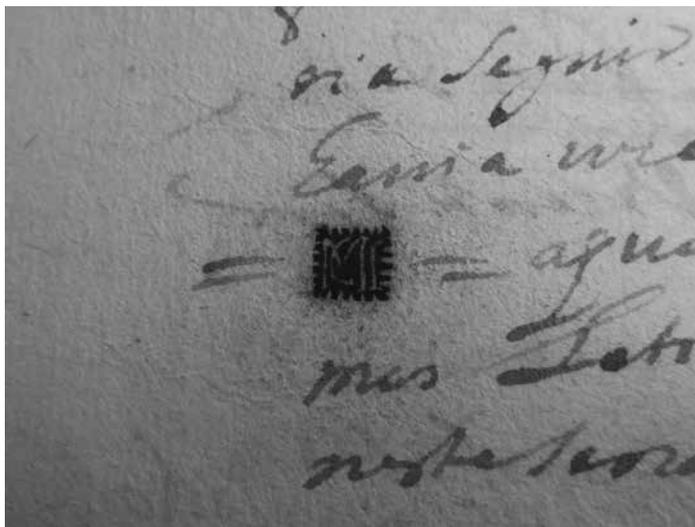


Fig. 10 – Marca do oficial de ourives Luís da Rocha, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 29 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59)



Figs. 11 e 12 – Marcas do oficial de ourives Manuel Carneiro de Lima, para puncionar peças de ouro e prata, registadas em 30 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59)



Fig. 13 – Punção do ourives Manuel Carneiro de Lima no frontal de prata da Sé de Angra, que foi executado entre 1702 e 1720.

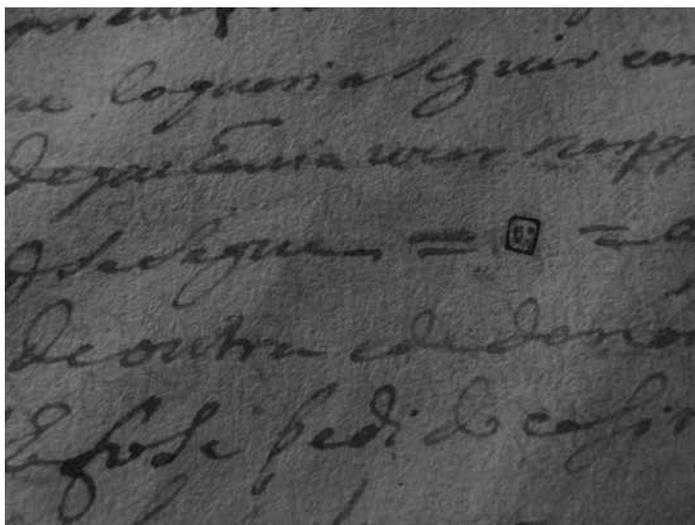


Fig. 14 – Marca do ourives do ouro Manuel Carneiro Furtado, para punccionar peças de ouro e prata, registada em 30 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59)



Fig. 15 – Punção do ourives Manuel Carneiro Furtado, na custódia de prata da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória, 1.º quartel do séc. XVIII.

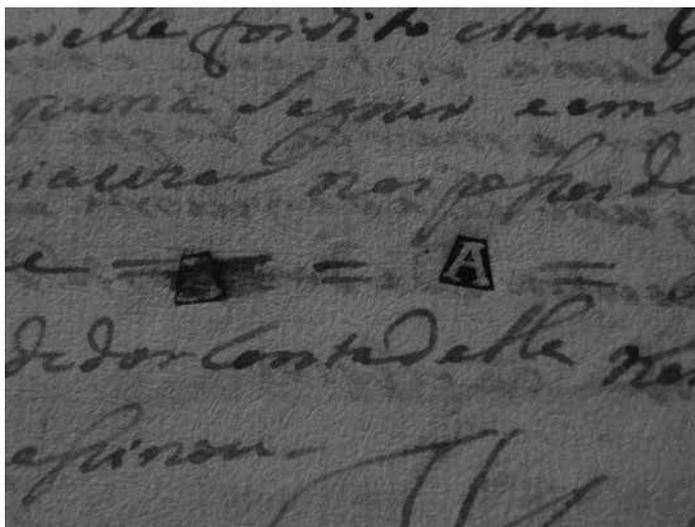


Fig. 16 – Marca do oficial de ourives António da Cunha, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 30 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.)

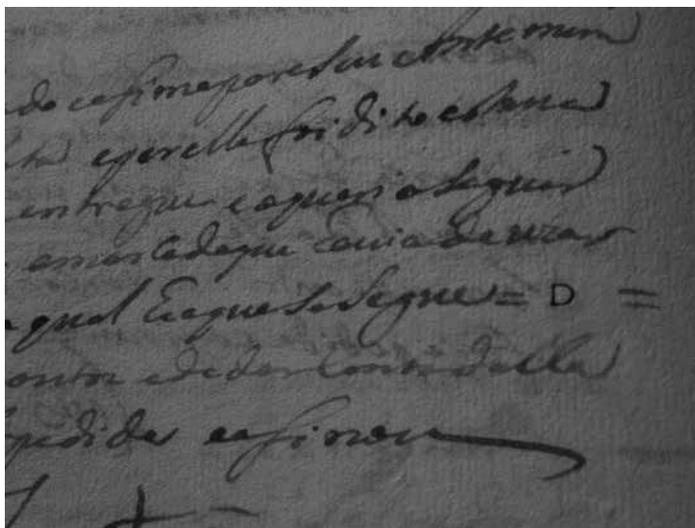


Fig. 17 – Marca do ourives do ouro Domingos de Sousa, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 30 de Julho de 1704 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.)

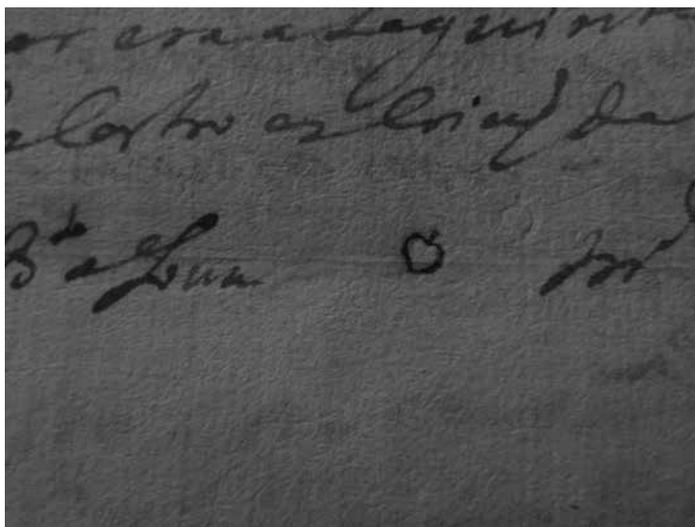


Fig. 18 – Marca do oficial de ourives da prata Bento de Sousa Machado, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 27 de Janeiro de 1706 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.)

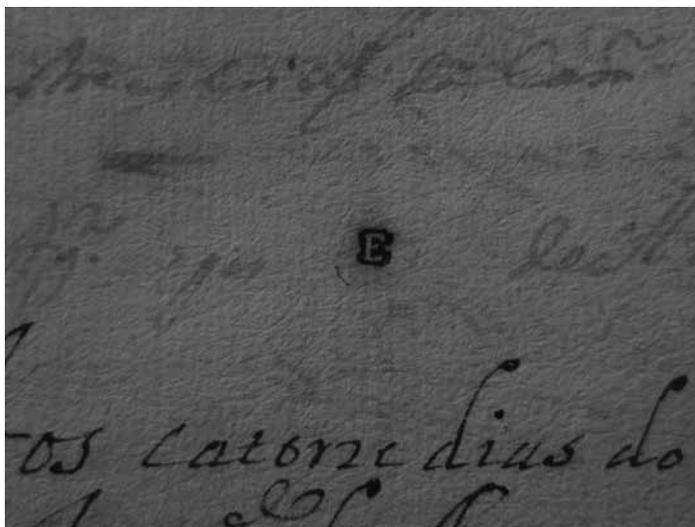


Fig. 19 – Marca do oficial de ourives Agostinho Lopes de Azevedo, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 06 de Março de 1706 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.)

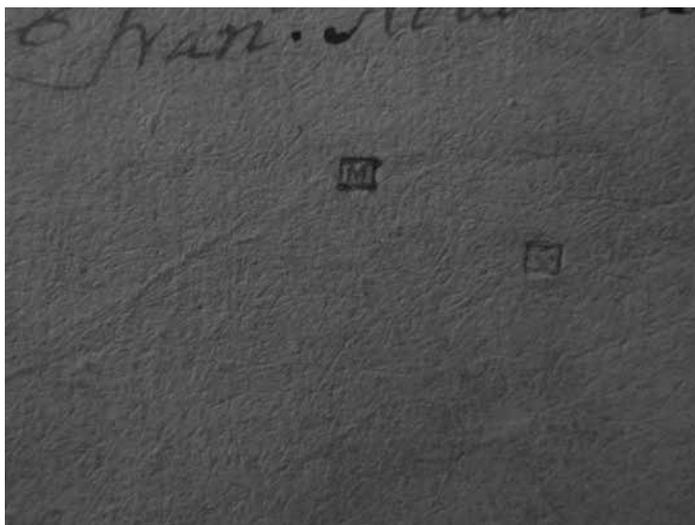


Fig. 20 – Marca do oficial de ourives Manuel de Lima da Costa, para puncionar peças de ouro e prata, registada em 14 de Dezembro de 1718 (BPARAH, *Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*, cota: C-A-005-VI0005, f. 59v.)

DIFERENTES FORMAS DE ESCREVER O NOME DE JESUS: SIMBOLOGIA DA FORTALEZA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

Félix Rodrigues*

Introdução

Em 2014 publicou-se a obra “Gibraltar Açoriano: Possíveis dimensões religiosas e musicais, astrológicas e astronómicas, matemáticas e geométricas, cabalísticas e esotéricas do Castelo do Monte Brasil” (Rodrigues, 2014), onde se prova que a simbologia presente nas muralhas dessa fortaleza, em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, Portugal, não corresponde a marcas de pedreiros.

Trata-se de uma obra que investiga o conjunto dos símbolos com recurso à estatística, às regras da acústica física, às regras dos sistemas de numeração e às propriedades geométricas dos símbolos ou elementos que o compõe. Com esse trabalho pretendeu-se fazer, tal como propõe Kuhn (2012) para a construção de um novo corpo científico, uma síntese do vasto conjunto de símbolos, de modo a dar-lhe uma consistência de “teoria científica”, entendida como o conjunto indissociável de dois subconjuntos: o subconjunto dos factos, ou seja, das evidências necessariamente verificáveis, e do subconjunto de hipóteses científicas, adequadas à descrição desses mesmos factos, ou de outro modo, das ideias necessariamente falseáveis e testáveis face às evidências e que dão corpo a esse conhecimento.

Entendeu-se que “Gibraltar Açoriano” deveria ser a base de partida para a interpretação científica da simbologia da Fortaleza do Castelo de São João Baptista e de muita outra simbologia medieval que se encontra inscrita nas muralhas de fortalezas militares na Europa, por se constituir numa alteração de paradigma (a passagem da interpretação dos símbolos como sendo “marcas de pedreiros” para uma interpretação do símbolo como referência metafísica).

De acordo com Khun (2012) quando uma teoria se substitui a outra, não é porque essa última funciona com mais sucesso, ou porque se constitui numa premissa que per-

* Doutoramento em Ciências do Ambiente, pela Universidade dos Açores.

Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores.

mite, a partir dela, efetuar um número razoável de deduções dentro do mesmo paradigma, mas porque responde a questões que a primeira teoria não responde. As mudanças de teoria ou de paradigma ocorrem porque uma teoria é mais robusta do que outra, e porque as questões a que dá resposta, são mais robustas e muito distintas daquelas que são dadas pelo paradigma anterior.

Neste trabalho assume-se a base teórica de “Gibraltar Açoriano”, e investigam-se os significados de alguns símbolos inscritos na muralha do Castelo do Monte Brasil e as suas propriedades. Este artigo não é um resumo do trabalho anteriormente mencionado, mas a aplicação da teoria que aí é exposta, a símbolos que também aí são referidos, mas onde os seus significados não foram cabalmente explorados. A metodologia aplicada é a mesma que se adotou na referida obra, e centra-se em apenas oito desses símbolos.

Cada símbolo do Castelo do Monte Brasil é multisignificativo e necessita de uma análise demorada e exaustiva. Esses símbolos, são datados como tendo sido inscritos na muralha em apreço durante a sua construção (1592-1616), ou um pouco mais tarde, até meados do século XVII (Rodrigues, 2014).

No período do Humanismo Europeu (séc. XV/XVI), alguns eminentes pensadores cristãos, principalmente os que simpatizaram com a Cabala, dita Cabala Cristã, julgaram que esse tipo de lógica seria um ótimo instrumento para a conversão dos judeus. Acreditavam que vários dogmas cristãos, como por exemplo, o da Santíssima Trindade ou o do Messias Filho de Deus, estavam explicitamente contidos na ideologia cabalista (Rodrigues, 2014).

O filósofo italiano Marcílio Ficino (faleceu em 1499) autor da obra “*Theologia Platonica de immortalitate animae*” (Teologia Platónica) defendia que a Cabala era uma espécie de revelação divina, destinada a prestar os maiores serviços à causa católica (Bartlett, 2011).

Outro humanista italiano, Pico de Mirandola (que faleceu em 1494), estudou a língua hebraica e aspirava harmonizar, entre si, toda a sabedoria racional com a sabedoria sobrenatural presente na Cabala (Heiser, 2011).

O humanista alemão Johann Reuchlin (morreu em 1522) autor de “*De verbo mirífico*” e de “*De arte cabbalistica*”; defendia que o nome de Jesus era a verdadeira “palavra mirífica”, no sentido de admirável, portentosa e maravilhosa (Price, 2011).

Estas e outras tentativas posteriores de aproximar as duas ideologias aqui referidas (a racionalidade científica com a metafísica da cabala) revelaram-se inadequadas até porque a cabala e o cristianismo opõem-se nos princípios fundamentais do pensamento que os inspira, mas nunca desapareceram por completo da sociedade cristã ocidental. A cabala concilia-se mais facilmente com o panteísmo e com a fantasia e magia, enquanto o cristianismo se afirma pelo monoteísmo e dogmas de fé, a que se adiciona um certa racionalidade científica na compatibilização entre os escritos da Bíblia e o conhecimento científico positivista.

É neste contexto de filosofias humanistas/cabalistas que Filipe II de Espanha manda erguer as muralhas do Castelo do Monte Brasil. O soberano em cujos domínios o sol

não se punha, era odiado pelos protestantes que o cognominaram por “Demónio Negro do Sul”, no entanto era admirado pelos seus conterrâneos, que lhe atribuíram o título de “O Prudente” (Petrié, 1964). Filipe II de Espanha foi um fervoroso crente e adepto do Catolicismo, lutando toda a vida contra os dissidentes e hereges, tendo mantido no seu império a Santa Inquisição.

Tal como referido em “Gibraltar Açoriano” (Rodrigues, 2014), no final da Idade Média-Renascimento acreditava-se que as mãos de Deus criaram o mundo com “*Numerus-Número*”, “*Mensura-Geometria*” e “*Pondus-Peso da Música*”, por isso mesmo os símbolos desse período eram multisignificativos, englobando no mínimo essas três vertentes que foram herdadas da escola pitagórica. Consentâneo com o que se acaba de asseverar é a descrição feita por Umberto Eco da mentalidade medieval: “Na mentalidade medieval, as coisas seriam absurdas ou perderiam o seu fascínio se o seu significado se limitasse apenas à sua função imediata ou à sua fenomenologia. O dinamismo transcendente projeta-as, irresistivelmente para além de si mesmas. Na Idade Média o Universo estava cheio de símbolos, e o mundo, como símbolo, era o Grande Poema de Deus.” (Eco, 2011).

Os símbolos de Cristo

Na Idade Média nada é tão simples e ao mesmo tempo tão complexo como o símbolo.

Iniciemos aqui a exploração de alguns símbolos das muralhas da Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, pela análise detalhada de um simples e aparente I latino, com a forma encaracterística da figura 1, onde a parte inferior do símbolo é diferente, em dimensão, da sua parte superior.



Figura 1- Símbolo de uma aparente letra I do alfabeto latino.

No imediato reconhecemos, na figura 1, a letra latina I esculpida no centro de um bloco da Fortaleza de São João Baptista, e também de imediato poderíamos admitir tratar-se da inicial do nome de um canteiro ou pedreiro que tenha trabalhado na construção dessa muralha. Dificilmente se aceita que esse símbolo seja uma invenção ou uma aleatoriedade daí que se tente enquadrá-lo teoricamente, perscrutando o seu hipotético significado. Nesse contexto várias hipóteses interpretativas se levantam, e nenhuma delas é capaz de provar de modo inequívoco o seu significado, pois só o seu autor ou quem o planeou, diria com certeza a sua intencionalidade ou o seu significado. Aqui surge, de modo inequívoco, a necessidade de teorizar acerca da natureza dos símbolos de modo a que a “teoria” que os interpreta seja coesa, robusta e capaz de prever determinadas propriedades numéricas ou geométricas que lhe estejam subjacentes.

O I, não sendo um símbolo aleatório, poderia significar a inicial de um nome como Isidro, Inácio, Inocência, Isaac, etc, entre muitos outros exemplos que possamos imaginar, mas que pressupõe sempre ser, para o seu autor, independentemente do seu significado, algo importante. A hipótese assume-se neste contexto como uma formulação provisória, com intenções de ser posteriormente demonstrada ou verificada, constituindo-se uma suposição admissível.

Se o símbolo medieval não é imediato, mas transcendente, tal como afirma Humberto Eco, que em filosofia conduz a diferentes significados, todos eles originários da raiz latina “ascender” ou “ir além”, tal como na sua aceção na filosofia grega, esse símbolo poderá ser muito mais do que uma mera letra latina.

A história do uso de um símbolo enriquece a sua leitura e permite perspetivar diferentes significados em cada contexto. O contexto em apreço, tal como todos conhecem, corresponde a um período histórico marcado pelo fundamentalismo católico de Filipe I de Portugal, II de Espanha. Afirma Braudel, (1976) que “La unidad religiosa estuvo muy presente en todos los aspectos de la vida de Felipe II, unidad de una fe que se veía amenazada por las incursiones berberiscas y turcas en las costas mediterráneas. Para hacer frente al Imperio Otomano se constituyó la llamada Liga Santa integrada por una serie de estados como Venecia, Génova y el Papado”.

“Convertido en rey, Felipe, un devoto al Catolicismo, defendió la Fe a través del mundo y se opuso al progreso de la herejía, y estas dos cosas son la clave de todo su reinado.” (Gachard, 1848-1851).

Liungman, (1991) refere que o símbolo I, na simbologia católica, representa o “Imperador”, “o único” e “Jesus”. Repare-se também que I é a inicial do nome de Jesus em latim “*Iesus*”.

Estando ausente da simbologia da muralha da Fortaleza de São João Baptista a maior parte das letras do alfabeto latino, significa isso que a probabilidade do símbolo I ser uma letra latina é muito reduzida.

Recuando no tempo e passando ao império romano, o símbolo I, adotado do alfabeto etrusco, com o equivalente fonético i (Rodrigues, 2014), representava o numeral romano 1.

No Renascimento recuperou-se não só a arte Greco-Romana mas também a cultura e a ciência dessas sociedades, destacando-se Pitágoras como um dos grandes inspiradores do pensamento renascentista. A “ressurreição da ciência” baseou-se direta e conscientemente na tradição pitagórica do Renascimento, visto que as suas práticas religiosas correntes tendiam a ser aceites sem questionamento.

Pitágoras acreditava que os números eram “a essência de todas as coisas” e que tudo no Universo funcionava em ciclos progressivos passíveis de serem previstos. Os meios de medir esses ciclos eram os números de 1 a 9. Para Pitágoras o cosmos fora criado e organizado de acordo com um plano ou padrão divino, e o número, era a base desse padrão, que se manifestava no mundo real e na natureza, e as suas leis e correlações estavam claramente associadas a: número, criação e cosmologia, sendo a música o elo de ligação entre eles. A música para Pitágoras era um misto de teoria e prática, e tinha um significado artístico, científico e místico. Para Pitágoras, na sua linguagem dos números, Deus era designado pelo número 1.

Sendo o símbolo I, inscrito com elevada frequência na muralha do Castelo de São João Baptista, a letra latina I, poderá representar a inicial do nome de Jesus (*Jesus*), o “Imperador”, “o único”, “Jesus”, ou, se representar o numeral romano 1, poderá ter o sentido renascentista de “numerus”, com o significado pitagórico de “Deus”. Tais significados explicam melhor a frequência estatística com que se encontram inscritos na muralha do Castelo do Monte Brasil os hipotéticos I’s do que a hipótese de se tratar da inicial do nome de um pedreiro.

O termo símbolo significa, etimologicamente, “estar no lugar de”, e designa, a parte visível de um todo não manifesto. Nas diversas religiões, o símbolo visível está ligado à sua parte invisível. Essas características do símbolo parecem estar por detrás do símbolo ou aparente I da figura 1.

Sendo baixa a probabilidade do símbolo I representar uma letra latina, esse símbolo também se assemelha, de imediato e à primeira vista, à letra grega Iota (I), que é a nona letra do alfabeto grego jónico e, no sistema numérico grego, assume o valor de 10 (Rodrigues, 2014).

A letra iota é a inicial de Ichthys ou Ichthus (do grego ΙΧΘΥΣ) que significa “peixe” e é um símbolo claramente cristão. ΙΧΘΥΣ é o acrónimo de “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”, que em grego se escreve como “Iêsous Christos Theou Yios Sõtēr” com I=I, χ=X, Θ=T, Y=Y e Σ=S. O iota também é a inicial do nome grego de Jesus (Iêsous).

No contexto histórico da construção da Fortaleza do Monte Brasil é muito mais provável que I seja a inicial do nome de Jesus, quer se olhe para esse símbolo na perspectiva do alfabeto latino como na do alfabeto grego, do que a inicial do nome de um pedreiro que trabalhou na construção dessa muralha.

O número 10, na ideia de perfeição Divina pitagórica representa a figura sagrada da “tetraktys” que tinha a forma de um triângulo cujos lados têm 4 números (ver figura 2).

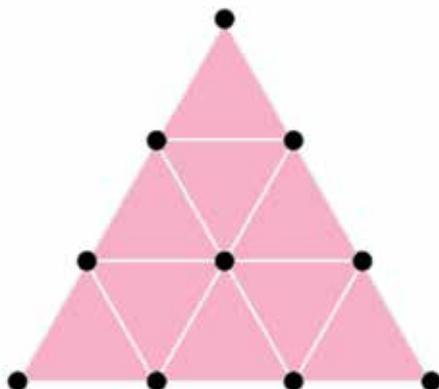


Figura 2- Esquema da tetraktys pitagórica.

Para os pitagóricos a tetraktys era o alicerce das coisas do mundo, a perfeição, representada como o número 10 resultante da soma dos elementos das várias linhas que compunham o triângulo: $1+2+3+4=10$. O dez representa ao mesmo tempo, na escola neoplatônica, o “Todo e o Um”, o “Um-de-todas-as-coisas”. Nicômaco (filho de Aristóteles) denomina o dez, como o “nome de Pan (Todo)” e servia na matemática como a “medida do Todo, como o esquadro e o prumo, nas mãos Daquele que tudo ordenou”.

O significado numerológico pitagórico do número 10 são um claros atributos de Jesus Cristo, quando comparado com o significado da palavra grega Ichthys ou Ichthus do acrónimo cristão “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”. As Sagradas Escrituras não afirmam explicitamente que Jesus é Deus, mas deixam muito claro que o Filho possui todas as características e atributos de Deus, não podendo ser tido por alguém menos que Deus. Neste contexto, Ichthys e “Todo e o Um” têm exatamente o mesmo significado que o sentido cristão de “Jesus”.

Quer se admita que o símbolo I é uma letra latina e/ou o número 1 ou uma letra grega e/ou o número 10, se visto como inicial de um nome representa cabalmente o nome de Jesus, e como números, representam cabalmente os atributos do Filho de Deus na numerologia pitagórica. Não parece haver qualquer incompatibilidade na leitura do símbolo I, quer se assuma tratar-se de uma letra latina ou de uma letra grega.

Prestando atenção à forma geométrica do símbolo da figura 1, verifica-se que os traços horizontais do hipotético iota, não são exatamente iguais. O traço horizontal superior é maior do que o traço horizontal inferior. Perante este facto, o símbolo I, pode não ser nem um I latino nem um iota (I) grego, se admitirmos que a forma do símbolo não deve ser descuidada, e que essa geometria, também pode ter significado, porque no Renascimento, “das mãos de Deus sai o número a geometria e o peso da música” (Rodrigues, 2014).

Não se conhecendo o instrumento de medida utilizado para inscrever os símbolos na muralha da Fortaleza de São João Baptista, apenas se poderão comparar as suas dimensões. Assim, as proporções do símbolo da figura 1 são 2:3:4. As possíveis razões aritméticas entre esses números são $3/2$, $4/3$ e $4/2$.

A tetraktys pitagórica também simbolizava a chave dos intervalos musicais: $4/3$ (a quarta), $3/2$ (a quinta justa) e $2/1$ (a oitava). O intervalo musical $4/2$ engloba duas oitavas e equivale-se a $2/1$.

Rizek, (1998) refere que na harmonia de Platão as razões $4/3$, $3/2$ e $2/1$ são as razões de maior desigualdade pelas quais um número maior compreende inteiramente um outro menor, mais a menor parte deste, ou seja, a unidade (1). Refere ainda que o primeiro exemplo deste tipo de razão, designada de superparticular na harmonia aristotélica, é a média aritmética dentro da oitava, ou seja, $3/2$, ou um acrescido da sua metade. Ainda dentro da harmonia de Platão, proveniente das quatro divisões demiúrgicas primordiais encontra-se $4/3$, ou um acrescido da sua terça parte, que corresponde à média harmónica dentro da oitava. Assim, a totalidade deste primeiro conjunto de concordâncias primordiais dentro do âmbito do quaternário é composta dos intervalos de uníssono (1:1), oitava (2:1), quinta justa (3:2) e quarta justa (4:3), conjunto este que é uma tetraktys das consonâncias perfeitas.

O símbolo I, se representa a letra grega iota, tem inequivocamente associado o valor 10 (*numerus*), pois o alfabeto grego era simultaneamente o sistema de escrita e numeração grega, e a forma do símbolo (traços horizontais de dimensões distintas) confere-lhe uma geometria específica (*mensura*), cujas proporções coincidem com harmonia musical (*pondus*).

Seria demasiada coincidência que o símbolo I tivesse as proporções musicais da tetraktys grega, o mesmo sentido numérico de iota, que também significa a tetraktys grega, e que os atributos numerológicos da tetraktys pitagórica se aplicassem a Jesus Cristo, cuja inicial grega do nome também é iota (I). A probabilidade da sobreposição não intencional dessas características do símbolo em análise é extremamente reduzida, pelo que a hipótese de I ser a inicial de um nome de um pedreiro, deve ser abandonada.

Na inscrição da figura 3 observa-se a combinação de um aparente I com um aparente C, formando conjuntos IC (nessa figura observam-se cinco conjuntos de IC, entre muitos outros símbolos cujos significados podem ser encontrados em Rodrigues (2014)). Neste trabalho apresentam-se apenas complementos, ainda não publicados, à simbologia presente na obra anteriormente citada.

O hipotético I dessa figura não possui os traços horizontais como o símbolo da figura 1, e o C apresenta uma forma de letra quadrangular.

Em termos geométricos o símbolo I é muito distinto do símbolo I, e a letra latina C também difere, em termos geométricos do símbolo \square .

Assumam-se então duas hipóteses distintas: IC são as iniciais do nome de um cantor ou então, é um símbolo cujo significado pretende estar oculto para quase todos. Um pedreiro que assinasse o seu trabalho com IC significaria que era conhecido por dois nomes próprios, ou então, por um nome próprio e um apelido. As combinações possíveis de nomes próprios com iniciais IC ou de nomes próprios começados por I e apelidos co-

meçados por C são imensas, pelo que se revela extremamente difícil associar o símbolo IC a um indivíduo sem uma história claramente conhecida.

Assumindo tratar-se das iniciais de um nome, e no contexto histórico anteriormente considerado, tal inscrição poder-se-ia ler como “*Iesus Christus*”.



Figura 3- Diversidade de símbolos da muralha do castelo de São João Baptista, destacando-se a forma próxima de IC.

Liungman, (1991) refere que o traço vertical (l), distintamente de I, é um dos cinco elementos básicos da ideografia ocidental, assumindo os significados de “unidade”, de “a autoridade”, de “o absoluto”, de “o excepcional” ou de “contacto entre a terra e o céu”. Todos esses significados podem ser claramente atribuídos a Jesus Cristo, no sentido de “*De verbo mirífico*” de Johann Reuchlin. “*Iesus Christus*” é uma leitura imediatista do símbolo IC, aparentemente descuidado, e colocado de modo, supostamente arbitrário, na muralha de um castelo.

A forma da hipotética letra C (C) não é característica do alfabeto latino, e também não é característica do alfabeto grego, todavia, ao longo dos tempos, a letra grega obsoleta F (digama) foi transformada em C que por sua vez originou a atual forma F (Jeffery, 1961).

No império bizantino o símbolo C era designado por Episemon e representava no sistema de numeração grega o número 6 (Einarson, 1967).

O nome “Epsimon” está inequivocamente associado à numerologia mística cristã.

De acordo com Marco, o Herege (descrição de Santo Irineu), o número seis era o símbolo de Cristo, significando “ὁ ἐπίσημος ἀριθμός” (o número extraordinário), pois tinha, tal como o nome de Jesus em grego (Ἰησοῦς) seis letras, o que significava “τὸ ἐπίσημον ὄνομα” (o nome extraordinário). O ensaio do século VI intitulado “O Mistério das Letras” também faz a ligação entre o Epsimon, o número 6 e o nome de Cristo (Einarson, 1967).

Admitindo como sendo um Epsimon a letra ou símbolo \square , tal significaria “O nome extraordinário de Jesus”.

Juntando os significados de I e de \square na forma “I \square ”, tal significaria o “excepcional e extraordinário nome de Jesus” ou “Jesus é aquele que faz a ligação entre a terra e o céu”.

Repare-se que IC lido como “*Jesus Christus*” tem praticamente o mesmo significado que se atribuiria à junção do símbolo I com o Epsimon \square . Repare-se também que o símbolo IC é dúbio, pois não se percebe se I é o I latino, e se \square é o C latino. O que se torna claro é que a junção de um traço vertical com um epsimon não é nitidamente aleatória e tem reduzida probabilidade de significar as iniciais de dois nomes próprios ou de um nome próprio com um apelido que não seja Jesus Cristo. Muito dificilmente o símbolo “I \square ” é a marca de um pedreiro que não seja um Humanista renascentista, conhecedor do latim e grego e da numerologia pitagórica.

No sistema de numeração romana renascentista, a combinação IC aproxima-se de um numeral romano que, tendo em conta essa lógica de numeração posicional forneceria o número 99 (100-1) (Rodrigues, 2014).

O número 99 na Bíblia está inequivocamente associada à parábola de Jesus, referida no Evangelho de Mateus, capítulo 18, versículo 12: “-Que vos parece? Se algum homem tiver cem ovelhas, e uma delas se desgarrar, não irá pelos montes, deixando as noventa e nove, em busca da que se desgarrou?”. Nessa parábola Jesus aparece como o Salvador dos Homens, “A Autoridade”, e a mensagem acentua o sentido de “exceção”, mas não o sentido de “Excepcional”.

O número 99 que se extrai de IC também é dúbio, pois no renascimento escrever-se-ia como XCIX, todavia, no sistema de numeração romana medieval IC representava, recorrentemente, metade de 1000, ou seja, 500 (Rodrigues, 2014).

Na cabalística cristã o número 500 está associado à Ressurreição de Cristo e ao versículo “Depois foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também.” (1 Coríntios 15:6).

Admitamos agora, e com mais ponderação, pois \square tem a forma inequívoca do epsimon grego, que I e \square são duas letras gregas: a conjunção do iota com o epsimon. O valor numérico que daí se extrairia seria 16 (10+6) porque o sistema de numeração grega é aditivo e não posicional.

Em guematria grega (cabala cristã) o número 16 significaria “Perpétuo” ou “Eterno” um dos atributos inequívocos de Jesus Cristo.

O símbolo IC da muralha do Castelo do Monte Brasil também é claramente geométrico, pois utilizam-se na sua construção linhas retas. A medição dos vários conjuntos de símbolos da figura fornece sempre quatro comprimentos distintos, um para o símbolo I e

três para o símbolo \square . Cada conjunto IC, apenas dos três que se consegui medir, forneceram as seguintes proporções:

- a) 3:4:4:4 b) 1:1:1:1 c) 2:3:3:3

Dos intervalos anteriores obtém-se a escala musical mais elementar de quatro sons (a tônica-1/1, a quinta-3/2, a quarta- 4/3 e a oitava-1/2) que constitui o famoso “monocórdio grego”. Repare-se que em acústica física $\frac{1}{2}$ se obtém pela regra de conversão das oitavas dado que $\frac{4}{4}$ é equivalente a $\frac{2}{4}$ que se equivale a $\frac{1}{4}$ que se equivale a $\frac{1}{2}$.

Da análise aqui efetuada extrai-se de IC o significado Jesus Cristo, os valores numéricos 99 ou 500 ou 16 (*numerus*) que também apontam para Cristo, a forma quadrangular da letra C aponta para uma intensão geométrica (*mensura*) e o possível significado musical das suas proporções aponta para um sentido de *pondus*, com as mesmas regras com que se analisou o símbolo I da figura 1.

A probabilidade de IC e I serem iniciais de nomes de pedreiros ou marcas de pedreiros é muito reduzida, comparativamente à possibilidade de representação das iniciais do nome de Jesus Cristo.

Na figura 5, apresenta-se outro símbolo, outro exemplo, que pela elevada frequência com que aparece inscrito na muralha do Castelo de São João Baptista, indicia ser importante ou relevante. Trata-se de um hipotético M, do alfabeto latino, que bem que poderia representar um nome comum, como por exemplo, Manuel, no entanto tal lógica, pressupõe que o construtor da muralha ou quem a mandou erigir quisesse que ficasse registado para a posteridade e todo o sempre as iniciais de um nome sem rosto.



Figura 5 – Símbolo de um hipotético M inscrito na muralha da Fortaleza de São João Baptista.

Tratando-se da letra latina M e havendo um sentido profundo desse símbolo, tal como refere Umberto Eco existir na simbologia medieval, poderia claramente ser a inicial da palavra Messias.

No cristianismo-judaísmo, Messias é a pessoa a quem Deus supostamente comunica o seu poder ou a sua autoridade. Messias também é, no cristianismo, sinónimo de Jesus ou de *Christus* (em latim). Esse significado é idêntico ao do símbolo I e ao da combinação I□ anteriormente explorados. Na ideologia cabalística cristã, está inequivocamente presente o dogma do Messias Filho de Deus.

O símbolo M da figura anterior não é caracteristicamente semelhante à letra M do alfabeto latino, pois apresenta uma ligeira distorção das “suas pernas”, aparentando-se mais com a letra mu do alfabeto grego arcaico.

Sendo o símbolo anterior a letra mu do alfabeto grego, poderá essa letra ter o mesmo significado que o M latino, que se acaba de propor como sendo a inicial da palavra Messias?

Em grego, Messias escreve-se como Μεσσίας, que numa tradução literal significa “Cristo”. A primeira letra da palavra grega Messias é de facto o mu.

A letra mu grega deriva do símbolo da água dos hieróglifos egípcios (~~~~) que os fenícios substituíram pela letra mem (Ϝ) com o mesmo significado de água.

Jesus Cristo é, no cristianismo, a “Fonte de Água Viva”, Aquele que mata a sede, tal como refere João (7:37): “E no último dia, o grande dia da festa, Jesus pôs-se em pé, e clamou, dizendo: Se alguém tem sede, venha a mim, e beba.”

No sistema de numeração grega o mu corresponde ao número 40.

Na Bíblia o número 40 é considerado o número de teste e está associado ao teste da fé. Jesus foi testado pelo diabo no deserto durante 40 dias (Mt 4:1-11). Jesus apareceu aos seus discípulos quarenta dias após a Sua Ressurreição.

Segundo os Atos dos Apóstolos foram 40 dias após a Sua ressurreição, que Jesus conduziu os apóstolos até ao monte das Oliveiras e lhes deu as últimas instruções: “Dito isto, elevou-se à vista deles, e uma nuvem subtraiu-o a seus olhos. E como estavam com os olhos fixos no céu, para onde Jesus se afastava, surgiram de repente dois homens vestidos de branco, que lhes disseram: Homens da Galileia, porque estais assim a olhar para o céu? Esse Jesus que vos foi arrebatado para o Céu virá da mesma maneira, como agora o vistes partir para o céu” (Act 1:1-11). A pergunta de Jesus nesse versículo não é pura retórica mas a evocação de um ato de fé ou um teste de fé.

Muitos outros exemplos podem ser encontrados na Bíblia onde o número 40 tem um claro significado de teste à fé dos cristãos e com uma associação, também clara, a Jesus Cristo.

Se o símbolo M representar o numeral romano 1000, tal como era usado no Renascimento, o seu significado cabalístico cristão está associado de novo à escolha entre Deus (Cristo) e o diabo: “E vi tronos; e assentaram-se sobre eles, e foi-lhes dado o poder de julgar; e vi as almas daqueles que foram degolados pelo testemunho de Jesus, e pela palavra de Deus, e que não adoraram a besta, nem a sua imagem, e não receberam o sinal em suas testas nem em suas mãos; e viveram, e reinaram com Cristo durante mil anos” (Apocalipse 20:4).

A importância do valor 1000 continua a ser acentuada em Apocalipse 20:5-6: “Mas os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se acabaram. Esta é a primeira ressurreição.” e “Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte; mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele mil anos.”.

A ambiguidade entre letras de sistemas de escrita diferentes, especialmente entre o alfabeto latino e o alfabeto grego é recorrente na muralha do Castelo de São João Baptista, outrora designado por Castelo de São Filipe, em homenagem a Filipe II de Espanha. O sentido de M ou mu como inicial de Messias, bem como os seus sentidos cabalísticos cristãos, compatibiliza-se com os significados do símbolo I e dos símbolos IC.

Medindo as dimensões do símbolo em forma de M obtêm-se as proporções 7:9:10:11, dos quais se obtêm os intervalos musicais 7/9, 10/7 (que numa conversão de oitava fornece o intervalo 5/7) e ainda o intervalo 9/11, todos eles correspondentes a intervalos musicais típicos dos Modos Gregos.

As possíveis leituras do símbolo M, mais uma vez, apontam no sentido deste estar associado a Jesus Cristo, com uma numerologia cristã (*numerus*) que lhe atribuí o mesmo significado, cuja forma da hipotética letra, aparentemente descuidada, possui uma aparente intencionalidade, a de querer representar a letra grega mu, distinguindo-a da letra M (*mensura*), e remetendo-nos as hipotéticas razões numéricas, para a harmonia de Platão (*pondus*).

Na figura 6 apresenta-se mais um dos símbolos, ambíguo, que recorrentemente se encontra inscrito na muralha do Castelo de São João Baptista e que de seguida se analisará na ótica medieval-renascentista.

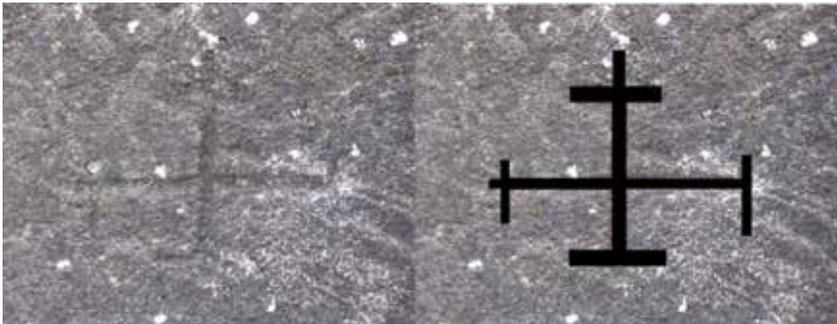


Figura 6- Símbolo de cruz inscrito nas muralhas do Castelo de São João Baptista.

O símbolo anterior assemelha-se claramente a uma cruz, mas não é claramente a cruz quadriculada (✚) que de acordo com Liungman (1991) é o símbolo da evangelização do mundo, onde a cruz central representa o “início do tempo” e as pequenas cruzes, nas extremidades, o espalhamento da fé católica nos quatro cantos do mundo, nem a cruz

potençada (⊕), cujos quatro braços retos representam os quatro cantos do mundo ou os quatro elementos.

Mais uma vez o símbolo parece descuidado apontando para um autor pouco conhecedor de simbologia ou heráldica.

A cruz potençada distingue-se da cruz transversa por não incluir simplesmente remates transversais, mas por ser uma cruz de natureza composta, formada pela justaposição pela base de quatro cruzes com a forma da letra tau grega, que se assemelha à letra T latina.

Em termos semióticos, a linha vertical da cruz representa o celestial ou o espiritual e a linha horizontal o plano material da existência (Liungman, 1991).

A cruz cristã é sem dúvida o mais conhecido símbolo religioso do cristianismo. É a representação do instrumento da crucificação de Jesus Cristo. Este símbolo, quando foi apropriado pelo cristianismo, passou, além de sintetizar a paixão de Cristo, a significar também a possibilidade de ressurreição. Assumiu-se como o símbolo da vida e da morte, do fim e do início do tempo.

No contexto histórico em apreço, a cruz é mais um símbolo religioso do que a assinatura de um pedreiro. Sendo a fusão de dois tipos de cruzes, a das cruzadas (a cruz potençada), que também significa conquista, com a quadriculada que significa evangelização, o símbolo significará possivelmente conquista (espanhola) e evangelização (católica).

A cruz potençada tem a forma de Tau pelo facto dessa letra ser a mais antiga grafia em forma de cruz, significando a Verdade, a Palavra, a Luz, o Poder e a Força da mente. O tau é, como refere Liungman (1991), a convergência da verticalidade com a horizontalidade, significando desse modo o encontro entre o Céu e a Terra, entre o Divino e o Humano.

Nalgumas traduções da Bíblia grega o “Tau” é referido pelo profeta Ezequiel, como um símbolo sagrado: “E disse-lhe o Senhor: passa pelo centro de Jerusalém e marca com um tau as testas dos homens que suspiram e que gemem por causa de todas as abominações que se cometem na cidade” (Ezequiel 9:4), todavia na Bíblia dos Capuchinhos esse mesmo versículo foi traduzido do grego como “O Senhor disse-lhe: Vai pela cidade, atravessa Jerusalém e marca uma cruz na frente dos homens que gemem e se lamentam por causa das abominações que nela se praticam.”, onde a palavra tau foi substituída pela palavra cruz. Pelas diferentes traduções da Bíblia verifica-se que a letra grega tau se confunde com o símbolo cristão da cruz.

Independentemente das traduções bíblicas, é sabido que o Papa Inocêncio III refere em 1215 que o tau deveria ser o novo símbolo cristão, tendo-o São Francisco adotado nessa época como o símbolo da sua Ordem Religiosa (a Ordem dos Frades Menores Franciscanos).

O tau é, na simbologia católica a “Lembrança da Redenção, da Cruz, do Amor”, o “Sinal de penitência e conversão interior”, o “Sinal da conversão constante e mudança de vida”, o “Sinal de dor pelos pecados do mundo”, o “Rumo a uma espiritualidade sadia”, a “Recordação do batismo”, o “Sinal dos filhos de Deus”, o “Sinal dos que sofrem” e o “Sinal da Salvação”.

Assumindo-se que o símbolo da figura 6 também é um número, a cruz, representava no sistema de numeração romana medieval o número 10. Assim a cruz também tem o significado da tetraktys grega, com os sentidos místicos descritos anteriormente.

Exploremos um pouco o sentido da cruz, formada pelas letras taus.

No alfabeto hebraico a letra tau é o (Tav) e também representa a cruz. Como anteriormente se referiu a cruz é um símbolo muito arcaico que representa, basicamente, a divisão do universo em quatro direções, com o mesmo significado que é atribuído às direções da cruz quadriculada para o “espalhar” da palavra de Deus.

Também para os hebreus o tau ou tav é o símbolo do absoluto, da perfeição e da criação. O tau é a síntese de tudo em tudo.

No sistema de numeração grega, o tau ou a cruz representa o número 8, assim, o símbolo da figura 4 poderá representar o número $4 \times 8 = 32$, se considerarmos que cada uma das suas partes é constituída por um tau, ou então 5 taus, se considerarmos que cruz central também é um tau, o que resultaria no número $5 \times 8 = 40$.

Se resultar o número 40, terá o significado de “teste de fé” anteriormente explicado para o símbolo mu (M). Se representar o número 32, significa, de acordo com Allendy (1920), as várias formas criadas por Deus. Representa também, de acordo com esse mesmo autor, a totalidade, no mesmo sentido da tetraktys grega.

Allendy (1920) ainda firma que o número 32 é o número inspirador do homem que o leva à procura incessante da verdade, a ensinar a verdade e a viver de acordo com ela, sendo também, o símbolo da “justiça” para os pitagóricos.

Jesus Cristo é, no catolicismo, “() o caminho, e a verdade e a vida ()” (João 14:6); ninguém chega ao Pai, senão por Ele (João 14:6), num sentido muito próximo dos significados cabalísticos arcaicos do número 32.

O número 32, também se adequa à interpretação de que o símbolo da figura 4 é um misto de “conquista” com “ensino da verdade”, justificando a forma atípica da cruz.

As proporções entre as dimensões das diferentes partes do símbolo da figura 4 são 2: 3:3:4:4:6:10.

Desses números extraem-se as razões $4/3$ (a quarta), $3/2$ (a quinta justa) e $4/2$ (uma oitava acima de $2/1$) que são a chave dos intervalos musicais da tetraktys.

Repare-se que os intervalos $6/2$, $6/3$, $4/2$ e $10/2$ também são intervalos de oitava ($2/1$, $3/1$ e $5/1$) e que os intervalo $6/4$ se equivale ao intervalo $3/2$, o que significa que não se altera em nada a lógica musical da tetraktys grega.

Da combinação das proporções anteriores restam os intervalos $3/3$ que se equivale ao $4/4$ e a $1/1$, considerado a tónica, e os intervalos $10/3$ que se equivale pela regra de conversão das oitavas em $10/6$ ou a $5/3$ e o intervalo $10/4$ que se equivale a $5/4$ ou a $5/2$.

A tónica compatibiliza-se claramente com a tetraktys, e os intervalos $5/3$ e $5/2$ ou $5/4$ correspondem uma sexta maior e uma décima maior, ou seja a uma oitava mais uma terça maior. A sexta maior é uma das consonâncias mais comuns na música ocidental, tal como o uníssonos, a oitava, a quinta perfeita, a terça maior e a terça menor.

O astrónomo Johannes Kepler (1571–1630) nas experiências que realizou com o monocórdio reproduziu os intervalos musicais pitagóricos e propôs as razões $5/4$ para a terça maior e $5/3$ para a sexta maior (Pescic, 2000).

A sexta maior é a inversão de um intervalo musical de terça menor. Na cabalística cristã o intervalo de terça maior com um intervalo de terça menor, que se traduz num intervalo global de quinta perfeita, representa a Trindade (Rodrigues, 2014).

No estudo geométrico do pentagrama, também conhecido como o símbolo do infinito, Kepler obtém a razão $5/3$ (sexta maior) e associa esse intervalo musical à harmonia Divina (Pesic, 2000). Para os pitagóricos, além de geometria, o pentagrama também é, a música, inscrita nas cinco linhas paralelas que compõem a partitura.

Pelo significado numerológico que encerra e pela harmonia física/geométrica que dele se extrai, o pentagrama foi adotado como o símbolo da escola pitagórica.

Também o símbolo da figura 6 é número (*numerus*), geometria (*mensura*) e música (*pondus*).

Os símbolos cruciformes, com pormenores que os distinguem uns dos outros, são inscrições comuns na muralha do Castelo de São João Baptista.

Na figura 7 apresenta-se mais um símbolo cruciforme atípico, tanto para a cultura portuguesa em geral como para a açoriana em particular.

O símbolo da figura 7 representa numa primeira análise mais uma cruz, mas um olhar mais atento, revela-se ser o símbolo designado por Ankh, que faz parte dos hieróglifos egípcios e também conhecido como a cruz cóptica.

A cruz cóptica é o símbolo a Igreja Coptica, a maior Igreja Católica da Etiópia. Esse símbolo é uma derivação do ankh egípcio, onde, tanto a linha vertical como a linha horizontal da cruz têm as mesmas dimensões, e no final de cada linha, colocam-se 3 pontos que representam a Trindade. Em conjunto, na cruz cóptica, os 12 pontos simbolizam os 12 apóstolos.



Figura 7- Cruz cóptica inscrita num dos blocos da muralha da fortaleza de São João Baptista.

A frequência com que o aparente ankh egípcio se encontra inscrito na muralha do Castelo de São João Baptista é muito reduzida, podendo isso significar que pode ser um símbolo “poderoso”, e por isso se repete poucas vezes, ou pelo contrário, é um símbolo com “pouca importância” justificando-se também o seu reduzido uso.

A cruz cóptica, próxima da cruz ansata, de acordo com Liungman (1991) significa “a vida futura” ou “a vida após a morte”, inequivocamente associada à ressurreição.

Reparando atentamente na forma e geometria da possível cruz cóptica da muralha da Fortaleza de São João Baptista, facilmente verificamos que as linhas horizontais não são da mesma dimensão da linha vertical, nem parecem existir aí os três pontos da Trindade. Significa isso que esses pormenores em falta, e a linha em excesso na base do símbolo, pretende dar certamente a ideia que se trata de uma cruz cóptica, sendo no entanto, uma simbologia geometricamente distinta dessa.

Em “Gibraltar Açoriano” (Rodrigues, 204), prova-se estatisticamente que os símbolos do Castelo de São João Baptista não são marcas de pedreiro, e a análise dos símbolos que aqui se apresentam apontam no sentido da incoerência do uso desses símbolos como assinaturas de canteiros, uma vez que todos eles estão impregnados de sentidos religiosos e metafísicos. Por outro lado, no mesmo bloco que se inscreveu o símbolo do ankh egípcio, bem visível, encontra-se ainda outro símbolo que parece outro ankh egípcio, ligeiramente distinto do primeiro. Seria completamente inconsistente que um mesmo pedreiro usasse dois símbolos idênticos para representar a mesma pessoa, especialmente quando o símbolo é utilizado três ou quatro vezes apenas, quando se tem como referência o conjunto vasto de símbolos identificados em “Gibraltar Açoriano”.

O aparente ankh egípcio da direita, possui proporções distintas do ankh egípcio da esquerda indiciando mais uma vez inépcia do “construtor” ou significados distintos.

No contexto histórico da construção do Castelo do Monte Brasil, o significado do ankh como “vida após a morte”, é compatível com os significados dos símbolos que anteriormente aqui se exploraram.

Se a cruz, no seu sentido numérico arcaico (numeração romana medieval) representa 10, as duas cruzes no mesmo bloco representarão 20. O 10 tem o significado anteriormente referido para a tetraktys, e o 20, dobro de 10 significaria, na cabalística cristã grega, a redenção. A redenção é, no cristianismo, a crença da libertação do homem pelo sacrifício de Jesus Cristo (simbolizado pela cruz).

Seguindo a possibilidade do multisignificado do símbolo, e atribuindo algum significado à atípica linha horizontal da base das aparentes cruzes cópticas da figura anterior, essas cruzes podem ser consideradas como compostas por duas letras gregas: o iota (I) e a letra obsoleta qoph (Q). O qop corresponderia à parte superior da aparente cruz cóptica e o I à sua parte inferior.

No simbolismo cristão o nome da letra Qoph significa “o buraco da agulha” com uma alusão bíblica clara ao versículo “E, outra vez vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus.” (Mateus 19:24), com o significado de salvação. O qoph grego (Q) deriva do qoph fenício (P) que significa exatamente “buraco da agulha”.

No sistema de numeração grega o qoph representa o número 90. Assim sendo, I e Q a representação do número 100 por ser I=10 e Q=90. Na cabalística cristã o número

cem representa a totalidade, a recompensa, a vida eterna e beatitude celestial. Essa ideia também é expressa no versículo “Que não receba cem vezes tanto, já neste tempo, em casas, e irmãos, e irmãs, e mães, e filhos, e campos, com perseguições; e no século futuro a vida eterna.” (Marcos 10:30) que transmite a crença cristã na vida eterna.

Havendo um duplo conjunto de I e Q na pedra da figura 7, tal conjunto representaria o número 200, que na cabalística cristã significa “juízo”. Jesus julgará nos fins dos tempos “os vivos e os mortos”.

No que respeita às proporções dos símbolos, o do lado esquerdo da imagem possui proporções 2:5:6:6 e o do lado direito 3:4:4:4.

Do grupo do lado esquerdo obtêm-se as razões $6/6=1/1$ (uníssonos), $5/6$ que é uma oitava acima de $5/3$ (sexta maior) $6/2$ que é uma oitava acima de $3/2$ (quinta justa) e $5/2$ (sexta maior), mais uma vez, intervalos musicais relacionados com a tetraktys grega.

Do símbolo do lado direito obtêm-se o intervalo de oitava ($4/4$) e o intervalo de quarta ($3/4$).

Na análise que aqui se realizou não se teve em conta as dimensões das formas elípticas da parte superior dos símbolos, mas se as tivéssemos em atenção, a razão entre o eixo maior e o eixo menor em cada uma das formas elípticas forneceria um intervalo de oitava (1:2).

Os símbolos anteriores possuem significado numérico (*numerus*), forma geométrica particular (*mensura*) e proporções numéricas específicas, equivalentes a intervalos musicais (*pondus*).

Na figura 8 apresenta-se outro símbolo cruciforme, inscrito, também com reduzida frequência, na muralha do Castelo do Monte Brasil.



Figura 8- Símbolo cruciforme inscrito num dos blocos do Castelo de São João Baptista.

Trata-se mais uma vez de um símbolo que à primeira vista se aparenta ser uma simples cruz, todavia, apresenta um pequeno círculo na extremidade direita.

O símbolo anterior possui pequenas semelhanças com a cruz pometeada ou cruz bastonada (✚). Na cruz pometeada os pomos assemelham-se às maçãs, fruta que representa a fé cristã. Quando em número de quatro, os pomos representam os quatro pontos cardeais de dispersão da fé. No caso em apreço, e representando o círculo, apenas um pomo, só representaria uma direção, a que se situa a leste. Na mística arcaica, a direção Leste é o local da claridade e da Iluminação, da Luz espiritual e do nascer do Sol. O botão ou pomo também é símbolo recorrente de autoridade, pois o pomo assemelha-se ao topo do bordão dos pastores, transferido simbolicamente para os bordões dos bispos.

O bastão de Moisés era pura e simplesmente o seu cajado de pastor, passando tal símbolo a representar a autoridade moral, a autoridade Divina, que associado à cruz confere claramente autoridade a Jesus Cristo. Esta poderá ser uma leitura do símbolo da figura 8, cuja cruz, não necessitará dos quatros pomos para lhe ser atribuído um significado místico cristão.

O significado da cruz é vasto, e é uma simbologia forte de representação de determinados contextos históricos, ideológicos, religiosos, sociais e económicos, onde a morte se torna o grande espetáculo da vida.

A simbologia é sempre o elemento representativo visível do que está no lugar de algo invisível, que tanto pode ser um objeto, como um conceito ou uma ideia. O símbolo tem essa função de sintetizar, numa expressão simples e sensível, todas as influências do inconsciente e da consciência, bem como das forças espirituais em conflito, ou de as harmonizar no interior de cada ser. Desta forma, o símbolo é muito mais do que um simples sinal, tal como refere Umberto Eco, pois transcende o seu significado e depende da interpretação que, por sua vez, depende da predisposição que cada um nós temos para o interpretar.

A cruz da figura anterior também tem claras semelhanças com a cruz grega (✚) que simboliza a união dos opostos e a sua harmonia. A cruz grega deve essa designação ao facto da representação gráfica da cruz utilizar quatro vezes a letra grega gama (Γ).

O símbolo gama era considerado no Renascimento “a síntese da ciência e da moral, do conhecimento e da virtude” e usado com esse sentido por Descartes (Watson, 2002). Também era considerado, pelos significados anteriores, como o símbolo de Jesus.

A construção do símbolo da figura 8 tem claras semelhanças com a construção da Monada Hieroglifa de John Dee, astrónomo da Rainha Isabel I de Inglaterra (1533–1603), que usa L's latinos para construir a cruz de Cristo e atribui-lhes o valor numérico de 50, número que o símbolo L tem no sistema de numeração romana renascentista (ver Rodrigues, 2014). No caso em apreço, a utilização da letra L torna-se improvável, pois haveria que lhe associar um símbolo como o O, que não tem equivalente numérico no sistema de numeração romana que usa letras latinas.

O símbolo da figura 8 pode ser claramente composto com letras gregas: dois gamas (Γ) e um qoph (Ϟ). Tanto o gama como o qoph são símbolos religiosos cristãos.

No sistema de numeração grega o Γ representa o número 3 e o Ϟ o número 90. O número resultante do símbolo anterior seria 96. O número 96 não é comum na Bíblia, mas poderá apontar-nos para o livro dos Salmos, capítulo 96, que não é mais do que um canto de Louvor a Deus, e na cabalística dos anjos, significaria que se será “recompensado nos fins dos tempos pela justiça Divina”. Repare-se ainda que esse símbolo também poderá ser considerado como composto por um iota e um qoph, o que forneceria o número 100, com os significados anteriormente referidos.

A cruz é no sistema de numeração etrusca e romana medieval o número 10, com claras equivalências à tetraktys grega.

As proporções encontradas no símbolo que aqui se refere são 3:6:6:8:10, para além do círculo que fornece as proporções de oitava 1:1.

A razão 10/3 e 10/6 equivalem-se ao intervalo 5/3 (sexta maior) pela regra das oitavas. A razão 10/8 equivale-se a 5/4 (terça maior) também pela regra das oitavas. Os intervalos 8/3 e 8/6 equivalem-se a 4/3 (quarta). 6/3 equivale-se a uma oitava. Mais uma vez se encontra a harmonia grega e os intervalos musicais tradicionalmente associados à tetraktys grega.

Na figura seguinte, figura 9, apresenta-se outro símbolo inscrito na muralha do Castelo do Monte Brasil, que numa análise imediata se identifica como sendo a letra X do alfabeto latino.

O x minúsculo latino manuscrito assemelha-se claramente ao símbolo da figura 9.



Figura 9- Símbolo astronómico grego de representação da constelação de peixe.

Caracteristicamente, o símbolo X é a representação astronómica arcaica grega da constelação de peixe. Esse símbolo representa dois peixes que nadam um contra o outro: um a favor da corrente e outro contra a corrente.

O símbolo anterior confunde-se claramente com a letra grega chi (χ) inicial de $\chi\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\varsigma$, *Christós*. Também se confunde com o monograma bizantino XI, formado pelas letras “I” de $\text{I}\eta\sigma\upsilon\varsigma$ (Jesus em grego) e a letra chi “X” de $\chi\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$ (Cristo em grego) (Webber, 1938), só que na figura anterior, a orientação do símbolo ou monograma é oposta à do monograma bizantino designado por IX.

Representando o símbolo X “peixes”, seria no mínimo coincidência que o “peixe” seja o símbolo do cristianismo. No contexto histórico, no qual se centra esta análise, é por demais evidente que a simbologia do Castelo de São João Baptista corresponde a uma evocação do sagrado.

O símbolo anterior, se lido como o numeral romano X, representa o número dez com uma associação clara à tetraktys grega. Se lido como a letra chi grega (X) representa o número 600.

Na guematria grega, que faz corresponder um número a uma mensagem, o número 600 significa “o todo” ou a “totalidade” ou “o cheio”, com um significado idêntico ao que se atribuíra à tetraktys.

Na cabala bíblica o número 600 aponta para o versículo “E, respondendo ele, disse-lhes: Em verdade Elias virá primeiro, e todas as coisas restaurará; e, como está escrito do Filho do homem, que ele deva padecer muito e ser aviltado.” (Marcos 9:12), numa referência clara a Jesus Cristo e à sua paixão.

Se considerarmos que o símbolo da figura anterior é o monograma IX, então o valor numérico que lhe está associado no sistema de numeração grega é o 610.

Na cabalística cristã, o número 610 aponta para o versículo “Mas já em nós mesmos tínhamos a sentença de morte, para que não confiássemos em nós, mas em Deus, que ressuscita os mortos” (2 Coríntios 1:9).

O valor 610 é mais consentâneo com a significação de “peixe”, “dez” e com o monograma IX, do que com o valor numérico de um simples chi (600).

As proporções do símbolo da figura 9 são 1:2:2, que correspondem a intervalos musicais de oitava, demonstrando-se existir mais uma vez no símbolo geometria e harmonia.

Na cabalística medieval dos Anjos, a constelação de peixes está associado ao Arcanjo Sandalphon (do grego $\Sigma\alpha\upsilon\delta\alpha\lambda\phi\acute{o}\nu$) que é um arcanjo no Judaísmo e no Cristianismo, cuja tradução do nome seria “Irmãos Unidos”. Sandalphon tinha como funções ser um intercessor das orações entre os homens e Deus, sendo também um patrono dos músicos (González-Wipper, 2013). Na tradição astrológica a nota musical associada à constelação de peixes é o Si bemol (Rodrigues, 2014).

Também o símbolo X parece ter associada uma mensagem religiosa relacionada com Jesus Cristo, um número (*numerus*), uma forma geométrica específica (*mensura*) e razões algébricas idênticas a intervalos musicais (*pondus*).

Na figura 10, apresenta-se outro símbolo, com a forma de um aparente 9, cuja significação se explora em seguida.



Figura 10 – Inscrição de um aparente 9 na muralha do Castelo de São João Baptista.

O símbolo da figura anterior tem claras semelhanças com o número 9 e repete-se com uma frequência relativamente elevada. Esse sinal não se confunde com nenhuma letra do alfabeto latino, e se considerado número de origem indo-árabe de imediato se coloca a questão: Porque razão só se usou esse número do sistema de numeração indo-árabe e mais nenhum dos outros símbolos desse sistema de numeração?

Na muralha do Castelo do Monte Brasil as letras e os números confundem-se propositadamente (Rodrigues, 2014).

Centrando-nos no mesmo tipo de análise que se vem efetuando neste trabalho, ou seja, numa lógica semiótica de que existe por detrás dos símbolos do Castelo do Monte Brasil uma filosofia de significações, onde o símbolo é um repertório visual e cultural da filosofia renascentista, este começa por ser associado a uma convenção de senso comum, para se transformar em algo místico e harmonioso.

Na numerologia pitagórica, o número 9 está associado “a finalidade”, “juízo” e a “completude” (Rodrigues, 2014).

O número 9 tem uma enorme importância bíblica pois são 9 os Dons e Frutos do Espírito Santo.

Os nove Frutos do Espírito Santo referidos em Gálatas 5:22 são: Amor, Gozo, Paz, Longanimidade, Benignidade, Bondade, Fé, Mansidão e Temperança, tal qual se transcreve nesse versículo; “Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança.”.

Os Dons do Espírito Santo também são nove e descritos ao longo de toda a Bíblia:

- 1 - Três Dons de Revelação (A Palavra da Sabedoria, A Palavra do Conhecimento e o Discernimento de Espíritos).
- 2 - Três Dons de Poder (O Dom da Fé, o Dom de Operação de Milagres e os Dons de Cura).
- 3 - Três Dons vocais ou de inspiração (Profecia, Variedades de Línguas e Interpretação de Línguas).

Independentemente da representação pelo número 9 do Espírito Santo, também esse número está associado a Jesus Cristo, no sentido de “completude” e “juízo” no versículo de João 5:27 “E deu-lhe o poder de exercer o juízo, porque é o Filho do homem.”.

A associação do número nove a Jesus Cristo faz-se também pelo versículo “E, respondendo Jesus, disse: Não foram dez os limpos? E onde estão os nove?” (Lucas 17:17), acentuando o caráter místico arcaico do número 9.

O símbolo da figura 9 deriva do símbolo  que foi usado por mais de 4000 anos, de acordo com Liungman (1991), como o símbolo dos reis (entrava na decoração das suas vestes), símbolo dos sumo-sacerdotes e de deuses representados em diversas estátuas de diversas culturas.

Havendo algumas semelhanças entre a forma do símbolo 9 da figura 10 e a letra ró do alfabeto grego também se explora essa possível associação.

A letra grega ró tanto se escrevia como 9 ou ρ até 500 d.C. até passar a ter a forma etrusca P (Sacks, 2003). Na figura 11, adaptada de Sacks (2003) explica-se a evolução desse símbolo, desde os hieróglifos egípcios, onde tinha o significado de cabeça, até à atual letra latina P.



Figura 11- Evolução da letra P latina (1- Hieróglifo egípcio para cabeça, 2- Adaptação do hieróglifo egípcio de cabeça pela cultura púnica, 3- Letra Resh fenícia para simbolizar cabeça, 4- Antiga letra ró do alfabeto grego e 5- Letra ró dos alfabetos grego, etrusco e latino) (Figura adaptada de Sacks, 2003).

No sistema de numeração grega ao ró atribuía-se o número 100, cujo significado místico/cabalístico foi explorado anteriormente, significando a totalidade, a recompensa, a vida eterna.

Na antiguidade o sentido do resh fenício, claramente conhecido no renascimento, significava “cabeça” (Rodrigues, 2014) e mais uma vez se associa visivelmente a Cristo através do versículo: “Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo.” (1 Coríntios 11:3).

Na antiga Grécia, o símbolo escrito como o 9 da figura 10 representava a constelação de Leão. No misticismo judaico e cristão à constelação de Leão associava-se o Arcanjo Ariel, cujo nome significa “o Leão de Deus” ou “o Coração de Deus”. A nota musical que se lhe associava, na perspectiva astrológica (a Ariel e à constelação de Leão) era o Sol maior.

Centrando agora a análise nas proporções algébricas do símbolo verifica-se que a circunferência (cabeça do nove) e a “cauda” se encontram na proporção 1:2, o que corresponde a um intervalo de oitava.

Mais uma vez se verifica que a um símbolo inscrito no Castelo de São João Baptista se pode associar uma mensagem religiosa, um número e conceito geométricos ou harmonia.

Os símbolos do Castelo de São João Baptista: I, \square , M, \oplus , \ominus , \oplus , \ominus e 9, aqui analisados, podem ser cabalmente associados a Jesus Cristo, tanto pela simbologia cristã, como pela numerologia pitagórica ou cabalística cristã. Dificilmente se pode aceitar que sejam marcas de pedreiros, dados os “sentidos” transcendentais que encerram quer de harmonia quer de geometria. Esses símbolos não são aleatórios nem se constituem assinaturas inequívocas de pedreiros. Encerram um conhecimento profundo do alfabeto grego arcaico, e de toda a mística dos símbolos sagrados incorporada na filosofia pitagórica (álgebra, geometria, música e astronomia) e na origem da escrita, especialmente dos alfabetos fenício e hebraico.

Considerações finais

A simbologia do Castelo de São João Baptista tem dois propósitos aparentemente claros: uma proteção contra as forças ocultas opostas à crença cristã, e como tal, construiu-se com ela uma muralha metafísica, mas também é, uma estratégia militar.

A proteção contra as forças malignas ocultas associa-se à cabalística e aos sentidos não imediatos do símbolo. No século XVI o “sentido dos símbolos” é também uma procura das forças ocultas, presentes na Natureza e no Homem, como o ensinamento dos princípios fundamentais dos elementos da linguagem esotérica. O símbolo é uma forte proteção individual em praticamente todas as culturas.

Os símbolos do Castelo de São João Baptista agem também como estratégia militar, pois é difícil para um católico, como o caso dos terceirenses do século XVI/XVII, em confronto permanente com os militares espanhóis, atacar uma muralha cheia de símbolos, que também para eles são sagrados e com os quais se identificam. Esta leitura,

associa-se à percepção imediatista do símbolo.

Jesus Cristo é o mais sagrado símbolo do cristianismo espanhol e português da época, as duas culturas que estiveram em conflito na ilha Terceira durante o regime filipino, e motivo de evocação por qualquer uma das partes beligerantes.

Este trabalho centrou-se na complexa vertente europeia da semiótica dos séculos XVI e XVII, e nos seus princípios básicos, com paralelismos com a vertente peirciana (Peirce, 1968) do signo visto como tendo três dimensões: a) o estudo do processo de significação ou representação, na natureza e na cultura, b) o conceito ou c) a ideia.

Os oito símbolos analisados neste trabalho podem ser direta ou indiretamente associados a Jesus Cristo, constituindo-se diferentes formas de escrever o Seu Nome.

Bibliografia

- Allendy, R. 1920. *Le Grand-oeuvre thérapeutique des alchimistes et les principes de l'homeopathie*. Voile d'Isis. Paris.
- Bartlett, K. (ed.). 2011. *The Civilization of the Italian Renaissance: A Sourcebook*. University of Toronto Press. Toronto.
- Braudel, F. 1976. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en tiempos de Felipe II*. Fondo de Cultura Económica de España. Madrid.
- Eco, U. 2011. *Arte e Beleza na Estética*. Editorial Presença. Lisboa.
- Einarson, B. 1967. Notes on the development of the Greek alphabet. *Classical Philology*. 62: 1–24.
- Gachard, L. 1848-1851. *Correspondance de Philippe II sur les affaires des Pays-Bas*. University of Ottawa. Ottawa.
- González-Wippler, M. 2013. *The Kabbalah & Magic of Angels*. Llewellyn. Mineápolis.
- Heiser, J. 2011. *Prisci Theologi and the Hermetic Reformation in the Fifteenth Century*. Repristination Press. Malone.
- Jeffery, L. 1961. *The local scripts of archaic Greece*. Clarendon. Oxford.
- Kuhn, T. 2012. *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press. Chicago.
- Liungman, C. 1991. *Dictionary of Symbols*. ABC-CLIO. Oxford.
- Pesic, P. 2000. *Kepler's critique of Algebra. The Mathematical Intelligencer*. Springer-Verlag. New York.

Peirce, C. 1968. *Escritos lógicos*. Alianza. Madrid.

Petrié, C. 1964. *Felipe II*. Editora Nacional. Madrid.

Price, D. 2011. *Johannes Reuchlin and the Campaign to Destroy Jewish Books*. Oxford University Press. Oxford.

Rizek, R. 1998. Teoria da Harmonia em Platão. *Letras Clássicas*. 2:25-299.

Rodrigues, F. 2014. *Gibraltar Açoriano: Possíveis dimensões religiosas e musicais, astrológicas e astronómicas, matemáticas e geométricas, cabalísticas e esotéricas do Castelo do Monte Brasil*. Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores. Angra do Heroísmo.

Sacks, D. 2003. *Letter Perfect: The Marvellous History of Our Alphabet From A to Z*. Penguin Random House. New York.

Watson, R. 2002. *Cogito, Ergo Sum: The Life of René Descartes*. David R. Godine Publisher. Boston.

Webber, F. 1938. *Church Symbolism: An Explanation of the more Important Symbols of the Old and New Testament, the Primitive, the Medieval and the Modern Church*. (2nd. Edition). J.H. Jansen (ed.). Cleveland.

FORRAGENS NÃO CONVENCIONAIS NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NOVOS USOS PARA VELHOS COSTUMES

*Alfredo Emilio Silveira de Borba**

A presença de ruminantes no arquipélago dos Açores remonta à época do povoamento “mandaria o Infante, solícito nestes descobrimentos, deitar gado vacum, e ovelhum, e cabras, e coelhos, e outras coisas, e aves domésticas para se criarem e multiplicarem na terra, entretanto que a não mandava povoar” (Frutuoso, Livro III de Saudades da Terra), no entanto, foi com o fim do ciclo cultural e económico chamado das “culturas industriais” nos fins do século XIX e sobretudo durante no último quartel do século XX, que a bovinicultura, nomeadamente a bovinicultura leiteira, teve uma grande expansão, tornando-se, assim, na atividade económica dominante do arquipélago.

Segundo Meneses (2008) à data da colonização, o lançamento prévio de gado constituiu um meio de aferição da fertilidade da terra, no seu assentamento, os bovinos instalaram-se nas pastagens e os ovinos e caprinos ocuparam os solos mais íngremes e de vegetação irregular, exceção para o caso de São Jorge, fruto da abundância e da excelência dos pastos, que reverteram na qualidade da carne e na fama dos queijos.

As terras de menor altitude foram destinadas ao cultivo, nível que se referencia hoje, para a maioria das ilhas, nos 300/400 m, instalando-se as pastagens nos níveis superiores (Gregório, 2008). Durante séculos, as pastagens naturais, foram a base da produção animal açoriana, assentes em solos tendencialmente ácidos, eram essencialmente formadas por gramíneas, entre as quais *Holcus mollis*, *Anthoxantum odoratum* e *Festuca ovina* (Davies, 1962).

Num sistema de pastoreio tradicional, em que a produção leiteira acompanhava o ciclo da produção de erva, um bom manejo das pastagens representava uma mais-valia na rentabilidade das explorações. De uma maneira geral estas pastagens situam-se a média/

* Professor Catedrático, Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias.
alfredo.es.borba@notes.angra.uac.pt

alta altitude, ficando, por isso, sujeitas à ação dos ventos, a elevada pluviosidade e baixa temperatura, o que favorece a principal época de produção de erva na primavera, com dois períodos claros de escassez, verão (nomeadamente agosto e setembro) e inverno (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro). Nas ilhas com altitudes médias mais baixas, e/ou nas zonas baixas, verifica-se um único período de carestia de forragem o de verão, sendo este, no entanto, bastante prolongado (Borba, 1994).

Nalgumas ilhas nos períodos de escassez de forragem, como fonte de fibra, foi no passado e ainda é na atualidade, comum o recurso a forragens alternativas, desempenhando as arbustivas um papel preponderante. Das forragens alternativas utilizadas na alimentação animal açoriana, destacamos o *Pittosporum undulatum* (incenso), a *Hedychium gardnerianum* (roca-de-velha ou conteira), *Morella faya* (faia) e *Ilex azorica* (azevinho) (Borba *et al.*, 2002; Borba *et al.*, 2003a; Borba *et al.*, 2003b e Oliveira e Borba, 1999).

No Inverno, como forma de proteger os animais das condições adversas, sobretudo no que diz respeito à chuva e ao vento, os animais eram mantidos nos chamados “invernadores”, alimentando-se de ramagens, principalmente incenso, alimentos conservados, feno e palhas, cana de milho, mais recentemente silagens e alguns concentrados: milho grão ou mesmo concentrado comercial.

De uma maneira geral, as vacas eram alimentadas durante o Inverno com alimentos pobres, o que não lhes permitia fazer face ao crescimento do vitelo e repor o peso necessário para se prepararem para a lactação seguinte, o que resultava numa baixa produção de leite, limitada a alguns meses do ano. O milho que segundo Avellar (1902) foi introduzido entre o 3º e 4º quartel do século XVII, era utilizado quase exclusivamente como grão, na alimentação humana e de monogástricos.

Com o fim do ciclo das culturas industriais, primeiras duas décadas do século XX, desenvolve-se e afirma-se o ciclo da bovinicultura, com exportação de carne, animais vivos, queijo e manteiga. No período pós-guerra, verificamos uma especialização na bovinicultura leiteira, com recurso à inseminação artificial, sobretudo de sêmen proveniente dos Estados Unidos. Paralelamente verificamos o desenvolvimento de pastagens melhoradas, com recurso a espécies e variedades mais produtivas e de maior valor nutritivo. A combinação deste apuramento genético dos animais, com o da produção de pastagens com maior produtividade e maior valor nutritivo, para além do recurso a técnicas de conservação de forragens, para os períodos de escassez, levaram a uma maior produção de leite, o que obrigou a profundas transformações na técnica e no grau de concentração da indústria de laticínios.

Com o desenvolvimento da bovinicultura, houve a necessidade de aumentar a produção de alimentos, e sobretudo aumentar o seu valor nutritivo. Assistiu-se assim a uma substituição das pastagens naturais por pastagens melhoradas, com um valor nutritivo muito mais elevado. Esta substituição teve a sua expressão máxima no final da década de setenta e oitenta do século XX tendo sido mais intensa nas ilhas produtoras de leite, sobretudo S. Miguel e Terceira. Paralelamente assistimos a um aumento das áreas de cultivo do milho para silagem e mais recentemente das áreas de pastagem cultivadas com esse fim.

O leite entregue nas fábricas ascendia em 154 468 toneladas em 1975, a 166 245, em 1976, variando para 163 535, em 1977, para 178 370, em 1978 (Fortuna, 2008), chegando-se à produção atual de 610 096,4 toneladas no ano de 2015 (SREA, 2016). O grande aumento da produção de leite verificou na fase subsequente à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986 (Figura 1), a adesão de Portugal àquele organismo implicou para os Açores uma necessidade de adaptação aos novos desafios, que se traduziram numa política agrícola visando o aumento da produção de leite. Assim, esta subiu 5% em média nos Açores, nos anos compreendidos entre 1980 a 1988, sendo esse aumento em 1989 e 1990 de 15,45 e 13,48% respetivamente. A produção de leite açoriana passou a representar aproximadamente 30% da produção de leite Nacional, conseguida em 2% da SAU, o que representou um aumento de mais de 40 %, em relação ao ano de implementação do sistema de quotas leiteiras nos Açores. A quota leiteira que no âmbito da Política Agrícola Comum foi atribuído à Região foi de 400 milhões de litros, valor que era superior em cerca de 20% à produção leiteira na altura.



Figura 1. Produção de leite entregue nas fábricas dos Açores (l) (SREA)

Este esforço de aumento da produção implicou, como seria de esperar, melhorias significativas no manejo e estado sanitário dos rebanhos e das pastagens. As pastagens melhoradas, ao contrário das pastagens naturais, são constituídas por um número reduzido de espécies (geralmente uma ou duas), *Lolium perenne*, *Dactylis glomerata*, *Trifolium repens*, o que obriga a uma adubação química adequada, para se poder obter o máximo de produção.

Se analisarmos os resultados de composição química apresentados no quadro 1, em que são referido os valores de uma pastagem de azevém melhorada e os valores de uma pastagem natural, verificamos que a pastagem natural apresenta valores de fibra (NDF) muito superiores aos da pastagem melhorada e valores de proteína muito mais baixos, que se traduzem num valor nutritivo muito mais baixo, a pastagem natural apresenta uma digestibilidade *in vivo* da matéria seca de 50.99%, enquanto a pastagem melhorada apresenta valores de 76.56%. O conteúdo proteico das pastagens naturais é baixo (Quadro 1), sobretudo quando comparado com o da pastagem melhorada, este conteúdo proteico elevado deve-se não só à qualidade da forragem, mas também a uma maior adubação química.

Com os conhecimentos que possuímos atualmente sobre a fisiologia digestiva do ruminante, sobretudo o metabolismo proteico no rúmen, verificamos que um aumento do fornecimento de proteína proveniente da pastagem, traduz-se num incremento das excreções azotadas, uma vez que essa proteína apresenta elevada degradabilidade ruminal, provocando o aparecimento de grandes “pools” de amoníaco que ultrapassam a capacidade de utilização pela população microbiana ruminal sendo por isso absorvido pela parede do rúmen e, na sua maioria, excretado pela urina (Borba, 1996). Esta forma de azoto, juntamente com os excessos de azoto utilizado com fertilizantes e os provenientes das nitréias, constituem as principais fontes de poluição azotadas com origem na produção animal (Borba, 2003).

Quadro 1. Composição química e valor nutritivo de forragens tradicionais e alternativas

Amostra	% de M. S.	Em 100g de M. S.					% Dig. M. S.
		PB	NDF	ADF	ADL	Cinza Bruta	
Incenso (a)	33.27	7.87	40.74	35.09	14.24	8.56	56.25
Roca-de-Velha (b)	20.98	8.97	65.84	33.16	6.08	9.74	57.19
Faia (c)	31.47	10.35	58.81	40.94	18.16	5.31	35.28
Azevinho (d)	48.45	6.93	45.94	34.24	13.84	6.21	45.04
Pastagem Natural (e)	29.20	8.22	64.51	40.95	3.45	8.22	50.99
Azevém (f)	16.52	19.69	49.47	30.73	1.47	11.49	76.56

(a) – Oliveira e Borba (1999); (b) – Borba et al. (2003a); (c) - Borba et al. (2003b); (d) - Borba et al. (2002); (e) – Borba e Ramalho Ribeiro (1994); (f) – Borba et al. (1998)

Com vista a diminuir a poluição azotada proveniente da produção animal há que evitar a aplicação de estrumes, quantificar as necessidades das plantas em fertilizantes de forma evitar a aplicação de excessos e melhorar a utilização da proteína das plantas pela população microbiana do rúmen, conseguindo-se isto de várias formas, sendo uma a utilização de substâncias anti nutritivas que diminuam a degradabilidade proteica, como

por exemplo os taninos, e aí as forragens arbustivas poderão desempenhar um papel importante, ou procurando sincronizar a liberação de azoto e de energia no rúmen de forma a verificar-se uma maximização da síntese de proteína microbiana, o que se traduzirá numa diminuição da absorção e excreção de amoníaco.

Novas perspectivas

A agricultura é uma atividade altamente dependente de fatores climáticos, como temperatura, pluviosidade, humidade do solo e radiação solar. As mudanças climáticas podem afetar a produção agrícola de várias formas: pela mudança dos fatores climáticos, incluindo a frequência e severidade de eventos extremos, pelo aumento da produção devido ao efeito fertilizador de carbono através de maiores concentrações de CO₂ atmosférico, pela alteração da intensidade de colheita devido a uma mudança no número de dias de crescimento, ou modificando a ocorrência e a severidade de pragas e doenças.

O aumento da emissão de gases de efeito estufa (GEE) é um dos principais problemas ambientais da atualidade. A alteração da concentração de GEE poderá desencadear um aumento da temperatura média no planeta em até 5,8°C nos próximos cem anos (IPCC, 2007). Estima-se que, das emissões totais, a agricultura contribui com aproximadamente 20% da emissão antropogénica de GEE, sendo que pode atuar como fonte ou dreno de GEE (Johnson *et al.*, 2005). Três dos principais gases de interesse são o dióxido de carbono (CO₂), o óxido nitroso (N₂O) e o metano (CH₄), sendo que o fluxo destes nos agroecossistemas é dependente do manejo e das práticas agrícolas adotadas.

O metano (CH₄) é um gás de efeito estufa cuja concentração na atmosfera vem aumentando intensamente nas últimas décadas. O metano é o segundo maior contribuinte para o aquecimento da terra, logo a seguir ao dióxido de carbono (CO₂). Os ruminantes são considerados importante fonte de produção de metano à escala global (Johnson e Johnson, 1995).

As emissões de metano (CH₄) provenientes da fermentação entérica em animais resultam da produção deste gás como um subproduto durante o processo de digestão microbiana dos hidratos de carbono no sistema digestivo. Este processo ocorre principalmente em animais ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos), mas também ocorre, em menores quantidades, em animais monogástricos (suínos, equinos e coelhos).

Tem sido ultimamente referenciado que as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, aliada aos prados cultivados, constituídos na sua maioria por uma, ou duas espécies vegetais, levam à procura de plantas provenientes da flora natural e a forragens não convencionais, como forma de mudança para uma produção animal mais sustentável, que combine bom desempenho económico e redução da pegada ambiental (Dumont *et al.*, 2013).

Os componentes poluentes provenientes da produção animal tradicional, metano, azoto e fósforo, são resultantes de ineficiências no sistema de utilização digestiva dos nutrientes. Para um melhor aproveitamento das forragens essas devem combinar um elevado valor nutritivo e uma baixa emissão de emissões poluentes.

Vários estudos têm sido efetuados recentemente, com o objetivo de por um lado conhecer melhor as forragens do Açores (Borba *et al.*, 2015a), a sua potencial interferên-

cia com a produção e na reprodução (Nunes *et al.*, 2014), o seu potencial no combate à emissão de gases de efeito estufa (Vieira e Borba, 2011; Moselhy *et al.*, 2014), ou a sua valorização nutritiva (Borba *et al.*, 2015b e Moselhy *et al.*, 2015).

Há consenso científico para apontar como uma das causas das alterações climáticas as emissões de gases com efeito de estufa, resultantes das atividades humanas. A produção de metano pela fermentação entérica dos ruminantes é uma das principais fontes antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.

Num ensaio em que mediram o efeito da inclusão crescente de *Hedychium gardnerianum* e de *Pittosporum undulatum*, na percentagem de 25, 50, 75 e 100% em relação a um alimento base constituído por 40% de palha, 40% de erva verde e 20% de concentrado comercial, Moselhy *et al.* (2014) verificaram que a produção de gás *in vitro*, medida segundo o método proposto por Menke e Steingass (1998), tinha um decréscimo acentuado (Quadro 2), sobretudo para níveis superiores dessa inclusão. Segundo os autores, ambas as forragens podem ser incluídas em percentagens superiores a 50 % da dieta de ruminantes, sem problemas para os parâmetros ruminais e com um efeito mitigador da produção de metano.

Com o objetivo da valorização nutritiva destas foragens, que na maioria das vezes são de baixa qualidade, têm sido efetuados vários ensaios, dos quais destacamos os de Borba *et al.* (2015b), em que procedeu ao tratamento da *Hedychium gardnerianum* (Quadro 3) onde se estudou o efeito da adição de 5% da matéria seca de ureia sobre a composição química e o valor nutritivo da *Hedychium Gardnerianum*, Sheppard ex Ker-Gawl (Conteira ou Roca-de-Velha), fonte tradicional de fibra utilizada pelos lavradores açorianos.

Quadro 2. Efeito na produção de metano (CH₄), de proteína microbiana (PM), no pH e no total de bactérias e protozoários medidos *in vitro*, da inclusão na dieta de ruminantes de diferentes níveis de *H. gardnerianum* (HG) e de *P. undulatum* (PU) (Moselhy *et al.*, 2014).

Tratamento	CH ₄ (ml 200 mg ⁻¹ MS)	CH ₄ (%)	pH	Bactérias x 10 ⁸ (cel ml ⁻¹)	Protozoários x 10 ⁵ (cel ml ⁻¹)	PM (g kg ⁻¹ MOD)
Controle	11,21 ^c	27,53 ^c	6,39 ^a	4,00 ^{cd}	3,73 ^b	47,76 ^d
HG25%	18,71 ^a	37,48 ^a	6,15 ^c	6,23 ^a	5,17 ^a	52,20 ^a
HG50%	14,12 ^c	31,62 ^c	6,27 ^{bcd}	4,71 ^{bc}	4,80 ^a	48,79 ^c
HG75%	9,99 ^f	25,67 ^f	6,31 ^{abc}	3,08 ^{de}	2,47 ^{cd}	44,80 ^f
HG100%	4,48 ^h	16,61 ^h	6,34 ^{ab}	1,92 ^f	2,00 ^d	36,35 ⁱ
PU25%	15,26 ^d	38,87 ^b	6,20 ^{dc}	5,09 ^b	4,93 ^a	49,50 ^b
PU50%	12,15 ^d	29,08 ^d	6,22 ^{cde}	4,30 ^{bc}	4,70 ^a	46,72 ^c
PU75%	9,70 ^f	24,95 ^f	6,28 ^{bcd}	3,26 ^{de}	3,65 ^b	44,17 ^e
PU100%	7,45 ^e	22,20 ^e	6,30 ^{abc}	2,67 ^{de}	3,00 ^c	40,48 ^b
SEM	0,79	1,09	0,02	0,26	0,22	0,90

a,b,c,d,e,f,g,h,i; Valores médios que pertencendo à mesma coluna não são significativamente diferente (P<0,05)

Os tratamentos foram: conteira verde como tratamento controlo, adição de 5 % da MS de ureia à conteira verde, com tratamentos com uma duração de 0, 5, 10, 15 e 30 dias e adição de 5 % da MS de ureia à conteira previamente seca, no dia 0.

Com o tratamento verificou-se um aumento significativo ($P < 0,05$) do conteúdo em Proteína Bruta, uma manutenção do teor em NDF e ADF e uma variação do teor em ADL. No entanto, não se verificou uma melhoria significativa da Digestibilidade *in vitro* da Matéria Seca.

Salientamos, também, os trabalhos de Moselhy *et al.* (2015), com vista a obter uma silagem de *Hedychium gardnerianum*, recorrendo ao uso de aditivos, melação, e/ou ureia, e/ou bactérias lácticas (Quadro 4). Tendo concluído que a adição de melação, ou melação e ureia com um inoculante de bactérias de ácido láctico, melhoram não só a qualidade de conservação da silagem de *Hedychium gardnerianum*, obtendo-se valores de pH e de $\text{NH}_3\text{-N}$ (g/kg NT) muito próximos dos ideais, semelhantes aos parâmetros de conservação apresentados por uma silagem de milho, bem como se melhorou significativamente o seu valor nutritivo.

Quadro 3. Efeito do tratamento na composição química média de *Hedychium gardnerianum* (Borba *et al.*, 2015b)

Tratamento	M. S. (%)	em 10 g de MS								IVDMD (%)
		PB	NDF	ADF	ADL	Celulose	Hemicelulose	EE	Cinza	
C	10.99 ^a (+0.05)	8.05 ^a (+0.52)	75.69 ^a (+1.85)	48.04 ^a (+0.87)	8.96 ^a (+0.87)	27.65 ^a (+1.54)	27.65 ^a (+1.31)	1.51 ^{ab} (+0.07)	10.25 ^a (+0.30)	29.13 ^{ab} (+0.72)
U0	10.92 ^a (+0.02)	16.15 ^b (+1.05)	76.29 ^{ab} (+0.50)	48.86 ^a (+1.56)	12.59 ^{bd} (+0.65)	27.42 ^a (+1.58)	27.42 ^a (+2.06)	1.73 ^a (+0.15)	10.15 ^a (+0.15)	30.96 ^a (+1.74)
U5	9.30 ^b (+0.32)	10.12 ^a (+0.54)	81.25 ^b (+0.57)	56.69 ^b (+0.71)	14.37 ^{de} (+0.73)	24.56 ^a (+1.12)	24.56 ^{ab} (+0.48)	1.41 ^{abc} (+0.14)	11.64 ^a (+0.06)	26.65 ^b (+1.15)
U10	7.52 ^c (+0.47)	11.12 ^c (+0.27)	75.06 ^a (+0.63)	50.50 ^a (+0.58)	9.81 ^{ab} (+0.67)	24.57 ^a (+0.92)	24.57 ^{ab} (+0.65)	0.60 ^d (+0.12)	13.68 ^b (+0.94)	29.46 ^{ab} (+1.68)
U15	7.44 ^c (+0.67)	10.97 ^c (+0.51)	74.59 ^a (+0.93)	50.92 ^a (+1.41)	10.58 ^{ab} (+0.77)	40.34 ^a (+2.18)	23.67 ^b (+1.14)	1.26 ^{ad} (+0.39)	13.79 ^b (+0.25)	30.11 ^{ab} (+1.15)

C – controlo; U0 - zero de tratamento com ureia a 5%; U5 - 5 dias de tratamento com ureia a 5%, U10 – 10 dias de tratamento com ureia a 5%; U15 – 15 dias de tratamento com ureia a 5%; MS – Matéria Seca; PB – Proteína Bruta; NDF – Fibra em Detergente Neutro; ADF – Fibra em Detergente Ácido; ADL – Lenhina em Detergente Ácido; EE – Extrato Etéreo; IVDND – Digestibilidade da MS *In vitro*. Letras diferentes na mesma coluna são significativamente diferentes ($P < 0,05$).

Quadro 4. Efeito da aplicação de diferentes aditivos na qualidade de fermentação, digestibilidade da matéria seca *in vitro* (IVDMD) estabilidade aeróbica de silagens de *H. gardnerianum*, depois de 60 dias de ensilagem (Moselhy *et al.*, 2015).

Tratamento	Inóculo	pH	g/kg MS					NH ₃ -N (g/kg NT)	IVDMD g/kg	Estabilidade aeróbica (h)*
			Ácido Láctico	Ácido Acético	Ácido Butírico	Ácido Propiónico	Etanol			
Hedychium não tratado	Sem C	4,50	32,5	28,6	1,10	6,73	8,90	89,4	410,2	252
	Com T1	4,36	38,4	25,5	0,90	5,30	8,60	59,8	414,7	224
Hedychium + melaço (50ml/kg)	Com T2	3,91	57,0	20,3	ND	2,10	11,60	30,9	537,0	280
	Com T3	3,69	68,2	17,3	ND	0,93	9,53	26,4	555,2	272
Hedychium + ureia (5 g/kg)	Com T4	6,27	10,8	37,3	8,63	9,30	17,3	212,4	386,7	152
	Com T5	6,12	13,4	33,7	7,10	7,60	16,1	199,8	406,2	122
Hedychium + melaço (50ml/kg) + ureia (5 g/kg)	Com T6	3,76	65,7	20,9	ND	1,20	8,43	36,2	567,8	322
	Com T7	3,70	72,4	17,0	ND	0,83	7,43	29,4	641,2	286
SEM		0,06	0,72	0,71	0,18	0,16	0,38	12,44	8,94	8,46

*Número de horas antes de aumentar 2°C depois de aberto o silo; ND – não determinado; SEM – standard error means; T1 – com bactérias do ácido láctico (Sil-ALL^{4x4}); T2 – com melaço (50ml/kg); T3 – com melaço (50ml/kg) + inoculante (Sil-ALL^{4x4}); T4 – com ureia (5 g/kg); T5 – com ureia (5 g/kg) + inoculante (Sil-ALL^{4x4}); T6 – com melaço (50ml/kg) + ureia (5 g/kg); T7 – com melaço (50ml/kg) + ureia (5 g/kg) + inoculante (Sil-ALL^{4x4})

Estas fontes de fibra devem continuar a ser estudadas para melhorar o seu valor nutritivo, quer por tratamentos físicos, quer por tratamentos químicos (NH₃ e NaOH), com vista à sua incorporação na alimentação de bovinos numa tríplice perspetiva, minimizar a importação de fontes alimentares fibrosas, contribuindo para a diminuição da pegada ecológica e combatendo uma das infestantes que mais prejudica o meio natural dos Açores.

A *Hedychium gardnerianum*, tem sido recentemente alvo atenção da comunidade científica que está a conduzir ao aproveitamento das suas fibras para a alimentação humana, e o dos seus óleos essenciais, para a indústria cosmética e medicinal.

Bibliografia

- Avellar, J.C.S. (1902). *Ilha de S. Jorge (Açores)*. Apontamentos para a sua História. Typ. Minerva Insulana, Horta.
- Borba, A.E.S. (1994). Alimentação animal nos Açores. Passado e Presente. XIII Seminário Português Atlântico e a Açorianidade. 18 a 29 de julho. Ponta Delgada.

- Borba, A.E.S. (1996). *Alimentação proteica da vaca leiteira em pastoreio*. Relatório da aula para provas de Agregação. Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo. 44 p.
- Borba, A.E.S. (2003). A Produção Animal e o Ambiente – O Caso de S. Jorge. VI Encontro Regional de Educação Ambiental. 15 a 17 de maio de 2003, Velas S. Jorge Açores. Pp: 90-91.
- Borba, A.E.S. e Ramalho Ribeiro, J.M.C. (1994). Valor Nutritivo do azevém verde e ensilado, em três fases de desenvolvimento. *Revista Portuguesa de Zootecnia*, 1: 63- 76.
- Borba, A.E.S., Dias, E.M.F., Maduro Dias, C.S.A.M. e Mendes, C. M. (2015a). Valor nutritivo de plantas presentes em turfeiras pastoreadas dos Açores. *Conference: Wetland Processes and Dynamics: An approach to Peatland restoration. Workshop II, Angra do Heroísmo*.
- Borba, A.E.S., Oliveira, M.A., Vouzela, C.F.M., Rego, O.A., Barreiros, J.P. e Borba, A.F.R.S. (2003a). Study of the nutritional value of *Hedychium gardnerianum* (Roscoe, 1828) and its influence on the rumen fermentation. In: *54th Annual Meeting of the European Association for Animal Production*. Rome, Italy, 31 August – 3 September, 2003. Pp: 139.
- Borba, A.E.S., Vouzela, C.F.M. e Borba, A.F.R.S. (1998). Estudo do efeito da ensilagem em rolo sobre o valor nutritivo de pastagem permanente de S. Jorge. *Revista Portuguesa de Zootecnia*, 4: 47- 50.
- Borba, A.E.S., Vouzela, C.F.M., Rego, O.A., Silva, J.F.M. e Borba, A.F.R.S. (2002). Studies on nutritive value of *Ilex perado* Ait. In: *53th Annual Meeting of the European Association for Animal Production*. Cairo, Egypt, 1-4 September 2002. Pp: 86.
- Borba, A.E.S., Vouzela, C.F.M., Rego, O.A., Silva, J.F.M. e Borba, A.F.R.S. (2003b). Estudo do valor nutritivo da *Myrica faya* Aiton. *Arquipélago, Ciências Agrárias e do Ambiente*. 1: 17-22.
- Borba, J.P.R., Maduro Dias, C.S.A.M., Rosa, H.J.D. Vouzela, C.F.M., Rego, O.A. e Borba, A.E.S. (2015). Nutritional valorization of ginger lily forage (*Hedychium gardnerianum*, Sheppard ex Ker-Gawl) for animal feeding: treatment with urea. *African J. Agric. Res.* 10: 4606-4615.
- Davies, W. (1962). *Problemas das pastagens dos Açores*. Separata dos N^{os} 33/36 do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, 28pp.
- Fortuna, M. (2008). A economia: do predomínio da pecuária ao fomento do turismo. In: *História dos Açores, do descobrimento ao século XX*. Vol II. Dir. Científica: Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. Pp: 550-579.

-
- Gregório, R. D. (2008). Formas de organização do espaço. In: *História dos Açores, do descobrimento ao século XX*. Vol I. Dir. Científica: Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. Pp: 111-140.
 - IPCC (2007). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Parry, M.L., O.F. Canziani, J.P Palutikof, P.J. van der Linden, C.E. Hanson (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.
 - Johnson, J.M.F.; Reicosky, D.C.; Allamaras, R.R.; Sauer, T.J.; Venterea, R.T. e Dell, C.J. (2005). Greenhouse gas contributions and mitigation potential of agriculture in the central USA. *Soil & Tillage Research*, 83: 73-94.
 - Johnson, K. A. e Johnson, D. E. (1995). Methane emissions from cattle. *Journal of Animal Science*, 73: 2483-2492.
 - Meneses, A. F. (2008). Recursos, excedentes e carências. In: *História dos Açores, do descobrimento ao século XX*. Vol I. Dir. Científica: Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. Pp: 141-172.
 - Menke, K.H. e Steingass, H. (1988). Estimation of energetic feed value obtained from chemical analysis and *in vitro* gas production using rumen fluid. *Anim. Res. Develop.*, 28. 7-55.
 - Moselhy, M. A, Nunes, H. P. e Borba, A.E.S. (2014). Effect of replacement of ordinary ruminant feed with *Hedychium gardnerianum* or *Pittosporum undulatum* on *in vitro* rumen fermentation characteristics. *International Journal of Advanced Research*, 2: 91-104.
 - Nunes, P. Falé, M.F. Duarte, M.L.M.O.M. Serralheiro, A. Borba e F. Moreira da Silva. (2014). *Pittosporum Undulatum* and *Hedychium Gardnerianum* Nutritive Value and Secondary Metabolites on Cattle Reproductive Performances. *Int. J. Pure Appl. Sci. Technol.*, 22: 1-9.
 - Oliveira, M.A.S.P. e Borba, A. (1999). Estudo do valor nutritivo do incenso (*Pittosporum undulatum* Vent) e sua influência sobre os parâmetros fermentativos do rúmen. *Revista de Ciências Agrárias*, 22: 27-36.
 - SREA, Serviço Regional de Estatística dos Açores (2016). <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B62790691-faf9-4901-9bfb-1c056b0103a4%7D.htm>
 - Vieira, S. C. e Borba, A.E.S. (2011). Effects of Condensed Tannins from Quebracho Extract on the Kinetic of *in vitro* Gas Production on *Trifolium repens*, *Lotus corniculatus* and *Lolium perenne*. *Journal of Agricultural Science and Technology B*, 1: 982-988.

ILHAS FERROÉ: HISTÓRIA, IDENTIDADE NACIONAL E AUTONOMIA POLÍTICA

*Eduardo Borba da Silva**

1. Introdução

De entre as várias regiões autónomas da Europa, este pequeno arquipélago composto por 18 ilhas, com uma população de mais ou menos 50 000 habitantes, tem cada vez mais atraído o interesse de estudiosos de várias áreas, em particular dos que se dedicam à investigação no campo das ciências sociais e políticas em toda a sua extensão. Não quer isto dizer não tenham sido publicados numerosos trabalhos noutras áreas. A comprovar tal facto está a extensa bibliografia publicada nos últimos anos.

O facto de aqui se realçar uma determinada vertente tem que ver com o crescente interesse pelo funcionamento do sistema político-administrativo das Ilhas Ferroé, e com as posições independentistas de alguns partidos políticos, que refletem, por sua vez, as características socio-culturais que constituem e definem a sociedade feroesa. Está igualmente em curso um processo que poderá culminar na independência do arquipélago num espaço de tempo relativamente curto.

O presente trabalho não tem qualquer outra pretensão que não seja divulgar alguns aspetos desta sociedade insular, com quem os Açores, lá bem no fundo, têm algumas afinidades. Isto não obstante as inegáveis diferenças culturais e um contexto histórico assaz distinto. A articulação política dos factores identitários, que são resultado de uma insularidade marcante, as relações entre a região e os órgãos do poder central, o funcionamento da administração regional, já para não mencionar a incerteza, e as ameaças, que se vislumbram no horizonte da nossa globalidade quotidiana, e que obrigam a uma reflexão aprofundada no que diz respeito às grandes opções estratégicas que nos confrontam, como regiões vulneráveis que somos.

Seja como for, julgo ser sobremaneira importante, para o desenvolvimento da autonomia política dos Açores, aprofundar os nossos conhecimentos, através de uma aborda-

* Licenciado em Direito Público Norueguês e Mestre em Direito Comunitário.

gem de índole comparativa, sobre o funcionamento de regimes autonómicos, que mesmo encapsulados em realidades diferentes das nossas, como é o caso das Feroé, têm igualmente semelhanças estruturais a vários níveis.

Formalmente, as Ilhas Feroé¹ fazem parte da Dinamarca. O facto de terem optado por não fazer parte da Comunidade Europeia, aquando da adesão deste país ao processo de integração europeia, só por si constitui uma situação particularmente interessante, tanto do ponto de vista político, como no âmbito do direito internacional público e das relações internacionais.

Nesta perspetiva, podemos considerar as ilhas Feroé um laboratório onde se podem observar e estudar os efeitos de uma transformação social algo brusca, analisar as diversas facetas do relacionamento de um estado soberano - a Dinamarca, com as forças políticas de um arquipélago, com uma população que representa menos de 1% da população dinamarquesa, e estudar os processos políticos em curso.

Situadas numa região relativamente remota, o povoamento da ilhas, na sequência da expansão marítima que ocorreu na chamada “era viquingue”, e que resultou na descoberta e subsequente povoamento da Islândia, da Gronelândia e das ilhas adjacentes da Escócia, logo seguida de outros territórios, por populações provenientes das regiões do que hoje é a Noruega ocidental.

Embora numa perspetiva histórica as comunidades estabelecidas nas ilhas nos primórdios do seu povoamento possam ser consideradas uma extensão das existentes nos territórios de onde emigraram, o certo é que a insularidade e factores de ordem sociopolítica e económica, com destaque para escassez de recursos materiais, foram determinantes na génese de uma cultura com características algo invulgares.

Estamos perante uma sociedade homogénea, já que os seus habitantes mantiveram as linhas genéticas que os ligam aos seus antepassados noruegueses e escoceses. Já o mesmo não se pode afirmar em relação ao idioma, como veremos mais abaixo.

O facto de fazer parte do Reino da Dinamarca, não impede, antes, pelo contrário estimula, uma cada vez maior preocupação em manter uma identidade própria, particularmente no que diz respeito ao idioma. Embora existam outros factores que expliquem as tendências separatistas e as teses independentistas, a língua – o feroês – constitui o elo forte, da identidade dos seus habitantes.

Mas deve sublinhar-se que, só por si, o idioma não explica a dimensão da consciência colectiva das gentes destas ilhas, outros factores para tal contribuem.

Estamos perante um pequeno povo, que se define como nação, e que defende com firmeza a sua autonomia cultural e política. As forças políticas dividem-se entre as que defendem que a única via para defender os interesses do povo das ilhas è tornarem-se num estado soberano, internacionalmente reconhecido, e aquelas que, mais moderadas, defendem uma mudança na continuidade, ajustando o regime autonómico, tornando-o

¹ Ilhas dos carneiros ou das ovelhas. Parece que a etimologia não deixa aparentemente margem para dúvidas. O nome do arquipélago é formado por dois vocábulos significando respetivamente Ilhas e Carneiros. Mesmo assim, há quem defenda que o nome dado às ilhas originalmente tem raízes célticas, e não nórdicas ou norrenas, como parece ser o caso.

mais abrangente, sem correr o risco de ficar à deriva num mundo cada vez mais complexo. Mas tanto uns como outros comungam de uma consciência nacional forte.

A bandeira, os selos de correio, as notas de banco em circulação no arquipélago, o hino nacional, são símbolos de uma região autónoma, que se define como nação e como tal é respeitada.

Uma pequena nota prévia no respeitante à grafia e à terminologia adoptadas. O nome oficial da Região é Føroyar e Færøerne, respetivamente em feroês e dinamarquês. Em português, a grafia varia. Encontra-se Ilhas Féroe, e Ilhas Feroé². O idioma falado nas ilhas é considerado uma língua e não um dialeto³. Em português usa-se a palavra “feroês” para o designar. Os habitantes do arquipélago denominam-se feroeses no plural, e feroês(a) no singular.

A tradução de termos que denotam nomenclaturas institucionais e termos jurídicas é sempre tarefa espinhosa. As semelhanças léxicas podem dar origem a interpretações erradas e a conduzir a fazer comparações descabidas. Um exemplo, entre outros: a instituição do Rigsombudsmann, ou seja., o representante do Reino da Dinamarca nas Ilhas Feroé, cargo em tudo semelhante ao do Representante da República nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. O termo “ombud” indicia, aliás, se formos pela via etimológica, alguém enviado em representação de outrem, com a missão de fazer prevalecer determinados interesses. A tradução oficial para inglês optou por High Commissioner e, ao que sei, designa-se Alto Comissário em português. Na minha opinião, o termo adoptado não traduz bem o conceito de “ombudsmann”. Optei por fazer uma tradução tanto quanto possível fidedigna dos nomes das instituições, indicando o termo original em feroês. Outro exemplo que corresponde ao de Presidente do Governo Regional, que em feroês é designado Lagman, é traduzido para inglês como “prime minister”, sendo os os membros do governo regional designados “ministers” na tradução oficial em uso. As representações do Governo das Feroé no estrangeiro não podem ser, por razões óbvias, embaixadas, e “legações” também não serão, aqui optei por “Gabinete do Representante do Governo das Feroé”.

Como acima referi, e vale a pena repetir, não tem este pequeno trabalho qualquer outra ambição que não seja fornecer alguns elementos, pistas e pequenas achegas, a quem tenha algum interesse em conhecer mais alguma coisa da história, da vida e dos costumes dos seus habitantes, e do funcionamento do sistema político que se desenvolveu ao longo dos anos neste arquipélago atlântico, e que é produto de uma forte consciência nacional, que vai resistindo ao centralismo e ao mesmo tempo se mostra capaz de adaptar as suas instituições, sempre com o objetivo de modo a salvaguardar os seus valores culturais e económicos .

² Esta é a grafia utilizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a recomendada no Cíberdúvidas da Língua Portuguesa pelos linguistas F. V. Peixoto da Fonseca e Carlos Machado.

³ Não se traia aqui de um ponto de linguística mas sim um de natureza política. A afirmação do feroês como uma língua distinta das outras é de importância capital para a identidade cultural do arquipélago.

⁴ Encontra-se a denominação feórico. Ver por exemplo o artigo na Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira.

2. Localização

O arquipélago está localizado no Atlântico Norte, entre a Escócia, a Islândia e a Noruega, a uma distância de mais ou menos 300 quilómetros das ilhas Shetland e a 1500 de Copenhaga. Das 18 ilhas que fazem parte do arquipélago, 17 são habitadas. A mais extensa – Streymoy – tem uma área de 373,5 quilómetros quadrados. A área terrestre é de 1 117 quilómetros quadrados. A distância de Norte a Sul é de 118 quilómetros e de Este a Oeste 79 quilómetros. O ponto mais elevado – o pico de Slaettaratindur – tem uma altitude de 882 metros. A linha costeira tem uma extensão de aproximadamente 1 117 quilómetros.

As ilhas são de origem vulcânica. O clima é relativamente suave, com graus de humidade elevados, neblinas quase permanentes e ventos fortes, com tempestades frequentes, fazem parte do quotidiano. A temperatura média na cidade de Tórshavn, a capital da Região, é respetivamente 3,5 no Inverno e 10,5 na época estival. A pluviosidade é elevada, com uma precipitação média anual de 1300 mm.

A vegetação é escassa⁵. A área terrestre está coberta por plantas herbáceas de pequena dimensão e musgos e musgões diversos. Só uma área muito reduzida tem terrenos de cultura. Não existem florestas, mas em certas localidades mais abrigadas, nas proximidades das zonas de pastagem, onde se encontram numerosos rebanhos, podem encontrar-se pequenas áreas cobertas de matos, com alguns arbustos e árvores de pequena dimensão. A fauna é igualmente pouco numerosa. Encontra-se, no entanto, um grande número de aves, sendo de destacar as vastas colónias de papagaios-do-mar⁶, entre outras espécies. Nos rios e lagos há alguma abundância de salmão e truta. No mar circundante encontra-se uma abundante fauna marítima, com grande económico, sendo igualmente de destacar as numerosas focas e baleias que sempre representaram um recurso de grande importância para a população das ilhas.

3. Demografia

A população ronda os 49000 habitantes, dos quais aproximadamente 20000 vivem no município de Tórshavn e 5000 no de Klaksvik, povoações que constituem os dois centros urbanos mais importantes do arquipélago. Isto significa que mais de metade da população reside nestes dois municípios. Os restantes estão dispersos por pequenas povoações, que por sua vez, pertencem aos outros 28 municípios existentes nas várias ilhas.

Como resultado da crise financeira de 2008-09, deu-se um ligeiro decréscimo populacional⁷, tendo-se registado com uma significativa retoma nos últimos anos. De uma maneira que a situação demográfica é estável, com um crescimento equilibrado.

⁵ Com referência ao número de espécies. De uma maneira geral as ilhas não sofreram efeitos de erosão, ou desflorestação como no caso da Islândia.

⁶ Esta ave (*Fratercula arctica*) teve grande importância económica através dos tempos. Sobre isto ver Williamson, Kenneth, "The Economic Importance of Sea-Fowl in the Faeroe Islands" *Ibis*, 87 82) p. 249-269.

⁷ Durante os anos de crise houve um surto emigratório com destino à Noruega e Dinamarca.

O maior crescimento populacional tem-se verificado nos dois maiores municípios do arquipélago: a cidade de Tórshavn, - a capital – que com os seus 20 000 habitantes, é o centro administrativo e cultural da Região e no município de Klaksvík, com uma população a rondar os 5000.

O primeiro censo feito em todas as ilhas, teve lugar em 1851; o número de habitantes era então de 5265 pessoas. Deu-se portanto um considerável crescimento populacional, e hoje em dia o arquipélago tem um dos mais elevados índices de natalidade da Europa.

4. Identidade Cultural e Valores Sociais

O conceito de identidade cultural de povo é matéria por demais complexa para uma abordagem, mesmo superficial, num trabalho desta dimensão⁸. Utilizo aqui o conceito de uma forma genérica para caracterizar aquele conjunto de factores, tais como o idioma, as narrativas históricas, a cultura material e outros, que confluem e formam o que podemos denominar a consciência coletiva, ou os pontos de referência comuns a uma determinada comunidade humana, e que servem como demarcação em relação a outras. São esses elementos que constituem as pedras basilares, de natureza psicológica, sobre os quais se constrói a comunidade. Esses factores identitários materializam-se em várias formas de expressão simbólica, como por exemplo no uso dos símbolos nacionais, tais como a bandeira e o hino, e na criação de instituições que reforçam e desenvolvem o sentimento nacional.

Nas ilhas Feroé⁹ o que podemos denominar de política da identidade¹⁰ é uma realidade que, dada a reduzida dimensão das instituições, pode ser observada e estudada a partir de várias perspectivas.

A língua vernácula constitui, sem dúvida, uma das traves-mestras da identidade das gentes do arquipélago. Foi aliás o interesse pelo estudo da língua, em todas as suas dimensões, que de certa maneira teve um efeito catalisador, incentivando a génese dos movimentos nacionalistas do século passado. A importância política do idioma é corroborada pela preocupação de evitar estrangeirismos, e mantendo assim uma tradição purista, por alguns considerada algo exagerada.

Os pioneiros, que minuciosamente registaram os vocábulos e expressões usados pelo povo do arquipélago, compilaram ao mesmo tempo uma profusão de baladas, lendas e contos que mais tarde foram publicados e constituem um património imaterial de

⁸ Existe um extensa literatura em várias disciplinas e com abordagens distintas sobre o conceito. Ver entre outros: Aijaz, *In Theory: Classes, Nations, Literatures*, Londre 1992, Alonso, *The Burden of Modernity: the rhetoric of Cultural Discourse in Spanish America*, Oxford, 1998; Anderson, *Imagined Communities*, N.Y. 1991, Bhabha, *The Location of Culture*, Londres 1994, Gellner, *Nation and Nationalism*, Cornell 1983, Hall, *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres 199, Oboler, *Ethnic Labels*, Minneapolis 1995.

⁹ Existem variadíssimos estudos sobre este tema. Veja-se por exemplo Ostergaard, *Uffe*..

¹⁰ Para uma discussão desta matéria no respeitante às Ilhas Feroé ver Oestgaard. Um ensaio interessante mas infelizmente escrito em dinamarquês “*opfindelsen af der faeroeske folk, kultur og nation*” da autoria do feroês Jóan Pauli Joensen contém muitas referências bibliográficas a trabalhos publicados em inglês.

importância capital. Partindo da revitalização linguística, e da publicação de obras que passaram da oralidade à escrita, e dessa maneira contribuíram para a produção de um discurso ideológico.

Essa percepção de um passado histórico comum, canalizado através das narrativas históricas, e da sublimação das chamadas tradições populares, conduziram à mobilização política e criaram uma dinâmica endógena de caráter estruturante. Assim se foi cimentando um crescente consciência nacional, que resulta numa demarcação cultural e linguística em relação aos outros, no caso concreto ao universo dinamarquês. Esses factores tem de ser tidos em conta, para se melhor enquadrar a dimensão política dos factores identitários.

Para todos os efeitos, os feroenses consideram-se uma nação distinta, mas irmanando em pé de igualdade com as outras nações nórdicas¹¹. Obviamente que tem lugar um aproveitamento político dos sentimentos nacionais, o que é demonstrado em termos práticos pela existência de partidos secessionistas. Poder-se-á talvez considerar que a identidade feroense é, vive da simbiose, ou da convergência de interesses políticos e intelectuais. No panorama atual, identidade e a cultura, conceitos altamente plásticos, fazem parte do arsenal retórico dos políticos, e são na realidade as únicas armas de que o arquipélago dispõe para se defender.

Com uma população de pequena dimensão, vivendo durante longos séculos praticamente isolada do resto do mundo, e sobrevivendo numa economia de subsistência, com escassos recursos naturais, o desenvolvimento do arquipélago e o nível de vida dos seus habitantes, vivendo dispersos pelas várias ilhas, em pequenos núcleos populacionais, foi sempre muito baixo.

A criação de ovelhas e a pequena agricultura, juntamente com a pesca costeira, nunca permitiu uma acumulação significativa de capital. Além disso, sempre existiu uma ideologia igualitária, não obstante o respeito pela propriedade privada. Isto não quer dizer obviamente que não existissem diferenças sociais.

No período logo a seguir ao fim da II Grande Guerra, o desenvolvimento acelerado do sector das pescas e a crescente regionalização político-administrativa trouxe ao arquipélago uma prosperidade nunca antes alcançada.

Com serviços públicos eficientes e uma boa infraestrutura de transportes, o nível de vida das pessoas está a par dos outros países da Escandinávia, e ultrapassa o da grande maioria dos países da Europa.

Um antropólogo natural das ilhas¹² utiliza a expressão “modernização tardia” para explicar certos aspetos da sociedade faroesa de hoje em dia.

Um factor a destacar na sociedade feroense é a preocupação e a atenção dispensada ao equilíbrio social, o que se manifesta pela rejeição de usos e costumes considerados estranhos ou ofensivos em relação aos valores tradicionais. Como resultado do processo de modernização, a transformação cultural é por demais evidente. Estudos sociológicos

¹¹ As Feroé fazem parte do Conselho Nórdico, uma organização que promove a cooperação política e cultural entre os vários países nórdicos. Em Torshavn encontra-se uma delegação da organização, num edifício construído especificamente para esse fim, a que foi dado o nome de Nordens Hus, ou seja, Casa Nórdica.

¹² Firouz. Gaini.

mostram uma diferenciação que tem que a ver com a prática religiosa e o papel desempenhado pela família na educação e socialização das crianças e dos jovens.

Regista-se ainda uma predominância dos chamados valores masculinos, o que se reflete no reduzido número de mulheres com cargos políticos ou a ocupar postos de responsabilidade¹³. Isso pode explicar o déficite ou desequilíbrio demográfico, ou seja,, o número de pessoas do sexo masculino é superior às do sexo feminino. As mulheres jovens tendem a sair do arquipélago rumo à Dinamarca, por motivos de estudo ou para encontrarem trabalho; muitas delas não regressam. A longo termo tal situação pode ter um efeito negativo no tecido social.

A religião luterana, de cariz marcadamente puritano, teve uma influência profunda na sociedade, a todos os níveis. Cultiva-se a temperança, os valores familiares e o respeito pelo trabalho e pela propriedade. A ostensão de riqueza pessoal não é bem vista, e o mesmo se pode dizer de outros tipos de afetação ou excentricidade pessoal. A comunicação interpessoal é caracterizada uma certa obliquidade, e a esfera privada é importante. Mas como foi dito acima a influência da igreja tem diminuído, e muitas rejeitam abertamente as práticas religiosas, e defendem os chamados princípios laicos.

Trata-se de uma sociedade de certa maneira ainda imbuída num etos viril, com uma forte vertente patriarcal, sendo ao mesmo tempo uma sociedade onde predominam valores igualitários, sem profundas desigualdades sociais. O crescimento económico originou uma transformação paradigmática dos valores em que assenta a cultura do arquipélago.

Nos nossos dias, decorre um ritmo de transformação social mais intenso, e emigrantes vindos de várias partes do globo, mais por razões familiares que económicas, já atingem um número considerável¹⁴. Talvez por isso as autoridades regionais, depois da transferência de autoridades neste sector, têm seguido uma linha restritiva. Em 2015, uma repartição regional supervisa todos os assuntos referentes à emigração. Só os cidadãos dos cinco países nórdicos têm direito a trabalhar ou residir sem qualquer autorização especial. Todos os outros, incluindo os que tem residência e trabalho na Dinamarca têm requerer autorização para trabalhar e/ou residir no arquipélago¹⁵.

Mas isso não quer dizer que os ilhéus das Feroé não sejam hospitaleiros. Antes pelo contrário, é um ponto de honra receber bem os forasteiros.

Hoje em dia, as Ilhas Feroé podem ser consideradas uma sociedade moderna, usufruindo um bem-estar quase universal¹⁶. Há mais pluralidade. No entanto, continuam a existir desequilíbrios sociais, particularmente no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres. Ainda são poucas as mulheres que conseguem um emprego permanente e a tempo inteiro, já que um grande número trabalha em regime de part-time. Talvez esse facto explique o desnível demográfico entre os sexos. O governo atual, que é composto

¹³ Embora nos últimos anos essa situação tenha mudado alguma coisa.

¹⁴ Os islandeses continuam a ser o maior grupo, a que se segue o de cidadãos polacos e noruegueses que representam mais ou menos 0,2% da população.

¹⁵ Existe uma legislação muito detalhada, que regula o acesso ao mercado de trabalho de estrangeiros não-nórdicos, e que se aplica a diversas profissões, desde jogadores de futebol semi-profissionais a artistas de circo.

¹⁶ Ainda assim registam-se problemas no sector de saúde. Falta de médicos, por exemplo.

de oito membros, tem três mulheres jovens, embora no parlamento a situação não tenha avançado muito. Uma mulher desempenhou o cargo de chefe do governo, durante os anos de crise no início dos anos 90. Marita Patersen, conseguiu com a sua experiência política e competência profissional contornar uma situação económica extremamente complexa. As mulheres feroenses terão um papel crucial no futuro da região.

5. O sector económico

A economia do arquipélago está fortemente ligada às atividades relacionadas com a pesca. O sector contribui com mais ou menos 40% do PIB e representa 95% do valor das exportações¹⁷. Até ao princípio dos anos 70, a pesca tinha lugar em zonas remotas, nos bancos da Islândia, do Canadá, e da Noruega. A regulamentação das atividades piscatórias e as restrições impostas pelos estados costeiros tem condicionado as atividades da frota piscatória. Tal situação obrigou a uma maior concentração e exploração dos recursos da Zona Económica Exclusiva do arquipélago.

O desenvolvimento do sector das pescas tem tido um efeito catalisador, contribuindo para uma reestruturação da economia das ilhas. Foram feitos investimentos de grande volume, não só no apetrachamento da frota como em infraestrutura portuária, redes de frio, fábricas e estaleiros. Sempre houve uma preocupação, por parte das autoridades, de tentar evitar uma centralização excessiva, através de incentivos fiscais, entre outros, para serem as diversas unidades industriais repartidas pelas várias ilhas. Com a crise dos anos 90, muitas fábricas foram obrigadas a encerrar. Muitas empresas faliram. A empresa dominante continua a ser a Faroe Seafood, que chegou a empregar 800 pessoas, mas que em 2011 foi desmantelada, tendo essa reestruturação tido repercussões em todo o sector. A procura de novas espécies com valor comercial, como por exemplo a cavala e o arenque, tem de alguma forma contribuído para uma estabilização da indústria. Existem 15 unidades fabris. O volume do pescado recolhido nas águas territoriais era de 137 000 toneladas em 1975 para atingir as 665000 toneladas em 2014.

A importância do sector das pescas e o facto de a Região não fazer parte da União Europeia, tem originado conflitos de vária ordem¹⁸. O Governo Regional que tomou posse a 15 de Setembro de 2015 iniciou uma série de reformas. Foi nomeada um comissão técnica para apresentar propostas e projetos destinados a contribuir para uma reestruturação profunda do sector.

Um dos mercados de crescente importância para a indústria da pesca é o russo, e as exportações para esse país têm aumentado consideravelmente.

A maior parte bens de consumo são importados, mas o arquipélago produz uma quantidade ainda assim considerável de bens e serviços de todos os tipos. Nos últimos anos, têm surgido pequenas unidades industriais vocacionadas para a exploração comercial da lã e da carne tendo em vista a exportação de produtos de alta qualidade.

¹⁷ A Rússia tem-se convertido no mais importante mercado.

¹⁸ Por exemplo com a Noruega e com a União Europeia. Conflitos duradouros que acabaram por ser resolvidos.

A criação de gado ovino foi durante muitos séculos a principal atividade económica das ilhas. Ainda hoje se encontram rebanhos em grande número nos terrenos de pastagem coletivos, com semelhanças aos baldios, denominados Hagi. O sistema de propriedade é complexo, com terrenos de cultivo denominados *boer*, separados por muros de pedra solta. Muitos pastos ainda são propriedade comunitária, são propriedade privada num regime denominado odel¹⁹.

O sector do turismo vai ganhando cada vez maior importância, e o governo tem investido somas consideráveis para a promoção das ilhas como uma destinação para os amantes da natureza.

Durante muito tempo criou-se uma grande expectativa no respeitante à prospeção de eventuais jazigos de gás e petróleo existentes na plataforma marítima ao lado do arquipélago. Por enquanto, os resultados são pouco animadores.

Nos últimos anos, têm sido feito esforços no sentido de estabelecer relações comerciais estáveis²⁰, através de tratados comerciais com alguns países, o que nem sempre é fácil, pois uma das consequências da transferência de competências nessas áreas implica que para todos os efeitos a Dinamarca não assegure os interesses da região no respeitante ao comércio internacional, para assegurar a protecção necessária.

6. Breve resenha histórica

A historiografia feroense teve, desde sempre, um papel importante na formação e na fixação da identidade nacional²¹. A dimensão política do labor dos historiadores, tem, como é sabido, influência nos processos formativos das elites políticas e intelectuais.

No caso das Ilhas Feroé, tanto o discurso político, como alguns argumentos de ordem jurídica, apoiam-se muitas vezes em trabalhos publicados por historiadores naturais das ilhas ou a elas fortemente ligados. Há, portanto, uma dinâmica interessante, em que os factores ideológicos e psicológicos por vezes se colocam par-a-par e até se confundem com a investigação histórica rigorosa e formalmente objetiva.

O uso, e muitas vezes o abuso, dos chamados argumentos históricos, em questões relacionadas com a interpretação de normas jurídicas, por exemplo²², é por demais evidente. Assim como o apelo a documentos e a narrativas históricas que, por vezes, tomam uma forma algo anacrónica. Isto para quem observa o processo por um prisma diferente, supostamente neutro em relação aos interesses em jogo.

¹⁹ A propriedade rural é transmitida ao primogénito, desse modo impedindo a fragmentação dos terrenos de cultivo.

²⁰ Por exemplo o tratado assinado com a Islândia – o Acordo de Hoyvik – que assegura a livre circulação de mercadorias, capital, serviços e pessoas entre as dois territórios.

²¹ Sobre este tema veja-se o estudo de Waalin.

²² Por exemplo no Livro Branco a que faço referência, encontra-se um capítulo em que se apresentam uma série de argumentos baseados na interpretação de documentos com origem em épocas remotas e logo refletindo um contexto diferente.

O primeiro historiador a publicar um trabalho sobre as ilhas foi Lucas Debes, em 1673²³. Fê-lo numa situação crítica, e com um objetivo político. Trata-se de uma obra em que descrições etnográficas, divagações sobre os mais diversos temas, e opiniões subjetivas, reflete os padrões da época em que foi escrita. Temos de esperar quase 150 anos até aparecer outro volume sobre a história das ilhas. A obra de Jorgen Landt, publicada em 1800. Trata-se de um trabalho que descreve com exatidão a sociedade da época. A partir de 1800, aparecem relatos escritos das diversas expedições que arribaram ao arquipélago, os quais com poucas exceções não trazem nada de novo.

O número de trabalhos sobre a história do arquipélago escrito por estrangeiros é reduzido²⁴, embora um ou outro especialista se tenha aventurado a investigar algumas áreas ou temas da história das ilhas.

A historiografia das Feroé depois de 1945 é quase totalmente dominada por historiadores naturais do arquipélago e que publicam os seus trabalhos em feroês e dinamarquês. Por curiosidade, um dos mais notáveis²⁵ tem apelido idêntico ao acima mencionado Lucas Debes, o pai da historiografia das Ilhas. Hans Jacob Debes tem uma obra de grande nível, não só como historiador com uma vasta obra publicada, mas igualmente noutras áreas. O três volumes da sua *Føroya søga*²⁶ são produto de um trabalho de pesquisa exaustivo.

6.1 Etapas históricas

De uma maneira geral²⁷, podem distinguir-se quatro fases ou épocas distintas na história do arquipélago. Como professor universitário, contribuiu sobremaneira para a formação de uma nova geração de historiadores.

A primeira vai do povoamento por volta do ano 800, e prolonga-se até 1540, data em que o luteranismo se torna a religião oficial. Este segundo ciclo contribui sobremaneira para uma estagnação cultural e económica que dura, mais ou menos, até 1850. Na época seguinte, teve lugar uma liberalização da vida económica e surgem, ao mesmo tempo, as primeiras tendências nacionalistas, a vida cultural e política absorve e assimila impulsos vindos do exterior; tem lugar uma nítida transformação social, mas dentro do expectável, este período prolonga-se até ao início da II Grande Guerra.

Claro que esta divisão é subjetiva e dá mais ênfase aos fenómenos culturais, do que aos acontecimentos políticos. Poder-se-á igualmente analisar a transformação da sociedade feroesa, do ponto de vista histórico, enquadrando-a em processos mais abrangentes.

²³ Foi publicado em Copenhaga. Debes nasceu em 1623, filho de um pastor luterano, estudou teologia, e viveu largos anos nas ilhas. O livro é uma descrição da topografia, costumes, história etc do arquipélago e das suas gentes tem um grande valor documental por ser o primeiro a descrever as condições em que viviam os feroeses daquela época.

²⁴ Mas tende a aumentar. O número de teses de mestrado e doutoramento que aborda diversos aspectos da história do arquipélago mostra essa tendência.

²⁵ ???

²⁶ História das Feroé

²⁷ Claro que uma divisão deste tipo é subjetiva. Sigo aqui as teses do historiador Karsten Sedal, que publicou vários trabalhos sobre a historiografia feroense.

Segundo a tradição, as ilhas terão sido inicialmente povoadas por monges vindos da Irlanda, por volta do ano 600²⁸. Um certo número teria conseguido navegar até ao arquipélago, onde arribaram. A razão pela qual teriam empreendido essa viagem seria a procura de um local remoto, isolado do resto do mundo, para a sua prática espiritual. Qual o tempo de permanência e em que condições viveram é matéria para especulação. Pois não existem quaisquer vestígios arqueológicos a provar tal facto²⁹.

6.2 Dos viquingues³⁰ à reforma luterana 800-1538

O povoamento³¹ - Landnám

Por volta do ano 900, provavelmente baseados em informações recebidas sobre possíveis terras habitáveis, uma primeira leva de gentes provenientes da costa ocidental da Noruega, conseguiu chegar à Islândia, ao arquipélago das Feroé e às ilhas adjacentes da Escócia, onde fundaram pequenas comunidades. Os factores que levaram a essa emigração massiva não são fáceis de avaliar. Não restam dúvidas, contudo, de que a situação política, económica e cultural no espaço territorial que hoje constitui a Noruega terão contribuído para esse êxodo³². As lutas pelo poder territorial e o processo de cristianização em curso causaram clivagens profundas no seio das elites norueguesas. A consolidação do poder do rei, e a centralização administrativa daí resultante, levou a uma necessidade de arrecadar os fundos necessários para toda essa infraestrutura administrativa. Certamente que a tributação a que foram submetidos alguns poderosos *høvdinger*³³ pode ser uma explicação, entre outras, aceitável.

Outras hipóteses, igualmente coerentes, apontam não só para o clima de agitação política que então se vivia na Noruega, mas também para a crescente escassez de meios de subsistência. Julgo que os factores políticos foram o motivo maior dessa emigração. A justificar essa teoria poder-se-á apontar para o facto de sempre ter havido uma preocupação por parte dos povoadores, em criarem uma estrutura social, baseada num balanço de forças, e em não se submeterem a qualquer tipo de ordenação jurídica centralizadora.

²⁸ A tradição baseia-se no conteúdo de manuscrito em latim, datado 825 da autoria de um frade irlandês, de nome Dicuil; o manuscrito “De mensura orbis terrae” em que o autor descreve algumas ilhas desertas, onde alguns eremitas se estabeleceram, até terem sido vítimas de piratas normandos”. Muitos mediaevalistas aceitam que o autor se refere às ilhas Feroé.

²⁹ Veja-se no entanto um artigo de Chuch, J. Mike e outros “The Vikings were not the first colonizers of the Faroe Islands”, in *Quaternary Science Reviews* vol 77 228-232.

³⁰ O termo viquingue tem uma etimologia pouco clara, o que originou especulações de toda a espécie. Um estudo aprofundado desta matéria: Jesch, Judith, *The Viking Diaspora*, Routledge, Londres 2015, que contém extensa bibliografia.

³¹ Note-se contudo que há quem defenda a hipótese de as ilhas terem sido povoadas por gentes de origem céltica. Ver Richards 2005, p. 98

³² Segundo a narrativa contida na Saga do Faroense, muitos terão buscado refúgio nas ilhas para fugir à tirania do rei Harald.

³³ Uma tradução exacta é difícil. Senhor, no sentido de alguém que tem o domínio e o poder sobre um território.

Esta primeira leva de povoamento é descrita como Landnám, um termo que se pode traduzir como “posse das terras” ou apropriação.³⁴

Como seria de esperar, os povoadores ou colonos, ao se estabelecerem nos novos territórios, que se encontravam despovoados, fizeram uso das normas jurídicas e das estruturas político-sociais que lhes eram familiares.

Uma instituição sobremaneira importante era o *ting*. Poder-se-á definir como uma assembleia ou conselho onde eram discutidos assuntos de interesse comum, e onde se buscava a resolução de conflitos pela via negocial. Os *ting* tinham igualmente funções jurisdicionais, aplicando as normas vigentes na sociedade. Nessa assembleia participavam os chamados homens homens-livres, os quais eram assistidos por um *Lovsigemand*, literalmente o “homem que diz as leis”, que formulava os preceitos legais a aplicar.

O “*ting*” tinha lugar em determinadas localidades, em vários pontos das ilhas.

Pouco depois do povoamento, foi logo estabelecido Um Alting (ou seja, uma conselho ou assembleia geral) que se congregava na localidade de Tinganes, em Tórshavn. Desse Alting dimanavam leis, e eram proferidas sentenças, para além de se discutirem assuntos de interesse geral. Sempre com a participação do acima mencionado *lagsigemand*, cuja função era formular oralmente as normas, que dimanavam das ordenações consuetudinárias ou costumes jurídicos que constituíam a lei.

Há quem compare o *Alting* a um proto-parlamento, pode ou não concordar-se, mas não restam dúvidas que existem algumas semelhanças. O debate e a participação eram uma maneira eficiente de não evitar uma concentração de poder nas mãos de poucos, em detrimento dos interesses coletivos.

Ao contrário do que acontece em relação ao povoamento da Islândia, sobre o qual existem várias narrativas escritas, o mesmo não sucede no que diz respeito às Feroé. Contudo, o material que nos chegou contido na “Saga dos Feroenses” em tudo apoia a tese de que os povoadores estabeleceram estruturas sociais baseadas no que podemos descrever como uma política de balanço de poder, não permitindo assim a hegemonia de um determinado *hding*, em detrimento dos restantes.

Como referimos, um dos poucos documentos que descreve a situação nas ilhas nos primórdios do povoamento é a chamada “Saga dos Feroenses”³⁵, que descreve a luta entre dois chefes de duas facções rivais: de uma lado Sigmundur Brestirsson e do outro Thrandur af Gota.

A narrativa pode ser interpretada como simbolizando os conflitos sociais da época. Trata-se de uma luta de vida ou de morte, entre um acérrimo defensor dos costumes antanhos e a da liberdade dos ilhéus, e o outro representando o os interesses da coroa norueguesa e os preceitos da nova religião. Estudos do texto da saga mostram que vários

³⁴ Sobre esta matéria veja-se Buckland & Panagiotakopulu.

³⁵ O texto deve ter sido escrito por um autor islandês, por volta do século XIII. Faereying saga, no original, é uma obra de grande importância na cultura feroense; é ensinada nas escolas e amplamente divulgada. O estilo característicos das “sagas”, que são afinal crónicas dos tempos passados, distingue-se pelo estilo direto e sintético, através do qual autores narram situações de uma forma dramática, atingindo um alto nível literário.

conceitos legais entram na trama, e assim podemos formar uma ideia, embora algo obnubilada, como é óbvio, da dinâmica social e dos valores em jogo naquela época.

As Ilhas Feroé tiveram, durante algum tempo, uma posição estratégica, como um elo de ligação entre os territórios recém-colonizados e a as terras de origem, ou seja,, a Noruega. Nesta fase, pode-se notar uma certa tensão entre a tradição cultural e religiosa anteriores aos cristianismo e os representados pela Igreja, cujo papel nesta primeira fase da colonização do arquipélago foi importante, e se encontra ainda mal estudada³⁶.

O certo é que em 1024, no nono ano do reinado de Olav, o Santo, as normas do direito canónico foram introduzidas nas ilhas, mantendo-se o direito consuetudinário, mas agora tendo de ajustar-se à nova ordem imposta pelas autoridades eclesiásticas. A propriedade de vastas áreas passa para a Igreja³⁷, que se estabelece com uma diocese nas ilhas.³⁸ A partir dessa altura, a ideologia cristã, e o poder económico e político da Igreja tornam-se factores dominantes, durante vários séculos.

A relação existente entre a sociedade então estabelecida no arquipélago e o rei da Noruega é pouco clara. Há quem mantenha, com base em documentos pouco credíveis³⁹, que por volta de 1180 os habitantes das ilhas pagavam um tributo à coroa norueguesa, o que não significa necessariamente que fossem considerados tornaram súbditos do rei da Noruega⁴⁰. Parece no entanto provável que, pelo menos a partir de partir de 1170, os ilhéus fossem tributados pelo rei da Noruega, devido ao facto de nessa altura ter sido nomeado um *Sýslumadr*⁴¹.

No entanto, deve sublinhar-se que é a-histórico afirmar-se que as ilhas faziam parte da Noruega na altura do povoamento. A Noruega, como reino, só se forma mais tarde. Logo nos anos que se seguiram ao Landnám o arquipélago pode considerar-se uma comunidade independente, ou seja,, não estava sujeita a um poder externo.

A partir de 1200, devido à diminuição do tráfico comercial com as regiões do noroeste atlântico, as ilhas entram num período de isolamento e estagnação económica que irá perdurar muitos anos. Por volta de 1270, o rei Magnun Hakonsson enviou um código com as ordenações jurídicas norueguesas, com algumas adaptações, para serem aprovadas pelo Altinget. A partir dessa altura passaram a ser a lei vigente nas ilhas.

Embora não haja convergência de opinião no respeitante ao estatuto jurídico do arquipélago antes dessa data, tudo indica que, ao contrário do que aconteceu na Islândia, as ilhas Feroé ficaram sujeitas ao controle administrativo da coroa norueguesa e das autoridades eclesiásticas. Esta posição é rejeitada por vários historiadores feróenses.

³⁶ Não existe muita documentação sobre esta matéria.

³⁷ Segundo um registo datado de 1584 (o mais antigo que existe) metade dos terrenos produtivos estavam na posse da Igreja.

³⁸ A documentação existente no respeitante a este período é extremamente escassa. Veja-se o *Diplomatarium Faeroense I*.

³⁹ Entre outros Hans Jacob Debes, ver Waerdahl p. 58

⁴⁰ Este argumento é invocado nos nossos dias para demonstrar que as Feroé sempre gozaram de um estatuto especial, e que mantiveram sempre uma posição de quase independência através dos tempos. Trata-se de um aproveitamento político da história, que tem um tom algo anacrónico, e que tem de ser entendido num determinado contexto.

⁴¹ Funcionários nomeados pela coroa, que exerciam funções administrativas e policiais.

Nada indica que o envolvimento dos reis noruegueses no respeitante à ordem estabelecida tenha sido muito acentuado até ao reinado do rei Magnus, o Consertador das leis⁴². Seja como for, a base documental é por demais escassa para se poderem fazer asserções autorizadas sobre esta matéria.

As modificações introduzidas na ordem jurídica das ilhas e sua relação com a coroa norueguesa são portanto matérias sobre as quais é difícil formar uma opinião abalizada. A razão da existência de todas estas controvérsias sobre o estatuto jurídico do arquipélago na Idade Média, tem que ver, como referi antes, à necessidade política de afirmar que as ilhas Feroé nunca foram consideradas uma parte integral do Reino da Noruega. Ora tal afirmação enferma de anacronismo, e só pode ser entendida num contexto político-ideológico.

A cristianização das Ilhas teve lugar por volta do ano 1000, e uma diocese foi criada em 1111, dependente do Arcebispo de Nidaros. Existe um documento datado de 1298, escrito pelo então bispo das ilhas, em que se faz referência à existência de ovelhas.

Com a centralização administrativa resultante do crescente poder real, particularmente durante o reinado de Magnus, o reformador das leis⁴³, foi elaborado um código⁴⁴ a ser aplicado uniformemente nos territórios sob domínio da coroa norueguesa.

Ao que se sabe, tinha lugar um intercâmbio comercial entre as ilhas e a cidade de Bergen. Mas a partir de 1271 todas essas operações passaram a ser controladas pela coroa, o que levou ao enfraquecimento da economia das ilhas.

Em 1380,⁴⁵ as ilhas passaram, simultaneamente com a Noruega, para o domínio dinamarquês, e em 1397, com a chamada União de Kalmar⁴⁶, pelo menos formalmente, passaram a fazer parte dessa conglomeração territorial. Nada indica, contudo, que essa mudança tenha tido quaisquer repercussões no arquipélago.⁴⁷

Esse estado de coisas perdurou quatrocentos anos. No entanto, as ilhas mantiveram algumas das suas instituições tradicionais, talvez mais por força das circunstâncias do que por qualquer vontade política. Esta situação perdura até 1709, ano em que o arquipélago foi, através de decisão unilateral, integrado numa província dinamarquesa.

6.2 A reforma luterana e o domínio dinamarquês

Com a reforma luterana, que foi implementada na Dinamarca em 1536, e depois nas ilhas em 1538, abre-se um novo capítulo. A consequência direta foi a Igreja perder o

⁴² Foi durante o reinado deste rei que as normas de direito existente foram codificadas, e em que o poder soberano do rei foi concretizado.

⁴³ Que era casado, note-se como curiosidade, com Ingeborg Eriksdatter, bisneta de D. Sancho I de Portugal.

⁴⁴ Denominado Landsloven (Leis do País) e compilado em 1276.

⁴⁵ O surto de peste dizimou grande parte da população norueguesa e contribui para debilitar a administração do reino.

⁴⁶ Uma união pessoal, ou seja., os reinos da Noruega, Dinamarca e Suécia passaram a ter o mesmo soberano. Manteve-se essa união de 1397 a 1523. Para além dos territórios mais ou menos como existem hoje, foram agregado os os territórios da Finlândia, a Islândia, Ilhas Feroé e outros territórios atlânticos.

⁴⁷ Um dos factores que contribuíram para o declínio populacional e enfraquecimento económico foi sem dúvida o surto de peste que por volta de 1450 grassou nas ilhas, dizimando a população de muitas povoações.

seu poder espiritual, político e económico. As suas propriedades foram confiscadas e 2/3 passaram a ser propriedade da coroa.

Com essa brusca mudança, dá-se uma reestruturação profunda da sociedade, que se fragmenta, e isola cada cada vez mais. Os terrenos de pastagem e outros passaram a ser explorados de outra forma, e deram origem a núcleos populacionais até então inexistentes. Essa alteração da distribuição da propriedade teve consequências de grande dimensão.

Os escassos recursos obrigam a escassa população a uma economia de subsistência. O comércio com o exterior é monopolizado, e até à sua extinção no final de 1700, as Feroé entram num período de estagnação económica e isolamento. As propriedades tradicionais fragmentam-se, e os seus donos enfraquecem a sua posição em relação aos rendeiros que exploram as propriedades da coroa.

Em 1578 foi estabelecido um monopólio comercial, controlado pela coroa dinamarquesa, que na prática concedia o alvará do comércio a quem bem entendia. O preço excessivo dos produtos importados e os baixos preços pagos pelos detentores do monopólio pelos produtos locais contribuíram para o empobrecimento da população. Em 1655, a situação agravou-se de tal maneira que Lucas Debes⁴⁸ se deslocou a Copenhaga acompanhado de uma delegação composta por vários habitantes, e foram expor a situação precária em que o arquipélago se encontrava.

Em 1708, passou o monopólio comercial a ser gerido diretamente pelo estado dinamarquês, situação que se manteve até 1856.

Note-se que já nessa altura aparecem os primeiros sinais de resistência à situação. Para além da obra e movimentação política de Debes, é de realçar a figura algo mítica do poeta e armador Nólsoyar Páll, que lutou contra o monopólio dinamarquês e que, no ano de 1807, numa situação de crise, em que a fome ameaçava a população, navegou, numa embarcação por ele construída, até à Inglaterra comprar o trigo que faltava nas ilhas. Por isso é considerado, ainda hoje, o herói nacional por excelência⁴⁹.

Com o fim das chamadas guerras napoleónicas, e nos termos do tratado de Kiel, a Dinamarca foi forçada a ceder a Noruega, sendo o rei da Suécia proclamado rei da Noruega. A nova monarquia dual não teve consequências para os domínios atlânticos dinamarqueses. As Ilhas Feroé, a Islândia e a Gronelândia continuaram sob a jurisdição dinamarquesa⁵⁰. Logo após a cedência do Reino da Noruega à Suécia, esses territórios passaram a ser denominados colónias⁵¹. A historiografia feroense presta muita grande

⁴⁸ Acima referido. Foi nessa altura que saiu do prelo o seu livro. Para além da sua atividade intelectual foi um precursor do nacionalismo feroense.

⁴⁹ Outra personagem interessante mas menos conhecida é Magnus Heinason. Um nativo das ilhas, corsário, militar, comerciante e aventureiro em 1545 e sofreu a pena de morte em 1589. É considerado um precursor da resistência ao domínio dinamarquês.

⁵⁰ Uma das razões que explicam esta decisão tem que ver com o receio dos políticos britânicos de uma presença sueca em zonas marítimas consideradas de interesse estratégico.

⁵¹ Por exemplo, uma circular proveniente da Chancelaria datado de 30 de maio de 1820, faz-se referência à “Islândia, às Feroé e às outras colónias”.

atenção a este aspeto, e argumentos baseados em documentos dessa época são apresentados como prova conclusiva de que as Ilhas nunca fizeram parte da Dinamarca⁵².

Em 1816, na sequência de uma reforma administrativa o Lagtinget foi extinto e todos os assuntos referentes ao arquipélago passaram a ser tratados na Dinamarca, sendo nomeado um governador, passando o arquipélago a ser considerado uma espécie de província. Aqui, mais uma vez, manteve-se, mesmo assim, a situação já existente de que as leis em vigor na Dinamarca não tinham efeito legal nas ilhas sem serem promulgadas no arquipélago. De 1814 a 1850 continua a política dinamarquesa de integração político-administrativa, sem contudo o conseguir. O governador tornou-se cada vez mais numa espécie de vice-rei ou governador-geral, com um estatuto e poderes diferentes dos governadores existentes nas restantes províncias.

Em 1844, por iniciativa de cidadãos naturais do arquipélago, foi enviado um pedido formal ao Conselho de Estado, em Copenhaga, no sentido de ser criada um órgão político-administrativo semelhante ao extinto Lagtinget. Começaram a aparecer artigos nos jornais dinamarqueses sobre as aspirações dos ilhéus, da autoria de intelectuais feroenses. O pedido foi indeferido, embora se obtivesse algum apoio por parte de alguns políticos.

Em 1848, o rei Frederico VII, através duma proclamação formal⁵³, decide convocar eleições para uma assembleia constituinte, com o fim de aprovar uma constituição. Nos trabalhos da Assembleia que decorreram entre 1848 e 1849, não participaram quaisquer representantes das Feroé. Nessa ocasião, os representantes islandeses, cinco ao todo, defenderam pela primeira vez uma tese interessante. O argumento, muito hábil, ia no sentido de se colocarem à margem do processo conducente à implantação de um regime democrático na Dinamarca. Ou seja., a transferência de soberania do Rei para o Parlamento, era assunto do foro interno do povo dinamarquês, que em nada dizia respeito aos islandeses. Para todos os efeitos, o vínculo do Rei com a Islândia permanecia intacto. Logo, caso o Rei anuísse, todo o processo de transferência de soberania teria, eventualmente, de ser repetido em relação à Islândia. Esta posição, à partida um tanto anacrónica, teve contudo um profundo efeito em termos políticos⁵⁴.

Depois de aprovada, a constituição dinamarquesa foi proclamada nas ilhas, em 1849 e 1850, pelas autoridades dinamarquesas. Como não existiam instituições representativas, não houve qualquer reação por parte dos feroenses, que, diga-se em abono da verdade, não estavam ao devidamente informados do processo em curso. O certo é que não houve nenhuma reação digna desse nome.

Mais tarde a questão da legitimidade da entrada em vigor da constituição dinamarquesa no arquipélago foi levantada, e alguns políticos influentes protestaram contra o

⁵² A situação quasi- colonial das ilhas tem sido invocada repetidas vezes.

⁵³ Com essa proclamação a soberania foi efectivamente transferida da pessoa do Rei para o parlamento. Este ato tem importância na construção de uma série de argumentos legais, particularmente pelos nacionalistas islandeses, que alegam que o vínculo que ligava a Islândia ao Rei se mantinha inalterado, contestando a legitimidade no caso das normas constitucionais dinamarquesas terem efeito na Islândia.

⁵⁴ A história como arma política, e a importância da historiografia islandesa para o arsenal de argumentos utilizados pelos independentistas é do maior interesse, e merece um estudo aprofundado.

que consideraram um abuso. Pois tinha sido uma ordem constitucional sem qualquer participação de representantes do povo das ilhas.

Em 1852, foi criado um Conselho de Província, que passou a designar-se Lagting, e a ser composto por dezasseis eleitos, e ao qual presidia o Governador e um representante da Igreja Luterana. A estrutura político-administrativa implicava que as ilhas passavam para todos os efeitos a serem consideradas uma província. Contudo, foi concedido ao Lagtinget o direito e o dever de apresentar propostas de lei concernentes a assuntos respeitantes ao arquipélago ao Parlamento em Copenhaga. A partir de 1855, as leis aprovadas pelo parlamento não tinham efeito legal nas Feroé sem que tal constasse do texto da lei.⁵⁵

O fim do monopólio⁵⁶

A partir de 1 de janeiro de 1856, o monopólio do comércio externo foi extinto, e a circulação de mercadorias entre o arquipélago e a Dinamarca aumentou consideravelmente.

O Movimento nacionalista

Em 1870 os estudantes do arquipélago, que frequentavam a Universidade de Copenhaga, começam a manifestar interesse nas questões políticas e culturais relacionadas com as Feroé. Em 1889, é fundada a Foringafelag, ou Sociedade dos Feroeses, para defender os interesses do povo das ilhas e manter vivo o interesse pela cultura e idiomas. Está plantada a semente separatista. Dez anos depois, surge um movimento nacionalista que rapidamente se converte num partido, numa resposta célere ao partido que já tinha sido formado em defesa das posições unionistas. Do lado separatista, destaca-se desde logo uma personalidade que ficará ligado à história das ilhas e ao movimento independentista, Jóannes Patursson⁵⁷, um dos grandes vultos da política feroesa e o grande paladino do movimento autonomista. Estavam estabelecidos os polos políticos que de uma maneira definem ainda hoje as forças políticas das Feroé.

No período a seguir à Primeira Grande Guerra, o poder político do Lagtinget aumentou consideravelmente. O Governador, embora tendo direito de intervir e apresentar propostas, perdeu o direito de voto. Em 1930, começa a desenhar-se as costuras de uma autonomia administrativa e o Lagtinget, foi criada uma Comissão Administrativa apoiada por um secretariado, para a qual foram transferidas algumas das responsabilidades e funções do Governador.

Em 1936, o feroês foi reconhecido como língua oficial, em conjunto com o dinamarquês.

⁵⁵ Na prática introduzia-se no texto da lei aprovada, a frase: “Esta lei não tem efeito nas Feroé”.

⁵⁶ O monopólio do comércio foi sempre um factor de descontentamento e revolta.

⁵⁷ Poeta e líder nacionalista e bisneto de Nólsoyar Páll. Nasceu em 1866 no seio de uma família abastada de agricultores, numa das herdades mais antigas das ilhas. Estudou na Noruega onde tomou contacto com a agitação política à volta da questão linguística. Foi um dos fundadores do movimento nacionalista e o seu mais destacado líder. Teve uma longa carreira política e uma produção poética considerável. Faleceu em 1946, não tendo assim assistido à implementação do regime autonómico.

Ocupação e sonho de independência – A modernidade tardia

Período de 1942-1945 Ocupação Britânica

No dia 9 de abril de 1940 a Dinamarca foi invadida por forças alemães. Logo de seguida os altos comandos britânicos decidiram ocupar militarmente as Feroé. Decisão de caráter estratégico que teve, como veremos, enormes repercursões políticas.

É um facto interessante que durante os anos de guerra e de presença militar britânica foi hasteada a bandeira nacional e não a da Dinamarca⁵⁸.

Todas as comunicações entre as ilhas e a Dinamarca foram interrompidas. A ocupação britânica tinha meramente objetivos militares, e o Governo inglês garantiu a pronta restituição dos territórios ocupados logo que a guerra terminasse.

Nesta situação deveras extraordinária, em que a Dinamarca foi impedida de exercer a soberania no arquipélago, foram estabelecidas estruturas político-administrativas para, na medida do possível, normalizar a situação. Na concretização desses esforços, teve o Lagtinget papel decisivo⁵⁹. O poder legislativo foi transferido conjuntamente para o Lagtinget e para o Governador, e o poder executivo para o Governador e para a administração regional, conservando-se judiciário, que foi entregue ao magistrado oficial e a juízes nomeados para o efeito, pelo Lagtinget. O que significa que a autoridade foi exercida conjuntamente por órgãos regionais, democraticamente eleitos e pelos representantes do estado dinamarquês. Uma colegialidade destinada a manter em funcionamento a estrutura oficial, todos os órgãos de soberania, numa situação de exceção. Neste período de ocupação, a bandeira das Feroé foi reconhecida pelas autoridades britânicas, e passou a ser hasteada nas embarcações.

Logo após a capitulação da Alemanha, procedeu-se, em ritmo rápido, à evacuação dos soldados ingleses. Foram feitas algumas tentativas por parte de forças políticas ligadas ao movimento nacionalista de avançar para a independência, de forma unilateral. Essa manobra foi rapidamente bloqueada pelas autoridades britânicas.

A ocupação britânica trouxe às ilhas um contacto com uma cultura e um estilo de vida completamente diferentes. As repercursões desse intercâmbio cultural tiveram um efeito profundo na sociedade feroense.

O período do pós-guerra 1945-1948

A 27 de outubro de 1945, ou seja,, poucos meses depois do armistício, o primeiro-ministro dinamarquês⁶⁰ pronunciou-se no sentido de reconhecer o direito das ilhas a se tornarem independentes⁶¹, caso fosse essa a vontade dos seus habitantes. Muito indica

⁵⁸ Por iniciativa dos ingleses as embarcações das ilhas Feroé passaram a usar essa bandeira para evitar serem atacados. Embora as autoridades dinamarquesas tenham protestado contra essa medida.

⁵⁹ Cooperando com o Amtmanden (o Governador Provincial).

⁶⁰ Knud Kristensen

⁶¹ Todas as peripécias e controvérsias na condução da política dinamarquesa no respeitante às Ilhas Feroé, foram exaustivamente registadas e analisadas num excelente trabalho de Kirsten Harder, editado pela Universidade de Odense. Infelizmente escrito em dinamarquês. Deixo aqui a referência. De dansk-faeroesk forhold 1945-1948, 1979.

que as afirmações do primeiro-ministro foram feitas em nome pessoal e não tinham a cobertura política⁶² dos restantes membros do governo⁶³.

Logo após se terem realizado eleições para o Lagtinget vários políticos rumaram até Copenhaga para serem iniciadas conversações no respeitante ao futuro das ilhas. O Governo apresentou uma proposta, que no entanto foi rejeitada pelo Lagtinget.

Ficou o caminho livre à via plebiscitária, e em 14 de setembro de 1946 obteve-se um resultado que deu uma vitória tangencial às posições separatistas. A participação eleitoral foi baixa, e registou-se um número elevado de votos que foram anulados. Com 50,7% a favor e 49,3% contra o resultado apurado foi, à primeira aparentemente aceite governo dinamarquês, o que no fim não se verificou. Quando muitos se preparavam para iniciar um processo negocial, com base nos resultados obtidos, ou seja, um processo que conduziria à independência, foi decidido dissolver o Altinget e convocar novas eleições. A justificação dada foi a de que o Altinget teria infringido as normas constitucionais ao preparar a separação sem ter negociado com a Dinamarca. Com a realização de novas eleições, iniciaram-se negociações entre o governo e os políticos do Alting. Como resultado foi aprovado pelo parlamento dinamarquês a Lei da Autonomia de 1 de abril de 1948, que mais tarde foi aprovada pelo Lagtinget em duas versões distintas, sendo uma em feroês e a outra em dinamarquês. Na promulgação da lei, na versão dinamarquesa, criou-se uma situação algo inédita: o texto em dinamarquês aprovado pelo parlamento em Copenhaga é diferente daquele aprovado no Altinget.

Com a nova estrutura política, a situação política entrou numa fase mais estável. Nos anos seguintes e seguindo o prescrito na lei, teve lugar uma transferência gradual de várias áreas da administração pública para as estruturas regionais, ou seja, um processo de regionalização.

Dois idiomas, uma literatura

A literatura feroesa tem portanto duas vertentes, uma que se exprime em feroês e outra que utiliza o dinamarquês. Um dos mais conhecidos escritores do arquipélago e cuja temática se situa no universo das ilhas, Wilhelm Heinessen, escreveu a sua obra em dinamarquês, já Heidi Bru, um novelista de nomeada, utilizou o feroês. De um modo geral poder-se-á afirmar que as gerações de novelistas e poetas contemporâneos escrevem preferencialmente em feroês.

As questões que sempre se levantam relativamente aos critérios que servem para definir ou delimitar uma literatura nacional, regional ou local, ultrapassam as ambições deste pequeno trabalho e os conhecimentos do autor.

O certo é que no caso da literatura feroense temos de considerar as obras escritas não só no vernáculo, como igualmente as escritas em dinamarquês, por autores naturais ou ligados por laços existenciais ao arquipélago. Temos portanto dois idiomas como veículos de expressão literária, no interior dos quais se encontram componentes temáticas de maior ou menor intensidade regionalista.

⁶² A questão que preocupava os políticos noruegueses nessa época era a relacionada com a situação dos territórios alemães de Slesvíg, onde se falava o dinamarquês, e que historicamente tinham laços fortes com a Dinamarca.

⁶³ Neste período conturbado, as afir

Só nos últimos duzentos anos começaram a ser editadas obras literárias escritas em feroês. Mas a existência de uma tradição narratológica, na forma de uma riquíssima literatura oral foi, desde sempre, um factor de grande importância para a fixação de um padrão literário e de um registo escrito. Para muitos escritores o uso do feroês é igualmente um contributo para o fortalecimento da identidade coletiva, e de certa maneira um acto político.

Aliás, foi a compilação das baladas, narrativas e contos tradicionais que inspirou um dos pioneiros do estudo do feroês, V. U. Hammershaimb, a desenvolver uma ortografia e gramática, e logo a criar as bases de uma literatura escrita. O primeiro romance escrito em feroês aparece em 1909.

Tendo em conta a pequena quantidade de utilizadores da língua⁶⁴, e que o primeiro livro publicado em feroês saiu do prelo em 1822, já foram publicados mais ou menos 7000 livros, o que constitui algo de verdadeiramente excepcional, se tivermos em conta o número de falantes e a dimensão microscópica do mercado livreiro.

Na história da literatura feroense, tem de se destacar nomes como Jorgen-Frantz Jacobsen⁶⁵ e William Heinesen⁶⁶. Dois vultos de grande importância nas literaturas nórdicas. Tanto um como outro utilizaram o dinamarquês, e logo ganharam uma maior dimensão.

Outro nome a realçar, um dos escritores com uma obra escrita no vernáculo é Hedin Brú⁶⁷, cujo romance “Fedgar á ferð”⁶⁸, publicado em 1940, e foi traduzido para várias línguas⁶⁹ – tem como pano de fundo as profundas transformações sociais que tiveram lugar com a passagem de sociedade agrária e pobre a uma em que a indústria da pesca, com métodos sofisticados, permitiu a criação de riqueza numa dimensão até então impensável. Outra pequena obra-prima “Tú upphavsíns heimur”.

Dos contemporâneos, Rói Patturson, poeta e filósofo, é considerado um dos mais importantes poetas escandinavos, juntamente com Christian Matras, que foi igualmente um filólogo de nomeada.

Entre os contemporâneos, destaca-se o romancista Gunnar Hoydal, que escreve em feroês, cujo romance “Undur Sudurstjornum” foi traduzido para inglês e dinamarquês. Hoydal mostra-nos uma faceta diferente, e demonstra que, mesmo escrevendo em feroês, é possível ultrapassar os horizontes nebulosos das ilhas. A sua obra é testemunho de uma universalidade e criatividades literárias que rompem as barreiras linguísticas.

Jógvan Isaksen⁷⁰ um intelectual multifacetado e autor de romances policiais de grande qualidade escritos em feroês.

⁶⁴ Torna-se difícil estabelecer um número exato. Mais ou menos 15 000 pessoas com origem nas ilhas vivem no estrangeiro ou na Dinamarca, e não se conhece muito sobre os hábitos linguísticos dessas pessoas. Seja como for, o número de falantes do feroês seguramente não ultrapassa os 100 000 mesmo na computação mais otimista.

⁶⁵ 1900-1938. Autor de *Barbara*, publicado logo a seguir à sua morte, e traduzido para várias línguas.

⁶⁶ 1900-1991. Nascido em Tórshavn. Escritor, pintor e compositor, e poeta. Traduzido para várias línguas, e várias vezes referido como merecedor do Nobel da Literatura.

⁶⁷ Pseudónimo de Hans Jacob Jacobsen (1901-1987).

⁶⁸ Cujo título se poderá traduzir como “Viagem de Gente Pobre”.

⁶⁹ Publicado nos Estados Unidos com o título de “The Old Man and His Sons”.

⁷⁰ Nasceu em 1950, professor da Universidade de Copenhaga, editor entre outras coisas. Publicou uma antologia da literatura feroesa.

Em 1957, foi fundada a Sociedade de Escritores, que trabalha em prol dos interesses de escritores, tradutores e ilustradores. Tendo em conta o reduzido número de leitores, e o mercado livreiro que se encontra inundado por publicações em dinamarquês e inglês, somos forçados a admirar e a tenacidade dos escritores do arquipélago, e ainda mais daqueles que escrevem no vernáculo das ilhas.

O trabalho de Ami Dahl, que escreveu uma história da literatura feroense em três volumes mostra a riqueza e amplitude da produção literária dos escritores destas pequenas ilhas atlânticas.

Religiosidade

A grande maioria da população pertence à Igreja Nacional⁷¹, de denominação luterana, e que até há pouco tempo fazia parte da Igreja Luterana Dinamarquesa⁷². A catedral de Havnar em Tórshavn é a igreja mais importante. O órgão supremo da Igreja é composto pelo bispo, por um membro nomeado pelo governo e por um representante dos conselhos paroquiais. A Igreja é financiada por uma taxa obrigatoriamente paga pelos membros, e pela transferência de fundos públicos. Ao todo, a Igreja é proprietária de 68 edifícios de culto e nela exercem o seu mister 25 sacerdotes, à frente dos quais se encontra o bispo.

Para além da Igreja Luterana, existem outras denominações, e entre essas uma paróquia católica.

De notar que embora formalmente a religião dominante seja luterana, existe uma divisão de certa maneira ideológica expressa em termos de “crentes” e “não-crentes”. De notar que o texto constitucional que será plebiscitado em 2017 reafirma os fundamentos cristãos da sociedade feórica. Ou seja, não vai ser criado um estado laico. A confirmar tal facto são as celebrações do Olsok, dedicadas a Santo Olavo, que tem lugar anualmente no dia 29 de julho, um dos feriados da Região, e em que participam os deputados do Lagtinget.

A situação linguística

O feroês⁷³ e o dinamarquês são os dois idiomas falados no arquipélago. Embora só o primeiro seja considerado a língua oficial da Região. Por outro lado, o uso do dinamarquês é de tal dimensão que a grande maioria da população pode ser considerada bilingue.

A questão linguística é sobremaneira importante para melhor compreender a identidade cultural deste povo. É talvez o factor que de melhor maneira explicassem as as tendências secessionistas e o surgimento de forças políticas de cariz independentista⁷⁴. Durante mais de 300 anos as autoridades dinamarquesas proibiram o seu uso nas escolas,

⁷¹ 90% são membros da Igreja Luterana das Feroé.

⁷² As Igrejas dos países nórdicos, resultado da reforma luterana, sempre tiveram um relacionamento simbiótico com o estado, sendo consideradas igrejas nacionais.

⁷³ Para uma descrição da estrutura linguística relativamente acessível ver: Faroese. An Overview and Reference Grammar, editado em 2004 pela editora da universidade.

⁷⁴ O primeiro a defender a existência do feroês como uma língua distinta foi um estudante de nome Jens Christian Svabo (1746-1824) que recolheu termos dos vários dialectos e compilou um considerável acervo linguístico.

igreja e documentos oficiais. Dessa maneira o dinamarquês passou a ser a única língua escrita. O feroês continuou a ser usado pelo povo, dessa maneira conservando uma rica literatura oral.

Não obstante serem ambas línguas germânicas, e terem algumas semelhanças, as diferenças entre ambas são profundas. O feroês, juntamente com o islandês e alguns dialetos do norueguês⁷⁵ ocidental, derivam do norreno⁷⁶, e mantiveram uma estrutura algo semelhante. Mesmo assim não é com facilidade que um islandês e um feroês conseguem comunicar, se insistirem em usar os respectivos idiomas.

Nas escolas, o ensino é ministrado em feroês, mas o estudo do dinamarquês é obrigatório e prioritário.

Podemos considerar o dinamarquês como uma segunda língua e não uma língua estrangeira. Aliás, o dinamarquês é usado normalmente de forma paralela. Por razões óbvias, não cabe aqui um descrição da estrutura gramatical do idioma⁷⁷. Note-se, no entanto, que diferentes variantes⁷⁸ do idioma ainda existem.

A influência mútua do dinamarquês e do feórico deram origem a uma variante “Gøttspråk”, que tem certas características de língua franca ou tendências. Os textos escritos em feroês são lidos como se fossem escritos em dinamarquês.

Há uma preocupação em proteger o idioma de influências que se consideram negativas, ou seja, implementa-se um política de purismo linguístico. As influências consideradas mais nocivas para o idioma são as que são canalizadas através do dinamarquês, o que resulta muitas vezes em que expressões inglesas penetram, por assim dizer, o feroês com mais facilidade.

O primeiro trabalho publicado seguindo critérios ortográficos normativos foi redigido por V. U. Hammershaimb em 1891.⁷⁹ De grande importância para o desenvolvimento da língua foi igualmente o trabalho de J. Jakobsen⁸⁰; o projeto de Jakobsen era o de revitalizar o idioma, criando, quando necessário, neologismos^a adequados, mas seguindo uma linha purista, tendendo a eliminar todo o tipo de estrangeirismos em geral daniçismos em particular. Christian Matras⁸¹ compilou um dicionário de Feroês-dinamarquês que teve grande influência na consolidação do feroês escrito.

⁷⁵ Embora hoje em dia seja pouco provável que tal situação se mantenha devido às mudanças estruturais verificada nos dialetos do norueguês. Uma língua ora desaparecida o Norn, tinha igualmente semelhanças com o feroês.

⁷⁶ A língua falada nos países escandinavos na altura da descoberta das ilhas tinha formas diversas nas várias regiões. O norreno como tal nunca existiu. A designação usada para descrever os diversos falares da escandinávia medieval, e que se encontra em textos diversos pode ser traduzida como “falar dinamarquês”. Mas seria um anacronismo fatal fazer qualquer tipo de analogia precipitada em relação a isso.

⁷⁷ A gramática de Lockwood ainda é uma obra de referência para quem não domine o dinamarquês.

⁷⁸ Podem-se distinguir pelo menos 6 dialetos, cujas isoglossas variam de norte para sul. O dialeto predominante é o falado na capital Tórshavn.

⁷⁹ Venceslau Ulricus Hammershaimb, sacerdote luterano e etnógrafo amador.

⁸⁰ Jakob Jakobsen (1864-1918) natural do arquipélago e formado em linguística pela Universidade de Copenhaga.

⁸¹ Foi professor catedrático da Universidade de Copenhaga onde regeu a cadeira de feroês, em 1965 regressou ao arquipélago onde continuou os seus trabalhos no Instituto de Estudos do Feroês. Foi ainda um reputado poeta e tradutor. Entre outras obras traduziu romances de Camus, Anatole France e outros. Traduziu igualmente parte da obra do escritor W. Heinesen que embora natural das ilhas escrevia em dinamarquês.

O feroês é falado por pouco mais de 80 000 pessoas, o que o torna uma das línguas menos faladas de todo o mundo. Isso em nada impede o seu uso em todos os sectores, sendo como é óbvio o idioma dominante do arquipélago. Por outro lado, não se pode negar a influência do dinamarquês, e cada vez mais do inglês. O facto de muitos manuais escolares só existirem em dinamarquês contribui para que essa língua seja preferida por muitos estudantes. Até que ponto é que essa influência poderá causar mudanças profundas nos hábitos linguísticos da população é matéria que preocupa os responsáveis pelo sector da educação.

Note-se que, embora o número de falantes do feroês seja muito reduzido, temos ainda a considerar as variantes existentes na forma de seis dialetos, com características próprias e cujas isoglosas separam, em termos linguísticos, as diferentes ilhas e zonas do arquipélago.

Nos termos da Lei da autonomia de 1948, o feroês é considerado a língua oficial. A lei contém, contudo, uma norma, segundo a qual, sem equiparar o dinamarquês ao vernáculo das ilhas, explicita que o dinamarquês deve ser ensinado nas escolas de maneira a transmitir aos alunos conhecimentos profundos desta língua, de maneira a poderem falá-la, le-la e escreve-la com fluência.

A grande maioria dos feroenses podem ser considerados bilingues⁸². O inglês é ensinado como a língua estrangeira mais importante já que o dinamarquês, em termos puramente linguísticos, não pode ser considerado como tal.

Arquivos, Bibliotecas e Museus

Quatro das instituições culturais mais importantes do arquipélago, a Biblioteca Nacional, o Arquivo, o Museu de História Natural e o Museu Histórico foram em 2011 e numa instituição denominada Sovn Landsins⁸³. A nova instituição é liderada por um diretor que é responsável pela biblioteca nacional, pelo arquivo e pelo património de interesse nacional. A biblioteca possui por volta de 190 000 volumes, dos quais 25 000 de grande valor bibliográfico e que se encontram na secção de reservados. O Arquivo Nacional coopera com o Arquivo Nacional da Dinamarca, que contém um acervo de documentos importantes para a História das Ilhas.

Teatro nacional

Em 2003 foi aprovada pelo Lagtinget legislação no sentido de ser criado um Teatro Nacional, sendo da responsabilidade do Governo Regional a execução desse projeto. A ideia é criar estruturas profissionais destinadas a apoiar atividades teatrais, estimular a produção de dramaturgia em feroês, e de uma maneira geral enquadrar os numerosos grupos de amadores.

A matança da baleia

O aproveitamento económico dos cetáceos, que existem em grande número no mar circundante, remonta aos primeiros anos do povoamento. Mas é a partir dos finais de

⁸² Os conceitos de língua principal, segunda língua e língua estrangeira têm de ser entendidos e aplicados num contexto socio-linguístico específico. Para uma elaborada análise do presente panorama linguístico no arquipélago veja-se Petersem, 2010.

⁸³ Património Nacional das Feroé, ou em inglês Faroese National Heritage, Archives, Libraries and Museums

1500 que as águas do arquipélago se tornaram um destino importante para frotas baleeiras de diferentes nacionalidades.

Mas o que é particularmente interessante, numa perspectiva antropológica, é o fenómeno a que no idioma feroês se dá o nome de Gringadráp. São caçadas comunitárias, que decorrem quando se avistam os cetáceos nas proximidades da costa. Nessa ocasião, grupos de pequenos embarcações, formadas num semi-círculo muito largo, cercam-nas, e conduzem-nas até à baía ou enseada mais próxima, onde os animais encallham.

Tem então lugar a matança. Homens, mulheres e jovens armados de facas e outros instrumentos cortantes, atacam as baleias, e de forma sistemática vão separando as diversas partes. Tudo acompanhado de todo o género de manifestações de alegria descontrolada. Todos se atiram ao mar rubro do sangue dos animais e cada um desempenha a sua função.

No final, a carne assim obtida é dividida por todos, de acordo com um regulamento oficial, que é afinal uma codificação de normas desde há muito em uso.

Vários antropólogos que estudaram o fenómeno do Grindadrap em detalhe concluem que se trata de um ritual através do qual se fortalecem os laços comunitários. Interpretação que essa que é totalmente aceite pelos ilhéus.

Não obstante as ameaças e os protestos das sociedades protetoras de animais, de grupos ecologistas e entidades internacionais, o Grindadrap continua a desenrolar-se da mesma forma

A matança das baleias é portanto um factor importante para a afirmação da identidade do povo das ilhas. Claro que, à parte o aspeto cultural, a carne de baleia, assim adquirida, é um valor acrescentado para a economia familiar.

No respeitante à legislação internacional em vigor, que regulamenta a caça à baleia, as Ilhas Feroé não as ratificaram. O que significa que embora a Dinamarca tenha assinado vários tratados nesse sentido, os mesmos não têm efeito na Região Autónoma.

A autonomia regional

Após o referendo de 1945, cujo resultado foi considerado inconclusivo pelas autoridades dinamarquesas, deu-se um impasse, o que levou o governo dinamarquês a dissolver o Alting e a convocar eleições. Dessas eleições resultou uma aliança de forças partidárias com legitimidade suficiente para conduzir negociações com a Dinamarca, no sentido de ser encontrada uma solução policamente aceitável para ambas as partes. Argumentos de cariz histórico foram invocados, mormente o de que sempre existiu uma comunidade com identidade própria no respeitante a instituições político-administrativas, cultura e tradições populares para além da existência de um idioma perfeitamente diferenciado das outras línguas escandinavas.

Na sequência dessas negociações⁸⁴, o parlamento dinamarquês (Folketinget) aprovou um diploma regulamentando⁸⁵ a autonomia das Ilhas Feroé.⁸⁶

⁸⁴ Claro que havia uma assimetria nítida entre as partes. Por outro lado a questão das ilhas Feroé e do seu futuro estatuto nunca foi uma questão susceptível de polarizar a opinião pública.

⁸⁵ O título oficial é: Lov nr. 137 f 23. Mars 1948 om Føroernes Hjemmestyre.

⁸⁶ Existe uma versão em traduzida para inglês Faroese Home Rule Act.

A Dinamarca reconhece a existência de uma comunidade com características especiais e com direito a instituições políticas próprias, enquadradas na estrutura constitucional dinamarquesa. Uma análise exaustiva dos fundamentos históricos da autonomia faroense não cabe no âmbito deste artigo, contudo, no capítulo anterior apresento um pequeno resumo por ordem cronológica.

No respeitante à natureza jurídica do regime autonómico, logo se manifestaram duas posições doutrinárias, algo antagónicas, e que de certo modo ainda hoje têm alguma influência.

A primeira, defendida entre outros por Alf Ross, considera que o regime autonómico, não obstante a sua amplitude, é do foro interno, e poderá conseqüentemente ser alterado no dentro da legalidade constitucional, pelo parlamento nacional. A outra posição considera que para todos os efeitos as ilhas se encontram numa situação em tudo semelhante a territórios colonizados, logo podendo invocar o direito à auto-determinação. Entre essas duas posições surgem outras que consideram o arquipélago uma região com características de estado, e em que existe uma relação de carácter contratual entre a Dinamarca e as Ilhas, o que significa que o estatuto jurídico da região não pode ser modificado unilateralmente pelo estado dinamarquês. Um dos argumentos avançados é o de que a legislação de 1948 foi aprovada pelo parlamento dinamarquês e pelo Altinget em atos legislativos distintos. Ou seja, a entrada em efeito da lei foi aprovada por dois parlamentos, embora o texto não tenha sido alterado⁸⁷. De qualquer modo, esse facto terá modificado a natureza do diploma, o que segundo alguns juristas lhe deu uma natureza de quasi- tratado celebrado entre dois poderes soberanos, logo conferindo às ilhas um estatuto muito especial em termos de Direito Internacional Público. O facto é que para além de possuírem a faculdade de celebrarem tratados, e embora exista a obrigação de consultar e informar o governo dinamarquês, não deixa de constituir um facto inédito a existência de representantes das Ilhas Feroé em Londres, Moscovo, Bruxelas, Oslo e Rejsjavik.

A lei define o arquipélago como uma sociedade politicamente autónoma integrada no Reino da Dinamarca. O intuito do legislador foi o de transferir para os órgãos políticos da região competência administrativa e legislativa em determinados sectores. No respeitante aos modelos em que o poder regional será estruturado, o legislador deixa isso ao critério dos órgãos estabelecidos.

Qualquer cidadão dinamarquês domiciliado no arquipélago é considerado feorês, e qualquer tipo de discriminação entre cidadãos é ilegal, excepto no respeitante à participação nas eleições para os órgãos do poder regional⁸⁸.

Praticamente todas as áreas da administração pública foram transferidas para a alçada regional. Com exceção dos tribunais, da polícia, de certas questões relacionadas com direito de família, controle de estrangeiros e alguma legislação relacionada com direitos imateriais e com o sector das finanças. Uma nova lei, em vigor deste de 29 de julho,

⁸⁷ Na realidade existem dois textos em dinamarquês.

⁸⁸ Onde é exigido que o eleitor seja residente.

alargou os poderes dos órgãos de poder regional. Na prática matérias tais como estrutura constitucional, lei da nacionalidade, Tribunais de última instância, política de negócios estrangeiros, defesa nacional e segurança que continuam a ser prerrogativa do governo central e do parlamento, elementos nucleares do estado.

O Regime autonómico atual

A base jurídica da autonomia institucional das ilhas assenta na Lei da Autonomia⁸⁹ em vigor desde 1948, que define as Ilhas Feroé “ como uma comunidade autónoma do Reino da Dinamarca”⁹⁰, por um lado, e nas normas da constituição dinamarquesa⁹¹, pelo outro. A intenção da lei é a de transferir a responsabilidade de um certo número de sectores, do poder central para as autoridades regionais. A enumeração desses sectores consta de duas listas referidas na lei. A Lista A descreve os sectores que, sem margem para dúvidas, constituem matéria de interesse regional. A lista B abrange sectores que poderão ser objeto de negociações futuras entre as autoridades regionais e o governo central.

Em 2005, foi aprovada uma nova lei⁹², que de certa maneira pode ser considerada um suplemento da legislação aprovada em 1948. A nova lei, que entrou em vigor a 29 de julho de 2005, transfere para a alçada das instituições regionais um certo número de sectores da administração pública que até essa data eram geridos pelas autoridades nacionais, ou seja, alguns dos sectores que constam da Lista B acima referida.

A 2 de julho de 2012, entrou em vigor um regulamento⁹³ que contém normas diretivas no tocante à coordenação de todos os assuntos respeitantes às Ilhas Feroé.

No preâmbulo da lei da autonomia, que de certa maneira condiciona a interpretação normativa das normas em que assenta o regime autonómico, considera-se que a lei é o resultado de um acordo ou tratado⁹⁴ entre as instituições regionais e o governo dinamarquês como partes de pleno direito e em termos de igualdade.⁹⁵

No respeitante ao estatuto das ilhas no âmbito do direito internacional, deve fazer-se menção de que foi aprovada uma legislação⁹⁶ que autoriza as autoridades regionais a poderem contrair tratados e a participar em organizações de carácter internacional. A lei, conhecida como “Lei da procuração” concede às autoridades regionais poderes para, em nome do Reino da Dinamarca, agir no plano internacional, no respeitante assuntos

⁸⁹ Lei nr. 137 de 23 de Março de 1948

⁹⁰ O texto em dinamarquês – “et selvstyrende folkesamfund i det danske rige» pode ser interpretado de, pelo menos duas maneiras. A primeira, em que se baseia a minha tradução parte do princípio que as ilhas fazem parte de um todo nacional, a segunda interpretação vai no sentido de as ilhas serem uma comunidade autónoma que estão ligada, em termos jurídicos, ao Reino da Dinamarca, o que pode significar que constituem por isso parte de uma quasi-federação. Um constitucionalista propôs o termo “estado conglomerado” para descrever a presente situação.

⁹¹ A atual constituição é de 1953.

⁹² Lei nr. 578 de 24 de Junho de 2005.

⁹³ O termo em dinamarquês é “veiledning” que se pode traduzir como directiva. Mas aqui trata-se de um regulamento que abrange todos os órgãos do Governo.

⁹⁴ O termo é “overenskomst”

⁹⁵ O que significa que a Lei introduz um paralelismo quasi-constitucional entre as instituições regionais e o governo

⁹⁶ Lei 579 de 24 de Junho de 2005

de interesse para a região e somente nos sectores que foram transferidos para a alçada das autoridades regionais. Esses poderes podem, em qualquer altura, ser revogados ou limitados. Os princípios gerais que orientam a cooperação entre as autoridades regionais e o governo central foram definidos numa declaração conjunta⁹⁷. A intenção do documento é preservar os interesses do arquipélago em negociações de carácter internacional, ficando assegurada a participação de representantes das autoridades regionais nessas ocasiões.

As competências das autoridades regionais estão repartidas entre o Logting (eleito por sufrágio universal e o Landsstyret (Governo Regional), que é nomeado pelo Logting. Note-se que a orgânica regional não consta das leis supramencionadas, tendo essa matéria deixada ao critério das autoridades regionais.

Os poderes regionais têm aumentado gradualmente, e detêm poder legislativo e executivo em todas as matérias relativas aos sectores que foram transferidos do poder central para o poder regional, nos termos da legislação em vigor. Alguns sectores, tais como o judiciário, a polícia, controle de estrangeiros e fronteiras, são suscetíveis de serem transferidos, mas requerem estudos preliminares mais aprofundados.

A Lei de 1948 estabelece uma série de mecanismos institucionais para salvaguardar os interesses da Região. Todas as propostas de lei que contenham normas suscetíveis de terem efeito, direto ou indireto, na Região são enviadas às autoridades regionais para que se pronunciem, antes de serem apresentadas no Parlamento. O mesmo processo é seguido no tocante a regulamentos, decretos governamentais, etc.

as Ilhas Feroé elegem dois deputados para o Folketinget.

Lagting - Parlamento das Feroé

As competências do Lagting não dimanam da constituição dinamarquesa, mas sim das normas da Lei nr. 103 de 26 de julho de 1994. Essa lei enquadra as estruturas dos órgãos de soberania regionais.

Nos termos da lei, compõe-se de 33 deputados, eleitos por sufrágio universal. O arquipélago estava anteriormente dividido em diversos círculos eleitorais, mas depois da última reforma legislativa, passaram a constituir um círculo único⁹⁸. As eleições são convocadas cada quatro anos. Podendo o Primeiro-Ministro ou uma maioria parlamentar dissolver o parlamento e convocar novas eleições. Os trabalhos parlamentares são conduzidos de acordo com o regimento aprovado pela Assembleia. e tem lugar em plenário, ou numa das comissões parlamentares.

O Alto Comissário tem direito de participar nos debates, mas não tem direito de voto.

No dia 29 de julho de cada ano, dedicado a Santo Olavo, todos os deputados, assim como os membros do governo, saem em procissão até à Igreja Catedral, onde assistem a um serviço religioso, regressando depois) ao Parlamento. Nesse dia, que é feriado na-

⁹⁷ A Declaração de Famin, assinada a 29 de março de 2005 pelo Ministros dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e pelo Primeiro-Ministro feroês.

⁹⁸ Lei do Lagting nr. 97 de 1 de novembro de 2007

cional, tem lugar a abertura solene do Parlamento. Nessa ocasião, o Primeiro Ministro apresenta o programa do governo e tece considerações sobre o estado da nação.

Um secretariado permanente assiste os deputados em questões técnicas de várias ordens. O Lagting tem um edifício próprio, situado em Tórshavn.

Partidos Políticos

De um modo geral, a linha divisória entre os partidos representados no Lagtinget tem que ver com as grandes questões de fundo relacionadas com a política económica e social, ou seja, as clivagens “normais” que se encontram um pouco por todo o lado. Por outro lado, o posicionamento dos partidos no tocante às relações com a Dinamarca, e uma eventual independência é um factor importante a ter em conta no panorama político. Podemos portanto traçar uma linha divisória entre partidos de esquerda e direita e entre independentistas e unionistas. Ou seja, às cores políticas tradicionais têm de ser acrescentadas outras, que demarcam a importância da questão da nacional para o partido em questão. Essas clivagens não impedem uma coesão intrapartidária no respeitante ao regime autónómico em vigor. Todos estão de acordo que o arquipélago possui uma identidade cultural própria, fruto da insularidade e dos processos históricos que moldaram a sociedade. Do outro lado está sempre o espectro da Dinamarca aglutinadora, que é olhada com alguma desconfiança.

- O Følkaflokkurin (partido popular) fundado em 1940 é um partido conservador, defensor da economia de mercado e dos valores tradicionais. Defende uma autonomia mais abrangente, e quer gradualmente aumentar o poder legislativo dos órgãos da região.

- Sambadsflokkurin (Partido da União). Partido que defende os valores liberais e a economia de mercado, defende o modelo autónómico existente e querem continuar ligados à Dinamarca, embora num modelo de contorno federativo.

- Javnadarflokkurin (Partido da Igualdade) Foi fundado em 1925. Tem uma posição em tudo idêntica à dos partidos sociais-democratas nórdicos. Defende o estado social. Na questão autónómica reconhece o direito à independência caso se reúnam as condições necessárias e haja acordo das partes envolvidas. Mas basicamente a posição do partido nessa questão é pragmática e não tem grande motivação ideológica.

- Nytt Sjávtýri – Nova Autonomia. Partido fundado em 1906. Assume uma posição próxima da social-democracia, mas defende uma posição separatista em relação à Dinamarca, e que as Ilhas tenham uma constituição própria.

- Tjóðveldi (Partido Republicano). Defende uma posição independentista, através de um processo gradual de separação, que passa pela aprovação de uma constituição, e pela redução progressiva dos apoios económicos vindos da Dinamarca. Trata-se de um partido que ideologicamente se situa algo à esquerda.

- Framsókn (partido do Progresso) Formado em 2011, resultado de uma cisão no seio do Partido Popular. Quer efetuar reformas profundas do sistema social, defende os valores liberais e a iniciativa privada. Segue o Partido de origem no respeitante às relações com a Dinamarca.

- Midflokkurinn (Partido do Centro). Fundado em 1992. Partido da democracia cristã. Defende os valores tradicionais e quer manter a região fora da União Europeia

Landsstyre – Governo Regional

O executivo é presidido pelo *Lagmanden*, o primeiro-ministro, e dele fazem parte pelo menos dois ministros, *landsstyremedlemmer*. O chefe do executivo é nomeado pelo Lagtinget, depois de o presidente ter auscultado os pontos de vista dos partidos com assento parlamentar.

O governo regional está dependente da vontade política da maioria parlamentar, no caso de um voto de não confiança no executivo, o primeiro-ministro ou algum dos membros do governo a quem foi recusada confiança, é forçado a resignar. O governo atual é composto de 8 membros, e foi formado por uma coligação tripartidária. As pastas existentes são: Pesca, Finanças, Negócios Estrangeiros e Comércio, Transporte, e Infraestruturas, Trabalho e Assuntos Sociais, Saúde e Interior e Educação, Ciência e Cultura.

A partir de 1996, praticamente toda a administração pública passou à alçada do Governo, com exceção do comando militar, do sector da justiça⁹⁹ e polícia, e obviamente da chancelaria do Alto Comissário (Rigsombudsmann¹⁰⁰). De momento existem 8 direcções regionais; a coordenação da máquina administrativa é da responsabilidade de um Director-Geral que faz a ligação com o governo.

Municípios

A legislação que enquadra as atividades das autarquias foi estabelecida com a entrada em vigor da lei da Administração Autárquica¹⁰¹, o que significa que os municípios estão submetidos ao poder legislativo desse órgão, e não à legislação dinamarquesa. Ao Governo (Landsstyre), compete fiscalizar as atividades dos vários municípios, tanto no respeitante ao cumprimento das normas legais vigentes, quer no campo das finanças municipais. Existem presentemente 30 municípios, sendo alguns de reduzida dimensão. As eleições autárquicas são disputadas muitas vezes por listas de cidadãos, com exceção dos municípios de maior densidade populacional. Simultaneamente com a eleição do município, é eleita uma “comissão escolar”, que como o nome indica tem a missão de acompanhar o funcionamento das escolas municipais.

Os municípios são responsáveis pelas escolas básicas, bibliotecas, recintos desportivos, rede de esgotos, fornecimento de água, etc. De grande importância é a construção e manutenção de infraestruturas portuárias.

As Finanças Regionais

Desde o início do presente regime autonómico, ou seja, a partir de 1948, tem tido lugar uma transferência para a região de um cada vez maior número de sectores. Nos termos da legislação autonómica a responsabilidade pelo financiamento da administração regional é assumido na sua totalidade pela região.

⁹⁹ O judiciário está totalmente integrado no sistema dinamarquês. O mesmo acontecendo com a autoridade policial.

¹⁰⁰ O Alto Comissário faz a ponte por assim dizer entre as autoridades regionais e o governo central, e está dependente do Primeiro-Ministro. Para além disso exerce algumas funções notariais e tem jurisdição em assuntos relacionados com adopção, divórcio e actos semelhantes.

¹⁰¹ Existem um série de Leis regionais que regulamentam as atividades das autarquias.

Nas situações em que existe um acordo visando um sector específico, e nas circunstâncias em que a região tem a competência legislativa e executiva numa área de interesse nacional, a região recebe do estado central um subsídio na forma de uma transferência de fundos. O montante a receber é sempre objeto de negociações anuais, cujo resultado é depois apresentado ao parlamento pelo ministro das finanças, na forma de uma proposta de lei. O sistema é baseado no que a lei define como “competências específica da regiões” e “competências gerais”, mas na prática a transferência de fundos é feita numa tranche única, ou em tranches mensais. Os fundos são usados para cobrir a totalidade ou parte do orçamento regional.

Em 2014, o montante total das transferências do estado para a região foi de 987 milhões de coroas.

A repartição dos encargos financeiros entre o governo central tem, como é óbvio, variado em função dos sectores que foram passando para a alçada da região. No total, a comparticipação do estado dinamarquês para o financiamento das várias áreas do sector público é da ordem dos 17% da totalidade das despesas.

Sistema Fiscal

A tributação, a todos os níveis, é matéria da exclusiva competência da região. Isto significa que o valor das taxas e dos impostos cobrados na região são decididos na sua totalidade pelos órgãos regionais. No respeitante a matérias relacionadas com o fisco, a Dinamarca e a Gronelândia são considerados, para todos os efeitos, países estrangeiros.

Isto significa que as autoridades regionais podem negociar todo o tipo de instrumentos de cooperação em matérias de tributação com outros países. O que já foi feito por exemplo com a Gronelândia, a Índia, e o Reino Unido, entre outros.

O facto de o sistema de tributação ser totalmente da competência da região é uma vantagem estratégica considerável.

Infraestrutura

As ilhas estão dotadas de 463 quilómetros de estradas¹⁰² e de um sistema de túneis com a extensão total de 32 km. Algumas das ilhas estão ligadas por túneis. A manutenção da infraestrutura portuária é responsabilidade dos municípios.

O aeroporto de Vãgar passou a partir de maio de 2007 a ser da propriedade do governo regional. Existem 12 heliportos dispersos pelas várias ilhas. São feitas ligações aéreas diárias com a Dinamarca, que é o destino de 80% do passageiros que passam pelo aeroporto.

Sector Educativo¹⁰³

De uma maneira geral, o sistema escolar é semelhante ao dinamarquês, com a diferença fundamental de o ensino ser ministrado em feroês.

Em finais de 2001, foi assinado um protocolo entre o Governo dinamarquês e o Governo Regional através do qual foi feita a transferência para a Região dos sectores que até

¹⁰² O número de veículos automóveis que circulam nas ilhas é dos mais elevados da Europa.

¹⁰³ Ver sobre esta matéria Gaini, Family and Primary School in the Faroe Islands.

aí tinham estado dependentes do Governo central e do parlamento dinamarquês. Assim a partir de 1 de janeiro de 2002 a Região tem poderes legislativos e administrativos no respeitante ao ensino a todos os níveis, assim como assume responsabilidade por todas as áreas do sistema educativo. Assim a Região assume o financiamento do sector. As escolas básicas são de acordo com a legislação regional geridas pelos municípios no respeitante a infraestruturas e material escolar, mas os salários dos professores e os programas de ensino são da alçada do Governo Regional, que supervisa as atividades escolares. A escola obrigatória tem a duração de 9 anos, sendo o décimo ano facultativo. Todos os docentes têm de ser fluentes em feroês, o que pode obrigar à prestação de provas de conhecimento linguístico. Para além de todo o ensino ser facultado no idioma local, o dinamarquês é ensinado a um nível aprofundando, de maneira a permitir aos alunos conseguirem comunicar nessa língua, quase ou tão bem como na língua materna. O ensino técnico-profissional tem boas infraestruturas, possibilitando a formação de pessoal técnico qualificado para os vários sectores da indústria pesqueira e marinha mercante. Encontram-se igualmente outros estabelecimentos de ensino, tais como escolas de formação musical, trabalhos oficinais etc.

Em 1965, foi criada a Universidade das Feroé. Com a nova lei-quadro do ensino universitário a Escola Reginal de Enfermagem e a Escola do Magistério passaram a integrar a universidade, que conta com duas faculdades: Humanidades, Ciências Sociais e da Educação e uma Faculdade de Ciência e Enfermagem. Estão matriculados cerca de 700 estudantes. A universidade goza de autonomia académica, mas depende, em termos político-administrativos do Governo, embora estando dotada de um conselho administrativo, nomeado pelo Governo, mas com representação de docentes e discentes. O Conselho, por sua vez, nomeia o reitor da instituição através de concurso público.

Em 1988 o Governo Regional passou a administrar e a financiar as bolsas e empréstimos escolares de que podem auferir os estudantes da região, e que até então era responsabilidade das autoridades nacionais. No entanto os estudantes que frequentam universidades dinamarquesas ou estrangeiras continuam a contrair empréstimos e a receber bolsas provenientes da estrutura nacional criada para o efeito.

Sistema Judiciário

Os tribunais judiciais e a autoridade policial continuam a fazer parte do sistema nacional. A partir de 1944, o feroês passou a ser usado nos tribunais, em pé de igualdade com o dinamarquês. Ao contrário da situação na Gronelândia, as normas do código penal são as dinamarquesas, o mesmo no que respeita à legislação processual, a todos os níveis.

No entanto, há que ter em consideração o facto de o número de leis regionais ter aumentado consideravelmente nos últimos anos. Leis essas que são, como é óbvio, aplicadas pelos magistrados. Dessa maneira vai o sistema jurisdicional transformar-se e adaptar-se cada vez mais à realidade regional. Para isso, contribui igualmente o departamento de estudos jurídicos a funcionar na na universidade. Assim, o uso do feroês tenha um papel cada vez mais importante na prática forense. No caso, até agora hipotético, de as ilhas se tornarem um estado independente, e dada a dimensão demográfica do arquipélago, certas funções jurisdicionais terão de ser entregues a tribunais sediados fora do arquipélago.

Instituições Culturais

A rádio e a televisão, duas instituições basilares para a manutenção de uma identidade regional forte, foram recentemente fusionadas. Embora autónomas, o seu financiamento vem do erário público e o conselho administrativo é nomeado pelo governo regional.

O jornal mais antigo do arquipélago o *Dimmallaetting*, fundado em 1878, teve de fechar as portas em 2013, mas voltou a reaparecer como semanário no ano seguinte. O jornal mais importante do arquipélago com uma tiragem média de 7000 exemplares é o trisemanal *Sosialurin*.

A importância dos media para a língua e cultura feéricas não podem ser subestimados.

O folclore

Uma das constituintes da identidade cultural das ilhas são as chamadas *ringdans* (danças de roda), as quais servem de acompanhamento aos cânticos tradicionais *Kvaeder*. Os dançarinos seguem uma coreografia tradicional. O ponto fulcral é o cantor de baladas, que as vai cantando acompanhado pelos dançarinos que podem repetir em coro o refrão das toas.

Muitas baladas são, segundo a tradição, de origem medieval, outras mais modernas. A temática varia, algumas contêm elementos satíricos, outras versam temas relacionados com as emoções humanas, a paisagem das ilhas, etc. Estudos antropológicos demonstram a importância dessas danças tradicionais para a afirmação da identidade cultural dos ilhéus. As danças de roda tiveram uma renascença e revitalizaram-se nos finais do século XIX, e passaram a constituir um factor importante na formação da identidade dos feroenses. O uso do vernáculo, a estrutura coreografica e trajos características, a demarcação das diferenças étnicas pelas quais o feroês exhibe o que o distingue da em relação aos restantes países nórdicos, e ao mesmo tempo mostrando participar plenamente de um mítico passado comum.

A Região e a Europa

Com a entrada da Dinamarca para a Comunidade Europeia a 1 de janeiro de 1973, e nos termos do tratado então celebrado, foi concedido um período de três anos, ou seja, até final de 1975, para esclarecer a posição dinamarquesa em relação ao estatuto das Ilhas Feroé, no respeitante ao processo de integração europeia então em curso. A Dinamarca optou por respeitar a decisão dos órgãos regionais nessa matéria.

Uma decisão unânime da Assembleia Legislativa (*Lagtinget*) rejeitou a proposta, e o governo dinamarquês respeitou essa decisão. Ou seja., as Ilhas Feroé não acompanharam a Dinamarca e optaram por ficar de fora.

Simultaneamente com a entrada da Dinamarca para a Comunidade Europeia, deu-se a sua saída da EFTA. Para resolver a situação dos restantes membros da EFTA que continuaram dentro da organização, foi criado o EEE¹⁰⁴, da qual as Ilhas Feroé não podem

¹⁰⁴ Espaço Económico Europeu, em que participaram inicialmente a Noruega, a Islândia, a Confederação Helvética e o Liechtenstein, criado com o objetivo de possibilitar a participação desses estados não-membros no mercado comum.

fazer parte por não serem um estado soberano. Para contornar essa situação, foi, em 1992, estabelecido um acordo algo original entre a Dinamarca/Ilhas Feroé e a CE. Dessa forma, praticamente todas as mercadorias com origem no espaço económico europeu estão isentas de taxas aduaneiras nas ilhas, com algumas exceções. Os mecanismos criados pelos tratados resultam num sistema muito complexo, que criam algumas dificuldades à livre circulação de mercadorias.

Tudo isso constitui, do ponto de vista jurídico, uma situação algo paradoxal. Um estado soberano – a Dinamarca - que se presume como tal unitário, acaba por aceitar uma situação em que duas regiões decidem não aceitar os termos dos tratados ratificados pelo estado a que pertencem. As consequências daí resultantes são pouco claras no contexto da integração europeia. O facto é que essa anomalia, uma forma de assimetria institucional é suscetível de gerar conflitos de vária ordem¹⁰⁵. Na ordem interna, por exemplo, caso tiver lugar uma transferência de poderes em áreas que afetam os pilares onde assenta a soberania nacional, por exemplo no tocante à defesa, nacionalidade, tribunais superiores e áreas sensíveis da política internacional, nesse caso a situação poderá afectar minar a construção até agora existente.

Por outro, os tratados permitem à Região aceder de pleno direito à UE, isto porque fazendo parte integral do da Dinamarca, pode em qualquer altura invocar tal facto para o fazer.

O processo de regionalização que tem ocorrido no espaço europeu poderá ser um factor a contribuir para uma nova orientação pró-europeia das forças políticas da região. Embora, de momento não se vislumbre qualquer esforço nesse sentido.

O Livro Branco de 1999

Por iniciativa do Governo Regional, foi criada uma comissão composta por especialistas de várias áreas, com o fim de analisarem e enquadrarem toda a problemática que envolve as questões de ordem jurídica e institucional, relacionadas com uma eventual transferência de soberania da Dinamarca para as Ilhas Feroé. Com o subtítulo de “Condições essenciais para a fundação de um estado feroês soberano¹⁰⁶”, o mandato da comissão foi enunciado nestes termos:

- Analisar as relações constitucionais entre a Dinamarca e as Ilhas Feroé numa perspectiva histórica
- Analisar a amplitude da autonomia existente e o conceito de soberania
- Estudar casuisticamente as relações dos estados com pequena dimensão populacional, e os mecanismos de relacionamento com outros países.
- Proceder a uma análise detalhada do Tratado de 1918 entre a Dinamarca e a Islândia

¹⁰⁵ Obviamente que tendo em conta a sua reduzida população, poderá muito bem manter-se a presente situação.

¹⁰⁶ O texto original foi escrito em feroês, e depois traduzido para dinamarquês. A expressão “fullveldisríki” foi traduzida como “suveren stat”, que pode ser traduzido como foi feito. Na realidade estados soberanos, são independentes. Mas a soberania é talvez uma maneira de exprimir “uma independência total e absoluta”. O conceito tem raízes religiosas. A expressão utilizada no Pacto das Nações Unidas é em inglês “The sovereign equality”, o que indica que o poder absoluto reside no estado, e que tal é reconhecido pelos seus semelhantes (ou seja, os outros estados soberanos), advindo daí o princípio de não interferência de outros estados em assuntos do foro interno.

- Clarificar os pressupostos constitucionais e do direito publico internacional para fundamentar um estado feroês soberano
- Aconselhar acerca da forma mais eficiente de negociar e implementar um acordo entre a Dinamarca e as Ilhas Feroé, e as tramitações inerentes a todo esse processo.

A comissão composta por dez membros foi, por sua vez, assessorada por um elenco internacional de peritos, e de autoridade reconhecida no respeitante às matérias em discussão.

O documento que resultou dos trabalhos da comissão, publicado como livro branco, tem de ser interpretado, não obstante a assistência prestada pelos especialistas acima referidos, num contexto puramente político. Sendo assim, algumas asserções são altamente subjetiva. Um exemplo bastará para o mostrar. O postulado de que as Ilhas Feroé eram um “país independente” na altura do seu povoamento está eivado de anacronismo, já que o conceito de “país independente”, como hoje o entendemos, não tinha obviamente o mesmo significado no universo político da Idade Média europeia. Mesmo se aceitarmos plenamente que os primeiros habitantes das ilhas estabeleceram estruturas destinadas a dotá-las de uma ordem jurídica, e que para tal fim Esabeleceram “ting”, em que participavam os homens-livres, ou seja, aqueles que possuíam autonomia e propriedade. Sendo a documentação disponível extremamente escassa, a utilização de textos de natureza literária como a “Saga dos Faroenses”, ainda por cima escrita muitos anos depois do povoamento das ilhas, não tem a força argumentativa que a comissão almeja.

A natureza do relacionamento das ilhas com a coroa norueguesa será sempre objeto de variadíssimas interpretações¹⁰⁷s. Não restam dúvidas de que os habitantes do arquipélago não se submeteram ao poder da coroa de livre vontade, antes pelo contrário. Mas isso não significa de maneira alguma que teriam sido tratados como sendo “independentes”. Os seus habitantes foram objeto de tributação, e vigoravam as ordenações norueguesas, embora com os ajustamentos destinados a não criar antagonismos de maior.

O Livro Branco dedica todo um capítulo à relação entre a Dinamarca e a Islândia, que, como é sabido, foi durante muitos anos uma colónia dinamarquesa. A luta pela independência da Islândia começou a tomar forma ativa por volta de 1830, como resultado de uma cada vez maior tensão política. Quando em 1848 a Dinamarca passou de um regime absolutista a uma monarquia de cariz liberal, vários intelectuais e políticos islandeses, construíram um argumento, de certa maneira engenhoso, defendendo que a Islândia, como nação, tinha um vínculo à pessoa do Rei¹⁰⁸, e como tal não podiam submeter-se à Constituição dinamarquesa. Defendendo o princípio de uma monarquia dual, ou seja, a Islândia conservaria a sua integridade como Nação, embora partilhando um soberano em comum com a Dinamarca.

Esta situação durou até 1871, altura em que o Parlamento dinamarquês aprovou uma lei com o fim único de clarificar o estatuto constitucional da Islândia no seio do estado

¹⁰⁷ Ver sobre toda esta matéria a obra de Randi Waerdahl, que contém numerosas referências bibliográficas e arquivísticas.

¹⁰⁸ Invocando um acordo que a Islândia tinha estabelecido com o Rei da Noruega.

dinamarquês. Uma manobra interessante foi a concessão pelo Rei de uma constituição à Islândia. Uma espécie de doação régia a título pessoal.

Em 1874, para comemorar os mil anos passados sobre a data do povoamento da Islândia, esse novo modelo constitucional concedeu ao Altinget (o parlamento islandês) poderes legislativos e orçamentais. Em 1881, avançou-se a um ritmo maior para a independência, com a criação do cargo de Ministro do Reino para a Islândia, mas com com responsabilidade política perante o parlamento islandês. Os líderes islandeses mantiveram sempre a posição de que a Dinamarca tinha de reconhecer a soberania da Islândia, sempre insistindo no princípio de vassalagem ao Rei e não à Constituição dinamarquesa¹⁰⁹. Embora a articulação destes argumentos hoje em dia nos possam parecer desajustados em termos históricos, o facto é que a Dinamarca aceitou o princípio defendido pelos islandeses, reconhecendo ser a Islândia, para todos os efeitos uma nação soberana, e logo poder constituir um estado. Depois de um período assaz confuso, em que a interpretação do teor do Tratado de 1918 foi motivo de várias controvérsias, a Islândia tornou-se, como sabemos, um estado independente.

A razão pela qual a Comissão se debruça tão detalhadamente sobre a situação da Islândia, e dá um lugar de relevo a todos esses acontecimentos passados, é decalcar, até onde for possível, o processo histórico que conduziu à independência da Islândia. Ou seja, alinhar argumentos baseados numa determinada interpretação histórica, e mostrar que pode existir um paralelismo entre a situação da Islândia e o processo em curso que envolve as Ilhas Feroé e a Dinamarca.

Segue-se uma análise dos conceitos de soberania e autonomia, reconhecendo a Comissão de que se trata de uma tarefa exceccionalmente difícil. Ciente de todos esses problemas de ordem concetual, a via escolhida pela comissão foi recolher elementos sobre os vários sistemas existentes, tentando destilar todo esse material na esperança, de obter uma essência útil.

Assim, o estudo incide sobre os poderes executivos e legislativos, o sistema judicial, a nacionalidade, as estruturas económicas, as relações internacionais e o enquadramento consitucional em geral de vários regimes autonómicos. Os exemplos apresentados como modelos de uma delimitação explícita dos poderes legislativos e executivos entre as regiões autónomas e os governos centrais foram os das Ilhas Feroé, Gronelândia, Hong Kong, Mindanao, Tirol do Sul e Sri Lanka, fez-se igualmente a situação na Catalunha e no País Basco, aos Estados Unidos, e à Bélgica e Países Baixos. As diferenças entre a funcionalidade dos vários modelos varia, como seria de esperar, em função dos sistemas legais em que estão implantados, das circunstâncias políticas e históricas.

Partindo depois para um estudo da situação de territórios associados¹¹⁰, ou seja, territórios que, não sendo estados, reúnem as condições para tal, podendo por via de uma declaração unilateral proclamar a independência.

¹⁰⁹ O argumento da “vassalagem à pessoa do rei” é interessante. Trata-se de ressuscitar um princípio de certa maneira arcaico - “o poder pessoal do Rei por graça de Deus” - por parte de uma país que sempre se proclamou república.

¹¹⁰ O conceito de Free Association aparece em 1960 em documentos das Assembleia Geral da ONU.

Depois de analisar vários cenários possíveis, ou seja, numa perspectiva da continuação de uma co-existência com a Dinamarca, nos moldes atuais, a comissão apresenta um estudo aprofundado de estados independentes, com o mesmo número de habitantes que o arquipélago.

No direito internacional o termo micro-estado pode ser aplicado para designar países independentes com uma população de menos de 1 milhão de habitantes. Seguindo esse critério, existem 43 micro-estados reconhecidos internacionalmente. A comissão optou por concentrar a investigação na situação dos estados com menos de 300 000 habitantes, para facilitar uma comparação realista com a situação das Feroé.

Tradicionalmente, existe uma certa relutância¹¹¹ por parte da comunidade internacional de reconhecer a independência de territórios com populações escassas¹¹². Por outro lado, e depois do processo de descolonização que teve lugar no período do pós-guerra, particularmente no início dos anos 60, o número de estados de baixa expressão populacional aumentou consideravelmente. O caso de Malta é interessante, já que houve uma tentativa, que foi rejeitada, por parte dos líderes políticos malteses de manter uma ligação com o Reino Unido com o estatuto de Crown Dependency¹¹³.

Em 1965, quando as Maldivas se tornaram independentes teve lugar, no seio do Conselho de Segurança, uma discussão intensa e em que alguns estados manifestaram algum desagrado com o facto de aldeias-estado integrarem a comunidade internacional e a fazerem parte, como membros de pleno direito, das Nações Unidas. Foi proposta uma solução no sentido de aos micro-estados ser atribuído o estatuto de membros associados, ou seja, não serem considerados estados-membros, o que não foi aprovado.

A comissão faz uma análise às condições em que esses estados exercem a sua soberania, com particular atenção para as relações internacionais e para a manutenção do domínio territorial. Outro assunto abordado foi o das relações bilaterais entre os novos estados e as antigas colónias. De uma forma geral, a conclusão a que chegaram foi a de que se desenvolve um bom clima de cooperação a todos os níveis. Um exemplo interessante é o sistema criado em alguns micro-estados membros da Commonwealth no respeitante ao funcionamento dos tribunais. Assim, em alguns casos pode-se recorrer das decisões dos tribunais nacionais para um Tribunal de última instância sediado em Londres. Quanto à política financeira e monetária, a comissão analisa os vários modelos existentes, que de uma maneira geral ou utilizam uma divisa estrangeira ou usam moeda própria mas cujo câmbio está ligado ao valor de outra divisa. Depois de apresentar os diferentes modelos existentes, a comissão conclui que, nos últimos anos, com a crescente globalização, e a necessidade de uma cooperação transnacional a todos os níveis, para além do aparecimento de organizações regionais bem estruturadas, e de uma maior aceitação de normas internacionais, tem contribuído de uma maneira positiva para a situação dos estados por vezes denominados liliputianos, no plano global. Isto porque, dado o seu

¹¹¹ Em 1958 a posição britânica era a de que territórios com menos de 2,5 milhões de habitantes não reuniam as condições necessárias para serem estados soberanos.

¹¹² De recordar que dos micro-estados europeus só o Luxemburgo foi aceite como membro fundador das Nações Unidas, ficando Andorra, Liechtenstein, Mónaco e S. Marino de fora). A Islândia foi aceite no ano seguinte.

¹¹³ Ou seja, o mesmo que o concedido às lhas de Man, Jersey e Guernsey.

estatuto de estados independentes, com assento em organizações internacionais, estão criadas as condições para marcarem posição, mas “exercendo esses direitos uma política responsável particularmente no tocante a questões geo-estratégicas e financeiras”.

A soberania das Feroé no contexto do direito internacional¹¹⁴

Como é sabido, o sistema normativo que regula a coexistência dos estados soberanos que constituem o que se designa como comunidade internacional, difere dos sistemas ditos nacionais, domésticos ou municipais, no que diz respeito à aplicação de medidas coercivas eficientes, ou seja, do uso legítimo da força do estado para assegurar a coesão social e em especial ordem pública.

No plano internacional, o poder de órgãos tais como as Nações Unidas ou o Tribunal Internacional de Haia é reduzido, e condicionado tanto do ponto de vista jurídico como político. Não existe, como se sabe, nenhum “soberano” com os meios necessários para impor uma legalidade global.

No atual panorama do direito internacional, existem estruturas legais que mesmo de uma forma fluída balizam as relações internacionais aplicando normas jurídicas universalmente aceites¹¹⁵. Claro que, como é sabido, o direito que emana da interpretação de textos de tratados e aquele de caráter consuetudinário é por vezes é difícil de destrinçar.

No concernente às condições pelas quais nos termos do direito internacional se define um estado, ou seja, uma pessoa jurídica, o Art. 1 do Tratado de Montevideo¹¹⁶ coloca antes de tudo a existência de uma população fixa, um território delimitado, um governo e ter o estado neófito a capacidade de manter relações com outros estados. No caso das Feroé, a primeira condição não apresenta qualquer dúvida, quanto à segunda os limites territoriais do arquipélago não são matéria em disputa, no respeitante à área ainda assim é superior a de estados-membros daas Nações Unidas como a Micronésia, com 702 quilómetros quadrados e Palau com 458. Quanto ao número de habitantes, St. Kitts & Nevis tinha uma população de 42 000 habitantes quando se tornou membro em 1983, o Liechtenstein 31000 em 1990 e S. Marino 24000 em 1992.

A questão premente tem que ver com a existência das estruturas necessárias para manter a ordem interna a todos os níveis, e de órgãos com a capacidade, leia-se competência e recursos, para manter uma posição digna na ordem pública internacional. A necessidade de manter relações diplomáticas e não só com outros estados implica que o exercício da soberania tem de ser assegurado em termos práticos.

Significa isto que, no caso das Feroé, a Dinamarca terá de salvaguardar, mesmo de forma indireta, a ordem internacional. No caso do reconhecimento do direito à independência das ilhas, pressupõe-se estarem asseguradas as condições para a sua receção e integração na comunidade internacional. Caso a Dinamarca negue esse reconhecimento, torna-se praticamente impossível a aceitação ou reconhecimento da soberania das ilhas.

¹¹⁴ Para uma excelente introdução o artigo de Jorgen A. Jensen, “Faroe Islands”, na Max Planck Encyclopedia of International Law, o artigo de Gudmundur alfredsson, *Faroese Law Revies*, (vol 1), 2001

¹¹⁵ Expressas por exemplo no Artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Haia.

¹¹⁶ Convention on Rights and Duties of States. 1933

Foi o que aconteceu aquando da independência da Islândia. No articulado do diploma aprovado para o efeito, vinha formulada a obrigação por parte da Dinamarca de comunicar aos estados com quem mantinha relações diplomáticas o acto de reconhecimento da Islândia como um estado soberano.

O direito de autodeterminação dos povos¹¹⁷ é um princípio reconhecido nas convenções adotadas pelas Nações Unidas em 1966. No caso das Ilhas Feroé existem poucas dúvidas relativamente a uma identidade nacional, aliás aceite incondicionalmente pela Dinamarca. Mas o reconhecimento de uma nacionalidade cultural não implica um passe por assim dizer ao reconhecimento de um direito à autodeterminação, e o acesso à independência.

Temos portanto dois princípios que se contradizem. Um é o direito à autodeterminação, o outro é o de não interferência nos assuntos de ordem interna dos estados. Como as normais do direito internacional são flexíveis e fluídas, a força legal que possam ter é sempre resultado de condicionalismos políticos, ou das circunstâncias em que são aplicadas, e são sempre reflexo de ideologias mais ou menos dominantes e acima de tudo do talante das espadas...

No caso das Ilhas, o Livro Branco de 1999 aponta os seguintes critérios como aplicáveis às circunstâncias do arquipélago

- O Povo Feroense habita um território delimitado e a grande distância da Dinamarca.
- Sempre existiram, através dos tempos, estruturas administrativas distintas, tanto em relação à Noruega, como em relação à Dinamarca.
- No respeitante a instituições e partidos políticos, pode afirmar-se que os existentes não são de maneira nenhuma filiais dos dinamarqueses, nem em termos organizacionais, nem em termos programáticos.
- Do ponto de vista jurídico, as Ilhas Feroé desde sempre tiveram um estatuto especial e nunca foram integradas no sistema dinamarquês.
- Há uma diferença considerável na estrutura económica ente os dois países.
- Até ao início do século XIX as ilhas tinham mais em comum com a Noruega do que com a Dinamarca, e mesmo nas épocas mais recentes tem havido uma evolução socio-histórica dissimilar.
- As diferenças culturais são profundas tanto do ponto de vista da língua como da cultura nacional.
- Os feroenses sempre se consideraram um povo distinto dos outros.

Na situação presente, os responsáveis pela condução da política exterior da Região seguem uma estratégia que tem como objetivo principal assegurar os interesses económicos da região, e procurando através de acordos bilaterais reforçar as suas exportações.

¹¹⁷ O conceito de “povo” no direito internacional pode ser definido como “um todo social, com uma identidade única e com características próprias; que tem uma conexão com um determinado território, mesmo no caso de ter sido ilegítimamente despossado dele, e outros povos sem ligação natural a esse território o tenha substituído; um povo não deve ser confundido com minorias étnicas, religiosos ou linguísticas, cuja existência foi reconhecida nos termos do artigo 27 da Convenção Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.

Sendo os recursos de que dispõe insuficientes para marcar presença em organizações internacionais e intrarregionais, o Conselho do Ártico, o Conselho de Ministros dos Países Nórdicos são arenas prioritárias.

A via constitucional para a independência

Como vimos, a legislação em que assenta o regime autonómico é ainda o diploma aprovado em 1948, a Lei de 2005 e as normas constitucionais. Por sua vez, e nos termos do referido diploma, entrou em vigor uma lei destinada a definir a estrutura dos órgãos regionais, ou seja, do Governo Regional (Landsstyret) e do Parlamento (Lagtinget), assim como o relacionamento dos órgãos regionais com o Governo Central. De particular interesse é o conteúdo do Art. 52, que determina o âmbito em que o Governo Regional pode negociar e contrair tratados. Nos termos da legislação aprovada, o executivo regional pode negociar tratados, mas nos casos em que os termos de um tratado obriguem a alterações legislativas, não poderá fazer sem a autorização expressa do Parlamento de Copenhaga.

A nova constituição

Os trabalhos preparatórios para a condificação de normas constitucionais¹¹⁸ teve início em 1999. O processo culminou com a apresentação de um texto que será apresentado aos eleitores num plebiscito que terá lugar em 2017¹¹⁹. O texto elaborado é extremamente sucinto, e tem menos palavras que a a constituição dos Estados Unidos da América.

Note-se que algumas das normas adoptadas infringem as normas constitucionais existentes, o que levou o governo dinamarquês a reagir. Numa carta dirigida ao governo das Feroé, o primeiro-ministro dinamarquês fez notar a inconstitucionalidade de certas normas, o que no caso de aprovação e entrada em vigor da nova constituição implicaria de facto uma situação em que a única saída possível seria o arquipélago tornar-se independente. Acrescentou ainda que sendo assim a Dinamarca não se oporia a tal. Numa extensa nota preparada pelo Ministério da Justiça, foi feita uma análise dos pontos mais relevantes para o enquadramento jurídico-constitucional do projeto de constituição. Como seria de esperar, a conclusão é de que um infração das normas constitucionais em vigor coloca o projeto constitucional feroês numa posição extremamente ambígua, no respeitante à sua validade

Se aprovada pelo povo das Feroé, resta saber quais as consequências políticas que daí advirão. O texto constitucional parte do princípio de que as Feroé fazem de uma união política, ou de um Reino Unido da Dinamarca, o que nos termos da constituição dinamarquesa não faz sentido algum. A posição dinamarquesa é clara: as normas constitucionais prevalecem, e qualquer alteração do estatuto jurídico das ilhas só terá efeito na sequência de um processo regido pelas normas da constituição em vigor. Ou seja,, rejeita-se à partida qualquer tipo de decisão unilateral por parte das instituições regionais.

¹¹⁸ Ou seja, parte-se do princípio que as normas constitucionais em vigor ultrapassam as que se encontram codificadas. Por outro lado uma constituição, no sentido rigoroso, pressupõe um estado soberano.

¹¹⁹ De acordo com o programa do actual governo

Relações com a Dinamarca

Para todos os efeitos, a Dinamarca é uma trindade indefinida, em termos político-administrativos. Ora essa união de facto resulta numa situação algo anómala, que só se mantém devido à posição relativamente fraca, em termos demográficos, das Ilhas Feroé e da Gronelândia. Na cena política dinamarques o interesse por essas regiões é relativamente morno.

De uma maneira geral, a região e a Dinamarca mantêm um bom relacionamento. Pelo menos num primeiro relance superficial. Há quem afirme até que a Dinamarca deve ser dos poucos estados que apoia, quase incondicionalmente, um eventual independência de uma parte do seu território.

É um facto indiscutível que as relações institucionais no âmbito do regime autonómico, os laços históricos, o facto de praticamente todos os habitantes falarem dinamarquês, e de muitos terem estudado ou exercido uma profissão na Dinamarca, são factores que, de certa maneira, podem ter um efeito político no momento da escolha.

Por outro lado, se a grande maioria dos ilhéus conhece bem a Dinamarca, do lado dinamarquês o desconhecimento do modo de vida e da cultura feroense é por demais evidente. Os habitantes do arquipélago são ainda, pelo menos no imaginário popular, considerados rudes e até boçais.

Não restam dúvidas de que para além da distância geográfica, existe um distanciamento cultural que causa, por vezes, dificuldades institucionais. A comprovar tal facto uma lei dinamarquesa que entrou em vigor em 2012 discriminava de forma negativa os feroenses que passaram a ser considerados emigrantes, mesmo sendo cidadãos dinamarqueses. A norma foi revogada depois de protestos intensos e pressões obrigarem o governo a reconsiderar.

Mas esse pequeno episódio só por si mostra que, em relação ao arquipélago, “something is rotten in the Kingdom of Denmark”.

Mais recentemente o governo das Feroé não aderiu às sanções, na forma de boicote comercial, que os países da União Europeia decidiram aplicar à Rússia. Pouco depois, e ignorando as advertências de Copenhaga, o Primeiro Ministro feroês viajou até Moscovo para negociar um acordo, tendo em vista a exportação de salmão para o mercado russo.

Conclusão - Que futuro?

Os esforços de chegar a um acordo, pela via negociada, com a Dinamarca, no sentido de se encontrar uma solução política para as aspirações independentistas tem tido, através dos tempos, relativamente pouco sucesso.

Mesmo sem ser afirmado frontalmente, a maioria dos políticos, e do povo dinamarquês em geral, considera que tal opção é impraticável. Por um lado, devido à vulnerabilidade económica do arquipélago, e por outro porque iria criar uma situação constitucional com resultados imprevisíveis. Outro factor a ter em conta é que o interesse pelos dos assuntos relacionados com as Ilhas Feroé não é o que preocupa os eleitores dinamarqueses. As tendências separatistas e as movimentações independentistas são vistas pelos dinamarqueses como uma manobra táctica subtil dos políticos regionais, de conseguirem obter mais concessões económicas por parte do estado dinamarquês.

A posição dinamarquesa é de que o arquipélago faz parte integral do Reino da Dinamarca, e tudo o que, direta ou indireta, implique uma eventual alteração do presente regime autonómico é considerado um assunto do foro interno, que só à Dinamarca diz respeito. Segundo este ponto de vista, só as instituições nacionais, o governo e o parlamento, têm a competência necessária para decidir sobre matérias que alterem, de uma maneira ou outra, a personalidade jurídica das ilhas particularmente mudanças que sejam suscetíveis de ter repercursões internacionais. Significa isto que a Dinamarca se opõe firmemente a que instituições internacionais tomem qualquer posição nesta matéria.

Um exemplo servirá para ilustrar isso: uma tentativa por parte do Governo Regional de envolver as Nações Unidas no processo conduziu a um beco sem saída. Uma carta enviada pelo Ministro responsável pelas relações internacionais ao órgão das Nações Unidas que supervisiona e gere as questões relacionadas com a descolonização e auto-determinação, no sentido de obter uma opinião sobre o atual estatuto das ilhas no âmbito do direito internacional, e à luz da auto-determinação não teve qualquer seguimento. A missiva do Governo Regional foi imediatamente enviada à delegação dinamarquesa, que por sua vez se pronunciou, como aliás seria de esperar, no sentido de que sendo as ilhas parte integral do Reino da Dinamarca, como tal nunca poderiam ser consideradas colónias, e logo as Nações Unidas não tinham qualquer competência nessa matéria. A posição da Dinamarca vingou, como era de esperar, e a tomada de posição das Nações Unidas foi a de evitar, de todas as maneiras, qualquer envolvimento num assunto considerado do foro interno de um estado membro.

Se a posição da Dinamarca é, no mínimo, ambígua, os partidos feroenses não têm uma posição convergente acerca do futuro relacionamento com a Dinamarca. Ainda menos no respeitante a uma hipotética independência. Uma clivagem histórica acentuada separa os “unionistas” e os “independentistas”, que no entanto estão em harmonia no respeitante às estruturas estabelecidas e em tudo o que tem que ver com a identidade nacional. A posição do partido Javnflokke (de tendência socialista) é de manter o status quo.

Como vimos, a língua, as tradições, a percepção do passado histórico, a situação geográfica e os interesses económicos são factores de grande importância política, que se manifestam simbolicamente na bandeira, nas notas de banco em circulação, nos selos de correio, na criação de instituições culturais e académicas. Não há dúvida de que existe uma forte identidade nacional, e o reconhecimento, pelo menos indireto, desse facto pelas autoridades dinamarquesas. Certamente que uma crescente regionalização dos estados europeus irá de uma forma ou outra influenciar o futuro das gentes destas ilhas.

O facto de as Feroé terem optado por não seguirem a Dinamarca no processo de integração europeia é sem dúvida um argumento importante, para se tentar definir o estatuto do arquipélago no âmbito do direito público internacional. Assim, sendo a Dinamarca um país soberano, tal implicaria uma jurisdição territorial plena. Mas o facto é que normas de vários tratados ratificados pela Dinamarca não se aplicam, por exemplo nas águas territoriais do arquipélago. As Ilhas fazem parte de organizações internacionais, e abriram de representações do governo regional em Londres, Bruxelas, Reijavik e Moscovo, não obstante não sendo reconhecidas como missões diplomáticas, o facto é

que tem um estatuto um tanto ambíguo¹²⁰. Para mais foi assinado um protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Governo Regional, no tocante a questões de interesse para o arquipélago.

Mais do que um exercício teórico, mais do que a discussão de normas legais e conceitos de filosofia política, o certo é que na arena internacional em que se jogam os interesses das nações e dos estados, só quem tem força política é que faz prevalecer a sua posição. Uma europeização ao nível das regiões, forçando um enfraquecimento dos estados tradicionais é pouco desejável.

A manutenção do presente status quo traz alguns benefícios acumulando o capital cultural das ilhas que vai sendo convertido em pequenos dividendos políticos.

Na atual conjuntura política, poderá advir uma situação em que as nações do Ocidente Europeu consigam ultrapassar os problemas actuais no seio da União e comecem a esboçar um novo mapa reconhecendo novos modelos de soberania no seio do processo europeu. As ambições manifestadas por maiorias nacionais na Escócia, na Catalunha e outras regiões da Espanha, e um pouco por toda a parte tem de ter uma saída democrática, que poderá passar pela criação de um tipo de estrutura política que reconheça plenamente as aspirações, a todos os títulos, legítimas de povos que hoje se sentem algo sufocados pelas amarras políticas que os prendem às mães-pátrias da presente Europa.

Seja como for, o certo é que, no atual panorama da política internacional, em que os interesses dos fortes prevalecem cada vez mais sobre os demais, o enfraquecimento de conceitos legais tais como o de “autodeterminação dos povos” e de “direito à soberania” acabam por se derreterem quando desafiam o poder estabelecido e centralizador das máquinas estatais. Julgo que foi Churchil que afirmou que os estados não tem amigos, só tem interesses...

A terceira via, que agora vai ser explorada, passa pela adoção de uma constituição, que será plebiscitada em 2017. De momento nada indica que uma maioria dos eleitores do arquipélago não aprove o documento. Se tal acontecer entramos numa terreno jurídico em tudo semelhante às neblinas constantes que cobrem as paisagens das ilhas. A constituição dinamarquesa na sua forma atual não contem qualquer norma que preveja uma união política tripartida, entre a Dinamarca, as Ilhas Feroe e a Gronelândia. Por outro lado, no contexto dinamarquês as questões relativas às Feroê não estão em foco.

Se depois de aprovada uma constituição das Ilhas Feroé, contendo normas derogatórias, ou divergentes das contidas na constituição vigente no Reino da Dinamarca, e afetando essas normas a soberania dinamarquesa, poderá ser criado uma situação algo inédita. Entramos no campo das hipóteses e da especulação. Caso essa seja a posição dinamarquesa, não se vislumbra uma solução que resolva o imbróglio. Como as Ilhas Feroé estão representadas no Conselho Nórdico, e fazem parte da família nórdica, certamente alguma tentativa será feita para evitar um conflito mais grave.

Seja como for, os argumentos dos feorenses são de ordem moral, mais do que política.

¹²⁰ Por exemplo a bandeira nacional das Feroé está hasteada, e brasão de armas colocado na parede exterior dos edifícios onde estão localizados os gabinetes dessas representações.

Se um povo, de livre vontade deseja ser totalmente independente, e se são invocadas razões históricas, culturais e económicas que suportam essa vontade coletiva, uma recusa poderá ser considerada um ato de grande injustiça. O uso de força está totalmente posto de parte. Os próximos anos certamente vão mostrar, de uma maneira ou outra, se os esforços dos políticos da região e a mobilização de esforços darão ou não os frutos esperados.

Caso os eleitores do arquipélago, de forma inequívoca, aprovelem uma constituição, a situação política ficará mais ou menos clarificada, e Ilhas Feroé entrarão numa nova época.

O futuro das ilhas, ou como estado independente e soberano, ou como fazendo parte de uma hipotética federação ou mantendo o status quo, ficará sempre dependente das conjunturas económicas e de numerosos fatores geopolíticos que poderão ter influência decisiva para o futuro deste povo do Atlântico.

“Tú alfagra land mítt”¹²¹, o hino nacional das Feroé, invoca quatro vezes o Santo Nome de Deus, e a fé, como sabemos, pode mover montanhas, acalmar intempéries e até separar as águas do mar.

Resta aguardar o que o futuro trará. Pela minha parte, não tenho dúvidas de que a fé e a firmeza, aliados ao profundo patriotismo deste pequeno povo atlântico, poderá tornar um sonho de muitos anos, numa realidade¹²². Numa entrevista que concedeu a um jornal de Copenhaga o bisneto de Jóannes Pátussón, que vive na herdade secular que sempre pertenceu à família, e onde nasceu o seu famoso avô, reiterou as posições dos defensores da independência: “Só os habitantes destas ilhas podem decidir do seu futuro. Somos nós que conhecemos o nosso potencial e os desafios que nos esperam. Claro que podemos assumir a independência total. Trata-se meramente de encontrar o modelo certo”.

Bibliografia

A grande maioria dos trabalhos publicados sobre as Ilhas Feroé encontra-se publicado em dinamarquês e inglês, e cada vez mais em feroês. O inglês domina em certas áreas, com uma vasto material¹²³. Em certas disciplinas como história, a situação é diferente; há pouco material publicado em inglês.

Todo esse repositório documental, cobrindo variadíssimas disciplinas, já atinge números elevados. Nos últimos anos, a Biblioteca Nacional das Feroé tem conseguido reunir um acervo considerável de espécies bibliográficas referentes ao arquipélago. Aqui limito-me a indicar algumas obras em inglês que poderão servir de ponto de partida a quem deseje aprofundar os seus conhecimentos sobre este arquipélago. Os documentos referidos no texto e que foram por mim consultados para a elaboração deste trabalho vem indicados à parte; a vasta maioria em dinamarquês e alguns em feroês.

¹²¹ Que traduzo aqui como “Oh minha pátria tão bela”

¹²² O clima político é de alta tensão. Acusações mútuas entre unionistas e independentistas. O actual vice-presidente do Governo Regional usou o termo “colonialismo suave” em relação à Dinamarca, que acusou de seguir uma política contrária aos interesses da região.

¹²³ Uma bibliografia anotada ainda muito útil: Vogt and Kordeck. Works in English from and about the Faroe Islands: An annotated Bibliography, 1997.

- Alfredsson, Gudmundur, *The Faroese People as Subject of Public International Law*, Foroykskt Lógar Rit, Tórshavn 2001
- Anderson, Benedict; *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London 1991.
- Bartmann, Barry *The Micro-State Experience – Very Small States in the International System*.
- Buckland, P. C. & Panagiotakopulu, “A paleoecologist’s view of landnám A case still not proven?,” In Michelsen, Caroline e Michelsen, Helgi *Simunárbok*, Faro University Press, 2008.
- Cannady, Kimberly, *Dancing on the Fissures: Alternative Senses of Crisis in the Faroe Islands??*
- Cartrite, Britt, *Ethnopolitical Mobilization in the North Sea Region*, paper presented at the International Political Science Association World Congress, Santiago, Chile 2009
- Christine et al, *Small States in International Relations*, University of Washington Press, 2006
- Debes, Hans Jakob, *On the Formation of a Nation. The Faroe Islands*. Em Sven Tagil, *Ethnicity and Nation Building in the Nordic World*, Londres 1995.
- Eliassen, Bogi *Non-Sovereign Politics and Their Access to the International Community*. In: Skaale, cap. VIII.
- Eysturoy, Ossur, *Red Sea: Whaling in the Faroe Islands*
- Gaini, Firouz; *Among the Islanders of the North: An Anthropology of the Faroe Islands*, Tórshavn 2011
- Gaini, Firouz, *Family and Primary School in The Faroe Islands*, International Conference on Primary Education, Hong Kong 2009.
- Geller, Ernest, *Nations and Nationalism*, Blackwell, London 1983
- Hobsbawm, E. J. e Ranger T. *The Invention of Traditions*, Cambridge University Press 1983
- Kerins, seán Patrick, *Whaling in the Faroes*, Griffith University, 2008
- Lapp, Toomas. *Movement in an Insular Community: The Faeroe Islands case*. Dissertation, Roskilde university, 2015.
- Lava, Anna Sofia, *Faroese Foreign Affairs: Cooperating Across the West Nordic Region*
- LLuch, Jaime, *Visions of Sovereignty: Nationalism and Accommodation in Multinational Democracies*, University of Pennsylvania Press, 2014
- Lockwood, W. B. *An introduction to Modern Faroese*. Torshavn, 2002
- Loftsdóttir, Kristin e Jensen, Lars, *Crisis in the Nordic Nations and Beyond*, London 2014
- Mairs, Kerry-Anne, *The Faroe Islands and the wider North Atlantic Context*, Chapter 8, In *Islands and human impact*, PhD Thesis, University of Ediborough 2007
- Mitchinson, John. *Danish in the Faroe Islands: A Post-Colonial Perspective*. UCL 2012 (Thesis)
- Nauerby, Tom; *No Nation is an Island. Language, Culture and National Identity in The Faroe Islands*, SNAI, North Atlantic Publications,
- Ostergaard, Uffe, *The Construction of a Faroese Identity: Nordic, Norwegian, Danish – or Faroese*, *Deutscher Historikertag in Hannover*, September 1992
- Ottosson, Jenny, *Self-Determination in the Context of the Faroe Islands*, Faculty of Law, University of Lund, 1998
- Painter, Robert K. *Faroe-Islander Saga, A New English Translation*, McFarland & Co, Jefferson, North Carolina, 2016
- Petersen, H. P. *The Dynamics of Faroese-Danish Language Contact*, 2010

- Requejo, Ferran e Nagel, Klaus-Jurgen, *Federalism beyond Federations, Asymmetry and Processes of Resymmetrisation in Europe*, Routledge, Londres 2011.
- Simonsen, Kim, *Networks in the Making of Faroese Literature*
- Skaale, Sjúrdur. *The Right to National Self-Determination The Faroe Islands and Greenland*, Martinus Nijhoff publishers, Leiden 2004
- Sorensen, O. *Nordic Paths to National Identity in the Nineteenth Century*. Kult skriftserie 1/94, Oslo 1994.
- Thomassen, Marius, *Who has heard of the Faroe Islands*, Bulletin of the Centre for East-West Cultural & Economic Studies, Vol 9 (2) 2011 p. 82-90.
- Thorhallson, Baldur, *The Role of Small States in Europe*, Ashgate Publishing, 2000.
- Vésteinsson, O. *The Christianization of Iceland: Priests, Power and Social Change 1000-1300*, Oxford University Press, 2000.
- Waerdal, Randi Bjorshol, *The Incorporation and Integration of the King's Tributary Lands into the Norwegian Realm c. 1195-1397*, Brill, Leiden 2011
- Wahlin, Vagn; *Faroese history and identity – national historical writing*. North Atlantic Studies I, 1 Aarhus, 1988
- West, John. *Faroe: The Emergence of a Nation*, 1972
- Williamson, Kenenth. *The Atlantic Islands: A Study of the Faeroe Life and Scene*, 1970
- Wyllie, Jonathan, *The Faroe Islands: Interpretations of History*, 1986

VIDA DO INSTITUTO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e trinta horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não estar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, n.º 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 9.º dos Estatutos desta instituição.

Compareceram à reunião os sócios honorários institucionais: Diretor do Polo de Angra da Universidade dos Açores, Alfredo Borba, o Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Praia da Vitória, em representação do Presidente da edilidade, Tibério Dinis, e o Reitor do Seminário Episcopal de Angra, Hélder Miranda Alexandre.

Estiveram presentes os sócios efetivos Alfredo Borba, Álvaro Monjardino, António Bento Barcelos, António Félix Rodrigues, Duarte Manuel Gonçalves da Rosa, Hélder da Fonseca Mendes, Jácome de Bruges Bettencourt, João Maria Mendes, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Antonieta Costa, Maria Helena Ormonde, Maria Manuel Ribeiro, Marta Barcelos, Marta Bretão, Miguel Cunha, Nuno Martins e Ricardo Madruga da Costa.

Os sócios Jorge Forjaz, Miguel Monjardino, Álamo Menezes, bem como o Governador do Castelo de São João Batista, justificaram as suas ausências. Por motivos de saúde, os sócios José Mendonça, Valdemar Mota e Luís Conde Pimentel também não compareceram à reunião.

Antecedendo a ordem de trabalhos, foi aprovado um voto de pesar, apresentado pelo Presidente do Instituto, pelo falecimento do historiador Professor Doutor Walter Piazza, sócio correspondente do IHIT, cujo decesso ocorreu a 5 de fevereiro de 2016, em Florianópolis. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou também um voto de pesar pela morte daquele historiador, cuja cópia remeteu a este Instituto, e que será publicada numa edição futura do Boletim.

Deu-se início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior, que, após lida e colocada à discussão dos presentes, foi aprovada por unanimidade.

Passando ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – apresentação, apreciação e discussão do Relatório de atividades de 2015 –, o Presidente fez uma síntese dos principais temas do mesmo, uma vez que este havia sido previamente remetido, por correio

eletrónico, a todos os sócios. No entanto, considerou-se importante destacar e aprofundar alguns pontos do dito, nomeadamente no que concerne à colaboração do IHIT, através do Centro Unesco de Angra, com a Comissão Nacional da Unesco; ao contrato-programa, estabelecido com a DRaC, para o levantamento do Património Militar dos Açores, projeto já em execução; ao relevante apoio da Câmara Municipal de Angra, com a cedência do colaborador, Dr. Carlos Correia, bem como ao arrimo financeiro, no valor de €2.500,00 anuais, e ainda a atribuição de um fundo editorial, destinado à publicação de obras de relevante interesse para o concelho de Angra. Sobre este assunto, o Presidente informou os presentes que a obra *As 18 Paróquias de Angra*, de Pedro de Merelim, será reeditada pelo IHIT. O sócio Alfredo Borba está encarregado da revisão gráfica do texto. A reedição dos *Anais da Ilha Terceira*, de Ferreira Drummond, será coordenada pelos sócios Manuel Faria, José Guilherme Reis Leite e Avelino Santos. A obra será publicada, em diversos volumes, pelo periódico angrense, *Diário Insular*.

Após a leitura do relatório, o sócio Bento Barcelos deixou um voto de congratulação à Mesa, pelo trabalho desenvolvido por esta. A Mesa agradeceu, mas o Presidente fez questão de salientar que só foi possível levar a cabo o trabalho aludido, graças à colaboração e empenho dos sócios, através de diversas atividades e projetos. Por fim, o relatório foi colocado à discussão, tendo sido aprovado pelos presentes.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Tesoureiro, Jácome de Bruges Bettencourt, apresentou o Relatório de Contas da gerência do ano transato; o saldo atual desta instituição é de €14.772,89, valor depositado à ordem na CEMAH. De seguida, o Presidente do Conselho Fiscal, Álvaro Monjardino, leu o parecer elaborado pelo mesmo Conselho, destacando a significativa subida das receitas do IHIT. Após discussão, o Relatório de Contas foi votado pelos sócios presentes, tendo sido aprovado por maioria, porém com uma abstenção.

Seguiu-se a apresentação, apreciação e discussão do Plano de Atividades para o ano de 2016, cuja proposta havia sido previamente remetida para os sócios por correio eletrónico, daí que o Presidente se tenha limitado a destacar os pontos de maior relevância, como, por exemplo, a continuação do apoio da CMAH à reedição das obras acima mencionadas. Neste sentido, e conforme sugerido pelo sócio Jorge Forjaz na anterior reunião, interveio o vereador da cultura da Câmara Municipal da Praia da Vitória, para informar os presentes da intenção de parceria daquela Câmara com o IHIT, para a reedição da obra *Freguesias de Praia*, de Pedro de Merelim. Tibério Dinis comunicou também que, à semelhança do ano anterior, pretende a CMPV a colaboração do IHIT para evento a ter lugar por ocasião na próxima edição do Outono Vivo, bem como a colaboração no estudo das campas do Cemitério dos Ingleses, sito em território da cidade da Praia da Vitória.

O Presidente deu continuidade à apresentação do Plano de Atividades, informando sobre o ponto de situação dos seguintes projetos:

- Contrato-programa com DRaC, no âmbito do levantamento do Património Militar dos Açores, que se prolonga pelo presente ano;

- Roteiro do Castelo, que deverá integrar o plano de revitalização da ilha Terceira, a ser apoiado pela SDEA, conforme proposto em recente reunião com a administradora deste organismo, Dra. Raquel Franco;
- Projeto *Collectio – Um projeto sobre o gosto de escolher objetos*, da autoria da sócia Maria Manuel Ribeiro, que foi submetido a candidatura à Grater;

João Maria Mendes encerrou esta apresentação, apelando à colaboração dos sócios, no sentido de escreverem artigos para a próxima edição do boletim do Instituto.

De seguida, apresentou as candidaturas aprovadas pela DRaC, consultando os sócios sobre a viabilidade das mesmas:

- Projeto de digitalização de todos os boletins do IHIT, com motor de busca. Foi considerado inviável, uma vez que o valor do apoio, proposto pela DRaC, é muito inferior ao orçamento previsto para a realização do trabalho. O Presidente alvitrou a renegociação do contrato com a DRaC e com as empresas consultadas;
- Projeto para a edição da obra da autoria da Dra. Berta Cabral, *A Diplomacia Norte – Americana e as movimentações Independentistas nos Açores em 1975*. Foi aprovado.
- Realização de seminários sobre conservação e restauro de património móvel e imóvel. A atividade foi aprovada. Neste sentido, o Presidente referiu que a organização dos mesmos ficaria a cargo da secretária, Marta Bretão;
- Seminário sobre *História, do Povoamento e das instituições civis, militares e religiosas dos Açores*. Foi também aprovado.

Por fim, dando cumprimento ao artigo 3.º, n.º 1 dos Estatutos e em conformidade com os artigos 9.º, 10.º e 12.º a 15.º do Regulamento Interno, segundo proposta da Mesa, procedeu-se à eleição de sócios nas categorias que a seguir se mencionam. Antecedendo, porém, os diversos atos eleitorais, o Presidente indagou se algum sócio tinha a propor mais algum nome a incluir nas diversas categorias. As pessoas propostas foram aceites pelos presentes.

Procedeu-se à votação, da qual se apurou a seguinte eleição:

Sócios Honorários: Ex.mo e Rev.mo Sr. D. António de Sousa Braga, Bispo emérito de Angra, e Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria.

Sócio Efetivo: Prof. Doutor João da Silva Madruga.

Sócios Correspondentes: Prof. Doutor Tomás Ponce Dentinho, Mestre Lúcia Maria Ávila da Silveira e o Mestre Luís Carlos Fortuna Henriques.

O Presidente comunicou aos presentes a admissão de sócios subscritores, em reuniões da Mesa e que dispensa a realização de ato eleitoral: Padre Jorge Manuel Mendonça Luís e Sr. Jorge Maiato Paim – admitidos a 29 de junho de 2015 –, Padre Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento, Capitão-de-

-fragata Marcelo Leal Pamplona e Tenente-coronel António Firmino de Sousa Mendes – admitidos a 19 de agosto de 2015 –, Dra. Paula Moniz, Mestre Rúben Quadros, e Sr. Liduíno Borba – admitidos a 9 de março de 2016 –, e Dra. Gertrudes Brito do Rio – admitida a 5 de abril de 2016.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, e para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

A Secretária

Marta Sofia Ferreira Bretão Correia

O Tesoureiro

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2015

A Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT), dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento Interno, vem apresentar aos seus Sócios o Relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 2015.

Cumpre-nos salientar e agradecer a prestimosa colaboração dos sócios nos diversos projetos e programas que o Instituto levou a cabo durante este ano sem a qual teria sido impossível à Mesa concretizar parte substancial do seu programa de atividades.

Saliente-se que este Relatório reporta-se até 31 de dezembro de 2015.

1. ELEIÇÕES

Terminado o mandato de 2014/2015, foram convocadas eleições para a Mesa do Instituto, as quais tiveram lugar no dia 24 de novembro de 2015.

As eleições decorreram segundo as normas do novo Regulamento Interno, sendo eleito o consócio Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes para Presidente.

Após a sua eleição, o Presidente eleito usou da prerrogativa prevista no Regulamento Interno e apresentou os nomes dos restantes titulares efetivos e substitutos da Mesa, bem como do Conselho Fiscal, a fim de serem submetidos a votação.

A lista apresentada pelo Presidente eleito foi aprovada, por voto secreto, por unanimidade dos sócios presentes.

Assim, foram eleitos para o biénio 2016/2017, para Secretária, a consócia Dr.^a Marta Sofia Ferreira Bretão Correia e, para Tesoureiro, o consócio Cônsul Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt.

Para substitutos, foram eleitos os consócios Dr. Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz, Presidente, Dr. Miguel Silveira Corte-Real Monjardino, Secretário, e Dr. José Olívio Mendes Rocha, Tesoureiro.

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os consócios Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Presidente, Doutor José Guilherme Reis Leite, e Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias, Vogais, e Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, substituto.

Todos os consócios aceitaram exercer as funções para as quais foram eleitos.

2. REGULAMENTO INTERNO

Com a outorga da escritura pública de alteração dos Estatutos do Instituto, lavrada no Cartório Notarial da Notária Anabela da Costa Gil de Morais Sarmento, em Angra do Heroísmo, no dia 19 de novembro de 2014, impunha-se, igualmente, uma revisão e alteração do Regulamento Interno.

Após uma proposta inicial apresentada pela Mesa de um novo Regulamento Interno, esta foi sendo discutida e alterada conforme as sugestões apresentadas e aceites pelos consócios presentes em diversas reuniões.

A proposta final foi aprovada por unanimidade, em votação global, na reunião convocada para esse efeito no dia 1 de junho de 2015, passando a vigorar o novo Regulamento Interno que será publicado, conjuntamente com os Estatutos, no Boletim do Instituto.

3. REUNIÕES DO INSTITUTO

Durante o ano de 2015, o Instituto reuniu cinco vezes.

A primeira reunião ordinária realizou-se a 23 de fevereiro e teve como agenda de trabalhos a discussão e aprovação do Relatório de Atividades e das contas do ano de 2014, tendo presente o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a discussão e aprovação do plano de atividades para o ano de 2015.

A primeira reunião extraordinária, realizada a 15 de abril, teve como objetivo a apreciação, discussão e aprovação do novo Regulamento Interno.

A segunda reunião extraordinária realizou-se a 1 de junho para aprovação final global do novo Regulamento Interno e admissão de novos sócios efetivos e correspondentes.

A terceira reunião extraordinária teve lugar no dia 8 de julho na qual foram apresentados os novos sócios honorários institucionais e os sócios efetivos. Nesta reunião, foi admitido um novo sócio efetivo. Constava, ainda, da ordem de trabalhos a apreciação dos trabalhos a publicar no Boletim do Instituto referente aos anos de 2015, conforme o n.º 2 do Art.º 32.º do Regulamento Interno.

Finalmente, realizou-se a reunião eleitoral no dia 24 de novembro.

4. REUNIÕES DA MESA

A Mesa do Instituto reuniu-se formalmente sete vezes para além dos contactos informais que foi realizando ao longo do ano. Sempre que se tornava pertinente, foram realizadas pequenas reuniões informais entre os membros da Mesa.

As reuniões da Mesa tiveram lugar a 11 de março, 18 de maio, 29 de junho, 19 de agosto, 15 de setembro, 5 de novembro e 28 de dezembro, das quais a Secretária elaborou atas sucintas para memória futura.

5. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto, instituído com a alteração estatutária do ano transato, reuniu pela primeira vez a fim de elaborar o seu Parecer sobre as contas do ano de 2014. Fica assim registado o início da atividade deste órgão do Instituto.

6. COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO e CENTRO UNESCO DE ANGRA

O Centro UNESCO de Angra do Heroísmo, instituído pelo Protocolo celebrado entre a Comissão Nacional da UNESCO e este Instituto Histórico, continuou a estabelecer os contactos possíveis com a referida Comissão Nacional e a divulgar as iniciativas da UNESCO junto dos seus sócios.

Algumas das iniciativas levadas a efeito pelo Instituto, foram realizadas no âmbito das atividades previstas no mencionado Protocolo.

Com a colaboração da Câmara Municipal de Angra foi concebido o logotipo do Centro UNESCO, elaborado pelo desenhador António Branco, tendo como inspiração o próprio logotipo do Instituto.

A Mesa mandou fazer uma placa com esse novo símbolo, a qual foi afixada no exterior do edifício sede do Instituto.

Por outro lado, o Instituto associou-se à Câmara Municipal de Angra para celebrar o Dia da UNESCO, 16 de novembro. A cerimónia constou do lançamento do livro “O Processo”, coordenado pela sócia correspondente do Instituto Dr.^a Maria da Assunção Gil Correia de Melo e com Prefácio do nosso sócio efetivo Dr. Álvaro Monjardino. A apresentação da obra foi feita pelo Presidente do Instituto. Trata-se da recolha e compilação de todo o processo que levou à inclusão do Centro Histórico de Angra na lista do Património Mundial da UNESCO.

7. CONTRATO-PROGRAMA COM A DRaC

Foi celebrado em 24 de julho de 2015 um contrato-programa com a Direção Regional da Cultura (DRaC) para a feitura de um levantamento do património militar existente na Região Autónoma dos Açores.

A Mesa do Instituto indicou o sócio efetivo Dr. Olívio Rocha para coordenar este projeto, tendo como colaboradora principal a sócia correspondente Dr.^a Brígida Pamplona Meireles.

Os trabalhos inerentes a este levantamento do património militar começaram de imediato, prolongando-se durante o próximo ano de 2016.

8. CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Tal como no Relatório do ano anterior, é de toda a justiça e conveniência continuar a salientar o valioso apoio que a Câmara Municipal de Angra, presidida pelo Doutor Álamo Meneses, tem dado ao nosso Instituto.

Foi renovado o «Protocolo entre o Município de Angra do Heroísmo e o Instituto Histórico da Ilha Terceira», pelo qual a Câmara de Angra apoiou o IHIT através de um financiamento de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).

Através do Programa «Recuperar», a Câmara de Angra continuou a destacar o Dr. Carlos Correia, sócio correspondente do Instituto, para colaborador a tempo inteiro enquanto durar aquele Programa do Governo Regional.

A 24 de novembro de 2015 foi celebrado um contrato-programa entre a Câmara Municipal e o Instituto com o objetivo de constituir um fundo editorial, no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), o qual se destina à publicação de obras de relevante interesse para o concelho de Angra.

A Câmara de Angra continua a vender as edições do Instituto nos seus serviços de atendimento ao público, no átrio de entrada dos Paços do Concelho.

Por seu turno, o Instituto Histórico colaborou com a Câmara Municipal com um parecer dado pelo sócio Dr. Maduro-Dias sobre a edição de uma banda desenhada intitulada “A História da Ribeira dos Moinhos”.

O sócio Dr. Álvaro Monjardino elaborou uma extensa lista de ideias para a evocação de momentos históricos de Angra, a fim de a Câmara Municipal mandar fazer um *videomapping*.

O Presidente do Instituto, a convite do Presidente da Câmara, escreveu o Prefácio da edição de uma nova Memória dos Paços do Concelho, a ser editado na comemoração dos 150 anos da edificação do atual edifício camarário.

O Presidente do Instituto passou a integrar o Conselho Municipal de Cultura, tendo participado na reunião da instalação do mesmo no dia 26 de maio.

9. REEDIÇÃO DOS ANAIS DA ILHA TERCEIRA

Os consócios Doutor José Guilherme Reis Leite, Dr. José Avelino Rocha dos Santos e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria continuaram, durante o ano, a trabalhar na reedição dos “*Anais da Ilha Terceira*”, de Francisco Ferreira Drummond em edição conjunta com a Câmara Municipal de Angra.

10. I GUERRA MUNDIAL

No âmbito do programa “*Portugal 1914-1918 – Centenário da I Guerra Mundial*”, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, ao qual o nosso Instituto se associou, o sócio Dr. Rui Meireles procedeu a uma investigação e um estudo sobre a participação dos Açores na I Guerra Mundial.

Do seu trabalho de investigação e pesquisa, foram enviados ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa dois trabalhos intitulados “Angra do Heroísmo – Ilha Terceira: Reflexos da 1.ª Guerra Mundial” e “Mobilização de Militares do Concelho de Angra do Heroísmo”.

11. SESSÕES PÚBLICAS SOBRE A NOVA LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Com a aprovação na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de um diploma que iria estabelecer o Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel, o Instituto julgou pertinente promover uma série de sessões públicas de discussão, divulgação e apreciação da nova legislação, a qual viria a dar lugar ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro.

A 1.ª sessão realizou-se a 12 de janeiro, tendo como orador principal o Secretário Regional da Educação e Cultura, Professor Doutor Avelino Meneses, sendo moderador o Dr. Álvaro Monjardino. Participou ainda nesta sessão com diversas intervenções o Diretor Regional da Cultura, Arquiteto Nuno Ribeiro Lopes.

A 2.ª sessão realizou-se no dia 19 de janeiro, com o formato de mesa redonda, onde participaram Deputados Regionais em representação dos Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares da Assembleia Legislativa. Foi moderador desta mesa redonda o sócio Dr. Jorge Forjaz, primeiro Diretor Regional da Cultura do Governo Regional.

O Partido Socialista fez-se representar pelo Deputado Dr. André Rodrigues, o Partido Social Democrata fez-se representar pelo Deputado Dr. Luís Rendeiro, o Centro Democrático Social/Partido Popular esteve representado pelo Deputado Prof. Doutor Félix Rodrigues, o Partido Comunista Português fez-se representar pelo Deputado Dr. Aníbal Pires, o Partido Popular Monárquico pelo Deputado Dr. Paulo Estêvão e o Bloco de Esquerda indicou para o representar o Dr. Paulo Mendes.

A 3.ª sessão, realizada a 26 de janeiro, teve como objetivo conhecer a opinião das autarquias sobre a nova legislação. Desta forma, foram oradores o Prof. Doutor José Gabriel do Álamo Meneses, Presidente da Câmara Municipal de Angra, e a Dr.ª Paula de Azevedo Pamplona Ramos, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. O sócio Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias foi o moderador desta sessão.

Todas as sessões tiveram lugar na sede do Instituto e com uma grande participação de sócios e público em geral.

12. “TRABALHOS DE CAMPO”

A Mesa do Instituto resolveu promover duas reuniões extraordinárias e abertas ao público, a que deu o nome genérico de “Trabalhos de Campo”, sobre as investigações que estavam a ser feitas e divulgadas sobre hipotéticos achados arqueológicos na ilha Terceira.

Neste âmbito, foi realizada uma primeira reunião no dia 24 de março em que foi oradora a sócia efetiva Doutora Antonieta Costa, abordando o tema “Paisagens Rupestres da Ilha Terceira”.

A segunda reunião teve lugar no dia 6 de abril, sendo orador o Professor Doutor Félix Rodrigues, professor da Universidade dos Açores, que abordou o tema “Fundamentos científicos e artefatos líticos que corroboram uma presença pré-portuguesa na ilha Terceira”.

13. CONFERÊNCIA DE D. CARLOS AZEVEDO

No âmbito da sua programação e do Centro UNESCO de Angra, o Instituto realizou a sua grande conferência anual no dia 5 de junho, para a qual foi convidado o Doutor Dom Carlos Azevedo, Bispo Titular de Belali e Delegado do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé.

D. Carlos Azevedo, doutorado em história, proferiu a sua conferência com o título “Confronto entre a presença Franciscana e Bispos de Angra no fim do Antigo Regime (1782-1820): a reorganização eclesial, na documentação vaticana”, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra.

O texto da conferência, bem como diversos anexos documentais, vai ser publicado no Boletim do Instituto.

14. PROGRAMA CLÁSSICOS DO ATLÂNTICO

Continua a decorrer na sede do Instituto o Programa “Clássicos do Atlântico”, sob a direção e orientação do sócio Dr. Miguel Monjardino.

“Clássicos no Atlântico” é um programa de seminários sobre os Grandes Livros que marcaram a condição humana ao longo dos séculos. Os seminários abordam as principais obras da literatura, política e sociedade e história. Em 2015, foram lidas as principais obras de Ésquilo, Sófocles, Eurípides e Aristófanes.

15. AÇÃO DE FORMAÇÃO “PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO DA IGREJA”

Sob a orientação da sócia e Secretária da Mesa do Instituto Dr.^a Marta Bretão, foi realizada uma ação de formação, aberta ao público em geral, sobre a “Preservação do Património da Igreja”, a qual contou com um número muito significativo de inscrições pagas, as quais reverteram a favor do Instituto. As sessões deste curso tiveram lugar nos dias 19 e 26 de maio e 2 de junho.

16. LANÇAMENTO DO LIVRO “CRISTIANISMO E EUROPA”

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, numa iniciativa conjunta com a Universidade dos Açores, com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade

de Coimbra e com as edições Almedina, procedeu ao lançamento do livro *Cristianismo e Europa*, que teve lugar na sua sede, no dia 23 de junho.

A apresentação do novo livro das edições Almedina ficou a cargo do Doutor João Maria Mendes, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, contando com a presença do Prof. Doutor Carlos Amaral, coordenador desta edição.

Este livro é o resultado das diversas comunicações apresentadas num Colóquio com o mesmo título, realizado no campus de Angra da Universidade dos Açores e promovido pelo Centro de Informação *Europe Direct* e pela Cátedra Jean Monnet, da mesma Universidade, de que é titular o Professor Doutor Carlos Amaral, o qual é o coordenador da presente publicação das edições Almedina de Coimbra, inserida na Coleção Estudos sobre a Europa.

17. PALESTRA SOBRE EX-LIBRIS

O Instituto Histórico organizou uma palestra intitulada “O incremento do ex-libris nos últimos anos em Portugal e na Região Autónoma dos Açores”, a qual foi proferida pelo Dr. David Fernandes Silva, da Academia Portuguesa de Ex-Libris. A palestra realizou-se dia 2 de novembro na sua sede do Instituto.

A iniciativa desta palestra ficou a dever-se ao sócio e Tesoureiro da Mesa do Instituto Cônsul Jácome de Bruges Bettencourt, grande colecionador de ex-libris, que ainda obteve do Dr. David Silva a feitura de um ex-libris para a biblioteca do Instituto.

18. CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO

Foi proposto ao Instituto Histórico da Ilha Terceira a realização de uma Conferência nesta Ilha, no âmbito de um programa nacional, por ocasião do 40.º aniversário do 25 de novembro de 1975.

Em colaboração com o Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Mesa do IHIT resolveu promover a iniciativa proposta.

Assim, no dia 29 de novembro e no salão nobre dos Paços do Concelho teve lugar a referida conferência presidida por Sua Ex.^a o Representante da República, Embaixador Pedro Catarino, na qual foram oradores o Professor Doutor Jorge Miranda, que abordou o tema “O impacto do 25 de novembro na Autonomia Regional dos Açores”, e o sócio Dr. Álvaro Monjardino, que falou sobre “A Região e o 25 de novembro”. Foi moderador desta conferência o sócio Dr. Miguel Monjardino.

19. VIDA DO INSTITUTO

A) Sócios do Instituto

Na sequência da revisão estatutária o Instituto passou a contar, no fim do ano, com 36 sócios efetivos e um sócio supranumerário.

No dia 1 de junho, o Instituto elegeu os seguintes novos sócios efetivos:

Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba
Doutor P.e Duarte Manuel Gonçalves da Rosa
Prof. Doutor Eduardo Brito de Azevedo
Prof. Doutor Félix Rodrigues
Arq.º José de Castro Parreira
Dr José Elmiro Rocha
Prof. Doutor José Gabriel Álamo de Meneses
Mestre Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila
Dr.ª Maria Helena Meneses Ormonde
Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro
Mestre Marta Dias Barcelos
Arq.º Miguel Cunha
Prof. Doutor Nuno Martins
Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa
Dr. Sérgio Toste
Mestre Vítor Medeiros Brasil

Na reunião de 8 de julho, o Instituto elegeu como sócio efetivo o Cónego João de Brito do Carmo Meneses.

Com a aprovação do novo Regulamento Interno e ainda na sequência da alteração estatutária, passou a existir a categoria de Sócio Honorário institucional. Para além dos antigos sócios institucionais Diretor Regional da Cultura, Diretor da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, Diretor do Museu de Angra do Heroísmo e Governador do Castelo de São João Baptista, foram convidados e aceitaram serem sócios honorários institucionais o Presidente da Câmara Municipal de Angra, o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, o Reitor do Seminário Episcopal de Angra e o Diretor do Departamento da Universidade dos Açores sediado em Angra.

Também foram eleitos novos sócios correspondentes e a Mesa admitiu novos sócios subscritores.

O Dr. Carlos Correia, a pedido da Mesa, fez um levantamento, a partir das atas publicadas nos Boletins, de todos os sócios que foram eleitos e admitidos no Instituto dado não existir uma lista completa de todas as pessoas que foram membros desta instituição.

B) Páginas eletrônicas e comunicações

O IHIT tem uma página eletrônica com o indicativo www.ihit.pt gerida e alojada na empresa Via Oceânica. Ao longo do ano, no sentido de rever o contrato com aquela empresa, a Mesa do Instituto tentou estabelecer contactos mas sem qualquer sucesso dado que os responsáveis da Via Oceânica nunca se mostraram disponíveis para responder aos muitos pedidos de reunião. Por essa razão, não tem sido possível a atualização da página e a inclusão de novos conteúdos.

A Secretária da Mesa, Dr.^a Marta Bretão, criou no *Facebook* uma página para divulgação das atividades do Instituto. Esta página digital tem tido enorme êxito e, no fim do ano, contava com mais de 1.000 seguidores.

Dado que a sede do IHIT não dispunha de qualquer tipo de comunicações telefónicas ou eletrónicas, a Mesa contratualizou com a Vodafone a instalação de um sistema de telefone fixo e de internet.

C) Venda e oferta das edições do IHIT

O Instituto, através da DRaC, participou na Feira do Livro de Lisboa com as suas edições.

Igualmente, esteve presente na feira de livros que decorreu no âmbito do evento “Outono Vivo”, promovido pela Câmara Municipal de Praia da Vitória.

O Instituto ofereceu as suas edições disponíveis às bibliotecas da Liga dos Combatentes, com sede em Angra; da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e da do Lar D. Pedro V, com sede na Praia da Vitória.

D) Galeria fotográfica dos Presidentes do Instituto

A Mesa do Instituto, embora com alguma dificuldade, concretizou a sugestão do sócio Dr. Jorge Forjaz, de colocar na sede, uma galeria de fotos de todos os Presidentes do Instituto.

E) Biblioteca

O colaborador do Instituto Dr. Carlos Correia finalizou o inventário dos livros e revistas existentes na biblioteca do Instituto. Após uma verificação com antigos inventários, chegou à conclusão que desapareceram mais de uma centena de livros da biblioteca.

F) Depósito das edições do IHIT

Com a colaboração da Vice-Presidência do Governo dos Açores, foi possível dotar as salas de depósito das edições do Instituto com estantes metálicas para um melhor acondicionamento dos livros existentes.

O nosso colaborador procedeu à transferência das diversas edições que estavam depositadas temporariamente na Ermida da Saúde, na Praça Velha, com a colaboração da Câmara Municipal, para a sede do Instituto onde ficaram acondicionadas nas novas estantes.

E) Situação financeira do Instituto

É importante realçar neste Relatório a melhoria significativa da situação financeira do Instituto relativamente aos anos anteriores, conforme melhor se pode apreciar nas “Demonstrações Financeiras” elaboradas por Eduardo Godinho Rocha – Sociedade de Contabilidade, Unipessoal L.da.

Graças aos apoios recebidos da DRaC e da Câmara Municipal de Angra, a que se juntou uma regularização do pagamento das quotas dos sócios e a realização de cursos e programas pagos, as contas do Instituto demonstram um resultado positivo que nos permite poder levar a efeito um programa de atividades no próximo ano de 2016.

A Mesa do Instituto Histórico
João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Presidente
Marta Sofia Ferreira Bretão Correia, Secretária
Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, Tesoureiro

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

2015

Código Conta	Custos e Perdas	Valores	Código Conta	Ganhos e Proveitos	Valores
62	Fornecimentos e Serviços Externos		71	Vendas	€ 799,49
6221	Serviços Especializados (Impressão da Gráfica)	€ 3.494,82	72	Quotas	€ 570,00
6222	Publicidade e Propaganda (Via Oceânica)	€ 376,42			
6226	Conservação e Reparação	€ 13,24	75	Subsídios do Estado e outros entes públicos	€ 2.500,00
6231	Ferramentas e Utensílios (Loja das Molduras)	€ 77,51			
	Ferramentas e Utensílios (Carimbo)	€ 70,80			
	Ferramentas e Utensílios (Outros)	€ 51,70			
6233	Material de Escritório	€ 270,73	79	Juros	€ 4,09
6241	Eletricidade	€ 119,74			
6243	Água	€ 193,58		Total	€ 3.873,58
6262	Comunicação	€ 37,38		Resultados	
6265	Contencioso e Notariado	€ 446,38	81	Resultado Operacional	-€ 1.680,61
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	€ 401,89			
691	Juros e Gastos Similares	€ 0,82	818	Resultado Líquido	-€ 1.681,43
	Total	€ 5.555,01			

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2016

Introdução

Tendo em conta que os titulares da Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT) foram reeleitos para um novo biénio (2016-2017), as propostas de atividades para o ano de 2016 são, como se torna evidente e até conveniente, a continuidade daquelas que já vinham do ano anterior.

Naturalmente, são apresentadas novas iniciativas dentro das possibilidades financeiras do Instituto e da disponibilidade dos seus sócios. É necessário ter sempre presente que os membros do Instituto prestam a sua colaboração a título gratuito e de voluntariado o que torna a sua prestação de cidadania um ato meritório. Somente em casos muito específicos e derivados de contratos-programa é que os sócios auferem proventos pela realização de trabalhos por si efetuados.

Como se torna evidente e a prática tem demonstrado, quaisquer atividades do IHIT têm dependido, e continuarão a depender, da boa vontade e disponibilidade dos nossos consócios; da colaboração de personalidades da sociedade cultural e científica e dos apoios eventuais da administração pública regional e local.

É dentro destes parâmetros que a Mesa do Instituto Histórico apresenta as suas propostas de atividades para o ano de 2016 sem obstar a que outras iniciativas se venham a realizar.

1. Relacionamento Institucional

- Promover o relacionamento institucional com os departamentos do Governo Regional com competências nas áreas da cultura, património, ciência e tecnologia a fim de se desenvolverem projetos que coincidam com os fins estatutários do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Continuar a manter um relacionamento institucional, que se tem mostrado muito proveitoso para o IHIT, com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nomeadamente nas seguintes ações:

- a) Renovar o Protocolo de colaboração com a edilidade angrense tendo em conta a correspondente contrapartida financeira.
 - b) Prestar a colaboração solicitada pela Câmara Municipal no âmbito da ação do IHIT.
 - c) Solicitar a renovação do destacamento do Dr. Carlos Correia, para continuar como colaborador a tempo inteiro do IHIT.
 - d) Pedir a continuação dos serviços da Câmara Municipal de Angra para a manutenção e reabilitação da sede do IHIT.
 - e) Colaborar nas comemorações dos 250 anos da instituição da Capitania Geral dos Açores.
 - f) Finalizar a reedição dos *Anais da Ilha Terceira*, da autoria de Francisco Ferreira Drummond.
 - g) Implementar o fundo editorial criado pela Câmara junto do Instituto. Pretende-se iniciar a implementação do fundo com a reedição da obra *As 18 Paróquias de Angra*, da autoria de Pedro de Merelim.
- Desenvolver contactos junto de entidades públicas e privadas para eventuais candidaturas ou atribuição de patrocínios a edições e eventos do IHIT, nomeadamente junto da GRATER.
 - Dinamizar o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo:
 - Realizar sessões públicas no âmbito do Protocolo assinado com a Comissão Nacional da UNESCO.
 - Manter um relacionamento institucional com a Comissão Nacional da UNESCO e divulgar a sua documentação.

2. Contratos-programa

- Continuar a desenvolver o contrato-programa assinado com a DRaC para a elaboração do inventário do Património Militar dos Açores. Este projeto continuará a ser coordenado pelo sócio efetivo Dr. Olívio Rocha e com a execução técnica da sócia correspondente Dr.^a Brígida Pamplona Meireles.
- Aceitar e assinar diversos contratos-programa financiados pela DRaC, como adiante melhor se dirá.
- Continuar a propor a assinatura de um contrato-programa com a Vice-Presidência do Governo Regional para a feitura de um roteiro turístico-cultural do Castelo de São Baptista do Monte Brasil e todos os seus redutos e fortificações. No caso de se concretizar esta proposta por parte da Vice-Presidência, há que propor um acordo com o Regimento de Guarnição n.º 1 e obter a sua concordância e colaboração, através do nosso sócio honorário Senhor Governador do Castelo de São João Baptista do Monte Brasil, para a realização do mencionado roteiro.
- Propor um contrato-programa para a criação de um “*Roteiro das obras de re-ferência das Igrejas da Terceira*”, no qual será desenvolvido um estudo apro-

fundado a nível técnico-material e histórico de uma obra de destaque de cada igreja, contemplando peças de pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, etc. A vir a ser apoiado, este projeto será coordenado pela nossa sócia efetiva Dr.^a Marta Bretão.

3. Boletim e Edições

- Editar o Boletim de 2016 e recolher artigos para esse efeito.
- Digitalizar e disponibilizar eletronicamente todos os Boletins editados. Este projeto tem um suporte financeiro da DRaC, através de uma candidatura efetuada pelo IHIT, e subsequente aceitação e assinatura de um contrato-programa entre o Instituto e a DRaC.
- Concluir a publicação de uma nova edição dos *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond, em colaboração com a Câmara Municipal de Angra, como acima foi referido. Este projeto é coordenado pelos nossos sócios efetivos e supranumerário Doutor José Reis Leite, Dr. José Avelino Santos e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria. A feita das capas dos diversos volumes está a cargo do sócio subscritor Dr. Rúben Quadros Ramos. A impressão será realizada pela tipografia do Diário Insular.
- Editar a obra *O Património das águas de Angra do Heroísmo*, da autoria do sócio efetivo Dr. Vítor Brasil. Esta edição será candidatada ao programa *Prorural*, gerido pela *GRATER*.
- Editar a obra *A Diplomacia Norte-Americana e as Movimentações Independentistas nos Açores em 1975 – uma neutralidade atenta*, da autoria da Dr.^a Berta Maria Tavares Sousa Cabral. Esta edição tem um suporte financeiro da DRaC, através de uma candidatura efetuada pelo IHIT, e subsequente aceitação e assinatura de um contrato-programa entre o Instituto e a DRaC.
- Continuar a distribuir as edições do IHIT pelas diversas livrarias de Angra, para venda.
- Participar em feiras de livros.

4. Eventos e iniciativas a realizar

- Desenvolver e apoiar o projeto *COLLECTIO*, concebido e dirigido pela sócia efetiva Dr.^a Maria Manuel Velasquez Ribeiro, que prevê a inventariação das colecções privadas da ilha Terceira, a realização de um Colóquio sobre este tema e a publicação das comunicações do referido Colóquio. Este projeto será candidatado ao programa *Prorural* gerido pela *GRATER*.
- Realização de conferências mensais na sede do IHIT em que os sócios efetivos farão comunicações dentro das áreas do seu conhecimento e saber. Estas conferências ou comunicações serão, preferencialmente, para um debate entre os sócios do

Instituto, embora abertas ao público em geral. Até à presente data já se realizaram duas comunicações.

- Realizar o levantamento fotográfico e possível leitura das inscrições em hebraico das campas existentes (cerca de 50) no Cemitério dos Hebreus de Angra.
- Realizar, igualmente, um estudo sobre o Cemitério dos Ingleses na Praia da Vitória.
- Realização, já efetuada, de uma palestra proferida pelo Embaixador da República Federal da Alemanha em Lisboa, Dr. Ulrich Brandenburg, intitulada *A Alemanha, Portugal e as crises na União Europeia*.
- Continuar a apoiar o seminário *Clássicos dos Atlântico*, orientado pelo sócio efetivo Dr. Miguel Monjardino.
- Realizar, à semelhança do ano anterior, diversos cursos e seminários sobre conservação e restauro do património imóvel e móvel, abertos a toda a população mediante o pagamento de uma inscrição, orientados pela sócia efetiva Dr.^a Marta Bretão, pelo sócio correspondente Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, e pelo Dr. Cabral de Moncada.

Estes seminários terão o apoio da DRaC, através da aceitação e assinatura de um contrato-programa. A coordenação geral destes cursos e seminários será da sócia efetiva Dr.^a Marta Bretão.

- Realizar um Seminário sobre história do povoamento e das instituições civis, militares e religiosas dos Açores. Este Seminário terá o apoio da DRaC através da aceitação e assinatura de um contrato-programa.

5. Colaboração com a Sociedade de Geografia de Lisboa – Comissão Corte-Real

Colaborar com a organização de um Simpósio sobre os Corte-Reais, a realizar em Angra, no próximo mês de outubro, promovido pela Comissão Corte-Real da Sociedade de Geografia de Lisboa.

6. Organização interna do IHIT

- Editar os novos Estatutos e o Regulamento Interno, aprovados o ano passado, numa brochura a qual tem por finalidade ser distribuída por todos os sócios atuais e futuros.
- Eleger e admitir novos sócios do Instituto nas diversas categorias previstas nos Estatutos.
- Continuar a reorganizar a secretaria do IHIT e regularizar a cobrança das quotas.
- Contratualizar com uma empresa tecnológica a feitura de uma nova página eletrónica do IHIT para substituir a atual.

- Manter a página do IHIT no «facebook» e, eventualmente, criar páginas noutras redes sociais.
- Adquirir material eletrónico (computador, projetor, ecrã, etc.) para apoio a seminários, cursos e conferências.
- Continuar a desenvolver esforços juntos das entidades governamentais e autárquicas para uma possível aquisição da «Casa do Comendador Fartura», sita na Praça Velha, para futura sede do IHIT.

Angra, 14 de abril de 2016

A Mesa do IHIT

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Presidente

Marta Sofia Ferreira Bretão Correia, Secretária

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, Tesoureiro

NECROLOGIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO HISTORIADOR WALTER PIAZZA

VOTO DE PESAR

A ilha de Santa Catarina foi a melhor forma que Deus encontrou para tornar o sul do Brasil um pouco menos longe dos Açores e muito mais parecido com o seu arquipélago paterno.

Percorridos quase 10.000 quilómetros, passados quase 300 anos, ali ainda estamos como somos: com sangue açoriano em sotaque brasileiro.

Tudo começou em 1748, quando milhares de açorianos venceram a distância do mar para povoarem o vasto sul da colónia brasileira a mando da coroa portuguesa.

Ao longo dos 500 quilómetros litorais do Estado de Santa Catarina, como dos 1.000 da orla marítima do Rio Grande do Sul, 6.000 açorianos especialmente oriundos da Terceira, Pico, São Jorge, Faial e Graciosa fundaram as primeiras povoações e influenciaram para sempre a agricultura, a pesca artesanal e a caça à baleia, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, o folclore, a farra do boi e a festa do Divino.

Dois séculos depois, em 1948, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina organizou o congresso do bicentenário do povoamento, que reabilitou e valorizou a herança cultural açoriana no sul do Brasil.

Com as sucessivas e exaustivas investigações históricas que desde então interessaram a comunidade académica, ser descendente de açoriano passou a ser um motivo de orgulho na cidade capital de Florianópolis, na ilha e no Estado de Santa Catarina.

Há um nome que se destaca como estando associado ao congresso do bicentenário e como sendo o maior investigador da história catarinense de influência açoriana - Walter Piazza.

Nasceu em Nova Trento em 1925 e mudou-se para Florianópolis com 22 anos de idade.

Doutorado em Ciências Sociais, foi professor e introdutor da história estadual na Universidade Federal de Santa Catarina e autor de 300 obras, entre livros e artigos científicos em publicações nacionais e estrangeiras.

Era membro destacado da Academia Catarinense de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Baía e S. Paulo e era sócio correspondente do Instituto Histórico da ilha Terceira.

o seu interesse pela investigação açoriana trouxe-o a Portugal durante seis meses para consultas decisivas no Arquivo Nacional Ultramarino, no Arquivo da Torre do Tombo e nos próprios Arquivos dos Açores.

A sua admiração pelo povo açoriano levou-o a considerar que somos “lutadores” for força de vivermos na adversidade das ilhas, “partindo sempre para grandes empreendimentos” .

Walter Piazza faleceu a 9 de fevereiro de 2016 em Florianópolis, cidade irmã de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada.

Tinha 91 anos de vida e sete décadas de investigação influente da história açoriana de Santa Catarina.

No pesar do seu falecimento, que a distância não ignora, merece por isso uma homenagem de reconhecimento que lhe presta a Região Autónoma dos Açores através do seu órgão mais representativo.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Walter Fernando Piazza.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 17 fevereiro de 2016.

*A Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores,*

TENENTE-CORONEL

JOÃO ALBINO DA SILVEIRA JR.

O Tenente-Coronel Piloto/Aviador João Albino da Silveira Jr. nasceu em Santo Amaro, ilha de S. Jorge, a 7 de Fevereiro de 1923, filho de João Albino da Silveira e de D. Maria Amélia Teixeira Filipe.

Foi casado com D. Amélia Cândida da Costa Lamas, de quem teve três filhos.

Depois de ter concluído o curso liceal, entrou em 22 de Setembro de 1942 para o serviço militar como soldado atingindo o posto de Primeiro-Sargento a 1 de Maio de 1953. No ano seguinte fez um curso de promoção a oficial sendo promovido a Alferes em 1 de Novembro de 1954 atingindo o posto de Tenente-Coronel em 7 de Fevereiro de 1970.

Entretanto, no ano de 1955 concluiu um curso de Piloto Aviador na Força Aérea Portuguesa passando a integrar essa especialidade na aeronáutica. Em 1975 passou à reserva e em 1990 reformou-se do serviço militar.

Como militar esteve colocado em várias Bases Aéreas, nomeadamente, na Base Aérea n.º 4, nas Lajes, onde exerceu as funções de 2.º Comandante e de 1.º Comandante.

Recebeu diversos louvores e condecorações durante o seu percurso como militar.

O Tenente-Coronel Silveira era um apaixonado pela genealogia frequentando o Arquivo de Angra na busca minuciosa que fazia nos registos paroquiais, sobretudo, os da sua ilha de São Jorge quando se deslocava à ilha Terceira.

Em sessão extraordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, realizada a 24 de Abril de 2002, foi eleito Sócio Correspondente.

O Tenente-Coronel João Albino da Silveira Jr. veio a falecer a 21 de Abril de 2013 em Algueirão, Mem Martins, onde residia.

J.M.M.

JOSÉ MENDONÇA BRASIL E ÁVILA

Nasceu a 17 de fevereiro de 1943 na freguesia de Santo Antão, do antigo concelho do Topo, pertencente atualmente ao concelho da Calheta, ilha de São Jorge, filho de Manuel Mendonça e Ávila e Amélia da Conceição Brasil e Ávila, neto paterno de Manuel de Sousa Ávila e Maria Delfina Mendonça, e materno de João Brasil de Sousa e Maria Amélia Brasil.

Faleceu, solteiro a 22 de dezembro de 2016, no Hospital de Santo Espírito, freguesia de Santa Luzia, cidade de Angra do Heroísmo.

Seus pais, possuidores de alguns meios económicos, desejando proporcionar ao único filho uma mais conveniente educação e instrução, após os estudos primários, logo se transferem para a ilha Terceira, para lhe facilitar a frequência do ensino secundário, entrando este no Liceu Nacional de Angra a 3 de outubro do ano letivo de 1955/56, com o nº30 da turma B do 1º ano, constituída então por 40 alunos.

Conclui no ano letivo de 1963/64, o curso complementar liceal, ficando apto a ingressar no ensino superior.

Entretanto, em maio de 1965 interrompe os estudos para frequentar na Escola Prática de Infantaria de Mafra, o curso de Oficial Miliciano e seguidamente faz a especialidade de Armas Pesadas e Morteiros, sendo logo mobilizado para Angola, onde já Alferes, comanda um pelotão independente de morteiros 81, distinguindo-se sobremaneira, pelas suas qualidades excepcionais de organização e formação humana num cenário de guerra difícil, sendo-lhe reconhecidos os serviços prestados num amplo Louvor.

Em 1968 matricula-se na Faculdade de Letras, iniciando o curso de História na Universidade Clássica de Lisboa e instala-se simultaneamente no Colégio Universitário Pio XII, tendo como colegas figuras que hoje se destacam a nível nacional, como Manuel Clemente, Cardeal Patriarca de Lisboa, Fernando Seara, antigo Presidente do Município de Sintra, renomado advogado e político, José Magalhães, também advogado e deputado esquerdista, entre outros.

Inicia a sua carreira como professor efetivo do ensino preparatório na Praia da Vitória em 1975, onde lecionou muitos anos, e depois em Angra até à aposentação.

Conheceu também, na década de 90 uma incursão de cinco anos como chefe das Divisões de Ação Cultural e Editorial, na Direção Regional dos Assuntos Culturais, a

convite do então Secretário Regional da Educação e Cultura, Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca, feliz experiência que fez questão de abandonar com a saída deste governante, não obstante o novo titular Luiz Fagundes Duarte, desejar a sua permanência no cargo, mas ele entendia dever deixar o lugar para uma nova equipa.

Intercedeu muitas vezes na publicação de obras, ajudando os seus autores, até com a revisão integral dos textos, exigindo sempre que não lhe fossem feitas quaisquer referências, tal a sua modéstia...

Ajudou igualmente, muitos estudantes de todos os ramos ou graus do ensino, reunindo pacientemente elementos para licenciaturas, mestrados, doutoramentos, etc., além de facultar por empréstimo livros de apoio, provenientes da sua biblioteca pessoal.

O seu espírito de bem-fazer, levou-o não poucas vezes a dar acolhimento em sua casa a doentes vindos de São Jorge para tratamento na Terceira.

Homem de bom coração, Amigo verdadeiro, deixou os seus bens de São Jorge a familiares e a sua residência em Angra, ao Lar D. Pedro V da Praia da Vitória.

Aquilo que muito amava, os mais de 16 mil livros que levou a vida a reunir e assim constituir a sua valiosa biblioteca, que para as aquisições o fez levar 35 anos a receber catálogos de livreiros e alfarrabistas para enriquecimento de espécimes raros, legou à Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, constituindo assim a maior doação feita por um particular a uma instituição pública deste género nos Açores. Paralelamente deram entrada na mesma biblioteca e arquivo, os seus trabalhos inéditos sobre as genealogias das gentes do Topo, e outras histórias de São Jorge, bem assim documentação diversa reunida em investigação ao longo de muitos anos.

Possuía duas marcas de posse bibliotecárias – ex-líbris. Um desenhado pelo seu colega Álvaro d’Albergaria Vieira da Silveira em 1988, e o mais recente, de 2014, da autoria do arquiteto Dr. Segismundo Pinto.

Foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira na sessão extraordinária de 26 de Abril de 2000.

Para além de sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira, era-o também do Instituto Açoriano de Cultura, e de outras instituições de carácter social, recreativo e desportivo.

Jácome de Bruges Bettencourt

Índice

Pag.

Luiz Fagundes Duarte - *Angra e as Utopias do Mar* 13

Artigos

Nuno Ornelas Martins - *A Filosofia Franciscana e o Espírito Santo nos Açores* 29

Mário T. Cabral - *Arte Sacra Contemporânea* 43

Leandro Ávila - *A Indústria do Tabaco na Ilha Terceira* 55

Lúcia Silveira - *Pestes – Quando a Morte Espreita...* 79

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa - *Marcas de Ourives de Angra do Heroísmo no início do Século XVIII* 117

Félix Rodrigues - *Diferentes formas de escrever o nome de Jesus...* 135

Alfredo Emílio Silveira de Borba - *Forragens não convencionais na Alimentação Animal...* 161

Eduardo Borba da Silva - *Ilhas Faroé...* 171

Vida do Instituto

Ata da primeira reunião ordinária de 2016 219

Relatório das Actividades do ano de 2015 223

Relatório das contas de 2015 233

Proposta de actividades para o ano de 2016 234

Necrologia 239

Ficha técnica

Edição:

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Execução Gráfica:

Coingra, Lda. – www.coingra.pt

ISBN: 978-972-9220-25-8

Dep. Legal: 158131/00

350 exemplares

